

GOVERNO DE MACAU**澳門政府****Lei n.º 11/97/M****法律 第11/97/M號****de 30 de Dezembro****十二月三十日****AUTORIZAÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS
PARA 1998****一九九八年收支許可**

Visto o relatório de análise da situação económica e financeira de Macau, relativo a 1997;

在閱覽一九九七年澳門經濟及財政狀況分析報告後；

Tendo em atenção o proposto pelo Governador e cumprida a formalidade prevista na alínea a) do n.º 2 do artigo 48.º do Estatuto Orgânico de Macau;

鑑於總督之建議及經遵守《澳門組織章程》第四十八條第二款 a 項所規定之程序；

A Assembleia Legislativa decreta, nos termos das alíneas f) e g) do n.º 1 do artigo 30.º do mesmo Estatuto, para valer como lei no território de Macau, o seguinte:

立法會根據《澳門組織章程》第三十條第一款 f 項及 g 項之規定，制定在澳門地區具有法律效力之條文如下：

Artigo 1.º**第一條****(收入之徵收及開支之支付)****(Cobrança de receitas e pagamento de despesas)**

1. O Governador é autorizado a arrecadar, no ano de 1998, as contribuições, os impostos e os demais rendimentos do Território, a obter os outros recursos indispensáveis à administração financeira, de harmonia com as normas legais aplicáveis, e a utilizar o respectivo produto no pagamento das despesas públicas de funcionamento e investimento, inscritas ou a inscrever no Orçamento Geral do Território para o ano de 1998 (OGT/98).

一、許可總督於一九九八年內依據適用之法律規定，徵收本地區稅捐、稅項及其他收益，獲得其他對財政管理所不可缺少之資源，以及許可總督使用有關所得，以支付已登錄或將登錄在一九九八年本地區總預算（OGT/98）內運作及投資之公共開支。

2. Só podem ser cobradas as receitas que tiverem sido autorizadas na forma legal e todas elas, qualquer que seja a sua natureza e proveniência, quer tenham ou não aplicação especial, são, salvo disposição legal expressa em contrário, entregues nos cofres do Território nos prazos regulamentares, vindo, no final, descritas nas respectivas contas anuais.

二、依法定方式獲許可之收入，方得徵收，所有該等收入，不論其性質及來源或有否特別用途，除法律另有明文規定外，均在規定之期間內交予本地區庫房，並於年度終結時將之載於有關年度之帳目內。

Artigo 2.º**第二條****(本身預算)****(Orçamentos privativos)**

1. As entidades públicas que se regem por orçamentos não consolidados no OGT/98 são igualmente autorizadas a aplicar as receitas próprias na realização das respectivas despesas, mediante aprovação, por portaria, dos correspondentes orçamentos.

一、受不在一九九八年本地區總預算內之預算所規範之公共實體，其預算經訓令核准後，亦獲許可運用本身收入以繳付有關開支。

2. As entidades referidas no número anterior observam, na administração das suas dotações, os princípios definidos nesta lei, bem como os regimes financeiros que, especificamente, lhes são aplicáveis.

二、上款所指之實體在管理其撥款時，必須遵守本法律所定之原則及專門對其適用之財政制度。

Artigo 3.º**第三條****(施政方針之主要目標)****(Objectivos principais das Linhas de Acção Governativa)**

As Linhas de Acção Governativa (LAG) para 1998 têm como objectivos principais:

一九九八年施政方針（LAG）之主要目標為：

a) A consolidação da retoma da actividade económica, baseada no reforço da competitividade e das tendências para a terciarização da economia do Território, designadamente através da promoção de serviços «offshore», incluindo serviços financeiros;

a) 加強競爭力及本地區經濟向第三產業發展之趨勢，尤其透過促進離岸（“off-shore”）業務，包括金融業務，以鞏固經濟活動之復甦；

b) A melhoria do quadro jurídico-laboral, adaptado às realidades específicas de Macau, e o desenvolvimento de iniciativas tendentes a promover o emprego e a formação profissional, em especial no domínio da aprendizagem;

c) A finalização dos trabalhos de reestruturação dos serviços e organismos públicos e a generalização do processo de localização dos quadros da Administração, com especial incidência nos lugares de direcção e chefia;

d) A conclusão da reforma educativa, visando a institucionalização do sistema educativo próprio de Macau e a consolidação e expansão das instituições de ensino superior;

e) O desenvolvimento do associativismo juvenil e da participação dos jovens na construção do futuro de Macau;

f) A divulgação e sensibilização, nos meios de comunicação, do papel único que Macau pode representar no quadro das relações inter-regionais, destacando o carácter singular do processo de transição em curso, o alto grau de autonomia alcançado nos planos económico, político e social, o legado cultural, a herança de princípios, valores e regras e a existência de um conjunto de modernas infra-estruturas;

g) O desenvolvimento das potencialidades de Macau como destino autónomo e final, apostando na projecção do Aeroporto Internacional de Macau, na formação, na excelência do serviço e na qualidade e diversidade do produto turístico, numa base política objectiva, competitiva e de cooperação e colaboração com todos os sectores envolvidos;

h) O desenvolvimento do estudo e da investigação e continuação da aplicação de medidas que garantam a defesa do património e da identidade sociocultural, humanística e arquitectónica de Macau, enquanto sociedade com características únicas no mundo e, como tal, testemunho de uma evolução que, partindo da diferença, a alicerçou, contudo, na salvaguarda dos bens do passado;

i) A consolidação e o aperfeiçoamento, nos planos legislativo e institucional, do sistema de saúde, com especial relevância para a acentuação das preocupações de justiça social com a participação do utente no financiamento dos cuidados de saúde e para a continuação do investimento nas modernização e expansão das infra-estruturas do sector;

j) A implementação de medidas legislativas e de acções de apoio técnico e financeiro às estruturas institucionais da política social, visando a melhoria da qualidade de vida da população carenciada, com especial solicitude para grupos sociais mais vulneráveis, como as crianças, os idosos, os deficientes físicos e mentais e os toxicodependentes;

l) O aperfeiçoamento da política fiscal, a melhoria das condições de utilização dos recursos financeiros disponíveis, através do aperfeiçoamento dos elementos de suporte ao controlo da execução do Orçamento e do Plano de Investimentos e de Despesas de Desenvolvimento da Administração (PIDDA), e a modernização da gestão do património duradouro;

m) A melhoria do enquadramento legislativo e institucional dos Conselhos do Ambiente e de Consumidores, com vista ao reforço da eficácia das políticas ambiental e de defesa do consumidor;

b) 完善切合澳門實際情況之勞動法律框架，並開展有助提高就業率及促進職業培訓之活動，尤其在學徒培訓方面；

c) 完成公共部門及機構之重組工作，並特別著重在領導及主管職位方面普及行政當局人員本地化工作；

d) 完成教育改革，使澳門具有本身之教育制度，以及鞏固及拓展高等教育機構；

e) 發展青少年結社及推動彼等參予建設澳門未來之工作；

f) 透過傳播媒介宣傳並使人認識到澳門在區域間之關係上所扮演之獨特角色，突顯澳門過渡期進程之特色，澳門在經濟、政治及社會方面所具有之高度自治，存有之文化遺產，既有之原則、價值及規則，以及擁有一之套現代化基礎設施；

g) 透過採取客觀、具競爭力及與所有有關行業合作之政策，向外推廣澳門國際機場，加強人員培訓，提供優質服務及有質素、多元化之旅遊項目，以發揮澳門作為獨立終點站之潛力；

h) 發展考查及研究活動，並繼續採取措施，以保護澳門這個獨一無二，且見證了由多元化走向認同維護昔日財產之歷史演變之城市在社會文化、人文及建築方面之財產及特色；

i) 在立法及機構方面，加強及改善衛生體系，尤其關注由使用護理服務者承擔衛生開支之社會公平原則，以及繼續在有關基礎設施之現代化及發展方面作出投資；

j) 實施立法措施及向施行社會政策之機構給予技術及財政輔助，目的是改善有需要之市民之生活質素，尤其是關注社會上較脆弱之一群，如兒童、老人、傷殘及弱智人士，以及吸毒者；

l) 完善稅收政策，透過完善監管預算及行政當局投資與發展開支計劃（PIDDA）執行之機制，改善可動用財政資源之使用條件，以及使耐用財產之管理現代化；

m) 完善環境委員會及消費者委員會之法律及機構框架，以便能更有效實施環境保護政策及加強對消費者之保障；

n) O desenvolvimento de acções e medidas que visem a consolidação da autonomia judiciária do Território, nomeadamente através da continuação da formação de quadros e magistrados locais e bilingues e da aprovação dos diplomas estruturadores do sistema judiciário, o prosseguimento dos processos de localização e modernização legislativa e a aprovação, no domínio dos «Grandes Códigos», do Código Civil, do Código Comercial e do Código de Processo Civil;

o) A consolidação das bases de um ordenamento jurídico bilingue, para perdurar depois de 1999, através da continuação do plano de tradução de diplomas legais sem versão em língua chinesa, do aperfeiçoamento da utilização da língua chinesa no domínio judiciário, bem como da divulgação jurídica em ambas as línguas oficiais do Território;

p) A garantia de um nível de segurança individual e colectiva que, no respeito pelas leis que singularizam o Território, assegure aos cidadãos a tranquilidade necessária à sua actividade normal e propicie o desenvolvimento económico e social de Macau;

q) O início ou conclusão da construção de infra-estruturas de grande importância para a definição da identidade e autonomia de Macau, tais como as sedes da Assembleia Legislativa e dos Tribunais de 2.ª e Última Instância, o Centro Cultural e a Ponte de ligação Macau — República Popular da China, bem como o prosseguimento das acções de reordenamento urbano e de execução de obras públicas relacionadas com a melhoria da qualidade de vida no Território;

r) O acompanhamento das actividades do Aeroporto Internacional de Macau e da transportadora aérea Air Macau de grande importância estratégica para o desenvolvimento e autonomia do Território;

s) O prosseguimento da política de habitação social, visando proporcionar uma habitação condigna aos estratos da população de menores recursos económicos.

Artigo 4.º

(Princípios e critérios)

1. O OGT/98 é organizado de harmonia com o disposto na legislação sobre orçamento e contas públicas, e com salvaguarda dos aspectos particulares dos regimes financeiros das entidades autónomas e dos municípios.

2. A elaboração e a execução do OGT/98 são orientadas no sentido da prossecução das LAG e do PIDDA para 1998, que se publicam em anexo, tendo em conta os seguintes princípios:

a) Controlo do crescimento das despesas de funcionamento dos serviços, estabilizando-o nos níveis assumidos pela evolução das remunerações e adequando-o ao desenvolvimento do modelo de receitas públicas;

b) Manutenção do nível do investimento público autorizado em 1997, em consonância com as prioridades de natureza socio-cultural e económica dentro de uma estratégia de, por esta via, prosseguir objectivos de emprego e de dinamização da economia;

n) 繼續進行旨在鞏固本地區司法自治之工作及措施，尤其是繼續培訓本地雙語之人員及司法官，以及通過關於司法體系之結構性法規；繼續進行法律本地化及現代化工作，以及通過《民法典》、《商法典》及《民事訴訟法典》等大法典；

o) 透過繼續執行翻譯未有中文本之法規之計劃，深化在司法領域使用中文，以本地區兩種官方語言推廣法律等方式，鞏固雙語法律體系之基礎，使該體系在一九九九年以後能繼續存在；

p) 依本地區法律保障個人及集體之安全，確保市民在必要之安定環境下正常工作，並促進澳門社會經濟發展；

q) 開始或完成用以確立澳門之特色及自治之重大基礎設施之建設，諸如立法會大樓、中級法院及終審法院大樓、文化中心及連接澳門與中華人民共和國之橋樑，以及繼續進行都市重整工作及有助提高本地區生活素質之公共工程；

r) 跟進澳門國際機場及澳門航空此空運機構之業務，此等業務對本地區之發展及自治具有重大策略意義；

s) 貫徹社會房屋政策，以便為經濟能力薄弱之居民提供條件良好之房屋。

第四條

(原則及標準)

一、一九九八年本地區總預算係按照有關預算與公共帳目法例之規定而組織，且已保障各自治實體及市政廳財政制度之專有情況。

二、制定及執行一九九八年本地區總預算，係為執行附於本法律公布之一九九八年施政方針及行政當局投資與發展開支計劃，並根據下列原則為之：

a) 控制各機關運作開支之增長，使該增長維持於與報酬變動情況相應之水平內，及使之配合公共收入之演變情況；

b) 在配合社會文化及經濟方面之優先項目下，維持於一九九七年已獲許可之公共投資水平，以實現藉此提高就業率及帶動經濟之策略；

c) Continuação do plano de enquadramento legal de alguns aspectos gerais e específicos da efectivação de despesas, no sentido da simplificação dos circuitos e da transferência da responsabilidade pela fiscalização para as entidades directamente associadas aos processos.

Artigo 5.º

(Providências diversas)

1. O Governador pode adoptar as providências necessárias ao equilíbrio das contas públicas e ao regular provimento da Tesouraria, podendo proceder, para tanto, à adaptação dos recursos às necessidades.

2. Ocorrendo circunstâncias anormais que, fundadamente, ponham em risco o equilíbrio das contas públicas, o Governador pode condicionar, reduzir ou mesmo suspender as despesas não determinadas por força de lei ou contratos preexistentes e, bem assim, os subsídios atribuídos a quaisquer instituições, organismos ou entidades.

3. As transferências de verbas correspondentes a receitas que estejam consignadas só são autorizadas na medida das correspondentes cobranças e com observância dos preceitos legais aplicáveis.

4. Tendo em atenção a evolução da cobrança das receitas autorizadas e um aproveitamento optimizado dos recursos financeiros do Território, podem ser acolhidos reforços ou alterações das dotações orçamentais iniciais, bem como a mobilização antecipada de disponibilidades, necessárias à consecução dos objectivos prioritários e ao desenvolvimento das acções integradas nas LAG.

Artigo 6.º

(Entrada em vigor)

A presente lei entra em vigor em 1 de Janeiro de 1998.

Aprovada em 28 de Dezembro de 1997.

A Presidente da Assembleia Legislativa, *Anabela Sales Ritchie*.

Promulgada em 19 de Dezembro de 1997.

Publique-se.

O Governador, *Vasco Rocha Vieira*.

c) 對於與作出開支有關之某些一般及特定情況，繼續進行有關制定法律制度之計劃，以簡化程序及將監察責任轉移予直接涉及作出開支程序之實體。

第五條

(各項措施)

一、總督得採取必需措施，以平衡公共帳目及使司庫部獲正常補充，為此，得使資源配合需要。

二、如出現確實使公共帳目陷於不平衡之異常情況，總督對非由先前法律或合同效力所定之開支，及對給予任何機關、組織或實體之津貼，得加以限制、縮減甚至中止。

三、相應於指定用途之收入之款項之轉移，僅在進行相應徵收時，且在遵守適用之法律規定下，方獲許可。

四、考慮到已獲許可之收入之徵收進展情況，並考慮到使本地區財政資源獲得最佳之利用，得接受原初預算撥款之追加或修改，以及預先動用可動用之資源，以實現各優先目標及開展施政方針內之工作。

第六條

(開始生效)

本法律自一九九八年一月一日開始生效。

一九九七年十二月二十八日通過。

立法會主席 林綺濤

一九九七年十二月十九日頒佈。

命令公布。

總督 韋奇立

LINHAS DE ACÇÃO GOVERNATIVA PARA 1998

1. Políticas económicas e de emprego

A análise das estimativas para as principais variáveis macroeconómicas referentes ao ano de 1997 revela a retoma do crescimento da economia, ainda que moderadamente, invertendo-se assim a tendência que se registou entre 1995 e 1996.

Na primeira metade da década de 90 a economia de Macau evidenciou, em termos reais, uma taxa média de crescimento anual em torno dos 6%, marca que se pode considerar compatível com o grau de maturação já atingido pelo tecido produtivo.

A partir de 1995, com incidência na segunda metade do ano, registou-se, porém, uma desaceleração tendencial da actividade económica fundamentalmente determinada pelo comportamento da procura interna e, em particular, do investimento no sector da construção.

Não obstante os sinais de retoma que se fizeram sentir na segunda metade de 1996, aquele ano saldou-se por uma ligeira retracção na qual pesaram, como factores desfavoráveis, o forte declínio do investimento no sector da construção (cerca de -20%, em termos reais), imputável ao sector privado, o decréscimo das receitas do jogo (que implicou um crescimento apenas reduzido das receitas das exportações de serviços, no seu conjunto) e ainda problemas comerciais com os EUA que conduziram a um comportamento negativo das exportações de mercadorias durante uma parte significativa do ano.

Assim, em 1996, as exportações praticamente estagnaram, em termos reais, o que, aliado ao declínio das importações decorrente da fragilidade da procura interna, permitiu melhorar o défice comercial externo.

Neste contexto, a procura externa líquida, apesar da desaceleração verificada no seu ritmo de crescimento entre 1995 e 1996 (+21,2% contra 9,9%, em termos reais) constituiu o factor dinâmico da evolução da actividade económica, permitindo reforçar o seu peso relativo na estrutura do PIB (cerca de 30% e 35%, respectivamente, em 1995 e 1996).

Os indicadores disponíveis para o ano de 1997 apontam para a retoma moderada da economia que continua, porém, a ser negativamente afectada pelo sector da construção civil, a que se juntou, em meses recentes, o declínio das receitas externas provenientes dos serviços e não obstante a recuperação que se tem verificado no sector do jogo.

A exportação de mercadorias representa, no corrente ano, o factor mais dinâmico da retoma, tendo crescido, até Agosto, 12,2%, em valor, face ao período homólogo do ano anterior, ao mesmo tempo que as importações — que em 1995 e 1996 reflectiram a debilidade da procura interna — vêm dando mostras de revitalização, tendo crescido 6,8%, em termos nominais, no mencionado período, com especial destaque para os bens de capital, o que traduz a reactivação do investimento em maquinaria e equipamentos. Em consequência, o saldo comercial registado nos primeiros oito meses do corrente ano foi positivo.

No que se refere a outros indicadores de actividade é de assinalar a redução consistente da taxa de desemprego de valores,

que em meados de 1996 chegaram a atingir 4,6% para 3,8% no último trimestre do ano e 3,1% já no trimestre de Julho a Setembro de 1997. Esta tendência reflecte também a política de contenção da contratação de trabalhadores não-residentes, cujo número global foi reduzido de cerca de 36 300 em meados de 1995 para aproximadamente 29 500 em Setembro de 1997, o que permitiu, ao mesmo tempo, flexibilizar as medidas adoptadas em 1995, tendo em vista permitir o aumento da capacidade produtiva no sector dos têxteis e vestuário — dando-lhe, assim, possibilidade de resposta ao dinamismo que a procura externa vem evidenciando.

O Índice de Preços no Consumidor — IPC, após a aceleração verificada em 1995 (+8,6%), registou uma assinalável redução em 1996, para valores da ordem dos 4,5%. Esta tendência decrescente vem sendo reforçada em 1997, já que o IPC de Agosto se cifrou em 4% (o valor mais baixo da última década).

Se se tiver em conta que, em termos globais, a mediana das remunerações mensais, no trimestre de Abril a Junho do corrente ano, havia registado um acréscimo nominal de cerca de 10%, pode antecipar-se uma evolução positiva dos salários reais, o que não deixará de vir a ter efeitos favoráveis nos níveis do consumo privado das famílias em 1997.

1.1. No domínio das actividades económicas

Proceder-se-á em 1998 à revisão das acções iniciadas em anos anteriores, em conformidade com a situação económica de Macau, no sentido de acelerar o ritmo da retoma económica, tendo por objectivos prioritários a alteração da estrutura da economia, acentuando o desenvolvimento do sector terciário e o reforço da competitividade.

Continuarão, pois, a ser aplicadas medidas tendentes ao aumento da competitividade da indústria tradicional de Macau através de uma maior utilização de modernas tecnologias, bem como ao aparecimento de novas actividades de maior valor acrescentado, garantindo, assim, para os produtos do Território presentes nos mercados externos, uma posição que se traduza no aumento de quotas de mercado baseado em factores de qualidade. Serão igualmente desenvolvidas medidas que contribuam para a diversificação do sector dos serviços — e consequentemente para a diversificação da economia do Território — que possam servir um leque alargado de operadores na região do Sul da China.

Considerando a situação estratégica de Macau, elaborar-se-á um estudo de viabilidade que vise o estabelecimento de um centro de negócios de confecções, tendo por base o capital técnico e a experiência acumulados ao longo dos anos pela indústria do sector no Território.

Será publicada legislação no domínio da protecção da propriedade industrial, dando cumprimento aos compromissos decorrentes do Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados com o Comércio, da Organização Mundial do Comércio (Patentes, Desenhos e Modelos Industriais, Indicações Geográficas e Esquemas de Configuração de Circuitos Integrados).

Com o objectivo de facilitar a comercialização dos produtos de Macau nos mercados externos, dar-se-á início à implementação

de um sistema de comércio electrónico para operações de comércio externo, tendo, para o efeito, sido já realizado o estudo que permite iniciar em breve a respectiva fase experimental.

Com a recente conclusão do relatório relativo ao estabelecimento da Alfândega de Macau, encontra-se em preparação a respectiva lei orgânica, prevendo-se a sua aprovação e implementação no próximo ano. Nesta sequência, está igualmente prevista a reestruturação da Direcção dos Serviços de Economia, bem como do Fundo de Desenvolvimento Industrial e de Comercialização.

Em estreita ligação com o estabelecimento da Alfândega de Macau, serão adoptadas diversas recomendações da Organização Mundial das Alfândegas para maior facilitação do comércio e preparada legislação tendo em conta as respectivas orientações. Proceder-se-á à introdução de ajustamentos na Lei do Comércio Externo que, entre outros, visarão os mesmos objectivos.

Está prevista a revisão da legislação sobre o licenciamento dos estabelecimentos e instalações industriais e será preparada legislação reguladora do comércio interno no âmbito da defesa do consumidor e da saúde pública, bem como do comércio a retalho.

O Centro de Produtividade e Transferência de Tecnologia de Macau (CPTTM) continuará, durante o ano de 1998, a consolidar a sua acção no domínio da difusão de novas tecnologias que promovam o aumento da produtividade e competitividade das empresas de Macau.

Encontra-se já em aplicação um sistema de incentivos à Certificação de Qualidade de empresas, de acordo com a norma internacional «International Standards Organization» (ISO), que constitui um importante instrumento para a melhoria da competitividade das empresas e dos produtos de Macau nos mercados externos.

No cumprimento da missão daquele Centro, inclui-se a colaboração com organismos de países da Europa, nomeadamente Portugal, e com organismos de regiões da China, em particular de Shenzhen e Zhuhai, o que será prosseguido através da realização de colóquios ou de mútuas visitas a empresas industriais e centros tecnológicos.

No domínio da formação, o CPTTM continuará a oferecer às empresas um vasto leque de acções que respondam a solicitações e necessidades concretas manifestadas pelos empresários e que se enquadrem no esforço de valorização da formação profissional dos recursos humanos do Território.

No âmbito da estratégia de promoção a cargo do Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau (IPIM), em 1998 serão privilegiadas acções que promovam não só o reforço dos fluxos de investimento e das relações comerciais de, e para Macau, mas também as potencialidades e vantagens competitivas do Território baseadas na sua estabilidade económico-financeira.

Por áreas geográficas, o maior esforço será centrado nas zonas da Ásia-Pacífico, com especial relevo para zonas seleccionadas da República Popular da China e Coreia do Sul, para além dos países ocidentais economicamente desenvolvidos.

O esforço de diversificação dos mercados de destino das exportações de Macau continuará a merecer atenção, pelo que se

torna necessária a realização sistemática de estudos de mercado que dêem suporte à sensibilização dos empresários para essa diversificação. Por outro lado, o tradicional apoio aos empresários locais para a sua presença, em conjunto ou individualmente, nas principais feiras internacionais, será uma das componentes no domínio da promoção comercial, sendo de realçar o alargamento dos subsídios por parte do IPIM, nomeadamente a iniciativas individuais relacionadas com a publicidade nas suas mais variadas formas, permitindo assim às empresas inserirem-se nos meios de difusão mais modernos.

Quanto à política de atracção de investimentos, prosseguirão as práticas de concessão de benefícios e de simplificação de procedimentos visando a captação de investimentos em indústrias de alta tecnologia, elevado valor acrescentado e não poluentes, facultando aos investidores orientações acerca das prioridades e incentivos fixados.

A participação de Macau na Exposição Universal em 1998 (Expo 98) obrigará a um esforço redobrado de divulgação dos aspectos económicos de Macau, aproveitando a concentração de representações e visitantes dos mais variados países que esse evento proporciona.

A recente criação, em Portugal, de uma nova linha de crédito dirigida à internacionalização das empresas portuguesas suscitará iniciativas de sensibilização junto daquelas com o objectivo de revelar Macau como um parceiro de negócios. Estão igualmente projectadas acções em que, pela primeira vez, constarão sistemáticos contactos de negócios em zonas transfronteiriças, procurando-se dar ênfase às potencialidades de um mercado mais alargado — o mercado ibérico.

Para facilitar a realização dos objectivos de promoção prevê-se continuar o reforço da rede de consultores do IPIM para um mais localizado acompanhamento das iniciativas desenvolvidas nos respectivos países. Para além do Brasil, Espanha e Coreia do Sul, onde já existem consultores, pretende-se alargar esta área de intervenção, em termos internacionais, a outros países onde, no decorrer das acções de promoção, se vier a verificar a sua necessidade.

A estratégia de apoio às actividades industrial, comercial e de serviços já existentes no Território passará também pela realização da III Feira Internacional de Macau, iniciativa esta a que se pretende dar continuidade e consolidar em termos de calendário.

Em 1998, realizar-se-á no Território uma Mostra de Tecnologia Europeia através da qual se promoverá a apresentação de tecnologias que possam ser utilizadas tanto pelas empresas de Macau como pelas da região, contribuindo assim para a promoção da cooperação empresarial euro-asiática.

Reconhece-se da maior importância o aproveitamento da possível realização, no decurso de 1998, de uma reunião de «chineses ultramarinos», em Macau, sensibilizando-os para as potencialidades do Território como elo de ligação entre a RPC e o resto do Mundo.

O desenvolvimento equilibrado da economia de Macau obrigará, não só à procura de investimentos industriais, mas muito principalmente à promoção do sector dos serviços, objectivo para o qual Macau se tem vindo a posicionar nestes últimos anos. Daí o ênfase na promoção de Macau como centro de operação de

empresas com sede no exterior («back offices») e como centro de serviços «offshore».

Com o objectivo de contribuir para a dinamização da economia do Território, será em breve iniciada a fase piloto de um programa para o apoio ao surgimento de novos empresários. Este programa tem por objectivo criar condições facilitadoras do aparecimento de novos empresários, através da identificação de pessoas (de preferência jovens) com apetência e vocação para a vida empresarial, do desenvolvimento de acções de formação em empresariado consideradas necessárias e do aproveitamento desses valores para o tecido produtivo do Território, com consequência na criação de novas empresas.

Continuarão, em 1998, a ser coordenadas diversas acções entre o IPIM, a Sociedade do Parque Industrial da Concórdia (SPIC), o «World Trade Centre Macau» (WTC) e o CPTTM, que se têm revelado bastante frutuosa, criando assim sinergias, evitando duplicação de esforços e potenciando os resultados a atingir.

Ainda no domínio do apoio ao investidor e da promoção do comércio externo, deverá proceder-se à alteração da lei orgânica do IPIM, designadamente no que se refere à maior operacionalização de um serviço «one stop» e à criação de um «conselho geral» representativo que facilite o relacionamento eficaz entre aquele Instituto e a comunidade empresarial.

Continuará a ser dinamizada a participação de Macau em diversos organismos internacionais e em organizações regionais, das quais se destacam a Organização Mundial do Comércio (OMC), a Organização Mundial das Alfândegas (OMA), o «International Textile and Clothing Bureau» (ITCB) e a Comissão Económica e Social das Nações Unidas para a Ásia e Pacífico (ESCAP). Mantendo-se a candidatura de Macau à APEC, pretende-se a participação, em breve, em alguns dos respectivos grupos de trabalho.

O Acordo Comercial e de Cooperação com a União Europeia continuará a ser aplicado em diversas áreas em que se considera que o contributo e a experiência europeia é relevante, sendo de destacar em 1998 um programa de formação de recursos humanos na área da Administração Pública de Macau e o apoio à promoção do Território como centro de serviços «offshore».

1.2. Nos domínios do sistema financeiro, monetário e cambial

A acção do Executivo em 1998 continuará a dar prioridade máxima à estabilidade económico-financeira de Macau, de forma a assegurar o desenvolvimento harmonioso da economia do Território e a confiança dos parceiros económicos internacionais.

A retoma da actividade económica interna continuará a ser um dos objectivos principais da política económica, nomeadamente através de políticas monetárias e financeiras prudentes, conducentes à confiança plena por parte dos agentes económicos.

Em primeiro lugar, será prosseguida uma política de contenção monetária compatível com o rigor imposto pelo sistema de emissão monetária em vigor, com a continuação da redução da taxa de inflação e com a manutenção de níveis confortáveis de disponibilidades líquidas sobre o exterior na posse da Autoridade Monetária e Cambial de Macau (AMCM).

No que respeita às taxas de juro, por força do mecanismo cambial, estas deverão continuar a ser alinhadas pelas taxas interna-

cionais do HKD e do USD, pelo que a sua utilização como instrumento da política monetária continuará a ser praticamente nula. No entanto, serão mantidos os regimes estritos e selectivos de bonificação à compra de habitação e a algumas actividades económicas, cujo âmbito, face ao regime em vigor, se prevê seja alargado durante 1998.

No domínio cambial, continuará a ser dada primazia à existência da Pataca como moeda autónoma, procurando-se, após os progressos registados em 1996-97, dinamizar ainda mais o seu papel como meio de circulação e de poupança através da remuneração competitiva dos meios de liquidez em patacas. Para além disso, a confiança na Pataca e na política de paridade cambial fixa face ao dólar de Hong Kong continuará a assentar na garantia de convertibilidade cambial, integral e imediata, de saldos em patacas consoante as necessidades e preferências do público (através dos bancos) e do sistema financeiro (através da AMCM).

No contexto recente de incerteza cambial que vem afectando as moedas do sudeste-asiático será prestada atenção redobrada à evolução cambial e conjuntural em Hong Kong, com vista a precaver repercussões eventuais sobre a evolução financeira de Macau, e será dada especial atenção à avaliação dos sistemas de risco e de provisionamento dos bancos a operarem no Território.

A afirmação internacional da economia de Macau será institucionalmente aprofundada, equacionando-se a adesão ou participação nas actividades de entidades multilaterais de elevado prestígio, como o Fundo Monetário Internacional, fórum SEANZA (supervisão bancária) e «Offshore Group of Banking Supervisors».

Será organizada em Macau, em 1998, a vigésima reunião do «East Asian Insurance Congress», que terá o apoio da Administração do Território.

O desenvolvimento do sistema financeiro em Macau, neste período histórico de transformação estrutural das economias da região, torna-se cada vez mais um vector essencial para a afirmação económica do Território. Nesse sentido, e em linha com a estratégia em curso visando o desenvolvimento de actividades «offshore», continuarão a ser prosseguidos os esforços de atracção deste tipo de actividades nas áreas de serviços financeiros, através da divulgação e assistência inicial a firmas potencialmente interessadas. Com vista a delinear uma estratégia para o desenvolvimento deste sector serão também tidas em devida consideração as recomendações decorrentes de consultorias em curso, designadamente com o apoio da União Europeia.

A AMCM, no cumprimento do seu papel de entidade supervisora, continuará a zelar pela evolução estável dos sectores bancário e de seguros.

No que respeita ao sector bancário serão desenvolvidos esforços conducentes à actualização da legislação reguladora do sistema financeiro. Perfazendo cinco anos, em 1998, que a presente lei bancária entrou em vigor, torna-se oportuno proceder às respectivas adaptações do texto fundamental de enquadramento das instituições financeiras a operarem em Macau. Os objectivos principais serão que a legislação do Território se mantenha actualizada perante a evolução tecnológica e a maior integração financeira internacional ocorridas na década em curso, e que se garanta a continuação do cumprimento das principais orientações transmitidas internacionalmente, em especial a partir do Comité de Ba-

sileia de Supervisão Bancária.

Será dada especial atenção ao desenvolvimento de novos sistemas de comunicações financeiras por via electrónica entre a AMCM e os bancos do sistema, utilizáveis no âmbito operacional, designadamente na automatização da Câmara de Compensação. Por outro lado, acompanhar-se-á de perto a evolução do sistema de liquidações de Hong Kong com vista a aproveitar eventuais ligações sinérgicas decorrentes da importância do dólar de Hong Kong nas liquidações internas e internacionais do Território.

Serão também equacionadas medidas legislativas conducentes a assegurar o licenciamento e o controlo das companhias «forex» em Macau.

Quanto ao sector de seguros, dar-se-á continuidade à estratégia definida na respectiva área legislativa, com vista à sua consolidação e modernização, sendo de realçar, neste capítulo, o papel importante que terá a implementação do novo quadro legal da actividade seguradora, recentemente aprovado. Tendo em atenção a concretização do referido desiderato global, serão desenvolvidas acções conducentes à publicação do regime jurídico dos fundos privados de pensões, alterando, de forma substancial, o normativo vigente. A par da finalização de projectos legislativos iniciados no ano anterior, designadamente quanto ao contrato de seguro, proceder-se-á à revisão do diploma regulador da actividade de mediação de seguros.

Por fim, a AMCM continuará a coordenar a emissão de notas pelos dois bancos emissores do Território e a assegurar a cunhagem de moedas metálicas para circulação e de emissões comemorativas.

1.3. No domínio do trabalho e emprego, da formação profissional e da segurança social

A acção governativa, nas áreas do Trabalho, Emprego e Formação Profissional, no ano de 1998, deverá criar condições para melhorar a situação de emprego, através de uma política mais abrangente e, simultaneamente, fomentar um quadro sócio-laboral direccionado para a manutenção do diálogo e da concertação social, tendo em vista uma convergência cada vez maior entre os parceiros sociais, com benefícios inerentes para o progresso social e para o crescimento económico. Neste sentido, será implementado o novo diploma respeitante ao estatuto do Conselho Permanente de Concertação Social (CPCS), que consagra o alargamento da representatividade dos parceiros sociais e uma maior precisão de objectivos.

Procurar-se-á reforçar os mecanismos de informação e de formação de trabalhadores e empregadores, garantindo o esclarecimento continuado e o crescente envolvimento de todos em matéria de direitos e deveres, bem como assegurar a aplicação das normas do direito do trabalho existentes promovendo iniciativas destinadas à melhoria das condições de trabalho.

Encontrando-se em discussão no CPCS a Lei Laboral, promover-se-á a obtenção de um consenso entre os parceiros sociais que permita a sua revisão e publicação, devendo também ser publicado um diploma relativo ao trabalho de menores, bem como consagradas na lei as indemnizações devidas em caso de morte ou invalidez do trabalhador por crimes violentos ocorridos em serviço.

Serão intensificadas as acções de prevenção de riscos profissionais, através do envolvimento dos parceiros sociais e do desenvolvimento de acções de fiscalização nos locais de trabalho. Procurar-se-á igualmente garantir o nível de qualidade dos serviços prestados pelo Laboratório de Higiene Ocupacional, mediante a respectiva certificação pelas Normas ISO 9000.

Com o objectivo de promover o ajustamento entre a oferta e a procura de emprego, prosseguirá o apoio aos candidatos inscritos na Bolsa de Emprego, visando a sua integração em postos de trabalho, e procurar-se-á ter um maior conhecimento das tendências do mercado de emprego, a fim de preparar os recursos humanos face às exigências da evolução tecnológica e de novas formas de organização do trabalho.

No âmbito da formação profissional prosseguir-se-á com os objectivos de valorização dos recursos humanos e de apoio aos empresários na resolução dos problemas resultantes da competitividade e modernização empresarial. Assim, continuarão as acções de formação profissional em regime de aprendizagem, de qualificação e aperfeiçoamento, bem como as acções de curta duração destinadas à reconversão profissional. Assegurar-se-á também, a partir de 1998, o 2.º ano do ciclo de formação em regime de aprendizagem, iniciado em 1997 com a criação do Centro de Aprendizagem.

Adicionalmente, serão implementados programas de formação no posto de trabalho, quer para jovens à procura do primeiro emprego, quer para trabalhadores desempregados, bem como um programa destinado à integração nos quadros das empresas de universitários recém-formados, com o que se pretende contribuir para a redução do desemprego.

Será ainda promovido o diálogo com os representantes dos empregadores e trabalhadores, visando a definição das acções de formação profissional a desenvolver nas áreas da qualificação, reconversão, aprendizagem e aperfeiçoamento, nomeadamente através do Conselho Coordenador da Formação Profissional.

No que se refere à contratação de trabalhadores não-residentes, em termos de política global, a importação de mão-de-obra não-residente é apenas uma medida provisória destinada a suprir as carências de recursos humanos locais, pautando-se pelos princípios da garantia de emprego dos residentes e da não afectação das suas remunerações. As tarefas prioritárias no domínio da coordenação da gestão dos processos visam a consolidação da base de dados do Gabinete de Análise e Avaliação de Recursos (GAAR) e a sua ligação às entidades que intervêm no processo. A Direcção de Serviços de Trabalho e Emprego (DSTE) e os demais serviços competentes reforçarão a fiscalização sobre a afectação dos trabalhadores não-residentes, procurando detectar e sancionar a sua contratação ilegal.

Será também desenvolvida a recolha e análise de elementos que permitam aferir o comportamento do mercado de trabalho, de molde a adoptar medidas que visem ajustar a disponibilidade de mão-de-obra, no plano quantitativo, às necessidades deste factor de produção, decorrentes do ritmo de crescimento evidenciado pela economia, quer global quer sectorialmente. A flexibilização recentemente adoptada neste domínio tem de basear-se, porém, em critérios prudentes e selectivos que assegurem a estabilidade do mercado laboral, mas que respondam a necessidades reais do sector produtivo, em particular no que toca a novos projectos

e ao sector industrial-exportador.

Assim, será publicada legislação que regule a contratação de trabalhadores não-residentes, que deverá ser articulada com a proposta, actualmente em discussão no CPCS, sobre a defesa dos postos de trabalho e dos níveis de remuneração dos residentes.

Nos contratos de concessão de serviços públicos clausular-se-á a prioridade de contratação dos residentes do Território.

Proceder-se-á, ainda, à reestruturação da DSTE, de forma a integrar o GAAR, na sua dupla vocação de coordenação da gestão processual de trabalhadores não-residentes e de análise do mercado de trabalho.

No domínio da protecção social dos trabalhadores, particularmente nas situações que acarretam a perda de rendimentos de trabalho, como é o caso da velhice, invalidez, desemprego e doença, o mais importante campo de acção, em 1998, consistirá na atribuição das diversas prestações pecuniárias. Serão tomadas diversas medidas no sentido de melhorar a protecção social, incluindo o aperfeiçoamento do regime de segurança social previsto no Decreto-Lei n.º 58/93/M, de 18 de Outubro, no tocante à atribuição de algumas prestações.

Na sequência de estudos já realizados para o efeito, será estendido o regime de segurança social a alguns grupos de trabalhadores independentes, e serão actualizados os valores de algumas prestações, designadamente as da pensão de velhice, pensão de invalidez e pensão social. Adicionalmente, concluídos, nos finais de 1997, os estudos tendo em vista a actualização das contribuições, prevê-se que esta tenha lugar em 1998.

Para garantir a estabilidade e a continuidade do Fundo de Segurança Social (FSS), será estabelecido um «plafond» de segurança tendo em conta os saldos «superavit» e as despesas, avaliada a situação destas e das receitas e elaborado um plano de médio e longo prazo das respectivas disponibilidades. Serão tomadas, ainda, medidas eficazes para recuperar junto dos respectivos interessados as quantias que o FSS tenha por eles antecipado.

Serão definidos os critérios e procedimentos referentes à utilização da recente dotação do FSS, pela empresa concessionária da exploração de jogos no território de Macau, ao abrigo da cláusula terceira da última revisão do respectivo contrato, que se destina a «assistir aos desempregados locais com dificuldades particulares».

Visando a melhoria da eficiência do funcionamento interno do FSS, que se prevê que em 1998 já esteja dotado com um quadro orgânico de pessoal, está previsto consolidar a implementação do sistema de contabilidade — POC — a fim de que possa responder, com mais eficácia, às necessidades de gestão do FSS, e ainda adquirir equipamento apropriado à conservação e arquivo de documentos em suporte informático.

1.4. No domínio da produção estatística

Um bom conhecimento das realidades e necessidades actuais do território de Macau é fundamental para os decisores. Neste sentido, procurar-se-á disponibilizar dados estatísticos produzidos de forma oportuna, acessível e com qualidade, recorrendo também a novos suportes de divulgação.

No âmbito das estatísticas económicas, vai ser disponibilizada uma nova série do «Índice de Preços no Consumidor» com o ano base 1995/1996, integrando já as informações relativas às rendas de habitação privada. Realizar-se-á o «Inquérito aos Orçamentos Familiares 98/99», o «Índice de Preços Turísticos», tendo como objectivos, respectivamente, recolher e disponibilizar informação referente às receitas e despesas familiares, e à evolução dos preços dos bens e serviços adquiridos pelos visitantes e, ainda, um «Inquérito Piloto ao Sector dos Serviços».

Na área das estatísticas demográficas, sociais e do emprego, proceder-se-á ao desenvolvimento do Sistema de Informação sobre Formação Profissional e dar-se-á início aos estudos preliminares e trabalhos preparatórios dos Censos 2001 (da População e Habitação), os quais irão beneficiar da experiência adquirida no Intercensos/96. Proceder-se-á também à divulgação da Monografia da População de Macau de 1500 a 2000.

No âmbito da coordenação e integração estatísticas salienta-se a divulgação do Atlas Estatístico de Macau e a disponibilização do PIB pela óptica da produção; será iniciado o estudo das estimativas trimestrais do PIB, pela óptica da despesa, e a Análise da Situação Económico-Social; proceder-se-á à implementação e adopção da Classificação das Actividades Económicas de Macau, 1.ª revisão (CAM – rev.1) e ao desenvolvimento de um sistema integrado de classificações de natureza económica, incluindo tabelas de equivalência entre a Nomenclatura de Produtos do Comércio Externo de Macau/Sistema Harmonizado (NCEM/SH), a Classificação de Actividades Económicas de Macau (CAM – rev.1) e, posteriormente, a Classificação de Bens e Serviços (óptica do consumo final), a desenvolver após a rotina da CAM – rev.1.

No domínio da distribuição de recursos económicos e regalias sociais, realizar-se-ão estudos estatísticos sobre a sua desigualdade e os dados obtidos serão periodicamente publicados.

A coordenação estatística continuará a ser reforçada através da dinamização da Comissão Consultiva de Estatística (CCE), suas subcomissões e grupos de trabalho, para estudo de projectos específicos e da realização de acções de formação nas áreas da estatística e gestão de informação, destinadas a pessoal da Direcção dos Serviços de Estatística e Censos e de outras entidades.

1.5. No domínio do abastecimento de energia eléctrica e de água

1.5.1. No âmbito da produção e distribuição de energia eléctrica

A procura de electricidade, após uma década de crescimento médio anual com dois dígitos, desacelerou, dando agora sinais claros de ter encetado um novo ciclo, fruto de um amadurecimento do tecido económico de Macau.

Terminados os grandes investimentos de expansão, encontrando-se já praticamente concluídas as novas subestações iniciadas em 1996, a Companhia de Electricidade de Macau (CEM) tem, no momento presente, como grande projecto, a construção de uma nova central em Coloane.

A política de investimentos seguida pela CEM visa a criação de uma capacidade produtiva que assegure tendencialmente a auto-suficiência do Território, a preços competitivos.

Em matéria de política de preços, será elaborado, conjuntamente com a CEM, um estudo de viabilidade da redução gradual dos

preços da electricidade, tendo em vista a promoção de condições básicas de atracção do investimento para o Território.

No tocante ao sistema produtor, 1998 marcará o início da construção de uma nova central, em Coloane, de turbinas a gás com ciclo combinado queimando gasóleo, cuja potência nominal será, em princípio, de 150 MW.

O acréscimo de oferta de energia eléctrica resultante da entrada em funcionamento desta unidade, previsivelmente no ano 2000, assegurará a satisfação da respectiva procura até 2005, admitindo-se taxas médias anuais de crescimento no consumo de electricidade de 5% a 6%.

No âmbito do transporte e distribuição merece realce uma nova interligação à rede da República Popular da China (RPC). A CEM, presentemente, encontra-se já interligada à RPC, com a obrigatoriedade contratual de importar valores mínimos de energia, através de uma ligação a 110 kV. No entanto, tendo em vista melhorar os respectivos níveis de segurança, aquela interligação será reforçada mediante a instalação de duas outras novas linhas de 110 kV.

Por último, e ainda no campo do transporte e da distribuição, será concluída a subestação da Penha que facultará o reforço da distribuição de energia, entre outros locais, à zona residencial dos lagos Nam Van.

1.5.2. No âmbito do tratamento e abastecimento de água

A actividade da concessionária insere-se no objectivo de continuar a desenvolver um serviço público de abastecimento de água ao Território que garanta, entre outras características, o abastecimento de água com bons níveis de pressão e sem rupturas e uma qualidade da água dentro dos padrões internacionais, tanto do ponto de vista bacteriológico, como químico.

Neste sentido, no plano de investimentos da Sociedade de Abastecimento de Águas de Macau (SAAM), da ordem dos 68 milhões de patacas em 1998, tem um peso importante o desenvolvimento de capacidades na melhoria das reservas e distribuição de água tratada, bem como do abastecimento e transporte de água. Os maiores investimentos a realizar incluem a construção da terceira canalização principal de água bruta e de um reservatório na Taipa.

2. Políticas de administração, educação, juventude e desporto

Na fase final do período de transição, mantêm-se válidos os grandes objectivos estratégicos que têm vindo a ser prosseguidos pelo Executivo em matéria de gestão da administração de Macau. Há assim que prosseguir com os programas aprovados e dinamizar a promoção da qualidade, de maneira que a Administração Pública, consciente de que existe para o serviço da comunidade, funcione sem descontinuidades e se criem condições objectivas para que a transferência do exercício da soberania, não obstante as dificuldades próprias do período de transição, se opere sem impactos negativos no tecido social do Território e no modo de vida dos seus habitantes.

Na educação, importa consolidar as bases e melhorar as condições gerais do ensino, a todos os níveis, enquanto se alarga a educação universal e tendencialmente gratuita, realizando-se em pleno uma das mais legítimas aspirações da população.

Enraizar o direito de cidadania de cada um dos residentes de Macau e dar aos jovens todas as condições que lhes permitam vir a ser elementos dinamizadores da sociedade do futuro e dignos depositários de uma identidade que importa preservar, são os principais objectivos da política de juventude, conjugada com a de educação.

2.1. No domínio da administração e função pública

A localização do pessoal de direcção e chefia conhecerá um avanço muito significativo, ficando praticamente concluída em muitos serviços, o mesmo acontecendo com o pessoal técnico superior e os demais grupos de pessoal. O ano de 1998 ficará, efectivamente, marcado pela conclusão dos processos de reestruturação dos serviços e pelo cumprimento das metas fixadas para a localização de quadros.

O recrutamento e selecção centralizados, através de concursos especiais, manter-se-ão e serão alargados a outras carreiras de interesse comum, tendo em vista a constituição de reservas de recrutamento, assegurando o emprego público aos candidatos eventualmente interessados e atraindo aos serviços públicos os mais competentes.

A valorização dos recursos humanos, através de adequadas acções de formação profissional, será prosseguida com carácter selectivo, tendo em vista o constante e necessário aperfeiçoamento dos processos de trabalho, a modernização de equipamentos e a adopção de novas técnicas.

As mudanças sociais e tecnológicas terão repercussão adequada na estrutura e funcionamento dos serviços públicos, de forma a corresponder a uma simplificação de métodos, aumento de eficácia, agilização institucional e estabilização do contingente de pessoal, tendo em vista o papel da Administração Pública na construção da futura Região Administrativa Especial.

Verificar-se-á uma redução progressiva do pessoal recrutado no exterior e a saída de pessoal, no âmbito do processo de integração, acelerar-se-á no decurso de 1998.

A promoção do bilinguismo será intensificada através de cursos de língua e cultura a realizar em Macau, em Portugal e na República Popular da China. No funcionamento interno da Administração, será incentivada a utilização cada vez maior da língua chinesa, tendo em vista a plena afirmação do seu estatuto oficial e o aprofundamento das relações entre a Administração e o público.

Neste âmbito, salienta-se a publicação de novos manuais e de outros meios pedagógicos audiovisuais para apoio à formação profissional e linguística.

Continuarão a ser desenvolvidos esforços conducentes ao aperfeiçoamento do regime estatutário da função pública e à modernização do sistema vigente, tendo em vista a plena localização das leis e regulamentos administrativos, cuja conclusão também se prevê.

No domínio das tecnologias da informação serão aperfeiçoados os sistemas existentes, visando a maximização da comunicação interserviços e do acesso às bases de dados comuns, promovendo a gestão integrada de toda a informação. Desenvolver-se-ão sistemas de acompanhamento e controlo dos circuitos docu-

mentais e do processo decisório. Revestirão particular interesse os trabalhos preparatórios para aquisição das tecnologias e do «software» necessários para, em tempo oportuno, a Administração Pública poder solucionar as questões decorrentes da próxima mudança de milénio.

A reorganização dos serviços públicos é um processo permanente de melhoria organizativa da Administração e de simplificação de circuitos, sempre na perspectiva de diminuir custos, aumentar a eficácia, diminuir o tempo de resposta, acautelar a legalidade e promover a aproximação entre a Administração e os cidadãos, melhorando assim as condições do seu quotidiano.

Em conjugação com a revisão do Código do Procedimento Administrativo e através de uma dinâmica de sensibilização e fiscalização, reforçar-se-á a eficiência administrativa garantindo-se que os serviços públicos respondem com eficácia às necessidades da população.

Serão realizadas acções inspectivas e de auditoria administrativa e técnica, sobretudo de carácter preventivo e orientador, visando o cumprimento das regras do procedimento administrativo e a correcção e eficácia dos dispêndios públicos, bem como a devida utilização do património público.

Continuarão a ser prestadas informações e dado apoio aos particulares com vista à protecção dos seus interesses e direitos e à solução em tempo útil das suas solicitações.

O recenseamento eleitoral de Macau será actualizado em conformidade com o estatuído na lei e será dado apoio à realização do recenseamento nacional.

Os órgãos e serviços municipais irão prosseguir as suas atribuições, em articulação com as demais entidades públicas de Macau, continuando a preocupar-se com o bem-estar dos cidadãos e a satisfação das suas necessidades colectivas, especialmente nas áreas cultural, recreativa e sanitária.

No âmbito da acção social complementar serão abrangidos pelos sistemas existentes todos os trabalhadores da função pública, bem como os respectivos agregados familiares.

Será desenvolvida a cooperação institucional entre todos os serviços públicos e serão dinamizadas as relações existentes entre a Administração Pública e outras instituições nacionais, regionais e internacionais, particularmente nas áreas da cooperação técnica e da formação profissional, cultural e linguística.

2.2. No domínio da educação

2.2.1. No âmbito do ensino superior

No âmbito do ensino superior, dar-se-á continuidade ao seu desenvolvimento, privilegiando-se, no ano de 1998, os meios que contribuam para o aprofundamento da qualidade do ensino ministrado e para a consolidação das instituições.

Assim, após a definição da estrutura funcional do pessoal docente e não docente da Universidade de Macau (UM) e do Instituto Politécnico de Macau (IPM), na sequência da aprovação dos respectivos Estatutos de Pessoal, ficarão reforçadas as condições académicas de ensino e de investigação que permitam assegurar a fixação de pessoal docente qualificado em Macau.

Institucionalizar-se-ão os processos de auto-avaliação e de avaliação externa, pretendendo-se que sejam práticas contínuas e normais na vida da comunidade do ensino superior público.

Continuar-se-á a reforçar a vocação regional e internacional das instituições públicas e privadas do Território, promovendo-se, no ano de 1998, uma maior e mais consequente dinamização de acções destinadas a apoiar a integração daquelas instituições em organizações e iniciativas internacionais, no âmbito do ensino superior.

Importante se torna, ainda, neste domínio, desenvolver acções concretas de intercâmbio no âmbito de protocolos já celebrados com instituições de ensino superior e de investigação do exterior.

Para o crescimento da actividade científica e técnica serão criados novos estímulos à investigação científica e tecnológica nas diferentes áreas do saber, no sentido de reforçar a institucionalização da prática de produção científica continuada e promover externamente, de forma consequente, a imagem de credibilidade do ensino superior de Macau.

A produção editorial do ensino superior público será orientada em conformidade com aquele desiderato, no sentido de acompanhar, com estabilidade, a investigação científica e técnica produzida.

Continuar-se-á a fomentar, de forma permanente e útil, o diálogo entre os estabelecimentos de ensino superior e a sociedade civil, designadamente através de acções de esclarecimento e de informação sobre o papel do ensino superior em Macau na valorização cultural do Território e na construção de centros de pensamento e de inovação.

A participação das empresas e outras entidades locais na UM, no IPM e noutras instituições, designadamente através da concessão de bolsas para estudantes e ainda em grupos de reflexão para a definição de iniciativas e projectos conjuntos com interesse para Macau, continuará a ser outra das vertentes de abertura do ensino superior à sociedade civil.

Da mesma forma, o associativismo estudantil continuará a ser incentivado, devendo ser incrementadas as iniciativas conducentes à sua expansão nos diversos estabelecimentos de ensino superior do Território.

A Fundação Macau continuará a incentivar a frequência de cursos de pós-graduação e a promover a investigação académica e científica, disponibilizando, para esse efeito, bolsas de estudo e outras formas de apoio que as circunstâncias de cada caso aconselharem, nomeadamente no que diz respeito a mestrados e doutoramentos.

Paralelamente, prestará a devida colaboração ao Instituto Internacional de Tecnologia de Software da Universidade das Nações Unidas, no âmbito do protocolo celebrado entre a República Portuguesa, a República Popular da China e o Governo de Macau, garantindo e aprofundando ainda a cooperação com outras instituições académicas e científicas do Território e com as de outros países, nomeadamente com as de Portugal e com as da RPC.

2.2.2. No âmbito do ensino não superior

Concluídos os instrumentos legislativos previstos na Lei n.º 11/

/91/M, de 29 de Agosto, e iniciada a segunda fase da generalização da escolaridade tendencialmente gratuita, a acção governativa no domínio do ensino não superior orientar-se-á, nesta fase final do período de transição, para a consolidação do sistema educativo próprio de Macau, cuja criação e afirmação foram um dos grandes desafios do período de transição.

Neste contexto, assumem especial importância a conclusão da elaboração experimentação de programas para o ensino básico em língua veicular chinesa e o estabelecimento dos respectivos objectivos mínimos, conferindo assim uma real coerência aos projectos educativos das diferentes instituições educativas de Macau, sem prejuízo da autonomia pedagógica de cada uma delas.

Será continuado o investimento no já vasto programa de expansão da rede escolar, através do desenvolvimento e criação de novas infra-estruturas educativas, bem como o redimensionamento das actualmente existentes, visando a adequação dos espaços, em quantidade e em qualidade, às necessidades efectivas da população escolar dos vários níveis e modalidades de ensino.

Quanto ao acesso e sucesso escolar, para além da criação de mais vagas escolares, e em consonância com o princípio de igualdade de oportunidades para todos, será continuada a política de atribuição de auxílios económicos directos, bolsas e outros apoios e subsídios complementares. Prosseguir-se-á a política de concessão de apoios financeiros às entidades promotoras de acções educativas destinadas a adultos e a alunos com necessidades educativas especiais, bem como as que incentivem a formação profissional. Novos e melhorados materiais didácticos serão produzidos e será ainda incentivada a utilização racional das novas tecnologias na área da educação, possibilitando aos jovens uma experimentação selectiva de meios multimédia nos diversos níveis de escolaridade. Neste capítulo, salienta-se ainda a importância a reconhecer à inspecção escolar enquanto elemento privilegiado na avaliação global do sistema educativo.

No âmbito do ensino especial e dando seguimento ao disposto no Decreto-Lei n.º 33/96/M, de 1 de Julho, continuar-se-á a assegurar as condições apropriadas a quantos necessitem de apoios educativos especiais, desenvolvendo acções de promoção do diálogo e privilegiando a conjugação de esforços com as famílias e associações educativas, por forma a conduzir os jovens com necessidades educativas especiais a uma igualdade de oportunidades e à plena integração social.

A valorização dos recursos humanos continuará a merecer especial atenção, dando-se estímulo à iniciativa individual e colectiva tendente à criação dum clima de modernização da administração educativa, de inovação e de qualidade das instituições educativas. No âmbito da melhoria das qualificações dos docentes e outros agentes educativos reforçar-se-ão os respectivos programas de formação, priorizando-se as acções nos domínios da língua chinesa, do desempenho de cargos pedagógicos e de administração escolar. No âmbito da formação de professores conferir-se-á ainda especial relevância à formação docente para a educação especial e para a educação de adultos, nomeadamente nas vertentes do ensino recorrente e da formação profissional.

Com vista à melhoria da adaptabilidade dos jovens ao mercado de emprego e por forma a adequar as potencialidades do sistema educativo às expectativas a nível profissional dos jovens e adultos, serão continuados os esforços para a criação de escolas

técnicas e profissionais e organizados cursos de educação técnica e profissional, cujos perfis sejam adequados ao desenvolvimento de sectores estratégicos do Território. Esta área de actuação será ainda reforçada através da criação de condições e mecanismos que promovam o acesso dos jovens ao primeiro emprego e incentivem o intercâmbio e a cooperação com jovens de outros países.

No que se refere à prossecução duma política que vise uma educação para todos e para toda a vida, como condição necessária ao desenvolvimento económico e social, intensificar-se-ão as acções no domínio da educação permanente e do ensino recorrente conducentes a uma formação global dos cidadãos, através de actividades de âmbito cívico e sociocultural, envolvendo os agregados familiares e que propiciem a ocupação criativa e formativa dos tempos livres. Ainda neste contexto, o desenvolvimento da política de bilinguismo continuará a ser reforçado, no sentido do alargamento duma proficiência acrescida nas línguas oficiais do Território.

Com o objectivo de elevar a consciência cívica dos jovens serão desenvolvidas acções versando matérias relacionadas com os direitos e deveres cívicos, bem como sobre as normas éticas e conhecimentos jurídicos de aplicação corrente.

O Conselho de Educação continuará a ser o instrumento privilegiado de diálogo quanto à definição das grandes linhas da política de educação do Território. Nomeadamente, o Conselho será incumbido do estudo da eventual necessidade e critérios de um aumento dos subsídios concedidos aos alunos que frequentem instituições educativas que não tenham aderido à rede de escolaridade gratuita.

2.3. No domínio da juventude

No âmbito da política de juventude e reconhecida a importância de um desenvolvimento integral dos jovens através de acções de formação cultural, cívica e desportiva, serão continuadas e intensificadas as actividades e medidas, que se têm revelado acertadas, apontadas para a participação dinâmica dos jovens enquanto elementos impulsionadores da mudança e do progresso.

Neste contexto, será prosseguida a política de incentivos às iniciativas das associações juvenis, acompanhada de uma maior disponibilização de recursos financeiros, técnicos e de espaços, e reforçado o intercâmbio e a cooperação com associações congéneres de outros países e Territórios.

Novos centros de juventude e de acção educativa serão criados, tendo por objectivo responder de forma adequada às necessidades dos jovens, através de um conjunto de actividades que possibilitem um incremento da oferta em termos de ocupação saudável dos tempos livres, privilegiando acções que estimulem a educação artística, cultural, cívica e ambiental.

No âmbito do desporto escolar, assume particular relevância a criação de novos espaços e condições para a prática desportiva, através do desenvolvimento dos grupos desportivos escolares, com vista à generalização de uma prática desportiva de base e duradoura.

No que concerne ao combate à delinquência e à toxicod dependência juvenis, prosseguir-se-á uma política de desenvolvimento de estratégias e acções concertadas entre os diversos organismos, públicos ou privados, com intervenção neste domínio, e com as

famílias, destinadas quer à absorção no mundo do trabalho dos jovens desadaptados quer à recuperação de jovens com desvios comportamentais.

A educação cívica dos jovens deve, assim, ocupar um lugar crescentemente relevante nos programas de actividades, nas escolas, nos centros de juventude e nos centros comunitários.

Dinamizar-se-ão ainda os serviços existentes de apoio psicológico aos jovens, direccionados para os aspectos relativos ao insucesso escolar e que propiciem uma plena integração nos meios familiar e escolar.

A intervenção do Conselho de Juventude no acompanhamento activo das grandes questões da política de juventude deverá ser especialmente reforçada.

2.4. No domínio do desporto

Constitui objectivo principal da política a prosseguir, o desenvolvimento das oportunidades de participação dos cidadãos na actividade desportiva, proporcionando-lhes condições consentâneas com as suas aspirações de bem-estar e de lazer através da prática do chamado «desporto para todos», ao mesmo tempo que se melhora a componente competitiva e se intensifica a participação em eventos regionais e internacionais.

Será intensificada a preparação dos recursos humanos e assegurados os meios estruturais necessários à prossecução das actividades das organizações desportivas territoriais, orientadas para o desenvolvimento das diversas expressões do fenómeno desportivo, nomeadamente na esfera do desporto escolar, desporto associativo, desporto universitário, desporto para trabalhadores e desporto para deficientes.

Para a obtenção dos níveis de qualidade nos vários domínios de intervenção dos agentes e instituições, prevê-se o aprofundamento da acção formativa, consubstanciada na valorização do papel da Escola de Educação Física e Desporto. Procura-se, desta forma, a rentabilização daquele estabelecimento de ensino, pela ampliação do seu papel formador de docentes e de quadros técnicos, ao mesmo tempo que se assegura o contributo positivo de treinadores qualificados provenientes do exterior, na maximização do potencial técnico das organizações associativas e dos atletas.

Constitui também preocupação a continuidade e reforço dos contactos desportivos de índole internacional, como forma de proporcionar uma corrente indutora que valorize os níveis de rendimento dos agentes desportivos, quer no domínio da competição, quer na gestão do segmento organizativo, onde a acção dos dirigentes se reclama cada vez mais especializada e influente no processo de realização da causa desportiva.

Continuará a ser dominante o apoio à actividade desportiva escolar e juvenil, privilegiando-se a acção conjugada das várias instituições com responsabilidades na área do desporto.

O desporto universitário será também objecto de particular atenção, com o aumento constante do seu quadro competitivo interno e o alargamento da sua participação nas competições internacionais.

Ainda na linha de valorização das intervenções concertadas, procurar-se-á que o desenvolvimento da actividade do «desporto

para todos» se processe através do estreitamento de relações das diferentes instituições responsáveis pela actividade desportiva com os municípios, a quem estão cometidas atribuições na vertente do desporto de recreação, procurando-se que a sua acção tenha incidência no concerto de toda a comunidade.

Promover-se-á também o incremento de novas infra-estruturas, de molde a potenciar as condições de realização da prática desportiva, dando-se prioridade à construção de uma piscina olímpica e à edificação de um centro de estágio, tendo em vista satisfazer necessidades de aperfeiçoamento técnico e consagrar a optimização da capacidade desportiva do Território. Com estes empreendimentos fica praticamente concluído o plano de desenvolvimento desportivo preparado para o período de transição.

Garantir-se-á também o apoio ao Comité Olímpico de Macau na sua afirmação e na sua participação nos grandes acontecimentos desportivos internacionais.

3. Políticas de comunicação, turismo e cultura

A transferência da Administração de Macau, de Portugal para a República Popular da China, sendo o culminar de um ciclo da história do Território, não deve ser encarada num sentido reductor, mas antes deverá ser vista como o início de uma nova era viabilizadora da continuidade dos valores, regras e princípios que sempre caracterizaram a sua forma distinta de afirmação no Mundo.

A singularidade de Macau está presente na especial capacidade para explorar vias consensuais, na sabedoria da coexistência e na integração das diferenças. A estreita linha de fronteira nunca condicionou anseios e, nos últimos anos, o Território tem vivido uma fase de assinalável projecção internacional, fazendo valer não só a sua ancestral condição de lugar de encontro e plataforma de comunicação, como a crescente vocação de destino turístico diversificado e a plena afirmação como Cidade de Cultura.

É neste quadro que se inscrevem os objectivos da acção governativa nas áreas da comunicação, turismo e cultura, privilegiando uma lógica de continuidade que não perca de vista os desafios impostos pelo momento histórico, já próximo, da transferência de Administração.

Macau, com o seu património histórico, deve continuar a desenhar o futuro numa linha de modernidade, afirmação autonómica, utilidade e complementaridade regional, reforçando as diferenças e consolidando a identidade própria, objectivos tanto mais válidos quanto maior é a concorrência de factores externos no sentido da globalização. Isto porque, se por um lado, o Território tira proveito da sua inserção geográfica numa zona do mundo onde se regista um dos maiores índices de crescimento na área do turismo, também, por outro, está exposto à forte competitividade e à instabilidade dos mercados mais próximos.

Importa continuar a desenvolver as potencialidades de Macau como destino autónomo e final, apostando nas vantagens oferecidas pelo aeroporto internacional, na formação profissional, na excelência do serviço e na qualidade e diversidade do produto turístico, numa base política objectiva, competitiva e de cooperação e coordenação com todos os sectores envolvidos.

A tal objectivo não pode estar alheia uma vertente de divulgação e sensibilização, que deve ser considerada num plano mais

amplo e participativo, através de uma presença activa e de intervenção em organizações e eventos internacionais.

Nos domínios da promoção turística e da acção cultural, haverá que continuar a racionalizar os recursos humanos e materiais envolvidos, tendo em consideração a eficiência e a eficácia.

A participação de Macau na Exposição Mundial de Lisboa — EXPO 98 pretende-se digna e prestigiante. Importará assim, envolver e mobilizar os diversos sectores da sociedade, em especial os seus agentes culturais e artísticos, de modo a revelar as mais profundas realidades do Território e a produção intelectual. Indispensável é, igualmente, a contribuição dos operadores turísticos na divulgação da imagem do Território.

Numa linha de continuidade e de consolidação de estruturas de divulgação importará fomentar o acesso a novas tecnologias e a criação de novos meios de pesquisa e organização de informação, lançando bases para a informatização e digitalização.

A evolução tecnológica e o desenvolvimento de redes mundiais de informação têm igualmente que ser encarados como meios para manter viva a identidade e o sentido de pertença à cultura macaense, mercê das possibilidades que disponibilizam para o estreitamento dos laços entre as diferentes comunidades espalhadas pelo mundo.

As políticas de comunicação, turismo e cultura procurarão consolidar as respectivas bases legislativas, na perspectiva da sua adequação aos desafios e à evolução de Macau. A racionalização dos recursos humanos continuará a ser implementada respeitando os objectivos da política de localização de quadros.

3.1. No domínio da comunicação

O ano de 1998 vai ser crucial no contexto da atenção mundial sobre Macau. Com o fim do processo de transferência de poderes de Hong Kong, o Território entrou numa fase de maior exposição, sendo, por isso, imprescindível uma concentração de esforços no sentido de aproveitar a oportunidade para evidenciar os aspectos particulares que envolvem a transferência do exercício da Administração.

É essencial, neste momento histórico, consolidar a imagem positiva de modernidade e autonomia que corresponde à realidade de Macau. E importa sublinhar, junto dos diversos públicos internacionais, que a característica que melhor define o Território é o relacionamento pacífico, tolerante e aberto entre as comunidades residentes e a hospitalidade oferecida ao elevado número de visitantes que anualmente acolhe.

Nesse sentido, diversos projectos de imagem e de registo de informação serão desenvolvidos, apostando-se ainda na presença de Macau na EXPO 98 em acções específicas no plano da informação, voltadas, por um lado, para a sensibilização da própria opinião pública portuguesa sobre a realidade de Macau e, por outro, para a divulgação, tão ampla quanto possível, junto dos meios de comunicação social de todo o mundo que irão convergir em Lisboa.

Isto passará, designadamente, pela continuação do desenvolvimento de canais de comunicação que as novas tecnologias tornaram acessíveis e úteis em tempo, distância e meios. A Administração prossegue a aposta em consolidar a presença de Macau

nas redes mundiais de informação e em utilizar novos meios interactivos na divulgação do Território.

Importa, assim, desenvolver um conceito de serviço público no contexto da nova «Sociedade da Informação», criando condições que permitam a extensão do actual quadro de acesso às redes de informação, por forma a englobar novos serviços. A evolução da tecnologia digital e interactiva, ao permitir a utilização eficiente de múltiplos canais de comunicação, irá melhorar substancialmente as oportunidades existentes na oferta e utilização de serviços audiovisuais, a partir de novas técnicas de radiodifusão e televisão em modo digital.

Neste sentido, serão implementados os mecanismos que permitam o desenvolvimento da difusão de televisão por subscrição e a transmissão de sinais de televisão por satélite, cujos contratos de concessão e licença de exploração se encontram em fase final de elaboração, bem como as condições para encorajar a oferta de novos produtos tecnológicos, tendo em vista, nomeadamente, a continuidade da informação de língua portuguesa em Macau.

A preservação do legado único de quatro séculos de interpenetração cultural e convivência de civilizações pressupõe a defesa da língua e da cultura portuguesas, o que, sendo embora um objectivo comungado pelas autoridades de Macau, de Portugal e da República Popular da China, não poderá estar alheio ao estabelecimento das condições essenciais à continuação da presença de meios de difusão escrita e audiovisual em português.

Visando a salvaguarda das memórias colectivas, são consideradas importantes as acções a desenvolver para tratar e organizar o espólio existente em matéria de comunicação social escrita e audiovisual.

Por outro lado, a concretização das políticas de comunicação não poderá deixar de estar assente no reforço dos canais internos, na perspectiva de aprofundar o diálogo, o entendimento e a confiança entre os órgãos de Governo próprio e os diferentes sectores da sociedade local.

É neste âmbito que se enquadra o propósito de criação de estruturas de comunicação que tenham em vista a situação corrente e o período final da transição.

Nesta fase final do período de transição ganha maior acuidade o papel dos órgãos de comunicação social locais como veículos de diálogo, implicando isto, da parte da Administração, um esforço acrescido em favor das liberdades e do pluralismo, importando consolidar o edifício legislativo já existente.

Nestes termos, são acções a desenvolver, nas áreas da comunicação:

- Reforçar e aperfeiçoar os canais de comunicação, afirmando, através do diálogo periódico e regular com a imprensa, o entendimento entre a Administração e os diversos sectores da sociedade e assegurando pronta resposta às solicitações;
- Aperfeiçoar o apoio técnico e informativo aos órgãos de comunicação social, potenciando o uso de novas tecnologias;
- Estabelecer mecanismos para dar pronta resposta a solicitações de carácter informativo provenientes de qualquer parte do mundo, recorrendo a canais eficazes disponibilizados pelas novas tecnologias;

- Assegurar o acompanhamento e o apoio aos órgãos de comunicação social que se desloquem ao Território em missão de reportagem;

- Editar um CD-ROM de informação geral sobre Macau, dispondo de um amplo banco de dados, imagens e registos sonoros;

- Conceber e editar uma série de publicações temáticas, em várias línguas, sobre os diversos aspectos do processo de transição em curso;

- Prosseguir a edição de publicações oficiais e de produtos impressos e audiovisuais de âmbito geral e específico;

- Planear e promover a realização em Macau de um congresso pluridisciplinar sobre a Comunicação Oriente/Ocidente que, reunindo especialistas e pensadores mundiais, se assumirá como fórum privilegiado de estudo e debate do relacionamento entre as civilizações orientais e ocidentais, tendo por base a história e a evolução das relações entre Portugal e a China e a transição de Macau;

- Apoiar a realização em Macau do Congresso de Jornalismo de Língua Portuguesa, tendo como ponto de debate o futuro da informação de língua portuguesa em Macau;

- Colaborar na concepção, planeamento e execução de acções específicas de divulgação no âmbito da participação de Macau na EXPO 98;

- Prosseguir o programa plurianual de formação geral e nos domínios do bilinguismo e das novas tecnologias, contribuindo para o aperfeiçoamento dos profissionais da comunicação social;

- Consolidar os alicerces da liberdade de expressão e pensamento consagrados nas Leis de Radiodifusão e da Imprensa;

- Melhorar os serviços do Gabinete de Comunicação Social, intensificando a formação dos quadros, bilíngues na sua já quase totalidade, na perspectiva da sua qualificação técnica e profissional;

- Proceder à reconversão tecnológica das áreas de documentação, arquivo, fotografia e audiovisual do Gabinete de Comunicação Social, para o tratamento digital do vasto espólio existente;

- Colaborar na recolha, organização e tratamento de registos audiovisuais;

- Reforçar e afirmar qualitativamente o papel de ligação, quer no plano interno, quer no externo, entre a Administração de Macau e os órgãos de comunicação social.

3.2. No domínio do turismo

O Turismo desempenha um papel abrangente, pluridisciplinar e universalista, fundamental para o entendimento e aproximação dos povos e para o desenvolvimento económico.

Na última década, este sector foi o que mais rapidamente referenciou a globalização das economias e dos mercados, prevendo-se que o processo se torne mais perceptível no futuro. A generalização da utilização das redes de informação, a liberalização do transporte aéreo e a constante melhoria das acessibilidades são factores que contribuirão para que o acto de viajar seja cada vez mais simples e acessível à grande maioria da população de países e Territórios desenvolvidos.

Com uma importância significativa para a economia de Macau, que se traduz numa contribuição de mais de 40 por cento para o Produto Interno Bruto e emprega, directa ou indirectamente, cerca de 30 por cento da população activa, este sector continuará a revelar-se determinante para o desenvolvimento do Território.

A fim de assegurar o desenvolvimento da actividade turística, serão envidados esforços no sentido de se eliminarem os efeitos negativos da falta de segurança, de modo a que seja possível criar um ambiente favorável ao turismo.

Seguindo a tendência global de expansão turística da região em que se insere, Macau não tem ficado alheio às oportunidades, procurando capitalizar os investimentos até agora realizados através do desenvolvimento de um turismo de qualidade, o que passa pela reafirmação de uma identidade própria e pelo desenvolvimento de produtos adequados aos diferentes segmentos de mercado, por forma a alargar a vantagem competitiva.

Conscientes desta realidade, tanto as entidades oficiais como as privadas têm apostado no reforço das potencialidades turísticas de Macau através da melhoria efectiva da oferta turística, nomeadamente com a construção de importantes infra-estruturas de acesso ao Território, de estruturas de interesse turístico, de equipamentos orientados para o segmento de conferências e incentivos e de um parque hoteleiro de qualidade. Também tem vindo a apostar-se na melhoria da formação dos profissionais do sector, designadamente através do Instituto de Formação Turística.

A qualidade é um factor decisivo do sucesso na indústria turística e um elemento consentâneo com as exigências do turismo actual, orientado por avanços tecnológicos, maior sensibilidade pelas preferências dos consumidores e por uma maior flexibilidade.

As circunstâncias históricas contribuíram para que Macau se tornasse num privilegiado ponto de encontro de povos, culturas, costumes e credos e numa plataforma de diálogo e entendimento.

No actual quadro, importa afirmar e consolidar o turismo enquanto beneficiário da singularidade do Território, actividade económica e social de relevo e elemento de afirmação no contexto regional e internacional.

Numa época em que as distâncias geográficas assumem cada vez menor importância, Macau, território de vocação turística, procura definir, concretizar e consolidar estratégias competitivas que o diferenciem dos inúmeros destinos turísticos da região, apostando na valorização dos componentes mais atractivos, à luz das motivações e exigências dos visitantes dos mais diversos mercados, estratos e perfis socioculturais e económicos. A internacionalização dos mercados, a rápida evolução mundial da oferta turística e as constantes alterações de comportamento dos consumidores são também elementos a considerar na definição dessas estratégias.

O Aeroporto Internacional de Macau contribui em grande medida para a projecção externa do Território, permitindo a autonomia do destino turístico «Macau», potenciando o desenvolvimento do sector e consolidando o Território como plataforma e centro de serviços.

Sendo que o Aeroporto é cada vez mais uma força motriz na atracção de mercados turísticos, a concepção das políticas e acções promocionais levará necessariamente em conta esta infra-estrutura de acesso. Desta forma, o esforço promocional incidirá nos mercados regionais, principais geradores de visitantes, nomeadamente Hong Kong, China, Taiwan, Japão, Coreia do Sul e mercados do Sudeste Asiático (Singapura, Filipinas, Malásia e Tailandia). Paralelamente, apostar-se-á na captação de segmentos específicos dos mercados de longo curso e procurar-se-á o desenvolvimento de sinergias entre os intervenientes no processo turístico, nomeadamente com acções promocionais conjuntas entre operadores e companhias aéreas no sentido da utilização de Macau como plataforma de acesso para toda a região.

A estratégia promocional passará pelo reforço da projecção turística do Território e pelo consequente aperfeiçoamento e adequação das acções promocionais, nomeadamente através da realização de programas de promoção específicos para os diferentes mercados e segmentos, participação nas principais feiras de turismo internacionais e organização de acções promocionais específicas em mercados prioritários, procurando-se ainda dinamizar a participação dos operadores, sensibilizando-os para as novas exigências do turismo.

Paralelamente, a consolidação da estrutura de representação turística no exterior e a avaliação da necessidade de representações noutros mercados revela-se um instrumento fundamental desta estratégia.

Uma abordagem promocional agressiva e competitiva terá necessariamente que levar em linha de conta as novas tecnologias de informação e a crescente globalização dos mercados. Assim, proceder-se-á ao lançamento de um CD-ROM e ao alargamento e melhoria da divulgação do Turismo de Macau através da Internet.

No âmbito do desenvolvimento do produto turístico, procurar-se-á maximizar a singularidade e diversidade do Território, aproveitando as manifestações culturais e religiosas que se realizam ao longo do ano, reformulando o aproveitamento turístico das casas da Avenida da Praia, na ilha da Taipa, colaborando na iluminação e na recuperação de edifícios e lugares de valor patrimonial e divulgando a diversidade gastronómica do Território em geral e da culinária macaense em particular.

A construção e melhoria de estruturas culturais e recreativas como o Museu de Macau na Fortaleza do Monte, o Parque Temático e Marina da Taipa, o Centro Cultural, os parques urbanos da cidade, a Fonte Cibernética e os Museus do Vinho e do Grande Prémio constituem elementos fundamentais para o desenvolvimento do produto turístico de Macau.

A dinamização do segmento de lazer e entretenimento passará ainda pela organização e divulgação dos eventos especiais, nomeadamente o Grande Prémio, o Concurso Internacional de Fogo-de-Artifício e as Corridas de Barcos-Dragão e pela promoção do Festival Internacional de Música e do Festival de Artes, bem como pela criação de novas áreas de animação turística.

O segmento de conferências e incentivos, cuja importância se tem revelado crescente ao longo dos últimos anos, merecerá especial atenção ao nível promocional, procurando-se paralelamente a dinamização dos equipamentos turísticos para este segmento através da divulgação do Centro de Actividades Turísticas e da

manutenção e actualização do equipamento existente para permitir uma maior versatilidade e aproveitamento do Centro.

Continuando a eleger como objectivos gerais para 1998 o aumento do número total de visitantes, a atracção de visitantes de maior poder aquisitivo, o aumento do tempo de permanência e da despesa «per capita», a dinamização do segmento de conferências e incentivos, o desenvolvimento e melhoria do produto turístico e a participação em organizações internacionais, consideram-se acções prioritárias:

- Consolidar a vertente de Macau como destino turístico autónomo e final, tendo por base a singularidade e diferença do Território na região em que se insere;
- Desenvolver uma política promocional agressiva e orientada para segmentos de mercado específicos, privilegiando mercados alvo;
- Desenvolver um produto turístico diversificado e de qualidade, capitalizando as raízes culturais e históricas, os costumes, as tradições e a singularidade de Macau;
- Prosseguir a política de globalização inter-regional para o Turismo, com a participação em acções promocionais conjuntas com os organismos de turismo da província de Cantão e de Hong Kong, no âmbito do acordo do Delta do Rio das Pérolas e lançamento de uma página promocional do Delta na rede Internet;
- Reforçar a participação de Macau nos organismos internacionais regionais de turismo e maximizar as oportunidades daí decorrentes, particularmente no que se refere à Organização Mundial do Turismo, à «Pacific Asia Travel Association» (PATA), à «International Congress and Convention Association» (ICCA), à «East Asia Travel Association» (EATA) e à «Asian Association for Conventions and Visitors Bureaus» (AACVB);
- Continuar a acção do Gabinete de Apoio ao Turista, na defesa dos interesses dos visitantes;
- Aumentar o espólio e reformular algumas áreas dos museus do Grande Prémio e do Vinho;
- Concretizar um adequado e funcional sistema de sinalização dos pontos turísticos;
- Estreitar e dinamizar a cooperação com os Serviços de Estatística e Censos, visando a obtenção de informações de apoio às decisões, quer do sector privado quer da Administração;
- Conjugar e coordenar os meios de cooperação e interacção com os agentes económicos do sector, designadamente operadores, agentes de viagens, hoteleiros e transportadores, tendo em vista não apenas acções promocionais mas também acções de formação.

No plano da preparação específica dos agentes, o Instituto de Formação Turística (IFT) continuará a desenvolver esforços no sentido da concretização dos grandes objectivos a que se propôs: melhoria da qualidade do ensino por forma a servir a sociedade de Macau e a região, e afirmar-se como uma referência regional e internacional, aproveitando as excepcionais condições geoestratégicas de que o Território desfruta.

Ao longo de 1997, o IFT beneficiou de uma importante melhoria de infra-estruturas e foi alvo de reorganização interna, esta-

belecendo condições de acesso de pessoal docente por forma a estimular a investigação e a formação contínua. Iniciaram-se programas de intercâmbio académico, foi criado o Centro de Investigação em Hotelaria e Turismo e deu-se início à licenciatura em Gestão de Empresas Turísticas.

Em resultado deste conjunto de acções verificou-se um significativo crescimento do número de candidatos.

Em 1997 o IFT foi ainda distinguido com o PATA Gold Award no segmento de educação e formação turística e foi aceite como membro filiado da Organização Mundial do Turismo.

Sob o lema da continuidade, as acções a desenvolver, em 1998, projectam-se nos objectivos traçados:

- Formar um corpo docente internacional e interdisciplinar, que tenha na qualidade a primeira preocupação;
- Criar condições favoráveis à investigação académica e ao enriquecimento do saber, a nível teórico e prático;
- Reforçar o intercâmbio académico, prosseguindo os contactos com instituições congéneres da região e da União Europeia;
- Realizar em Macau um encontro de escolas de turismo e hotelaria da região, com vista à constituição de uma associação e à partilha de informação e experiências;
- Criar, no âmbito da Escola Superior de Turismo, um Centro de Apoio a Conferências e um Centro de Guias Turísticos;
- Continuar a colaborar com outros organismos do Território no sentido de possibilitar, quando necessário, a reconversão de mão-de-obra do sector secundário para o sector terciário.

3.3. *No domínio da cultura*

A importante riqueza do legado histórico e cultural de Macau, resultante da secular coexistência de culturas, é a expressão do dinamismo de um espaço e de uma sociedade únicos no mundo e igualmente testemunho de uma evolução planeada em vista da afirmação da diferença através da salvaguarda dos bens do passado.

A concepção e aplicação de medidas que garantam a defesa do património cultural e arquitectónico de Macau apresenta-se como requisito prioritário, numa base de coerência e continuidade e no respeito e compromisso perante a cultura, a memória e as comunidades afectas ao espaço.

A perspectiva da alteração histórica, conjugada com o desenvolvimento em que toda a região se encontra, impõe a afirmação de Macau como valor universal a preservar.

É objectivo da Administração assegurar a continuidade dos projectos de recolha, defesa e preservação do património cultural de Macau, estabelecendo princípios que garantam a sua sobrevivência, fruição e divulgação, enquanto legado importante que representa para as gerações futuras.

Porém, sendo a cultura um produto humano, que se manifesta nas múltiplas expressões que individualizam cada comunidade, importa dar relevo à afirmação dos valores locais a nível científico, artístico e literário, incentivando-se de igual modo as manifestações artísticas e científicas dos agentes culturais.

Nesta perspectiva, é objectivo realizar ou apoiar eventos que revitalizem o cenário artístico e cultural de Macau e fomentem a sua internacionalização.

À Administração, em conjugação com outros agentes culturais, caberá a concepção e o desenvolvimento de acções que contribuam para o sucesso da participação de Macau na EXPO 98, reflectindo, ao mais alto nível, a realidade cultural do Território. Neste âmbito, serão envidados esforços no controlo dos recursos expendidos, pautando-se pela contenção dos custos necessários para a consecução dos objectivos previstos; por outro lado, serão publicados os valores das receitas e despesas atinentes à participação de Macau na EXPO 98, por forma a manter a população informada.

Igual empenho deverá ser colocado no êxito do futuro Museu de Macau e na abertura condigna do futuro Centro Cultural, fazendo convergir, no calendário da inauguração destas duas importantes estruturas, iniciativas que elevem a notoriedade de Macau e reafirmem, em pleno, a imagem de «Cidade de Cultura».

Proseguirá o estreitamento de relações culturais com outros países e Territórios, e muito especialmente: Portugal, República Popular da China e região Ásia-Pacífico. Dar-se-á relevo à dignificação e perenidade da presença cultural portuguesa em Macau e no Oriente.

No plano interno dos serviços, é objectivo primário prosseguir o trabalho de recolha e tratamento do espólio do futuro Museu de Macau e a admissão de quadros que darão corpo à sua estrutura funcional.

Importa levar a cabo as acções necessárias à definição do papel do Instituto Cultural de Macau, no quadro da futura Região Administrativa Especial. O momento que se avizinha reclama um empenhamento colectivo e concertado, pelo que no decurso de 1998 deverá proceder-se à reformulação de estruturas tendo em vista a transição, conciliando-se o processo de localização e a formação de quadros com a continuidade dos projectos em curso, numa base de consenso e troca de experiências que assegure a manutenção da identidade do Território como elo privilegiado entre as culturas oriental e ocidental.

Pretende-se, deste modo, concretizar as medidas a seguir indicadas, em vista da relevância que a componente cultural assume na acção governativa:

- Contribuir para a preservação da identidade de Macau, promovendo o conhecimento dos valores inerentes à realidade histórica, cultural e patrimonial;
- Proceder à abertura do Museu de Macau, na Fortaleza do Monte, onde de forma temática e multifacetada, com recurso, também, a avançados sistemas de informação, se pretende dignificar e perpetuar a vivência secular de Macau;
- Prosseguir a política de apoio a associações e a outros agentes culturais cuja actividade contribua para a afirmação da identidade de Macau;
- Manter a Orquestra Chinesa e a Orquestra de Câmara de Macau, dotando-as de um programa de concertos regulares em parte vocacionados para o público escolar;

- Promover as orquestras, através da edição digital e de digressões no exterior;
- Prosseguir a organização do Festival Internacional de Música de Macau, do Festival de Artes de Macau, do Concurso para Jovens Músicos, dos ciclos de Cinema, das oficinas de Teatro e Ópera Cantonense, de recitais e de exposições;
- Apoiar projectos de investigação que se revistam de interesse para Macau, através da concessão de bolsas e da publicação de trabalhos de pesquisa;
- Organizar e apoiar a realização de seminários, colóquios, conferências e demais formas de intercâmbio de carácter científico, artístico e cultural;
- Prosseguir a edição de obras cujo conteúdo se relacione com a presença portuguesa no Oriente e dar continuidade à edição em chinês de obras de autores portugueses;
- Promover a difusão do livro e da leitura, facultando aos agentes culturais o acervo de publicações;
- Implementar uma «Base de Dados de Apoio à Investigação»;
- Promover a divulgação de autores de Macau;
- Assegurar a participação de Macau nos mais importantes eventos culturais internacionais;
- Prosseguir a edição da «Revista de Cultura» em português, inglês e chinês;
- Ampliar os meios de defesa, preservação e divulgação do património bibliográfico de Macau e prosseguir o tratamento e informatização de documentação arquivística e bibliográfica;
- Prosseguir a leccionação curricular e os concursos nas áreas de música, dança e teatro.

4. Políticas de assuntos sociais e orçamento

4.1. No domínio da saúde

A política de saúde continuará a acentuar a prevenção e o tratamento das doenças, de harmonia com o princípio da igualdade de oportunidades no acesso ao sistema de saúde por parte da população residente, e a promover o aperfeiçoamento dos cuidados de saúde, em função dos actuais níveis de qualidade.

Destacam-se como medidas mais relevantes as seguintes:

4.1.1. Localização Legislativa

- Aprovação dos diplomas essenciais para a completa localização do regime jurídico e dos recursos humanos do sistema de saúde;
- Aprovação da Lei-Quadro da Saúde Mental, destinada a estabelecer as normas a observar no tratamento das doenças mentais;
- Aprovação do pacote legislativo da bioética, com a constituição e audição do Conselho de Ética das Ciências da Vida;
- Aprovação do regime jurídico do registo de medicamentos e das normas destinadas a tornar mais eficaz a fiscalização das substâncias que se encontram sujeitas a controlo internacional;

- Aprovação do regime de licenciamento dos estabelecimentos de saúde privados.

4.1.2. Infra-estruturas de saúde

- Aperfeiçoamento da complementaridade entre o Centro Hospitalar Conde de São Januário e o Hospital Kiang Wu;
- Construção de um Centro de Medicina Tradicional Chinesa e sua integração na rede pública dos cuidados de saúde primários, com pleno reconhecimento da pluralidade de culturas de saúde;
- Construção e integração na rede pública de cuidados de saúde primários de mais dois Centros de Saúde, um no Fai Chi Kei — este para substituição dos actuais Centros de Saúde do Fai Chi Kei e Patane — e outro na Taipa, este dotado de uma unidade de urgência adequada ao atendimento de situações de emergência e isolamento das Ilhas;
- Criação de uma zona de internamento de doentes infecto-contagiosos agudos no Centro Hospitalar Conde de São Januário;
- Instalação dos Serviços de Saúde de Macau em edifício autónomo, na periferia do Centro Hospitalar Conde de São Januário, aumentando a capacidade do Centro Hospitalar em 120 camas;
- Estudo do perfil e programa-base da nova unidade hospitalar na Taipa e sua apresentação ao GLC como possível projecto de parceria entre Portugal e a RPC, integrando uma unidade de ensino superior da saúde e das ciências da vida;
- Construção e início de funcionamento no «campus» do Hospital da Taipa das unidades de Geriatria e Psiquiatria de crónicos, funcionando a primeira como unidade de retaguarda do Hospital para o apoio — médico, social e familiar — a doentes em fase terminal de vida e a segunda para substituição da unidade existente.

4.1.3. Outras medidas

- Aprovação do pacote de medidas de apoio à manutenção da actual cultura de saúde — portuguesa e ocidental — no Centro Hospitalar Conde de São Januário e no Centro de Saúde do Tap Seac, com o reforço da colaboração das estruturas de saúde de Portugal e da Organização Mundial de Saúde (OMS) na internacionalização do sistema de saúde de Macau;
- Redimensionamento do programa de controlo e combate à tuberculose, com vista ao encurtamento do tempo que medeia entre o aparecimento dos primeiros sintomas de doença, o seu diagnóstico e o início do tratamento;
- Generalização à rede de cuidados de saúde primários do órgão consultivo — Conselho Comunitário de Saúde — que acenuará a ligação à comunidade da actividade dos centros de saúde;
- Auto-avaliação e melhoramento quer do modo de aplicação dos recursos dos estabelecimentos de saúde públicos, quer da qualidade dos serviços prestados pelo respectivo pessoal, designadamente no que diz respeito ao atendimento dos utentes; simplificação dos procedimentos das consultas, com o encurtamento dos períodos de espera pelas já marcadas, e a criação de um mecanismo mais cómodo relativamente à inscrição para as consultas para o próprio dia.

No plano internacional, continuará a aprofundar-se o relacionamento técnico com a Organização Mundial de Saúde, com prioridade para o esforço conjunto de erradicação de doenças emergentes ou recorrentes, a manutenção dos padrões de qualidade da saúde da população e a internacionalização do sistema.

4.2. *No domínio da acção social*

A política social continuará a centrar-se na promoção do nível e da qualidade de vida da população carenciada, com especial atenção pelos grupos sociais mais vulneráveis, como as crianças, os idosos, os deficientes e os doentes mentais.

Destacam-se como medidas mais relevantes as seguintes:

4.2.1 *Localização legislativa*

- Na acentuação do apoio à família, aprovar-se-á a regulamentação da Lei de Bases da Família, criando-se um gabinete de aconselhamento a situações de violência familiar em geral e de famílias monoparentais;

- Na área dos deficientes, será aprovada a Lei-Quadro da Reabilitação, com a subsequente centralização no Instituto dos Assuntos Sociais de Macau das estruturas institucionais de apoio social;

- Proceder-se-á à regulamentação do Decreto-Lei n.º 90/88/M, de 27 de Setembro, relativo a creches e lares de crianças e jovens.

4.2.2. *No âmbito do apoio aos grupos sociais mais vulneráveis*

- Promover-se-á a reinstalação do Centro de Santa Margarida, destinado a deficientes mentais, e a reestruturação do Centro de Reabilitação de Cegos, dotando-os de meios consentâneos com os seus objectivos de protecção social;

- Na área da criança e do jovem, construir-se-ão três novas creches, um lar para jovens e um centro comunitário;

- Na área dos idosos, promover-se-á, em colaboração com o Instituto de Habitação de Macau, o incremento do serviço de apoio domiciliário, através da criação de um sistema de fornecimento de refeições aos idosos com maior dificuldade de locomoção;

- Na Taipa será criado um centro de dia, dotado de um serviço de cuidados especiais para idosos;

- Proceder-se-á à reinstalação, em edifício construído de raiz, do Asilo do Carmo, o qual duplicará a sua capacidade e melhorará a qualidade dos serviços que presta;

- Será, também, emitido um novo guia de benefícios especiais «cartão de idosos», iniciativa que tem registado enorme adesão por parte da população;

- Na área da toxicodependência, concretizada a integração no IASM da estrutura do Gabinete de Prevenção e Tratamento da Toxicodependência, continuará a privilegiar-se a estratégia de prevenção e combate ao consumo de drogas;

- Neste sentido, procurar-se-á estimular a resposta da solidariedade social, reforçando a participação e envolvimento da comunidade através da promoção de acções de informação e sensibilização em meios específicos — escolar, social e familiar — bem

como o desenvolvimento de programas de reintegração de toxicodependentes;

- Continuará a ser aprofundada a cooperação com organismos públicos e outras organizações que prossigam atribuições relacionadas com a problemática da droga, a nível local, regional e internacional, instituindo-se, em particular, mecanismos de apoio técnico-financeiro a projectos e acções desenvolvidos por organizações não governamentais no domínio do tratamento e recuperação de toxicodependentes.

4.2.3. *Outras medidas*

- Promover-se-á a constituição da União das Famílias de Macau, parceiro social na definição das políticas de família e fórum de debate e promoção dos seus direitos e aspirações;

- Prosseguirão também as acções de formação destinadas a grupos socioprofissionais específicos e a agentes de intervenção comunitária, com intervenção privilegiada da Universidade e do Instituto Politécnico de Macau.

4.3. *No domínio do sistema de aposentação e sobrevivência*

Na sequência da implementação da nova estrutura orgânica do Fundo de Pensões de Macau e a conclusão das tarefas que lhe estão cometidas no âmbito do processo de integração, reforçar-se-á a sua capacidade interventiva, garantindo-lhe as necessárias condições de estabilidade e eficiência na gestão do sistema de aposentação e sobrevivência.

Neste sentido, serão intensificadas as acções de formação e valorização dos recursos humanos, aliadas ao aperfeiçoamento do respectivo sistema informativo e à melhoria do relacionamento entre a instituição e os seus beneficiários.

Dando continuidade ao aperfeiçoamento do respectivo quadro legislativo de suporte, será aprovada legislação específica, assegurando o enquadramento de algumas situações pontuais de exclusão do actual regime legal das pensões de sobrevivência, iniciativa que encerrará o processo de modernização legislativa da instituição e do seu objecto estatutário.

Prosseguirá a política de controlo rigoroso e de maximização dos recursos financeiros afectos ao Fundo de Pensões.

4.4. *No domínio do ambiente e da defesa do consumidor*

4.4.1. *No âmbito do ambiente*

A política do ambiente continuará a ser entendida como parte do processo de desenvolvimento e integrada nos mecanismos de planeamento e gestão dos vários sectores da administração.

Nestas circunstâncias, o seu reforço passa pela maior articulação entre os organismos públicos, acentuando a dimensão ambiental da sua actuação e garantindo melhor conjugação de esforços na exploração das respectivas complementaridades.

Paralelamente, será elaborado um conjunto de propostas legislativas estruturantes das componentes ambientais — designadamente o ar, a água, os resíduos, o ruído e as áreas protegidas — e do enquadramento das actividades económicas, através dos procedimentos de licenciamento de actividades industriais e da realização de estudos de impacto ambiental.

Promover-se-á o cumprimento das convenções internacionais, subscritas por Macau no domínio do ambiente, bem como a adesão a novas convenções, cuja assinatura se justifique face ao futuro estatuto do Território.

Será organizado um sistema de informação ambiental, com a atribuição de responsabilidades em matéria de inspecção, planeamento e preparação de relatórios sobre o estado do ambiente, por forma a contribuir para a consolidação de uma administração que integre nos mecanismos de planeamento e gestão os vários vectores do binómio ambiente/desenvolvimento. Será dada prioridade à educação ambiental da comunidade residente, com especial destaque para as crianças e jovens, através do envolvimento do sistema educativo, bem como à formação profissional dos agentes executores da política do Ambiente.

4.4.2. *No âmbito da defesa do consumidor*

No âmbito da defesa do consumidor, proceder-se-á à criação do Centro de Arbitragem Voluntária de Conflitos de Consumo, junto do Conselho de Consumidores e aberto à adesão das entidades interessadas.

A regulamentação da segurança dos produtos de consumo passará a constituir objectivo prioritário do Conselho de Consumidores, em conformidade com as linhas gerais da política de defesa do consumidor traçadas, há alguns anos, por lei da Assembleia Legislativa de Macau.

Assim, será aprovada e amplamente divulgada regulamentação de prevenção dos riscos que possam afectar a saúde ou a segurança dos consumidores.

4.5. *No domínio orçamental e patrimonial*

4.5.1. *No âmbito fiscal*

A política tributária continuará a aperfeiçoar os seus instrumentos de gestão, com o objectivo da modernização do sistema fiscal e sua adaptação à realidade socioeconómica do Território, no respeito pelos traços caracterizadores do sistema, designadamente a baixa carga fiscal e a não existência de algumas categorias de impostos aplicados em outros ordenamentos.

Nesta perspectiva, será aprovado o Código do Processo Tributário, que constituirá um dos diplomas enformadores do sistema, substituindo o Código de Execuções Fiscais (Decreto n.º 38 088, de 12 de Dezembro de 1950) e demais legislação processual vigente.

Será, igualmente, aprovada a Lei-Quadro dos Benefícios Fiscais, a qual assume especial relevância na política de atracção do investimento externo, tendo em linha de conta os sistemas fiscais da região Ásia-Pacífico.

Com vista a prevenir situações de sobreposição fiscal, relativamente aos rendimentos gerados por empresas ou residentes portugueses em Macau ou por empresas ou residentes de Macau em Portugal, será negociado um acordo destinado a evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre o rendimento.

Aprovar-se-á, igualmente, o novo Regulamento e Tabela Geral do Imposto do Selo, encerrando-se o estudo de reformulação deste imposto.

Em matéria de Imposto Complementar de Rendimentos, será apresentado um projecto de alteração destinado a simplificar o regime de incidência e a alterar disposições relativas à determinação da matéria colectável e à aplicação de penalidades.

Finalmente, entrará em processo legislativo o novo Código da Sisa e do Imposto sobre Sucessões e Doações, que irá substituir a legislação anterior.

4.5.2. *No âmbito orçamental*

Na vertente orçamental, continuará a acentuar-se a prioridade estratégica do equilíbrio orçamental, através do controlo rigoroso dos custos, atenta a reduzida previsibilidade do crescimento da receita, aliada à volatilidade de algumas das suas componentes.

Regulamentar-se-ão os fundos permanentes, no que toca à recebedoria, tesouraria e regime financeiro das entidades dotadas de autonomia administrativa, assim como se procederá à reformulação dos elementos de notação relativos ao registo contabilístico e à sua integração lógica e informatizada.

Concluir-se-á o processo de localização legislativa, com a elaboração dos manuais de procedimentos facilitadores da actividade administrativa.

Continuará o esforço de aperfeiçoamento dos instrumentos de execução do Orçamento e do PIDDA, por forma a garantir a plena eficácia na utilização dos recursos financeiros disponíveis.

4.5.3. *No domínio patrimonial*

Concluir-se-á o processo de atribuição de moradias a quadros locais da Administração Pública, peça essencial da política social e de gestão do parque habitacional do Território.

Encerrar-se-á o processo de revisão dos mecanismos legais e de gestão tendentes a melhorar e simplificar o controlo de contratos de arrendamento em que o Território é outorgante e proceder-se-á à regularização da situação registral dos imóveis propriedade do Território.

Concluir-se-á, igualmente, o processo de inventariação e cadastramento do contingente patrimonial sob a responsabilidade da Administração, com a simultânea publicação das normas reguladoras da sua aquisição, gestão e alienação.

5. *Política de justiça*

Perspectivando o planeamento das acções a desenvolver até à transferência da Administração de Macau para a Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China, perfilam-se, na área da justiça, cinco grandes objectivos:

- Localização e modernização da legislação;
- Localização do pessoal;
- Tradução para língua chinesa da legislação vigente e que perdurará;
- Internacionalização do ordenamento jurídico de Macau;
- Administração dos recursos.

5.1. No domínio da localização e modernização da legislação

5.1.1. No âmbito da localização dos «Grandes Códigos»

Durante o ano de 1998 — e após a elaboração, com a participação da Assembleia Legislativa, dos respectivos articulados e as consultas no Grupo de Ligação Conjunto — serão aprovados e publicados os três «grandes Códigos» que ainda falta localizar:

- O Código Civil;
- O Código Comercial;
- O Código de Processo Civil.

5.1.2. No âmbito da modernização e localização do sistema judiciário

Serão elaborados e, após consultas no Grupo de Ligação Conjunto, aprovados e publicados durante o ano de 1998 os seguintes diplomas estruturantes do sistema judiciário de Macau:

- Lei Orgânica dos Tribunais e do Ministério Público;
- Estatuto dos Magistrados Judiciais e do Ministério Público.

Paralelamente, decorrerão os trabalhos tendentes à criação e regulamentação do funcionamento do Comissariado de Auditoria Financeira que virá substituir o Tribunal de Contas.

5.1.3. No âmbito da modernização do sistema notarial

Iniciada a vigência da nova orgânica dos serviços de registos e notariado e estatuto dos respectivos funcionários, a modernização do sistema notarial ficará completa com a revisão do estatuto do notário privado, que se espera concluir em 1998.

5.1.4. No âmbito da modernização do ordenamento dos serviços da área da justiça

Tendo em vista o melhor funcionamento dos serviços serão, em alguns deles, introduzidas alterações nas carreiras de pessoal e na estrutura orgânica, assim:

- Será submetido à Assembleia Legislativa um projecto de novo regime da carreira de pessoal de vigilância do Estabelecimento Prisional de Coloane;
- Será submetido à Assembleia Legislativa um projecto de criação da carreira de pessoal de educação do Instituto de Menores;
- Os Serviços de Identificação de Macau serão reestruturados tendo em vista as competências do futuro Consulado-Geral de Portugal;
- O Gabinete para a Tradução Jurídica será reestruturado tendo em vista permitir uma efectiva produção legislativa bilíngue.

5.1.5. No âmbito da modernização e localização do restante ordenamento jurídico da área da justiça

Para que fique completo o edifício jurídico de Macau torna-se ainda necessária a elaboração de diversos diplomas, pelo que, em 1998 e, residualmente, em 1999, serão aprovados e publicados, entre outros, os seguintes:

- Código do Registo Civil;
- Código do Registo Predial;

- Regime do registo comercial e de pessoas colectivas;
- Regime do registo de bens móveis;
- Código do Notariado;
- Regime dos direitos de autor;
- Regime da arbitragem comercial externa;
- Diploma regulador do comércio marítimo;
- Diploma regulador do processo administrativo contencioso;
- Regulamentação dos processos de execução das penas e medidas de segurança;
- Regulamentação do regime educativo e de protecção social da jurisdição de menores;
- Regulamentação do regime das custas nos tribunais.

5.2. No domínio da tradução da legislação vigente

Este programa abarca, por um lado, todos os actos normativos colocados em vigor no Território desde 1976 até 1991 (ano a partir do qual todos passaram a ter versão em ambas as línguas oficiais) e, por outro, aqueles anteriores a 1976.

Prevê-se que, no decurso de 1998, seja possível concluir a tradução de todos os actos normativos (decretos-leis, portarias e despachos) do primeiro grupo, ficando para 1999 os poucos que integram o segundo grupo.

5.3. No domínio da internacionalização do ordenamento jurídico de Macau

Com este programa pretende-se que o território de Macau se solidifique como parceiro na ordem jurídica internacional.

Nesse sentido, prevê-se que durante o ano de 1998 seja possível aprovar um acordo-tipo sobre entrega de infractores em fuga, e que cheguem a bom termo no Grupo de Ligação Conjunto as negociações tendentes a permitir a extensão e a vigência em Macau de cerca de 200 convenções internacionais nos mais variados domínios da vida social e política.

Por outro lado, será necessário preparar, no decurso do próximo ano, os segundos relatórios relativos à aplicação em Macau do Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais e do Pacto Internacional dos Direitos Cívicos e Políticos.

5.4. No domínio da administração dos recursos da justiça

A optimização dos investimentos em recursos humanos e equipamentos é uma condição fundamental para a melhoria do funcionamento dos serviços e, por isso, em 1998 prevêem-se diversas intervenções ao nível do pessoal, dos equipamentos e informatização, das instalações e dos procedimentos, de que merecem realce:

5.4.1. No âmbito dos recursos humanos

- Concluir a formação de um novo grupo de candidatos a magistrados e prosseguir a daqueles que completarão o estágio em 1999;

- Promover ou concluir um estágio de ingresso e cursos de formação para acesso a duas categorias da carreira de oficial de justiça e um curso de formação para o cargo de secretário judicial;
- Promover um estágio para ingresso na carreira de conservador e notário;
- Nomear novos conservadores e notários locais, a acrescentar aos já nomeados;
- Promover ou concluir um estágio de ingresso e três cursos de formação para acesso a categorias da carreira de oficial dos registos e notariado;
- Formar intérpretes-tradutores especializados em tradução simultânea nos tribunais;
- Reforçar os efectivos do pessoal de vigilância do Estabelecimento Prisional de Coloane;
- Continuar com a abertura de concursos para preenchimento dos lugares dos quadros de pessoal dos serviços com pessoal bilingue;
- Promover acções de formação linguística e técnica, nomeadamente de utilização de meios informáticos, do pessoal dos quadros.

5.4.2. No âmbito dos equipamentos e da informatização

- Informatizar as secretarias dos tribunais e do Ministério Público e as conservatórias e cartórios notariais;
- Adquirir equipamentos para o edifício principal e de formação do Instituto de Menores e para as zonas masculina, feminina e administrativa do Estabelecimento Prisional de Coloane;
- Adquirir novas viaturas, novos equipamentos de telecomunicações e equipamento fotográfico para a Polícia Judiciária, a fim de melhorar a sua operacionalidade;
- Adquirir equipamento para o Laboratório de Polícia Científica da Polícia Judiciária;
- Desenvolver aplicações informáticas nas áreas de gestão administrativa dos serviços e no domínio da informação criminal.

5.4.3. No âmbito das instalações

- Reinstalar o Tribunal de Competência Genérica no «Palácio das Repartições» através de obras adequadas e da reorganização de espaços, com vista a conferir maior dignidade ao edifício e melhores condições aos que nele trabalham;
- Ultime a reinstalação do Cartório Notarial das Ilhas em novo edifício e da Conservatória do Registo Predial no espaço deixado vago pela Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel;
- Introduzir melhoramentos nas zonas habitacionais, formativas e administrativas do Estabelecimento Prisional de Coloane e do Instituto de Menores;
- Ultime os preparativos para instalação de uma «enfermaria-prisão» em unidade hospitalar do Território;
- Ultime a instalação de um destacamento da Polícia Judiciária na ilha da Taipa;

- Instalar um destacamento da Polícia Judiciária na zona da Areia Preta;
- Recuperar as zonas mais degradadas das instalações da Polícia Judiciária, sitas na Rua Central e da Imprensa Oficial de Macau.

5.4.4. No âmbito dos procedimentos

- Criar condições para o início do funcionamento dos tribunais que a nova organização judiciária venha a criar;
- Apoiar a criação e funcionamento de instituições de arbitragem voluntária;
- Desenvolver acções de inspecção regulares aos serviços dos registos e do notariado e aos notários privados;
- Manter e desenvolver acções de cooperação entre serviços da área da justiça e outros serviços e instituições (v.g., DSEJ, IASM, DSTE, IHM, Obra das Mães, Caritas), tendo em vista facilitar a reinserção social de delinquentes, adultos e menores;
- Executar um programa no Estabelecimento Prisional de Coloane visando fortalecer os laços entre os pais reclusos e os filhos, através de encontros periódicos orientados por técnicos;
- Pôr em funcionamento um centro de acolhimento temporário, em colaboração com a Caritas, destinado a apoiar indivíduos em liberdade contra os quais esteja em curso processo penal ou de jurisdição de menores;
- Reforçar a cooperação entre os diversos órgãos de polícia criminal e as autoridades judiciárias;
- Ultime o ficheiro de boletins de registo criminal em disco óptico;
- Criar e promover a consulta de bases de dados jurídicos e jurisprudenciais;
- Manter e desenvolver programas de informação e divulgação jurídica, quer em língua portuguesa, quer em língua chinesa, e apoiar a publicação e edição de obras de referência sobre o Direito de Macau;
- Publicar um «Dicionário Jurídico» de Macau em língua chinesa;
- Aprofundar a cooperação com instituições académicas, universitárias e judiciais da República Popular da China, reforçando a divulgação e o conhecimento do Direito de Macau;
- Generalizar o uso da língua chinesa na área da justiça.

6. Política de segurança

A segurança e o bem-estar são, desde sempre, os maiores anseios das populações e os mais importantes objectivos das sociedades organizadas. Nas sociedades modernas e abertas, a interdependência entre a manutenção da segurança e a garantia das liberdades individuais constitui um processo dialéctico, pelo que o aperfeiçoamento e a adequação das leis penais, com a finalidade de possibilitar o melhor combate ao crime, têm que ser feitos no sentido irreversível do progresso, ou seja no respeito pelo conjunto das garantias e liberdades fundamentais que são motivo de orgulho da Humanidade no início do terceiro milénio.

Macau, a sua sociedade e o seu edifício político-legislativo estruturante são caracterizados pela livre iniciativa e o usufruto das liberdades individuais, representando em conjunto um activo importante do seu passado que importa preservar.

Face aos diversos crimes ocorridos recentemente, ligados à intensificação da violência organizada, ameaçando gravemente a liberdade, a vida e bens das pessoas e a tranquilidade social, as Forças de Segurança de Macau darão o melhor do seu esforço no combate e na repressão de crimes.

O estatuto singular gizado para a Região Administrativa Especial de Macau é um exemplo de compreensão e boa vontade política e os passos finais para a sua implementação um desafio às nossas capacidades.

Macau é, e pretende-se que continue a ser, um Território onde o progresso e a modernidade se articulam harmoniosamente com a diversidade cultural, o humanismo, a tolerância e o respeito pela diferença.

Este é o cenário conceptual para a política de segurança do Território. Mas devemos também ter presente a realidade enquadrante. A dimensão e a morfologia do Território, a vulnerabilidade das suas fronteiras, a dimensão e composição do seu vector demográfico, as características da sua economia onde o jogo representa parcela relevante, são factores estruturais que há que conjugar com vectores de conjuntura, como a recente transferência de soberania em Hong Kong, o arrefecimento planeado da expansão económica nas regiões chinesas vizinhas e uma sensível redução do crescimento económico de vários países e regiões desta área da Ásia e com laços estreitos com Macau.

Constituem princípios e objectivos principais das políticas de segurança para 1998 a prevenção, o combate e a repressão das actividades criminosas, a contenção da imigração ilegal e a diminuição da taxa de criminalidade, para salvaguarda da segurança e estabilidade social de Macau.

A firmeza e o rigor, o bom senso e o espírito de ponderação têm que ser, no campo dos princípios, as regras de ouro da política de segurança.

Em termos programáticos, as linhas de acção da Política de Segurança para 1998 englobam orientações de natureza organizacional, de desempenho operacional, de melhoramento e manutenção de infra-estruturas e equipamentos e de cuidada preparação para a localização dos quadros superiores das FSM.

No domínio da organização pretende-se, quer no campo legislativo, quer na articulação interna, melhorar a capacidade de comando e controlo, estreitar a colaboração entre as forças e os serviços policiais, aperfeiçoar os diversos planos existentes e levantá-los, se não existentes.

No desempenho operacional queremos melhorar a capacidade de resposta em todas as situações, testar e treinar os planos em vigor, melhorar o enquadramento, intensificar as ligações com as forças dos Territórios vizinhos, estreitar os contactos e ligações com a população e melhorar a capacidade de recolha e tratamento das informações, quer a nível interno, quer externo.

Para combater eficazmente o crime, pretende-se reforçar o trabalho de recolha e tratamento de informações, acelerar a capacidade de resposta, elevar a taxa de resolução de crimes e prevenir a infiltração das seitas nas corporações policiais.

No melhoramento e manutenção das infra-estruturas, a orientação é no sentido de ultimar as grandes obras e continuar a cuidada manutenção das instalações existentes e, no tocante aos equipamentos, promover a cuidada manutenção e a perfeita utilização dos meios existentes e a aquisição daqueles que, sendo razoável a sua obtenção, permitam melhorar qualitativa e quantitativamente a capacidade operacional.

Na continuação das acções de localização, nesta fase crucial que corresponde à assunção das maiores responsabilidades pelos quadros locais preparados na Escola Superior das Forças de Segurança e pelas respectivas corporações que vêm sendo treinados para os lugares de liderança das FSM, é nossa intenção continuar o plano traçado do antecedente. Assim, durante o ano de 1998 todo o processo estará consolidado de modo a, no início de 1999, se poderem localizar os níveis superiores de comando e direcção.

Para cumprimento das orientações atrás enunciadas serão desenvolvidas as seguintes acções:

6.1. No domínio da organização

- Prosseguir a implementação de medidas organizacionais que permitam facilitar as acções de comando e controlo, nomeadamente pela articulação e concentração de tarefas, meios e efectivos do Gabinete Coordenador de Segurança, do Centro de Coordenação Operacional e do Comando de Acção Conjunta;

- Prosseguir os esforços de agilização dos procedimentos administrativos, conjugadamente com o reforço do bilinguismo;

- Preparar, de acordo com o modelo que for definido, a evolução da estrutura e actividade alfandegárias.

6.2. No domínio do desempenho operacional

6.2.1. No âmbito interno

- Aperfeiçoar o desempenho operacional, introduzindo novos conceitos e corrigindo os procedimentos em vigor, e incentivar o empenhamento e a determinação do pessoal, pela aplicação de medidas de rigorosa disciplina e de atenta distinção de comportamentos meritórios;

- Implementar as medidas de vigilância da orla marítima, pela actuação conjugada de meios humanos fixos e móveis e de novos equipamentos terrestres e embarcados;

- Para reforçar a confiança dos agentes policiais no cumprimento da sua missão, e na sequência da publicação recente do Código Penal, do Código de Processo Penal, do Código da Estrada e da Lei da Criminalidade Organizada, serão elaboradas directrizes de actuação, prestados esclarecimentos periódicos e ministradas acções de formação em serviço;

- Incrementar a promoção das acções de informação e sensibilização dos cidadãos, de modo a obter a sua participação através da prevenção e combate às actividades criminosas e, com esta finalidade, estreitar o relacionamento com as associações e outros organismos representativos da população;

- Para reforçar a cooperação entre a polícia e os cidadãos, os serviços de segurança aperfeiçoarão os processos de participação, procedendo à simplificação das respectivas formalidades, com vista ao combate conjunto à criminalidade;

- Prosseguir as acções na área da prevenção e do combate à delinquência juvenil, nomeadamente pela actuação conjugada dos responsáveis das áreas de segurança, educacional e familiar;

- Para garantir o desenvolvimento saudável da juventude e combater o problema da delinquência e toxicodependência juvenis, reforçar a fiscalização de recintos de diversões, as rusgas para detecção de drogas, a actuação da venda ilícita de produtos medicamentosos e pornográficos e o combate às associações do crime organizado;

- Incentivar todas as acções de esclarecimento, ligação e aproximação à população e aos meios juvenis, nomeadamente encarándo a possibilidade de apoio à criação de grupos auxiliares voluntários de bombeiros e de «auxiliares de polícia», que poderiam actuar mormente em casos de acidentes graves ou calamidades;

- Prosseguir as acções de informação da população na prevenção dos riscos de acidentes graves ou catástrofes e no estabelecimento das medidas destinadas a fazer-lhes face;

- Continuar a actividade de planeamento e treino das acções de prevenção na área da Protecção Civil, coordenando a actuação das FSM com outras entidades, nomeadamente os Serviços de Saúde e o AIM;

- Prosseguir as acções de cooperação entre os diversos organismos e serviços, nomeadamente as Forças de Segurança de Macau e a Polícia Judiciária, reforçando a sua coordenação e procedendo a operações conjuntas, por forma a manter uma eficaz vigilância e combater as actividades criminosas susceptíveis de ameaçar a segurança.

6.2.2. No âmbito da cooperação externa

- Manter e estreitar a colaboração com as autoridades e forças de segurança de Guangdong, continuando os periódicos contactos bilaterais, agilizando os canais de ligação e aperfeiçoando a capacidade de actuação conjunta e complementar no combate à imigração ilegal, à movimentação de criminosos e às acções do crime organizado;

- Prosseguir e desenvolver as estreitas ligações com as autoridades e forças de segurança e migração de Hong Kong, de modo a melhor controlar os movimentos individuais nos dois sentidos, nomeadamente de indivíduos suspeitos;

- Intensificar as medidas de colaboração com as forças e serviços de segurança dos Territórios e países da região, de modo a prevenir e combater a imigração ilegal, a movimentação de criminosos e as acções da criminalidade organizada;

- Prosseguir o estreito relacionamento com os «Hong Kong Fire Services», visando a troca de ensinamentos, quer no âmbito da prevenção, quer no da actividade operacional, tendo em vista a valorização do pessoal e o aumento da eficácia no serviço prestado à população;

- Manter e desenvolver as ligações com o «World Customs Organization», no sentido de otimizar as medidas de controlo alfandegário;

- Na área da protecção civil manter e incrementar as actividades de colaboração com organismos regionais, destacando-se a Comissão dos Tufões (Typhoon Committee).

6.3 No domínio das infra-estruturas e equipamentos

- Introduzir novos meios técnicos e incrementar a obtenção do máximo rendimento dos equipamentos já em utilização, nomeadamente pelo seu emprego coordenado e, assim, aumentar as capacidades de mobilidade e precisão de movimentos das forças policiais;

- Melhorar as medidas de controlo de movimentos e identificação, pelo incremento das capacidades dos meios informáticos e pela utilização de outros meios tecnológicos, nomeadamente no âmbito da vigilância electrónica;

- Continuar a acção programada do antecedente de reinstalação de comandos e forças, nomeadamente pela renovação das grandes infra-estruturas destinadas ao Comando da PMF e ao aquartelamento da UTIP;

- Prosseguir a implantação das forças na malha urbana do Território, com a finalização da instalação do Departamento Policial das Ilhas e Comissariado da Taipa da PSP, com a activação do Posto Policial no NAPE e com a activação do Posto Operacional do Corpo de Bombeiros na zona da Barra;

- Planear e testar a utilização coordenada das ambulâncias existentes no Território, na previsão de incidentes graves e, neste contexto, estudar a criação de sistemas humanos e técnicos de escoamento do trânsito.

6.4 No domínio da localização e formação

- Continuar o processo de localização na prossecução do anteriormente planeado, prevendo-se o completo preenchimento das chefias de departamento nas primeiras semanas de 1998;

- Realizar o Curso de Comando e Direcção no segundo semestre de 1998, de modo a possibilitar a nomeação dos responsáveis pelos lugares de comando e direcção das corporações e serviços, nas primeiras semanas de 1999;

- Acompanhar e monitorar a acção dos quadros localizados nos lugares de chefia, concedendo-lhes toda a autoridade mas dando-lhes o apoio e enquadramento necessários no início dos seus desempenhos;

- Perspectivar a evolução dos quadros superiores das corporações, pela manutenção dos Cursos de Formação de Oficiais (CFO) da Escola Superior das Forças de Segurança, iniciando no último quadrimestre de 1998 o 5.º CFO;

- Aproveitar as capacidades da Escola Superior das Forças de Segurança de Macau (ESFSM) e dos elementos por si formados, para qualquer utilização pela Administração e, previsivelmente, pela frequência dos cursos da ESFSM por alunos provenientes do exterior do Território;

- Prosseguir o esforço de formação e aperfeiçoamento técnico dos efectivos das forças, nomeadamente pela realização de cursos e estágios, quer no Território, quer no exterior e, no primeiro caso, com recurso a técnicos e instrutores vindos do exterior, quando necessário.

7. Políticas de transportes e obras públicas

Faltando cerca de dois anos para a transferência da administração do Território, para além da conclusão e entrada em funciona-

mento das obras públicas projectadas e já iniciadas, e da natural continuidade da política e estratégia que neste domínio foi traçada e vem sendo seguida dos anos anteriores, há necessidade de proceder, num ou noutro ponto, à actualização e ajustamento das políticas no que aos transportes e obras públicas diz respeito, por forma a adaptá-las às novas situações e conjunturas que entretanto foram surgindo.

Este procedimento, longe de constituir uma rotina, corresponde antes à introdução de um ainda maior dinamismo no processo de desenvolvimento e modernização do Território com vista a prepará-lo para o futuro, dotando-o com infra-estruturas e equipamentos necessários ao desenvolvimento das políticas económicas e sociais.

A exploração e a expansão das grandes infra-estruturas já existentes, bem como o claro apoio a outras que entretanto surjam, são contributos importantes para a continuidade do desenvolvimento económico de Macau.

É também importante, fixar de forma razoável, designadamente, os custos das obras, controlar rigorosamente os encargos adicionais, zelar pelo cumprimento dos respectivos contratos e, em caso de incumprimento, apurar as responsabilidades contratuais.

Nas acções de recrutamento dos recursos humanos necessários à realização destas infra-estruturas, será dada prioridade à contratação de trabalhadores locais.

Também a modernização e a expansão da rede viária, do saneamento básico, dos transportes públicos e dos equipamentos sociais, desportivos e de lazer, fiéis aferidores do desenvolvimento, continuarão a merecer uma atenção e cuidado muito especiais.

A política de habitação social, visando proporcionar aos estratos sociais mais desfavorecidos uma habitação condigna, constituirá também uma preocupação permanente, sem prejuízo de se continuarem a procurar soluções adequadas e mecanismos apropriados, para manter o equilíbrio entre a oferta e a procura no sector imobiliário.

A localização dos quadros atingirá, praticamente, a sua etapa final, pelo que, atempadamente, serão tomadas medidas necessárias para assegurar a continuidade, a eficiência e a qualidade dos serviços públicos. Ao mesmo tempo, prosseguirão as operações de recrutamento e formação técnica dos quadros para as vagas ainda existentes, mas sem afectar a qualidade normal dos serviços.

Para os objectivos aqui enunciados serão executadas diversas medidas e acções, de que a seguir se enumeram as principais.

7.1. No domínio dos grandes projectos de infra-estruturas

7.1.1. Aeroporto Internacional de Macau

Os objectivos para o ano de 1998, da responsabilidade da concessionária CAM – Sociedade do Aeroporto Internacional de Macau, S.A.R.L. e de outros investidores, são fundamentalmente a optimização de todas as actividades associadas à sua exploração, quer na vertente custo, quer na vertente qualidade, e a continuidade das acções de promoção tendo em vista a rentabilização dos investimentos realizados.

Para 1998, prevêem-se ainda, as obras de construção do hangar e do terminal de passageiros da Aviação Geral, bem como do Terminal Marítimo.

7.1.2. Ponte de ligação Macau-Zhuhai, sobre o canal da Taipa

Trata-se de uma obra de grande importância pois permitirá concretizar uma significativa melhoria na acessibilidade terrestre de Macau ao interior da RPC, para a qual as «Portas do Cerco» já não dão suporte satisfatório. Esta melhoria terá um impacto muito positivo na intensificação do movimento de mercadorias e pessoas, com benefícios induzidos para a economia e aumento da influência do Território na região, permitindo fáceis e melhores ligações à província de Guangdong.

Embora este projecto se encontre ainda em estudo no âmbito da Comissão de Coordenação de Infra-Estruturas Portugal/China, espera-se, contudo, poder iniciar a sua construção no fim do primeiro trimestre de 1998, sendo de 18 meses o prazo estimado para a sua execução.

7.1.3. Grandes projectos de iniciativa privada

Reflectindo o clima de confiança existente entre investidores privados, foram apresentados estudos prévios relativos à construção de um porto internacional de Macau e de uma ponte ligando Macau a Hong Kong.

Dada a importância fundamental de que se revestem para a economia e autonomia do Território, a Administração tem vindo a apoiar politicamente estes projectos e acompanhará com atenção o desenvolvimento dos estudos respectivos.

7.1.4. Centro Cultural de Macau

O Centro Cultural de Macau é um empreendimento da maior relevância, que satisfaz um anseio da população do Território no respeitante ao desenvolvimento de actividades culturais de diferente índole. Projectado para a realização de importantes acontecimentos culturais, com 2 auditórios e espaço museológico, encontra-se em fase de construção, com conclusão prevista para fins de 1998.

7.2. No domínio das obras públicas

A fim de melhorar as condições de instalação de diferentes instituições e serviços, bem como as facilidades de uso de alguns equipamentos sociais, serão iniciadas ou concluídas obras em áreas distintas da administração, de que se referem as mais relevantes:

7.2.1. No âmbito dos edifícios públicos

a) Edifícios institucionais

Em fase de projecto ou concurso e para execução em 1998, salientam-se:

- As novas instalações para os Tribunais de 2.ª Instância e de Última Instância;
- As novas instalações para a Assembleia Legislativa;
- As residências oficiais do Presidente da Assembleia Legislativa e do Presidente do Tribunal de Última Instância.

b) Edifícios da área da saúde

Em fase de projecto ou concurso e para execução em 1998, salientam-se:

- Novos Pavilhões de Psiquiatria e de Geriatria, com integração prevista no futuro Hospital da Taipa;

- Novo Centro de Saúde do Fai Chi Kei/Patane;
- Novo edifício para o Asilo do Carmo;
- Nova sede da Direcção dos Serviços de Saúde, anexa ao Centro Hospitalar Conde de São Januário.

c) Instalações da área do desporto

Em fase de início de construção e a concluir em 1998, encontram-se as instalações anexas à pista de «karting», incluindo bancadas, torre de controlo e zonas de apoio. Também, em fase de projecto ou concurso e para início de execução em 1998, encontram-se o Centro de Estágios e a Piscina Olímpica, ambos a construir junto ao Estádio de Macau.

d) Edifícios da área da educação

Encontram-se em construção e com conclusão prevista para 1998, a Escola Secundária Técnico-Profissional do Bairro Tamaguni Barbosa e a Pousada da Juventude em Hac Sá.

e) Instalações da área da cultura

Neste âmbito, e para além do Centro Cultural de Macau já atrás referido, concluir-se-ão ou terão início em 1998:

- O Museu de Macau;
- O Museu dos Correios e Telecomunicações;
- A adaptação do edifício Tap Seac para sede do ICM.

f) Outros edifícios

Em curso e com conclusão prevista para 1998, encontram-se:

- O novo Aquartelamento para a Unidade Tática de Intervenção;
- O silo automóvel e a subestação da CEM, junto à ETAR de Macau.

7.2.2. Ordenamento viário e trânsito

a) Vias de comunicação

O alargamento do istmo Taipa/Coloane ficará concluído em 1998, devendo ainda iniciar-se as obras de ligação deste à nova ponte a construir entre os aterros Taipa/Coloane e a Ilha da Montanha na zona oeste de Zhuhai. O viaduto de ligação da zona do NAPE à Avenida da Amizade começará a ser construído e desenvolver-se-á em paralelo com o aterro a leste do Hotel Mandarin, cujas obras foram já iniciadas.

Serão adoptadas medidas com vista à redução da poluição sonora que afecta os moradores nas proximidades dos viadutos.

b) Reordenamento viário

Sendo Macau uma das cidades do mundo com maior densidade populacional, o problema da fluidez do trânsito rodoviário é uma questão complexa, cuja solução constitui uma preocupação constante para a Administração do Território.

Assim, a sua actuação vai concentrar-se, prioritariamente, no reordenamento físico das vias e passagens desniveladas, para o que se destacam as principais intervenções:

- Reordenamento físico da Avenida da Praia Grande, do Largo das Portas do Cerco e do Porto Interior – 2.ª fase;
- Viaduto a Leste do NAPE, que ligará a via marginal Sul do NAPE à ZAPE e à Avenida da Amizade, e viaduto da Avenida do Comendador Ho Yin atravessando a Avenida do Conselheiro Borja;
- Passagens superiores para peões na via marginal Sul do NAPE e junto ao Estádio de Macau, na Taipa;
- Ligação da via circular exterior da Nam Van ao Porto Interior.

a) Trânsito

Como atrás referido, será concluída a construção de um silo junto à ETAR de Macau. Prosseguirá o aperfeiçoamento dos sistemas de monitorização de trânsito e de semaforização centralizada.

7.2.3. Ordenamento paisagístico do Território

O ordenamento do Território, nomeadamente nos seus aspectos paisagísticos e monumentais, é fundamental na melhoria da qualidade de vida e constitui uma acção constante que, devido à sua complexidade e à necessidade de compatibilizar conceitos urbanísticos, arquitectónicos e paisagísticos, obriga normalmente a que as intervenções que origina se estendam para além de um ano.

Relativamente às acções em estudo e a implantar, destacam-se:

- Os estudos de ordenamento das Zonas Ribeirinhas das Bacias do Patane e do Parque Urbano da Taipa Norte;
- Os arranjos paisagísticos da Zona Envolvente do Palácio da Praia Grande, do Canal NAPE-ZAPE, da Rotunda da Maratona, da Marginal Sul do NAPE e da vala de drenagem envolvente do Estádio de Macau;
- O passeio panorâmico da marginal dos Novos Aterros da Areia Preta (NATAP), já iniciado;
- A instalação da Fonte Cibernética nos lagos Nan Vam;
- A execução e montagem da escultura da Deusa Kun Iam e de instalações de apoio cultural integradas no monumento;
- A execução do pedestal e montagem da estátua da Deusa Tin Hau no Altinho de Coloane.

7.2.4. Saneamento básico

Continuam as acções de elaboração de projectos e execução de obras, sendo de salientar:

- Conclusão da ETAR de Coloane e da rede de drenagem de Coloane — 3.ª fase;
- Conclusão do «anel interceptor» da Península de Macau no troço Bom Parto – Tribunal;
- Redes de saneamento, drenagem e infra-estruturas da Península do Fai Chi Kei, da Zona Noroeste, do Patane Sul e da Taipa Norte;
- Aterro e infra-estruturas da Baía de N.ª S.ª da Esperança (par-

cial), do Canal NAPE-ZAPE e da Marginal Oriental da Bacia Norte do Patane.

7.2.5. Outras infra-estruturas

Encontram-se em estudo ou em execução diversas obras da responsabilidade de concessionários de terrenos, como sejam:

- Reordenamento da Baía da Praia Grande;
- Infra-estruturas na Zona Norte/Noroeste.

7.3. No domínio da habitação social e económica

Dentro da política geral de habitação social são as seguintes as acções principais a desenvolver em 1998:

7.3.1. Estudos e planos

Prevê-se concluir os estudos relativos à identificação das necessidades habitacionais nas modalidades de compra ou arrendamento, bem como de erradicação das construções informais, complementar do plano habitacional.

7.3.2. Medidas de ordem legislativa

- Elaboração de um diploma que permita a aquisição dos fogos pelos arrendatários de habitações sociais, e outro que flexibilize a utilização das contrapartidas de CDH que revertem para o Instituto de Habitação de Macau — IHM.
- Revisão de diplomas no âmbito da habitação económica e social visando a sua adaptação à realidade actual.

7.3.3. Produção habitacional

- Promover e incentivar os CDH para habitação, prevendo-se a conclusão em 1998 de 3 772 fogos;
- Acompanhar os projectos e a construção do Bairro Social do Fai Chi Kei, dos lotes HR/HS do Bairro do Hipódromo e da concessão efectuada à «Panasonic».

7.3.4. Recuperação do parque habitacional do IHM

- Dar continuidade à recuperação do parque património do Instituto de Habitação de Macau, tendo em vista a beneficiação e manutenção das condições de habitabilidade;
- Incrementar a fiscalização das administrações do condomínio dos bairros sociais e dos edifícios de habitação económica.

7.4. No domínio da concessão de terras

Devido a dificuldades verificadas no sector imobiliário durante os últimos anos, a procura de terrenos não tem tido a dinâmica desejável, pelo que tem sido controladamente moderada a concessão de novos terrenos.

Os rendimentos daí provenientes não têm assim atingido os valores esperados e desejados, o que é também consequência de atrasos verificados no pagamento de prémios já vencidos.

Na sequência de um levantamento da situação, estão a ser equacionadas soluções que, caso a caso, satisfaçam os interesses públicos e dos investidores.

Esgotados os esforços para a regularização do pagamento dos

prémios em atraso, proceder-se-á, nos termos legais e contratuais, à reversão dos terrenos.

No âmbito das contrapartidas do aproveitamento de terrenos, deve realçar-se o aumento da oferta de habitação económica e o desenvolvimento da rede escolar e de equipamentos sociais.

7.5. No domínio da cartografia e cadastro

Do plano de actividades deste Serviço para 1998, salienta-se:

- O fornecimento e a actualização da cartografia de base do Território em CD-ROM nas escalas 1/10 000 e 1/20 000 e a execução de cartas temáticas;
- A actualização do cadastro sistemático dos terrenos do Território bem como a sua publicitação;
- A modernização e reorganização das redes informáticas existentes para implementação de um sistema «Imaging» e «Workflow».

7.6. No domínio das actividades marítimas

Em continuidade com as linhas de acção desenvolvidas em anos anteriores, as orientações gerais das actividades marítimas a executar sob responsabilidade da Capitania dos Portos de Macau em 1998, abrangem:

- A garantia da segurança marítima dos navios e embarcações, incluindo as operações de busca e salvamento;
- O acompanhamento dos trabalhos hidrográficos e de dragagem dos canais de navegação e respectivas bacias de manobra e sua sinalização marítima;
- A preservação do ambiente marinho, com o reforço das medidas de prevenção e combate à poluição, especialmente a provocada por hidrocarbonetos;
- O acompanhamento dos trabalhos das organizações marítimas internacionais, nomeadamente da «International Maritime Organization» (IMO), da qual Macau é membro associado;
- As acções da Escola de Pilotagem de Macau, no sector da formação marítima, quer profissional, quer amadora e desportiva, na divulgação das actividades marítimas e no apoio e promoção do estudo e investigação com elas relacionadas;
- A participação no projecto para o estudo de planeamento integrado da zona marítima circundante de Macau, juntamente com a Comissão dos Recursos Hídricos do Rio das Pérolas (PRWRC), do Laboratório de Engenharia Civil de Macau (LECM) e do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC — Portugal);
- As acções a desenvolver pelo Museu Marítimo de Macau, nos domínios da museologia, da investigação e da acção cultural.

Ainda relacionado com as actividades marítimas e no âmbito da construção e reparação naval a cargo das Oficinas Navais, prevê-se para 1998:

- A conclusão da construção de um navio de salvamento para o AIM;
- A alteração do sistema de propulsão de duas lanchas da classe «Macau», da PMF; e

- Reparações e conservação do trem naval da CPM e da PMF.

7.7. *No domínio das actividades de aviação civil*

Tendo-se atingido durante 1997 os principais objectivos qualitativos e quantitativos atribuídos aos vários sectores do sistema de aviação civil, conta-se para 1998 com um quadro de estabilidade operacional que permitirá continuar a sua consolidação nas vertentes regulamentadora, comercial e institucional.

O processo de localização avança decisivamente, de forma relacionada intimamente com programas de recrutamento e formação em curso.

A criação de um Centro de Formação, que começará a funcionar em 1998, será um contributo decisivo para a formação de técnicos locais nas áreas mais especializadas de aviação civil.

Continuar-se-ão a negociar acordos de transporte aéreo, focalizados para os interesses comerciais imediatos, quer do AIM quer da transportadora aérea Air Macau, que terão o apoio permanente da Administração.

As acções de inspecção, licenciamento e certificação continuarão a garantir os níveis de segurança que têm caracterizado a operação do AIM.

Procurar-se-ão ainda formas de tornar o contributo global da aviação civil mais activo e eficiente nos programas de desenvolvimento do Território, quer através da melhoria da sua competitividade, quer através da atracção e diversificação das clientelas.

Serão ainda melhoradas as formas de coordenação dos vários agentes do sistema de aviação civil com os restantes sectores económicos do Território.

7.8. *No domínio da meteorologia e geofísica*

Na sequência das linhas de acção desenvolvidas nos anos anteriores, as actividades inerentes às funções dos Serviços Meteorológicos e Geofísicos desenvolver-se-ão essencialmente no aperfeiçoamento e adopção de modernas tecnologias nas áreas da vigilância meteorológica para fins gerais e em especial para protecção das operações aeronáuticas e marítimas, assim como na monitorização da qualidade do ar e da actividade sísmica.

Será prestada colaboração à Organização Meteorológica Mundial no que se refere a alguns dos programas desta Agência da Organização das Nações Unidas, nomeadamente no que concerne à Vigilância Meteorológica Mundial, Programa Mundial do Clima e Sistema Global de Observação.

7.9. *No domínio dos correios e telecomunicações*

Considerando que as linhas de orientação dos CTT, como prestador dos serviços públicos de correios e como autoridade no campo das telecomunicações, não apresentam grandes inflexões quanto à orientação geral que tem vindo a ser adoptada, resumem-se as principais acções a prosseguir em 1998.

7.9.1. *No âmbito dos correios*

- Adaptação da rede de vendas à medida do desenvolvimento demográfico e urbano, através da abertura de novas estações na Avenida da Amizade, nas Urbanizações dos Jardins do Oceano e da Nova Taipa;

- Desenvolvimento dos serviços tradicionais e introdução de novos serviços e produtos postais tendo em vista a satisfação das necessidades dos utilizadores;

- Desenvolvimento da filatelia com especial atenção à divulgação da imagem e cultura de Macau;

- Reforma da legislação postal, adaptando-a às necessidades actuais.

7.9.2. *No âmbito das funções de autoridade de telecomunicações*

- Apoio ao desenvolvimento de novos serviços públicos no sector das telecomunicações não incluídos no regime exclusivo e acompanhamento da sua implementação;

- Assegurar uma adequada gestão do espectro radioeléctrico e promover o apetrechamento apropriado da estação de fiscalização radioeléctrica com novos equipamentos;

- Elaboração de legislação reguladora necessária para o sector.

A desenvolver pela concessionária dos serviços públicos de telecomunicações enquadram-se acções que acompanham as evoluções tecnológicas, que merecerão um acompanhamento permanente por parte dos serviços, nos termos previstos na lei e no contrato de concessão.

7.10. *No domínio dos transportes*

Manter-se-á o acompanhamento e fiscalização das actividades dos operadores de transportes marítimos e terrestres de passageiros, acentuado na exigência de aumento da qualidade da prestação do serviço.

Relativamente à transportadora aérea Air Macau manter-se-ão os objectivos de expansão da frota e do número de destinos, manutenção da competitividade da empresa e reforço das actividades comerciais.

7.11. *No domínio da legislação, normalização e regulamentação técnica*

Além da elaboração de diplomas legais já referidos anteriormente, continuam as acções no sentido de dotar Macau com um conjunto de normas e regulamentos técnicos actualizados e modernos que permitam melhorar a qualidade e o controlo da construção civil e outras actividades.

Para serem publicados em 1998, prevêem-se as seguintes Normas e Regulamentos:

- Norma de Produtos Cerâmicos;
- Regulamento Geral de Construção Urbana (em fase de austerização), de Licenciamento de Obras Particulares (em fase de conclusão);
- Regulamento de Estruturas de Aço;
- Regulamentos de Segurança para a Construção e Instalação de Ascensores e Montacargas, de Escadas Mecânicas e Tapetes Rolantes, de Linhas Eléctricas de Alta Tensão e de Baixa Tensão e de Subestações, Postos de Transformação e de Seccionamento.

Em 1998 publicar-se-ão ainda elementos de apoio à nova regulamentação de Macau em diversas áreas da construção civil, nomeadamente:

- O Manual de Betão Armado e o Guia de Dimensionamento de Fundações.

7.12. No domínio do apoio à formação e investigação

Para além das actividades de formação desenvolvidas pelos Serviços, nomeadamente as inseridas no âmbito da Escola de Pilotagem de Macau, da Escola de Cartografia e Cadastro, dos Serviços de Meteorologia e Geofísica e do Centro de Formação Aeronáutica, promover-se-ão, em colaboração com o Laboratório de Engenharia Civil de Macau, cursos de formação e divulgação técnica para engenheiros civis, no domínio da nova regulamentação aprovada.

Dar-se-á igualmente início a um programa de investigação aplicada, no domínio da engenharia civil, envolvendo projectos de aplicação local e regional. Este programa será promovido pelo

Laboratório de Engenharia Civil de Macau mediante protocolo de cooperação celebrado com a Universidade de Macau.

II — PLANO DE INVESTIMENTOS E DE DESPESAS DE DESENVOLVIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO PARA 1998

A proposta global do Plano de Investimentos e de Despesas de Desenvolvimento da Administração, para 1998, ascende a 1 900,0 milhões de patacas, representando ???% do total das despesas previstas no Orçamento Geral do Território desse ano. Comparativamente com a situação inicial do exercício de 1997, verifica-se um crescimento de 26,7%.

Do total das verbas orçamentadas no âmbito do PIDDA – 1998, 51,9 milhões de patacas destinam-se à constituição de uma dotação provisional, 50,0 milhões visam cobrir concorrencialmente um conjunto de projectos da responsabilidade da Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes e os restantes 1 798,1 milhões estão ligados às 159 acções de investimento.

Quadro I

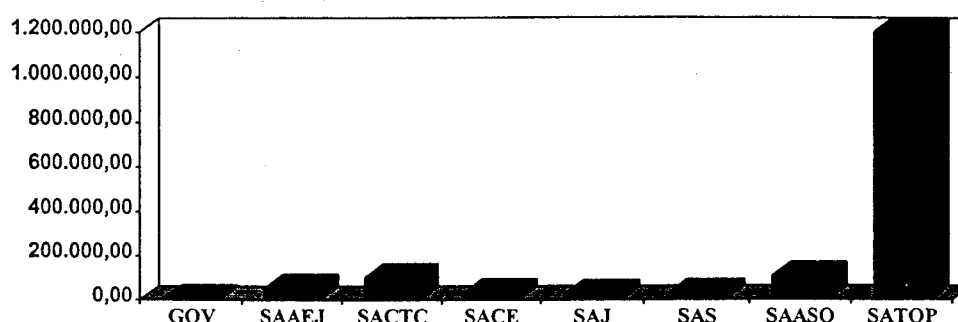
Proposta orçamental do PIDDA — 1998 (Segundo a natureza, por tutela)

(Milhares de patacas)

NATUREZA	GOV	SAAEJ	SACTC	SACE	SAJ	SAS	SAASO	SATOP	TOTAL
Obras	3.700,0	40.800,0	69.055,0	13.000,0	8.750,0	1.200,0	45.130,0	1.240.226,3	1.421.861,3
Aquisições	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Equipamento	1.900,0	11.366,0	3.000,0	13.500,0	7.981,3	25.350,0	51.120,0	58.012,5	172.229,9
Est., Plan. e Projectos	0,0	0,0	27.550,0	4.200,0	8.200,0	0,0	9.950,0	154.154,6	204.054,6
Sub-Total	5.600,0	52.166,0	99.605,0	30.700,0	24.931,3	26.550,0	106.200,0	1.452.393,4	1.798.145,8
Dot. Provisional	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	51.854,3	0,0	51.854,2
Dot. Concorrencial	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	50.000,0	50.000,0
Total	5.600,0	52.166,0	99.605,0	30.700,0	24.931,3	26.550,0	158.054,3	1.502.393,4	1.900.000,0

Distribuição das despesas de investimento orçamentadas, por tutelas

(Milhares de patacas)



Repartindo a dotação global por áreas de responsabilidade, constata-se que os serviços na dependência do Secretário-Adjunto para os Transportes e Obras Públicas absorvem cerca de 79,1% dos projectos inscritos no PIDDA — 1998.

No que se refere às restantes tutelas e excluindo a dotação provisional, que embora se encontre sobre a responsabilidade do Secretário-Adjunto para os Assuntos Sociais e Orçamento está afectada à globalidade do Plano, salienta-se o peso relativo das áreas de responsabilidade dos Secretário-Adjunto para os Assuntos Sociais e Orçamento, Secretário-Adjunto para a Comunicação, Turismo e Cultura e Secretário-Adjunto para a Administração, Educação e Juventude, com 5,6%, 5,2% e 2,7%, respectivamente.

Dentro da área de responsabilidade do Secretário-Adjunto para os Transportes e Obras Públicas merece realce a fatia atribuída ao próprio Gabinete, que mobiliza 841,1 milhões de patacas (44,3% do total das verbas do PIDDA) para um total de 13 acções de investimento e à Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes 626,2 milhões de patacas, afectos a 56 projectos.

Analizando os investimentos de acordo com a natureza, verifica-se que cerca de 74,8% do total das verbas atribuídas ao PIDDA — 98 (1 421,9 milhões de patacas), destinam-se a «Obras» (quadro I).

Quadro II

Proposta orçamental do PIDDA — 1998
(Segundo as áreas de intervenção, por tutela)

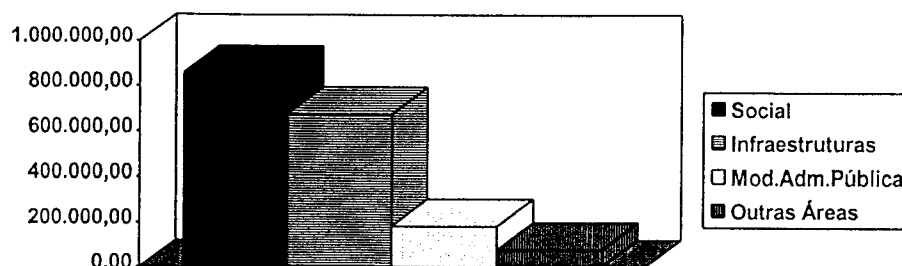
(Milhares de patacas)

ÁREA DE INTERVENÇÃO	GOV	SAAEJ	SACTC	SACE	SAJ	SAS	SAASO	SATOP	TOTAL
Social	0,0	41.366,0	44.960,0	3.500,0	1.750,0	26.000,0	90.065,0	650.525,5	858.166,5
Infraestruturas	0,0	0,0	0,0	4.700,0	0,0	0,0	0,0	672.514,9	677.214,9
Mod.Adm.Pública	5.600,0	10.800,0	4.850,0	22.500,0	23.181,4	550,0	16.135,0	101.053,0	184.669,4
Outras Áreas	0,0	0,0	49.795,0	0,0	0,0	0,0	0,0	28.300,0	78.095,0
Sub-Total	5.600,0	52.166,0	99.605,0	30.700,0	24.931,4	26.550,0	106.200,0	1.452.393,4	1.798.145,8
Dot. Provisional	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	51.854,3	0,0	51.854,2
Dot. Concorrencial	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	50.000,0	50.000,0
Total	5.600,0	52.166,0	99.605,0	30.700,0	24.931,4	26.550,0	158.054,3	1.502.393,4	1.900.000,0

Por áreas de intervenção, destaca-se a área «Social» que conta com 858,2 milhões de patacas, ou seja, 45,2% do total das despesas de investimento, dos quais 50,3% (432,0 milhões de patacas) destinam-se ao Centro Cultural de Macau. A área das «Infra-estruturas» conta, por sua vez, com 677,2 milhões de patacas, destacando-se nesta área os projectos ligados ao empreendimento

«Aterros e infra-estruturas Taipa-Coloane» que tem previstos encargos na ordem dos 161,8 milhões de patacas para o próximo ano económico. Ainda nesta área destaca-se o projecto de «Remoção, recolha e limpeza de resíduos sólidos», que detém 101,1 milhões de patacas.

Distribuição dos investimentos orçamentados, por áreas de intervenção



Quadro III

Proposta orçamental do PIDDA -1998
(Segundo a classificação económica, por tutela)

(Milhares de patacas)

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	GOV	SAAEJ	SACTC	SACE	SAJ	SAS	SAASO	SATOP	TOTAL
Terrenos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Habitação	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2.000,0	14.160,0	11.625,2
Edifícios	3.700,0	40.800,0	72.055,0	9.000,0	8.750,0	1.200,0	43.130,0	668.762,2	847.397,2
Estradas e Pontes	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	144.374,6	144.374,6
Portos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Construções Diversas	0,0	0,0	0,0	4.000,0	0,0	0,0	0,0	412.009,4	416.009,4
Melhor. Fundiários	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Plantações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Mat. De Transporte	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Maquinaria e Equip.	1.900,0	11.366,0	0,0	13.500,0	7.981,4	25.350,0	51.120,0	58.012,5	169.229,9
Animais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outros Investimentos	0,0	0,0	27.550,0	4.200,0	8.200,0	0,0	9.950,0	155.074,6	204.974,6
Sub-Total	5.600,0	52.166,0	99.605,0	30.700,0	24.931,4	26.550,0	106.200,0	1.452.393,3	1.793.610,9
Dot. Provisional	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	51.854,3	0,0	51.854,2
Dot. Concorrencial	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	50.000,0	50.000,0
Total	5.600,0	52.166,0	99.605,0	30.700,0	24.931,4	26.550,0	158.054,3	1.502.393,3	1.900.000,0

Distribuindo os investimentos por classificação económica, constata-se que os «Edifícios» detêm um peso relativo de cerca de 44,6% no total dos investimentos, correspondente a 847,4 milhões de patacas. Nesta rubrica destaca-se mais uma vez o edifício para o Centro Cultural de Macau.

Por ordem de importância segue-se a rubrica «Construções diversas», com 416,0 milhões de patacas, representando 21,9% do PIDDA - 98. Do conjunto de acções agrupadas nesta designação merecem realce os «Aterros e infra-estruturas Taipa Coloane».

Quadro IV

Proposta orçamental do PIDDA — 1998
(Segundo a classificação funcional)

(Milhares de patacas)

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL	PROPOSTA PARA 1998	
	DOTAÇÃO	%
1 - Serviços Gerais da Administração	181.569,4	9,6
010 - Administração Geral	116.345,0	6,1
020 - Justiça, Ordem e Segurança	65.224,4	3,4
2 - Segurança Pública	51.429,2	2,7
010 - Comando	4.000,0	0,2
020 - Polícia	42.529,2	2,2
030 - Bombeiros	4.900,0	0,3
040 - Protecção Civil	0,0	0,0
3 - Educação	33.348,0	1,8
010 - Administração, Regulamentação e Investigação	10.100,0	0,5
020 - Ensino	16.748,0	0,9
030 - Formação Profissional	6.500,0	0,3
4 - Saúde	156.865,0	8,3
010 - Administração, Regulamentação e Investigação	18.000,0	0,9
020 - Medicina	108.712,0	5,7
030 - Higiene e Saúde Pública	30.153,0	1,6
5 - Previdência Social	26.200,0	1,4
010 - Administração e Regulamentação	0,0	0,0
020 - Acção Social	26.200,0	1,4
030 - Pensões e Reformas	0,0	0,0
6 - Habitação	13.500,0	0,7
010 - Administração e Regulamentação	2.000,0	0,1
020 - Habitação Social	11.500,0	0,6
7 - Outros Serviços Colectivos e Sociais	606.329,2	31,9
010 - Cultura	502.597,0	26,5
020 - Desporto e Recreio	98.072,2	5,2
030 - Cultos	0,0	0,0
040 - Meteorologia e Geofísica	0,0	0,0
050 - Cartografia	810,0	0,0
060 - Comunicação Social	4.850,0	0,3
070 - Assuntos de Trabalho	0,0	0,0
8 - Serviços Económicos	728.905,0	38,4
010 - Administração, Regulamentação e Investigação	4.850,0	0,3
020 - Agricultura, Silvicultura, Pecuária e Pescas	0,0	0,0
030 - Indústrias	1.750,0	0,1
040 - Infraestruturas	102.364,1	5,4
050 - Transportes	229.210,8	12,1
060 - Comunicações	0,0	0,0
070 - Comércio	0,0	0,0
080 - Turismo	25.500,0	1,3
090 - Ordenamento Físico e Ambiente	365.230,1	19,2
Sub-Total	1.798.145,8	94,6
Dotação Provisional	51.854,2	2,7
Dotação Concorrecial	50.000,0	2,6
Total	1.900.000,0	100,0

Quadro V

Proposta orçamental do PIDDA — 1998

(Segundo a classificação orgânica)

(Milhares de patacas)

CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA	PROPOSTA PARA 1998	
	DOTAÇÃO	%
40.03 - Serviço de Administração e Função Pública	2.000,0	0,1
40.05 - Direcção dos Serviços de Educação e Juventude	40.000,0	2,1
40.07 - Direcção dos Serviços de Estatística e Censos	5.500,0	0,3
40.09 - Direcção dos Serviços de Finanças	7.000,0	0,4
40.18 - Serviços de Identificação de Macau	4.081,4	0,2
40.19 - Direcção dos Serviços de Economia	3.750,0	0,2
40.22 - Serviços Meteorológicos e Geofísicos	4.000,0	0,2
40.23 - Direcção dos Serviços de Turismo	22.500,0	1,2
40.24 - Gabinete de Comunicação Social	4.850,0	0,3
40.27 - Capitania dos Portos de Macau	17.000,0	0,9
40.28 - Direcção dos Serviços das Forças de Segurança de Macau	26.000,0	1,4
40.29 - Direcção dos Serviços de Trabalho e Emprego	3.500,0	0,2
40.31 - Direcção dos Serviços de Cartografia e Cadastro	810,0	0,0
40.32 - Directoria da Polícia Judiciária	3.100,0	0,2
40.34 - Direcção dos Serviços de Justiça	8.250,0	0,4
40.34 - Gabinete para os Assuntos Legislativos	2.250,0	0,1
40.35 - Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes	626.166,2	33,0
40.36 - Gabinete para a Tradução Jurídica	3.500,0	0,2
40.37 - Instituto dos Desportos de Macau	10.166,0	0,5
40.38 - Instituto Cultural de Macau	22.260,0	1,2
40.39 - Gabinete de Prevenção e Tratamento da Toxicodependência	1.200,0	0,1
40.57 - Instituto de Acção Social de Macau	25.000,0	1,3
40.63 - Serviços Sociais da Administração Pública	0,0	0,0
40.64 - Oficinas Navais	1.750,0	0,1
40.67 - Imprensa Oficial de Macau	0,0	0,0
40.73 - Instituto de Habitação de Macau	11.500,0	0,6
40.76 - Instituto de Promoção Comércio Investimento de Macau	13.250,0	0,7
40.78 - Serviços de Saúde de Macau	65.000,0	3,4
40.95 - Conselho de Consumidores	500,0	0,0
40.96 - Instituto de Formação Turística	3.000,0	0,2
40.82 - Gabinete do Governador	5.600,0	0,3
40.83 - Secretário-Adjunto para a Comunicação, Turismo e Cultura	46.995,0	2,5
40.84 - Secretário-Adjunto para a Segurança	550,0	0,0
40.85 - Secretário-Adjunto para os Assuntos Sociais e Orçamento	7.500,0	0,4
40.86 - Secretário-Adjunto para a Coordenação Económica	4.700,0	0,2
40.87 - Secretário-Adjunto para a Justiça	3.750,0	0,2
40.89 - Secretário-Adjunto para os Transportes e Obras Públicas	841.167,2	44,3
Sub-Total	1.848.145,8	97,3
Dotação Provisional	51.854,2	2,7
TOTAL	1.900.000,0	100,0

III — ANÁLISE DA CONJUNTURA ECONÓMICO-FINANCEIRA DE MACAU

I — EVOLUÇÃO DA ECONOMIA INTERNACIONAL

1.1. As economias da OCDE

Em 1996, as economias da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) registaram, pelo terceiro ano consecutivo, um razoável crescimento da actividade económica. O Produto Interno Bruto agregado acelerou de uma taxa real de 2,2 para 2,6 por cento em 1996, situando-se o nível médio de crescimento nos últimos três anos em cerca de 2,5 por cento.

O crescimento económico em 1996 reflecte, porém, diferentes desempenhos individuais nas principais economias da OCDE. Nos EUA, o ritmo de actividade económica acelerou de 2 para 2,4 por cento em 1996, devido sobretudo ao comportamento favorável do consumo e investimento privados. No Japão, as políticas fiscais e monetárias contribuíram significativamente para uma recuperação no ritmo de crescimento da economia desde meados de 1995 e, pese embora a desaceleração verificada na segunda metade do ano, a expansão real do PIB passou de 1,4 para 3,6 por cento em 1996. Ao invés, as economias da União Europeia, atingidas por elevados níveis de desemprego e por uma crise de confiança dos consumidores, registaram um crescimento médio anual modesto do produto agregado (1,6 contra 2,4% no ano anterior). Em particular, o crescimento económico foi lento na Alemanha, em França e, sobretudo, em Itália, ao contrário do verificado no Reino Unido que manteve uma expansão real do PIB superior a 2 por cento.

A criação de emprego (líquido) em 1996 foi de 1 por cento na área da OCDE, o que se revelou insuficiente para desagravar a elevada taxa de desemprego global (7,5% do total da população activa). Nos EUA, o dinamismo da actividade produtiva e a menor rigidez do mercado de trabalho continuaram a influenciar positivamente a criação de postos de trabalho e a fazer baixar a taxa de desemprego (para 5,4%), ao invés do que aconteceu no Japão e na UE, que viram as taxas de desemprego subirem, respectivamente, para 3,3 e 11,3 por cento.

Apesar do forte aumento nos preços da energia (sobretudo no segundo semestre), a inflação na área da OCDE, medida pelo deflator do consumo privado, manteve-se num nível consideravelmente baixo em 1996 (2% em média, excluindo as economias de inflação elevada¹⁾). Contribuíram para este modesto incremento dos preços a baixa cotação internacional dos preços dos produtos primários (com excepção do petróleo) e a competição acrescida no comércio mundial de bens e serviços, fruto das tendências de abertura e de globalização de mercados.

Após um crescimento em volume da ordem de 9 por cento em 1995, o comércio mundial de mercadorias desacelerou significativamente em 1996 para uma taxa de expansão de cerca de 6 por cento (4,5%, segundo as estimativas da Organização Mundial do Comércio, no *Press Release, de Abril de 1997*). Para tal moderação, contribuiu o menor dinamismo da procura de importações de produtos manufacturados por parte dos países da OCDE (de

10 para 6,8%), designadamente das importações da União Europeia e do Japão, e, ainda, por parte das Dinâmicas Economias da Ásia e R. P. China.

No primeiro semestre do ano em curso, o desenvolvimento da conjuntura internacional, deduzido dos indicadores disponíveis, aponta para uma moderada e gradual reanimação da actividade económica na União Europeia, para uma desaceleração pronunciada no crescimento económico no Japão e para a continuação de uma expansão económica saliente nas economias dos EU, Canadá e Reino Unido. Em termos globais os países industrializados da OCDE continuavam a evidenciar um crescimento económico significativo (3% no primeiro trimestre) e uma inflação baixa (1,5% em Junho, segundo o IPC).

A dessincronização nos ciclos económicos das principais economias industrializadas alimentou expectativas divergentes de comportamentos das taxas de juro, com repercussões significativas nos mercados cambiais. No início de Setembro de 1997, a divisa americana cotava-se em 1,82 marcos e 121 iénes, o que representava uma valorização anual, respectivamente, de 23 e 11 por cento. Em termos de taxa de câmbio efectiva, no mesmo período, a apreciação do dólar americano era de 11 por cento, contra uma depreciação de 6 por cento do marco e de 4 por cento do iéne².

Nos Estados Unidos, o ritmo de expansão da actividade económica moderou no segundo trimestre de 1997 para uma taxa anualizada de 3,1 por cento face aos 4 por cento registados no trimestre anterior³. Apesar desta desaceleração, já antecipada, os fundamentos macroeconómicos da economia prospectiva americana continuam sólidos dado que o crescimento económico tem sido acompanhado por uma inflação moderada, expansão significativa do emprego e do consumo privado e, ainda, por uma redução assinalável do défice fiscal.

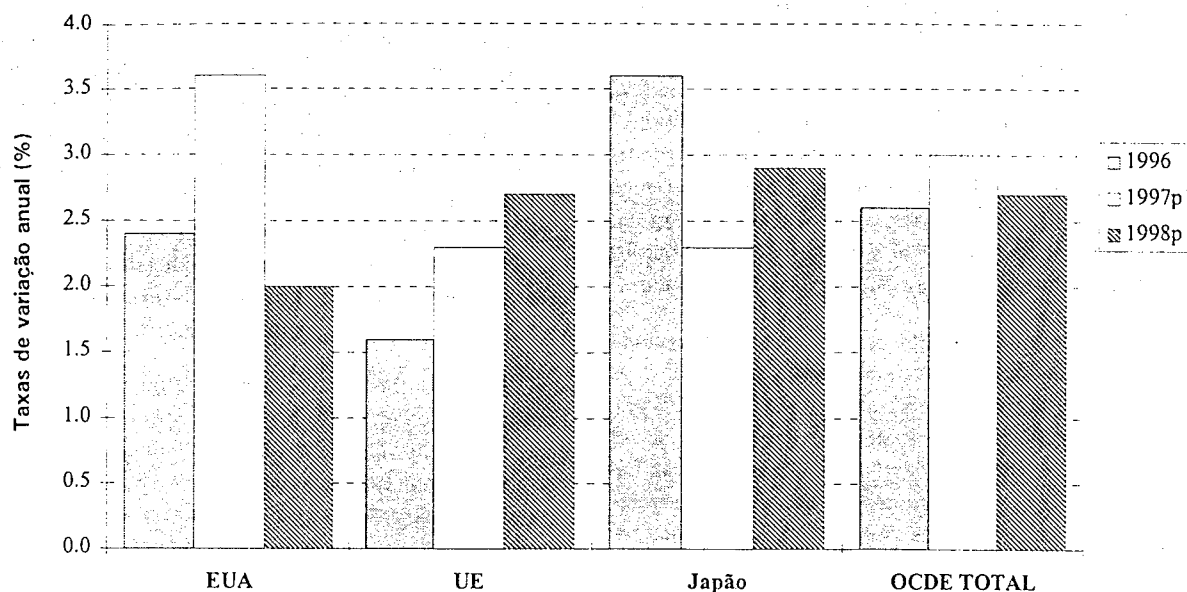
De acordo com as previsões da OCDE, de Junho de 1997, a expansão da actividade económica nos países-membros deverá registar uma ligeira desaceleração na segunda metade do ano, mas mesmo assim o crescimento económico médio em 1997 deverá ser de 3 por cento, o mais elevado dos últimos 8 anos. No ano de 1998, o crescimento real do produto irá moderar para 2,7 por cento, devido em grande parte à desaceleração na expansão do PIB dos Estados Unidos, enquanto as economias da União Europeia e do Japão deverão registar uma ligeira intensificação no seu ritmo de actividade (Gráfico).

(1) Economias com taxas de inflação média igual ou superior a 10% desde o início dos anos 90 (Rep. Checa, México, Polónia, Grécia e Turquia).

(2) Cálculos efectuados a partir das taxas de câmbio de 3 de Setembro de 1997, publicadas pela revista *The Economist* (6 de Set. 1997).

(3) Salvo indicação expressa em contrário, as taxas de crescimento real do PIB trimestral são taxas de variação homóloga anual calculadas a partir das séries dessazonalizadas e anualizadas do PIB trimestral (em volume), publicadas pela OCDE (Main Economic Indicators).

Previsões de crescimento económico nos países da OCDE
— PIB real —



FONTE: OCDE: «Economic Outlook», Junho de 1997

A recuperação na taxa de expansão do emprego na Europa industrializada será modesta, o que conjugado com o menor crescimento deste indicador nos EUA em 1998, deverá determinar apenas uma ligeira redução da taxa de desemprego média na área da OCDE (7,1% em 1998, contra 7,5% em 1996). A inflação permanecerá baixa nos anos de 1997-98 (2%, excluindo as economias de elevada inflação), esperando-se uma ligeira aceleração no ritmo de crescimento dos preços do consumo privado nos EUA (não superior a 2,5%), ao contrário do antevisto para a generalidade das economias da UE (descida para apenas 2%).

Para os Estados Unidos, a OCDE antevê uma expansão real do PIB de 3,6 por cento em 1997 e de 2 por cento em 1998. A moderação no ritmo da actividade produtiva, a ocorrer no início na segunda metade de 1997, deverá ser determinada por uma conjugação de diversos factores, de entre os quais se salientam os efeitos de um dólar forte e de uma provável subida (ligeira) das taxas de juro, bem assim como uma evolução menos favorável do emprego e dos rendimentos. Em particular, o ritmo de expansão do consumo privado deverá abrandar da taxa de 3,4 por cento em 1997 (a mais elevada desde 1988) para 2,4 por cento no ano seguinte.

Na Europa Comunitária, espera-se uma aceleração no ritmo de actividade económica tanto em 1997 (de 1,6 para 2,3%) como em 1998 (2,7%). Para a expansão mais saliente do PIB em 1997 deverá contribuir de modo relevante a procura externa líquida, dado que a forte apreciação do dólar americano favorece as exportações das economias europeias e desincentiva a expansão das importações de países terceiros. Em 1998, a procura interna deverá registar um incremento mais significativo devido nomeadamente a um maior dinamismo do consumo privado (+2,4%), após seis anos de fraca ou quase nula expansão. A curto prazo, a confiança dos agentes económicos europeus irá estar muito dependente do evoluir do processo de implementação da moeda única euro-

peia, pelo que as indecisões nesta matéria ou qualquer adiamento na formação do euro poderão afectar significativamente os mercados financeiros e a consolidação da recuperação económica em curso.

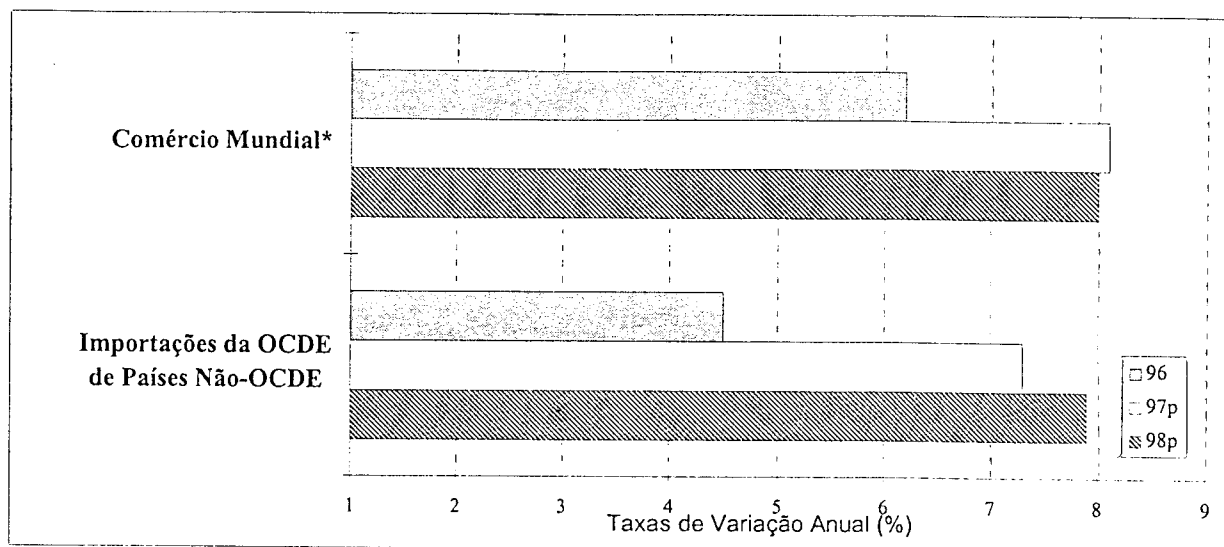
A nível individual, as principais economias europeias deverão continuar a registar diferenças assinaláveis de desempenho macroeconómico, bem assim como perspectivas de evolução a curto prazo distintas. Para a Alemanha e a França, as projecções da OCDE apontam para uma aceleração gradual na expansão modesta do PIB em 1996 para taxas da ordem de 2 a 2,5% em 1997 e de quase 3 por cento em 1998. No Reino Unido, o crescimento económico deverá acelerar para 3 por cento no ano em curso, mas no ano seguinte o ritmo de actividade económica deverá abrandar (para 2,7%) por via, designadamente, da subida das taxas de juro.

Para o Japão, a OCDE projecta para 1997 um período de desaceleração temporária no ritmo de expansão do produto (de 3,6 para 2,3%), logo seguido de uma nova fase de aceleração económica (2,9%). A persistência de baixas taxas de inflação e de juro e o enfraquecimento da divisa nipónica nos mercados internacionais deverão acabar por estimular a recuperação do investimento privado e da actividade produtiva, sobretudo por via de um elevado dinamismo da procura externa (as exportações de mercadorias poderão crescer ao ritmo anual de 11 a 12 % no período 1997-98).

Em sintonia com a aceleração no crescimento do produto nas economias da OCDE, e com as expectativas de evolução bastante favorável da procura global nas economias não-OCDE, designadamente nas economias emergentes, o comércio mundial de mercadorias irá provavelmente registar de novo taxas de expansão em volume robustas (da ordem dos 8% em 1997 e 1998), após um ano de menor dinamismo (vd. Gráfico).

Previsões de crescimento do comércio mundial e das importações da OCDE

— Em volume —



* Média aritmética das taxas de crescimento das exportações e importações mundiais.

FONTE: OCDE: «Economic Outlook», Junho de 1997.

Apesar da evolução prospectiva da conjuntura internacional ser predominantemente favorável ao crescimento das exportações do Território, dever-se-á ter em conta que as expectativas de crescimento lento do consumo privado nas principais economias europeias (com excepção do Reino Unido) e no Japão condicionam, em grande parte, o potencial de expansão no ano de 1997 aos mercados da América do Norte, de onde se esperam também as taxas mais elevadas de importação de produtos manufacturados. Para o ano de 1998, o potencial de crescimento das exportações do Território afigura-se menos favorável dada a pronunciada desaceleração prevista para o consumo privado e volume de importações nos EU (vd. Quadro I-4 em Anexo).

Estas expectativas moderadamente positivas poderão, no entanto, ser seriamente abaladas pela manutenção de um valor altista do dólar americano e pelos efeitos negativos na competitividade relativa das exportações do Território, da forte depreciação das divisas de alguns concorrentes asiáticos (designadamente no caso do sector têxtil, em relação à Tailândia, Malásia, Indonésia e

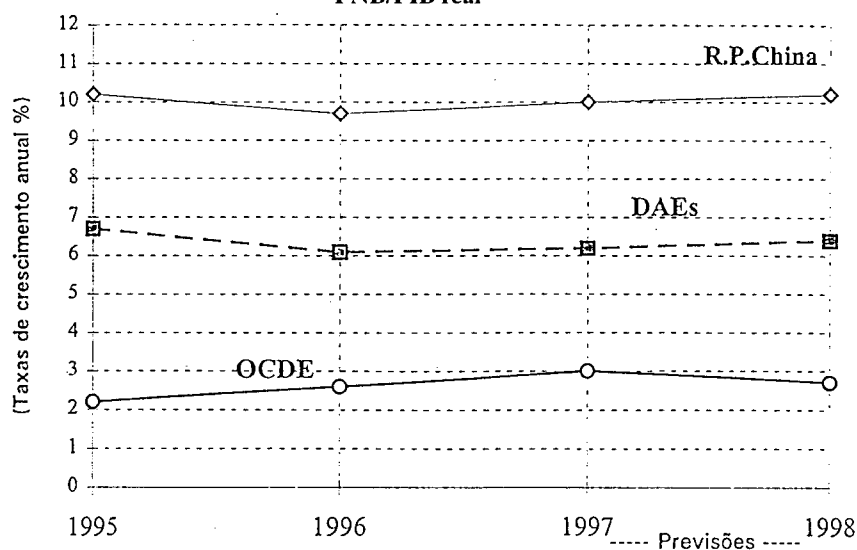
Filipinas). É provável, também, que ultrapassadas as restrições acrescidas à expansão das exportações de vestuário da RPC para o mercado comunitário se assista a uma fase menos expansionista das exportações domésticas de Macau para a UE, tanto mais quanto o nível de utilização de quotas nalgumas categorias subiu consideravelmente nos últimos dois anos.

1.2. As dinâmicas economias da Ásia e a R.P. China

Apesar da desaceleração na procura externa e da adopção de políticas monetárias mais restritivas, o crescimento económico nas dinâmicas economias da Ásia (DEAs — Hong Kong, Singapura, Taiwan, Tailândia, Malásia e Filipinas⁴⁾) e na R.P. China prosseguiu a um ritmo consideravelmente superior ao das economias da OCDE (vd. Gráfico).

⁽⁴⁾ Segundo a OCDE, as Filipinas passaram a integrar o grupo das DEAs desde o início do corrente ano. Ao invés, a Coreia do Sul deixou de fazer parte deste grupo e passou a fazer parte (desde Dezembro de 1996) dos países membros da OCDE.

**Crescimento económico nas
DEAs e R.P. China versus países da OCDE**
— PNB/PIB real —



FONTE: OCDE, «Economic Outlook», Junho de 1997.

Segundo a OCDE, o crescimento médio do produto nas DEAs no ano que passou foi de aproximadamente 6 por cento, ou seja menos cerca de 0,5 por cento do que o apurado em 1995. No mesmo período, a inflação declinou marginalmente para 4,5 por cento, enquanto as contas externas melhoravam (o défice comercial combinado das seis economias desagravou-se e a balança de transacções correntes ficou equilibrada). Na R.P. China, a expansão do produto desacelerou para uma taxa ligeiramente inferior a 10 por cento e a inflação caiu drasticamente de um nível de cerca de 15 por cento em 1995 para 6 por cento em 1996, enquanto a balança de transacções correntes se equilibrava.

A desaceleração no ritmo de actividade económica foi determinada marcadamente por um comportamento desfavorável da procura externa na generalidade das DEAs e na R.P. China, o que determinou, ao contrário do desempenho observado em anos anteriores, que o ritmo de crescimento das exportações da Ásia (excluindo o Japão) fosse inferior ao de outras regiões do mundo e ficasse abaixo do crescimento do produto agregado daquelas economias. Em particular, o comércio externo entre a R.P. China, por um lado, e as economias de Hong Kong, Taiwan e Macau, por outro lado, contraiu-se significativamente em 1996 (OMC, Nota de Imprensa de Abril de 1997).

As projecções macroeconómicas da OCDE, efectuadas em Maio último, antes, portanto, da turbulência registada nos mercados financeiros asiáticos no verão do ano em curso, apontam para uma ligeira aceleração do crescimento do produto agregado nas DEAs (para uma taxa compreendida entre 6 a 6,5 % em 1977-78) e na R.P. China (para cerca de 10%), acompanhada sensivelmente por uma manutenção dos respectivos níveis de inflação de 1996 (vd. Quadros I-5 e I-6 em Anexo). Dada a ligeira aceleração da actividade económica e as pressões acrescidas da procura interna, antecipa-se para o horizonte de 1997-98 uma deterioração das contas externas no conjunto agregado daquelas economias, embora neste campo existam diferenças substanciais a nível individual (excedentes significativos em Singapura e Taiwan e défices volumosos na Tailândia, Malásia e Filipinas).

Na realidade, os desenvolvimentos mais recentes da conjuntura económica e financeira num número significativo de economias asiáticas foram marcados por uma crise nos mercados cambiais e bolsistas, cuja amplitude nalgumas dessas economias não deixará de afectar negativamente as perspectivas de investimento e de crescimento económico a curto prazo. A crise financeira, que se iniciou em meados de Maio último na Tailândia⁵, alargou-se no verão do corrente ano a outras economias da região, afectando particularmente as cotações das respectivas moedas locais e as cotações das bolsas de valores, e, nalguns casos, as próprias reservas externas. No início de Setembro de 1997 eram devastadores os sinais da crise financeira nas economias da Tailândia, Malásia, Indonésia e Filipinas, conforme se pode observar no quadro seguinte.

Situação em 3 de Setembro de 1997

	Desvalorização cambial *	Desvalorização bolsista #
Tailândia	- 34%	- 55%
Malásia	- 13%	- 49%
Indonésia	- 22%	- 37%
Filipinas	- 16%	- 49%

* Variação anual da respectiva divisa contra o USD.

Variação da bolsa de valores em relação a 31.12.96 (em USD).

(FONTE: *The Economist*, 6 de Set.97)

⁽⁵⁾ Fortes pressões na taxa de câmbio forçaram as autoridades a impor controlos nas trocas cambiais e a intervir activamente no suporte do Baht. Esta intervenção foi também suportada pelas autoridades de Hong Kong e de Singapura. Posteriormente, com o agravamento da situação cambial as autoridades da Tailândia, em Agosto último, solicitaram o apoio financeiro e técnico do FMI.

Existem diversas interpretações sobre as causas desta crise financeira, sendo sintomático que as economias mais atingidas da região sofrem de défices pronunciados na balança de transacções correntes e que a cotação das suas divisas estava (ou ainda está) muito relacionada com o USD, o que se era apropriado entre meados dos anos 80 e meados dos anos 90, passou a ser problemático a partir do momento em que o dólar se valorizou consideravelmente e as exportações daquelas economias perderam alguma competitividade. Dado que os fundamentos macroeconómicos em Hong Kong, Taiwan e Singapura se afiguram distintos e mais favoráveis, estas economias foram menos atingidas pela crise financeira regional, embora no caso de Singapura os efeitos na cotação da moeda local e na bolsa de valores tenham sido algo significativos.

Consequentemente, as perspectivas macroeconómicas para os anos 1997-98 afiguram-se menos favoráveis para os países da ASEAN, especialmente em relação à Tailândia, onde será necessário algum tempo para reequilibrar e restaurar a confiança na economia. De acordo com a publicação «Asia Pacific Consensus Forecasts», de Agosto último, o crescimento do produto agregado nas 5 economias da ASEAN (Indonésia, Malásia, Singapura, Tailândia e Filipinas) deverá desacelerar de 7,2 por cento em 1996 para 5,7 por cento em 1997 e 5,9 por cento em 1998. Em particular, o crescimento económico antevisto para a Tailândia é agora de apenas 1,9 por cento em 1997 e 2,3 por cento no próximo ano, taxas estas significativamente inferiores às previstas pela OCDE (de 6 e 6,3%, respectivamente).

Em relação a Hong Kong, cuja divisa e bolsa de valores resistiram à crise financeira regional, as perspectivas macroeconómicas permanecem globalmente favoráveis, embora a indexação directa do HKD ao USD desfavoreça claramente as exportações domésticas e a competitividade da economia local na área de prestação de serviços. Durante a primeira metade do ano, a economia terá crescido a uma taxa anualizada da ordem de 6 a 6,5 por cento⁶, sustentada por um elevado dinamismo da procura interna. Tanto o investimento como o consumo terão registado significativas taxas de expansão, ao contrário do apurado em relação às exportações de mercadorias que registam um modesto crescimento (com as exportações domésticas a declinarem ligeiramente). Segundo as últimas previsões do Hong Kong Bank, no seu «Economic Report», de Julho último, o crescimento real do PIB em 1997 será de 5,4 por cento, o que compara com a taxa de 4,7 por cento registada no ano anterior. A contribuição da procura interna será determinante na aceleração do crescimento do produto, mas a procura externa permanecerá provavelmente pouco dinâmica, sobretudo no que diz respeito às exportações domésticas. A inflação deverá subir ligeiramente em sintonia com a pujança do consumo e do investimento (segundo o IPC(A), será de 6,4% em 1997, contra 6% em 1996).

Na R.P. China, a expansão real do produto no primeiro semestre de 1997 prosseguiu a elevado ritmo (cerca de 9,5%), suportada principalmente por uma forte expansão da procura externa líquida de mercadorias (enquanto as exportações cresceram 26% em USD, as importações estagnaram). Entretanto, as pressões inflacionistas continuam a abrandar, tendo o índice de preços no consumidor (IPC) nos primeiros 6 meses de 1997 registado um incremento anual de apenas 4 por cento. De entre alguns dos principais problemas com que a economia chinesa se debate destaca-se a acumulação de prejuízos nas empresas públicas, a existência de desemprego oculto nestas empresas e a desigualdade de ren-

dimentos entre as províncias do litoral (mais abertas ao exterior) e o interior da China. No 15.º Congresso do Partido Comunista Chinês, foi reafirmada a orientação de desenvolvimento para uma economia de mercado, sendo de destacar a intenção de reformar as empresas públicas através, designadamente, da sua abertura ao capital privado, o que não deixará de trazer novas oportunidades de investimento externo na RPC. De acordo com as previsões oficiais, a taxa de expansão real do PIB será de 10 por cento no corrente ano e de 9 por cento no próximo ano.

1.3. Outras economias

A evolução macroeconómica nas principais economias da América Central e do Sul apresenta nos últimos anos aspectos positivos em termos de aceleração no crescimento do produto agregado (de 2,1% em 1995 para 3,2% em 1996), captação de investimentos e na expansão das trocas externas. Em 1996, segundo a OMC, tanto as exportações como as importações na América Latina (incluindo o México) cresceram em volume a um ritmo muito superior ao da procura mundial. Menores progressos foram registados em relação aos níveis elevados da inflação e dos défices externos observados na generalidade das economias, com algumas notáveis excepções, como no caso do Brasil que reduziu a sua taxa de inflação de 210 por cento em 1995 para 16 por cento em 1996.

No horizonte de 1997-98, o sucesso do plano de reestruturação financeira do Brasil será decisivo na sustentação de um processo de crescimento não inflacionário, com repercussões na promoção da actividade económica na região. Segundo a OCDE, o crescimento económico na região deverá rondar em média os 4,5 por cento nos anos de 1997-98. No corrente ano, as economias da Argentina, Chile e Peru deverão registar expressivas taxas de crescimento real do PIB (entre 5 a 6%), enquanto na Venezuela antecipa-se uma expansão real de 4 por cento após um ano de recessão e inflação de 100 por cento. No Brasil, o ritmo de actividade económica deverá acelerar no corrente ano (para 4,5%) e a inflação poderá baixar para menos de dois dígitos.

Na generalidade das economias em transição da Europa central e do leste, Rússia e Ucrânia, a evolução macroeconómica recente tem-se pautado por progressos (embora a ritmos diferentes) na adopção de legislação e de reformas económicas conducentes à implementação de economias de mercado (dever-se-á notar que a Rep. Checa, a Polónia e a Hungria foram dos primeiros países do ex-bloco do leste a aderirem ao sistema de economia de mercado, fazendo parte dos países-membros da OCDE desde 1995-96). Contudo, no ano de 1996, o crescimento económico foi significativamente mais fraco do que em 1995 devido, em parte, à menor procura externa de importantes mercados da OCDE. Em particular, a Bulgária (-11%), a Rússia (-6%) e a Ucrânia (-9%) registaram significativas taxas de decréscimo real do produto.

Num enquadramento internacional mais favorável nos países da OCDE, os anos de 1997 e 1998 poderão ser de confirmação do avanço das reformas económicas e de melhor desempenho macroeconómico na generalidade das economias da região, sendo

⁽⁶⁾ Segundo artigo publicado na «Far Eastern Economic Review» (11 de Setembro de 1997).

para tal crucial o dinamismo do investimento na modernização das infra-estruturas e nas empresas em reestruturação. Em particular, na Rússia, e após quase uma década de quebra drástica do produto e do rendimento *per capita* as perspectivas de curto prazo são de crescimento positivo da economia (2% em 1997 e 5% em 1998) e de menor inflação (15 e 12%, respectivamente). Porém, a taxa de desemprego deverá continuar a subir, podendo atingir os 12 por cento no próximo ano.

Para a Bulgária e a Roménia as projecções do PIB para 1997 são desfavoráveis, mas para o ano seguinte as perspectivas são de ligeiro crescimento económico (2 a 3%). No ano em curso, ambos os países sofrem de elevadas taxas de inflação e de défices fiscais excessivos. Mesmo com a atenuação da crise financeira e com alguma retoma económica a taxa de desemprego deverá permanecer elevada (10% na Roménia e 14% na Bulgária).

Quadro I – 1

**Previsões de crescimento real do PIB
nos países da OCDE**

(Variação percentual em relação ao período anterior) ^{a)}

	1995	1996	º Sem. 96	Previsões		
				1º Sem. 97	1997	1998
E.U.A.	2,0	2,4	2,2	4,4	3,6	2,0
Japão	1,4	3,6	5,0	2,7	2,3	2,9
Alemanha	1,9	1,4	1,0	2,0	2,2	2,8
França	2,1	1,5	2,1	2,7	2,5	2,8
Itália	2,9	0,7	0,3	1,2	1,0	1,8
Reino Unido	2,5	2,1	2,1	3,2	3,0	2,7
Canadá	2,3	1,5	1,3	3,9	3,5	3,3
Total dos «Sete»	2,0	2,3	2,4	3,4	2,9	2,4
União Europeia	2,4	1,6	1,6	2,3	2,3	2,7
Total da OCDE	2,2	2,6	2,9	3,4	3,0	2,7

a) A taxas anualizadas, desazonalizadas

FONTE: OCDE, «Economic Outlook», Junho de 1997

Quadro I – 2

**Taxas de desemprego ^{a)}
nos países da OCDE**

(em percentagem)

	1995	1996	1º Sem. 96	Previsões		
				1º Sem. 97	1997	1998
E.U.A.	5,6	5,4	5,5	5,1	5,0	5,1
Japão	3,1	3,3	3,4	3,3	3,2	3,1
Alemanha	9,4	10,3	10,1	11,2	11,1	10,8
França	11,5	12,4	12,2	12,7	12,6	12,2
Itália	12,0	12,1	12,1	12,1	12,1	11,9
Reino Unido	8,1	7,4	7,7	6,3	6,1	5,6
Canadá	9,5	9,7	9,5	9,5	9,4	9,1
Total dos «Sete»	6,8	6,9	7,0	6,8	6,7	6,6
União Europeia	11,2	11,3	11,3	11,3	11,2	10,8
Total da OCDE	7,6	7,5	7,5	7,3	7,3	7,1

a) Em percentagem de população activa.

FONTE: OCDE, «Economic Outlook», Junho de 1997

Quadro I - 3

Taxas de inflação ^{a)}
nos países da OCDE

(Variação percentual em relação ao período anterior) ^{b)}

	1995	1996	1º Sem. 96	Previsões		
				º Sem. 97	1997	1998
E.U.A.	2,4	2,1	2,2	2,2	2,2	2,4
Japão	-0,5	0,2	0,4	1,7	1,5	1,0
Alemanha	1,9	1,9	1,8	1,5	1,7	1,8
França	1,6	1,8	2,2	1,7	1,6	1,4
Itália	5,6	4,1	4,2	2,1	2,0	2,0
Reino Unido	2,5	2,8	2,7	2,3	2,4	2,3
Canadá	1,6	1,2	0,8	1,2	1,4	1,4
Total dos «Sete»	2,0	1,9	2,0	2,0	2,0	1,9
União Europeia	2,9	2,6	2,1	1,9	2,0	2,0
<i>Total da OCDE</i>	4,9	4,5	4,7	4,0	4,0	3,6
OCDE menos países com elevada inflação ^{c)}	2,1	2,0	2,1	2,0	2,0	2,0

a) Utilizando o deflator do consumo privado.

b) A taxas anualizadas, desazonalizadas.

c) Exclui países com 10 por cento ou mais de inflação em média desde os anos 90 (inclui, Rep. Checa, Grécia, México, Polónia e Turquia)

FONTE: OCDE, «Economic Outlook», Junho de 1997.

Quadro I - 4

Evolução em volume do consumo privado e das importações de produtos manufacturados
nos principais países da OCDE

(Taxas de crescimento anual)

	Consumo privado				Importações em volume			
	1995	1996	Previsões		1995	1996	Previsões	
			1997	1998			1997	1998
E.U.A.	2,3	2,5	3,4	2,4	8,9	7,0	11,9	7,4
Japão	2,0	2,8	1,1	1,8	12,5	3,4	4,3	8,8
Alemanha	1,8	1,3	1,0	2,0	2,0	7,0	6,4	6,9
França	1,7	2,1	1,2	2,4	5,8	2,2	5,9	6,8
Itália	1,8	0,7	0,9	1,5	6,5	-0,5	3,5	6,2
Reino Unido	1,9	3,0	3,8	3,4	4,0	9,1	6,2	7,8
Canadá	1,4	2,4	2,7	3,0	9,8	5,5	9,0	6,8
<i>Média *</i>	2,1	2,3	2,7	2,4	7,0	6,5	9,4	7,3

* Ponderada pelo peso relativo das exportações domésticas de Macau para os respectivos mercados no 1.º semestre de 1997.

FONTE: OCDE, «Economic Outlook», Junho de 1997.

Quadro I – 5

**Previsões económicas de curto prazo para as dinâmicas
economias asiáticas e R. P. China**

(Taxas de crescimento anual)

	PIB/PNB real				Inflação (IPC)			
	1995	1996	Previsões		1995	1996	Previsões	
			1997	1998			1997	1998
Taiwan	5,9	5,7	6,2	6,4	3,7	3,1	3,4	3,5
Hong Kong	4,6	4,7	5,3	5,6	8,7	6,0	6,8	7,0
Singapura	8,8	7,0	6,5	6,8	1,8	1,4	1,7	2,0
Tailândia	8,6	6,7	6,0	6,3	5,8	5,8	4,5	4,5
Malásia	9,5	8,2	7,7	8,0	3,4	3,6	3,5	3,5
Filipinas	4,8	5,5	6,0	6,0	8,1	8,5	7,0	7,5
DAEs Total *	6,7	6,1	6,2	6,4	5,1	4,5	4,4	4,5
R.P. China	10,2	9,7	10,0	10,2	14,8	6,1	5,7	6,0

* As dinâmicas economias asiáticas (DEAs) incluem desde 1997 a economia das Filipinas. A Coreia do Sul está agora incluída nos países membros da OCDE.

FONTE: OCDE, «Economic Outlook», Junho de 1997.

Quadro I – 6

**Balança comercial e balanço de transacções correntes
nas DAEs e R. P. China**

(US\$ mil milhões)

	Balança Comercial				B.T.C.			
	1995	1996	Previsões		1995	1996	Previsões	
			1997	1998			1997	1998
Taiwan	13,5	19,2	17,0	16,0	4,8	10,5	8,7	8,3
Hong Kong *	-19,7	-18,4	-18,5	-19,0	-3,3	-1,5	-2,3	-2,8
Singapura	1,6	-0,5	-1,0	-1,0	15,1	15,2	15,0	15,0
Tailândia	-8,0	-10,3	-11,0	-12,0	-13,6	-14,7	-15,4	-16,1
Malásia	0,1	1,8	2,0	2,5	-7,5	-5,9	-6,2	-6,6
Filipinas	-8,9	-11,8	-12,5	-12,5	-2,0	-3,6	-4,0	-4,6
DAEs Total	-21,4	-20,0	-24,0	-26,0	-6,5	0,0	-4,2	-6,8
R.P. China	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	1,6	-0,2	-6,0	-8,0

* A B.T.C. de Hong Kong inclui apenas as exportações líquidas de bens e serviços (exclui rendimentos de capitais e transferências).

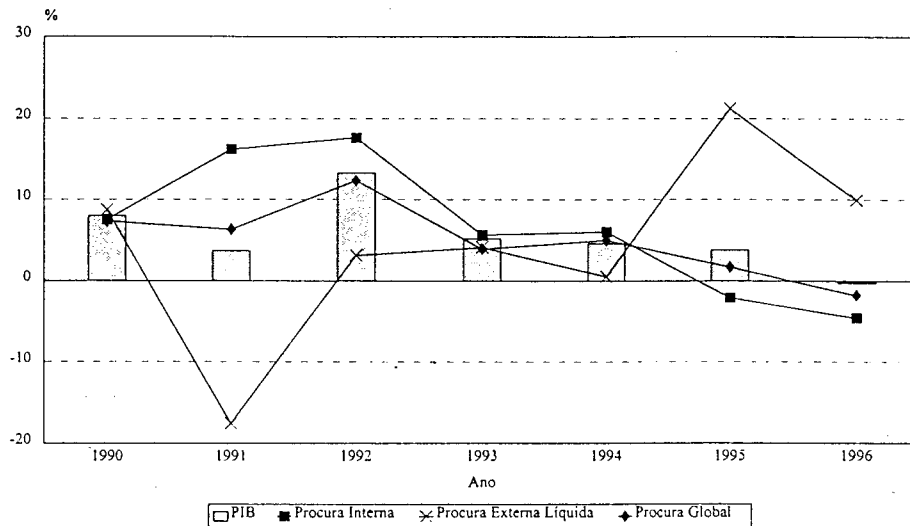
FONTE: OCDE, «Economic Outlook», Junho de 1997.

II — CARACTERIZAÇÃO GLOBAL DA CONJUNTURA ECONÓMICA DE MACAU

II.1. Evolução global

Na primeira metade da década de 90, a economia de Macau revelou, em termos reais, uma taxa média de crescimento anual em torno dos 6%.

Agregados macroeconómicos – evolução
PIB e procura (taxas de crescimento reais)



NOTA: Procura externa líquida: Exportação-Importação de bens e serviços

FONTE: Estimativas do Produto Interno Bruto 1982-1996.

Direcção dos Serviços de Estatística e Censos.

Neste quadro global, a evolução observada no período de 1990-95 poderá caracterizar-se principalmente pelos seguintes comportamentos:

- ritmo de crescimento intenso em 1992, impulsionado pela expansão do investimento no sector da construção;
- comportamento equilibrado dos principais indicadores da actividade económica durante 1993/94, resultante do dinamismo observado a nível da procura interna;
- desaceleração tendencial da actividade económica ao longo de 1995, com particular incidência na 2.ª metade do ano, na sequência da forte retracção da procura interna, a qual veio a bloquear o efeito positivo gerado pelo impulso da procura externa.

Em 1996, de acordo com os elementos disponíveis, confirma-se a fragilidade da actividade económica do Território iniciada no ano anterior. Medida através do Produto Interno Bruto (PIB), foi registada uma inflexão real no crescimento da economia estimando-se uma variação na ordem dos -0,3%.

Este andamento foi, no essencial, determinado pelo agravamento manifestado pela procura interna, cuja evolução real negativa se estima vir a fixar-se em -4,6% contra os -2,1% registados em 1995. De facto, aliado ao abrandamento do consumo público (+5,4% contra 9,0% em 1995), a forte retracção do investimento (-16,9%), exclusivamente imputada ao sector privado, explicam a amplitude da quebra estimada a nível da procura interna.

Neste contexto, a procura externa líquida, apesar da desaceleração verificada no seu ritmo de crescimento entre 1995 e 1996 (+21,2% contra +9,9% reais), constituiu um importante travão ao enfraquecimento mais acentuado da actividade económica do Território. Cumulativamente, por efeito do desagravamento do

défice das trocas de mercadorias com o exterior, a procura externa líquida veio a reforçar o seu peso relativo na estrutura do PIB (32,9% contra 29,8% em 1995).

Os indicadores disponíveis no 1.º semestre de 1997 apontam para a continuação do fraco dinamismo da actividade económica global no Território. Com efeito, prosseguindo a tendência manifestada no ano transacto, a procura interna continua a ser determinada pelo comportamento negativo do investimento a nível do sector da construção e pela retracção quer do consumo privado quer do consumo colectivo. Por seu turno, a acentuada desaceleração da procura externa líquida, afectada pelo comportamento desfavorável do afluxo de visitantes ao Território não compensado com o andamento significativamente positivo das exportações de mercadorias, não poderá constituir, como no passado recente, o motor do crescimento económico de Macau.

II.2. Consumo privado

Acompanhando a evolução da população e dos rendimentos das famílias, o consumo privado apresentou, entre 1990 e 1995, um ritmo de crescimento médio anual estimado em +6,5% a preços constantes de 1989, com um peso no PIB, em volume, em torno dos 33%.

De acordo com os elementos disponíveis, o consumo privado em 1996 prosseguiu, em termos nominais, a desaceleração no seu ritmo de crescimento evidenciada nos últimos dois anos. Com efeito, embora fosse observado um movimento positivo em 1996 (+7,9%), ele situou-se abaixo do constatado no ano precedente (+10,4%) em resultado não só do fraco impacto do aumento populacional verificado (+1,5%) como do acréscimo pouco significativo dos rendimentos das famílias onde a variação da mediana global das remunerações nominais se situou abaixo da taxa de inflação observada.

Em termos de evolução real, estima-se que em 1996 o consumo privado venha a registar um crescimento (+4,1%) ligeiramente acima do patenteado em 1995 (+3,2%) em virtude de ter sido observada uma variação geral dos preços relativamente fraca. O consumo privado *per capita* deverá atingir um crescimento estimado de cerca de +2,5% (+2,3% no período 1990-95).

De acordo com os indicadores disponíveis, perspectiva-se, para o primeiro semestre de 1997, um ligeiro crescimento da população, a continuação de um perfil de desaceleração da taxa de inflação, uma inflexão no sentido positivo da importação de bens de consumo e um ténue aumento dos rendimentos nominais provenientes do trabalho.

II.3. Consumo público

Durante o período de 1990 a 1995 o Consumo Público apresentou uma evolução real média anual estimada na ordem dos +6,2%.

Em 1996, com um peso na estrutura real do PIB de cerca de 8,9%, o crescimento em volume das despesas em consumo do sector público não empresarial situou-se nos +5,4%, contra +9,0% estimado para 1995. O maior contributo para esta desaceleração foi dado pela rubrica «despesas com pessoal» cujo acréscimo em 1996 (+6,3%) foi inferior em dois pontos percentuais relativamente ao do ano anterior (+8,4%). No mesmo sentido, apesar da menor importância relativa apresentada na estrutura do consumo público pela rubrica «consumo líquido de bens e serviços» (23,2%), a significativa desaceleração em termos reais evidenciada por esta componente entre 1995 (+11%) e 1996 (+2,6%), reforçou o movimento global tendencialmente decrescente.

Para 1997, tendo sido adoptada uma política de moderação dos gastos da Administração, conforme as orientações definidas nas Linhas de Acção Governativa para o ano corrente, o crescimento em volume do sector público não empresarial indicia uma desaceleração face ao estimado para 1996.

À semelhança dos anos anteriores prevê-se que o maior contributo para a evolução desta componente da despesa seja dado pela rubrica «despesas com pessoal», muito embora se estime que o crescimento real, na sequência da adopção de medidas de localização de quadros, seja inferior à média anual registada durante os anos 90.

II.4. Formação bruta de capital fixo

Entre 1990 e 1995, a formação bruta de capital fixo apresentou, em termos reais, um crescimento médio anual de 11,4%, traduzindo um peso médio na estrutura do Produto de cerca de 30,4%.

Em 1996, os indicadores sobre o investimento na construção e bens de equipamento, prosseguindo o movimento desfavorável ocorrido no período final da primeira metade dos anos 90, apontam para um reforço da tendência negativa desta componente da despesa, estimando-se uma quebra de -16,9%. Este tipo de evolução encontra-se cimentada no facto de terem sido finalizados os trabalhos ligados ao último grande empreendimento realizado no Território (aeroporto) assim como à quebra do investimento em novos projectos durante 1996.

Com base nos elementos disponíveis, a construção de edifícios a nível do sector privado evidencia uma diminuição de forte amplitude do investimento (-30,7% reais) com especial evidência a nível dos edifícios iniciados. Por outro lado, as margens de opera-

dores sobre imóveis indiciam uma evolução negativa de -7,9% em volume, na sequência da diminuição das transacções de novas construções no mercado imobiliário.

O investimento em construção e obras públicas do sector público apresentou, em 1996, um movimento favorável estimado, em termos reais, em 12,1% induzido, nomeadamente, pelos investimentos no Centro Cultural de Macau, Aterro e infra-estruturas do NAPE e infra-estruturas no Pac On.

No que se refere ao investimento em bens de equipamento e transportes, a evolução estimada veio a pontuar-se por um frágil comportamento (-10,5% reais).

Para 1997, os sinais de fraco dinamismo da componente «Construção» poderão vir a persistir. Com efeito, apesar de se ter constatado um crescimento da área bruta dos edifícios iniciados no 1.º semestre de 1997 (+9,6%), este indicador revela, relativamente aos edifícios concluídos, uma quebra de 57,8%. Neste sentido, embora o investimento em novos edifícios tenha registado uma ligeira melhoria, as expectativas em relação ao conjunto do ano de 1997 apontam para uma retracção da actividade da construção privada na ordem dos -32% em volume. Por seu turno, a queda na importação de alguns materiais de construção, bem como a evolução negativa do indicador sobre o consumo aparente de cimento, completam o enquadramento negativo para o sector, comprometendo, deste modo, a sua possível recuperação na 2.ª metade do ano.

Quanto ao número de fracções autónomas transaccionadas no 1.º semestre de 1997 verifica-se uma ligeira recuperação traduzida por uma retoma do volume de transacções de imóveis (+22,9%), prevendo-se que as margens de operadores sobre imóveis, em 1997, atinjam um acréscimo de +29,6%.

Relativamente à formação bruta de capital fixo em maquinaria, equipamento e material de transporte prevê-se, de acordo com a tendência evidenciada pela importação de bens de capital na 1.ª metade do ano, uma recuperação do investimento, invertendo o tipo de andamento registado no passado recente.

No que respeita ao investimento do sector público, quer em construção e obras públicas quer em bens de equipamento, as perspectivas para 1997 poderão não apresentar uma evolução favorável face ao ano transacto, que apresentou um elevado nível de realização do programa de investimentos.

II.5. Balança de bens e serviços com o exterior

A balança de mercadorias em 1996, estimada na óptica do PIB, continuou a evidenciar uma melhoria da taxa de cobertura das importações pelas exportações, traduzida por um crescimento da balança comercial de +29,9% em termos nominais.

Neste contexto, apesar da desaceleração verificada a nível das exportações, o impacto negativo da importação de mercadorias, resultante da retracção das compras ao exterior em «bens de consumo» (-3,0%) e em «bens de capital» (-28,6%), veio explicar a melhoria relativa manifestada pela procura externa líquida de mercadorias.

Por seu turno, a balança de serviços com o exterior caracterizou-se, em 1996, por uma forte desaceleração do seu ritmo de crescimento face ao observado no ano anterior — acréscimo nominal de +2,2% contra um aumento de +16,1% em 1995.

Neste quadro global, apesar de terem sido registados comportamentos favoráveis tanto no número de visitantes entrados (+5,1%) como da respectiva despesa *per capita*, estima-se que as despesas de não-residentes apresentem, na sequência da quebra das receitas provenientes do «jogo» (-5,1%), um crescimento nulo, em termos nominais. Relativamente à importação de serviços estima-se, para 1996, um crescimento nominal de +8,1%, em resultado do impacto da abertura do Aeroporto nas despesas dos residentes no exterior, assim como dos serviços de transporte aéreo a cargo das empresas de Macau e do pagamento em «leasing» dos aviões adquiridos pela companhia aérea do Território.

No conjunto, em 1996, a procura externa manifestou uma forte desaceleração no seu andamento, tanto em volume (+0,5% contra +5,1% em 1995) como em termos nominais (+1,7% contra +12,2% no ano anterior).

Para o ano de 1997, tendo em conta os elementos disponíveis relativos ao 1.º semestre, projecta-se uma significativa desaceleração da procura externa líquida, particularmente devido ao contributo negativo das despesas dos não-residentes no Território.

Neste contexto, a balança comercial manifestou, nos primeiros seis meses de 1997, uma melhoria significativa do seu saldo (+23,5%) em resultado do comportamento das exportações de mercadorias cuja expansão (+13,0% em termos nominais) reflecte a resolução dos condicionalismos existentes, no ano transacto, em relação ao seu principal cliente (EUA). Por outro lado, acompanhando o andamento mais favorável da procura interna e na linha do comportamento evidenciado no 1.º semestre, as importações de mercadorias poderão apresentar, para o conjunto do ano, um crescimento em torno dos +5,0%.

No que se refere ao número de visitantes entrados no Território, na 1.ª metade de 1997 foi observada uma diminuição de 4,7%, face a igual período do ano anterior, apesar do acréscimo significativo de visitantes que utilizaram a via aérea (+75,3%).

Associado a este movimento global desfavorável, a quebra acentuada das despesas *per capita* dos visitantes entrados, tanto pela via marítima como pela via terrestre, poderão reflectir-se num crescimento negativo, de forte amplitude, das despesas dos visitantes (excluindo o jogo) durante o ano de 1997. Em contrapartida, estima-se que a evolução favorável das receitas do jogo observadas ao longo dos primeiros meses do ano poderão atenuar aquela evolução menos optimista.

Quanto às importações de serviços prevê-se, para 1997, um crescimento em volume na ordem dos +17,9% na sequência dos pagamentos em «leasing» dos aviões adquiridos pela transportadora aérea de Macau.

II.6. Emprego e salários

Durante o ano de 1996, a população activa manteve-se relativamente estável em torno dos 206 mil indivíduos, registando-se uma taxa de actividade de 66,7% (quadro II-2).

Os dados disponíveis até ao 2.º trimestre de 1997 não sugerem alterações muito significativas nestes valores, muito embora a taxa de actividade registada para o período de Abril a Junho do ano corrente, se situe nos 65,7% correspondendo, assim, a uma quebra homóloga de cerca de um ponto percentual.

Os valores apurados para a população empregada ao longo do ano de 1996 mantiveram-se sem alterações significativas. Esta es-

tabilidade parece confirmar-se ao longo do ano corrente. Os dados relativos ao 2.º trimestre de 1997 estimam a população empregada em cerca de 198 mil indivíduos (+0,4% face ao período homólogo de 1996).

Esta situação terá contribuído favoravelmente para uma redução da pressão sobre o mercado de trabalho que anteriormente se fazia sentir, permitindo uma inversão da tendência crescente da taxa de desemprego, a qual veio a atingir 3,7% no período de Abril a Junho de 1997, contra os 4,5% apurados para igual período do ano anterior (quadro II-2). Os dados mais recentes já disponíveis para o período de Junho a Agosto de 1997, apontam para uma confirmação desta tendência decrescente situando a taxa de desemprego em 3,2%.

A estrutura da população empregada por escalões etários (quadro II-17.1) não tem sofrido alterações apreciáveis, embora tenha sido possível identificar, nos dados apurados a partir de 1994, um ligeiro aumento do peso relativo do grupo situado no escalão de 45 a 64 anos.

Uma situação semelhante é também perceptível nos dados referenciados a Junho de 1997 quando comparados com os de Junho de 1996.

Já no que se refere à população desempregada (quadro II-17.2) se verifica que, dos 7,5 mil indivíduos que, em Junho de 1997, se encontravam nessa situação, cerca de 52% apresentam idades compreendidas entre os 25 e os 44 anos de idade, reflectindo provavelmente as dificuldades que este segmento da população continua a enfrentar face às crescentes exigências do mercado de trabalho. Contudo, os dados disponíveis sugerem o esboçar de uma recente tendência para a diminuição do peso relativo deste grupo etário no total dos desempregados, sendo possível apurar uma variação homóloga negativa da ordem dos 28% relativa ao 2.º trimestre, enquanto que a variação global registada para o mesmo período não ultrapassa os 23%.

A repartição da população empregada por actividades económicas (quadro II -18.1) registada a partir de 1995, atenua os índices da tendência de mudança estrutural da economia, na medida em que sobressaem algumas quebras nas posições relativas de sectores como o «Comércio, restaurantes e hotéis», «Seguros, bancos e operações sobre imóveis» e «Serviços sociais e pessoais», porventura acusando os reflexos da forte desaceleração que se vem verificando no consumo privado.

As indústrias transformadoras, que apresentaram em 1996 um crescimento negativo do emprego estimado em cerca de 7%, mostram, quando analisados os dados referenciados a Junho de 1997, uma estabilização do seu peso estrutural a nível próximo dos 21%.

Em paralelo, e no que se refere à estrutura da população desempregada por ramo de actividade anteriormente exercida, verifica-se, no período mais recente, um ligeiro acréscimo da sua importância (quadro II-18.2).

O emprego no sector da Construção e Obras Públicas parece sustentar um comportamento semelhante sendo, porém, que a redução do seu peso na estrutura global ocorre em simultâneo com uma mais evidente redução da contribuição para o nível do desemprego, não deixando de reflectir mais directamente a política de contenção de trabalhadores não-residentes neste sector.

Em contrapartida, os sectores relativos ao «Comércio, hotéis e restaurantes» e aos «Serviços sociais e pessoais» acusam, nesta

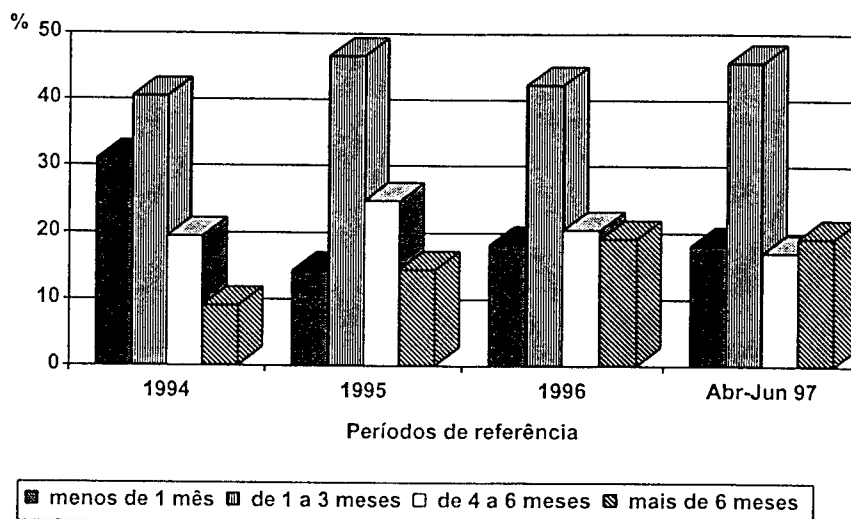
óptica, comportamentos menos favoráveis. O comércio, muito embora sustente a tendência para reforçar a sua posição relativa na estrutura do emprego vê aumentada, neste período, a sua contribuição para o desemprego, enquanto que os serviços sociais e pessoais, embora percam também algum peso relativo na estrutura do emprego, vêm sensivelmente reduzida a sua contribuição para o total do desemprego.

Ainda no que se refere à população desempregada verifica-se, desde 1994, o acentuar da tendência para o crescimento do grupo de «Desempregados há mais de 6 meses» em paralelo com o acrés-

cimo registado nas posições relativas de motivos como «Fim de emprego temporário» e «Despedimento» (quadro II-19).

Sendo que estas características se encontram particularmente relacionadas com a dinâmica da conjuntura económica, os dados relativos ao período de Abril a Junho de 1997 evidenciam uma certa estabilização do peso relativo dos principais grupos por duração e sugerem uma redução significativa no desemprego motivado por «Fim de emprego temporário». Em contrapartida, motivos como o «Despedimento» contribuem, neste período, com 42% do total da população desempregada.

Gráf. XX — Evolução da população desempregada por duração do desemprego

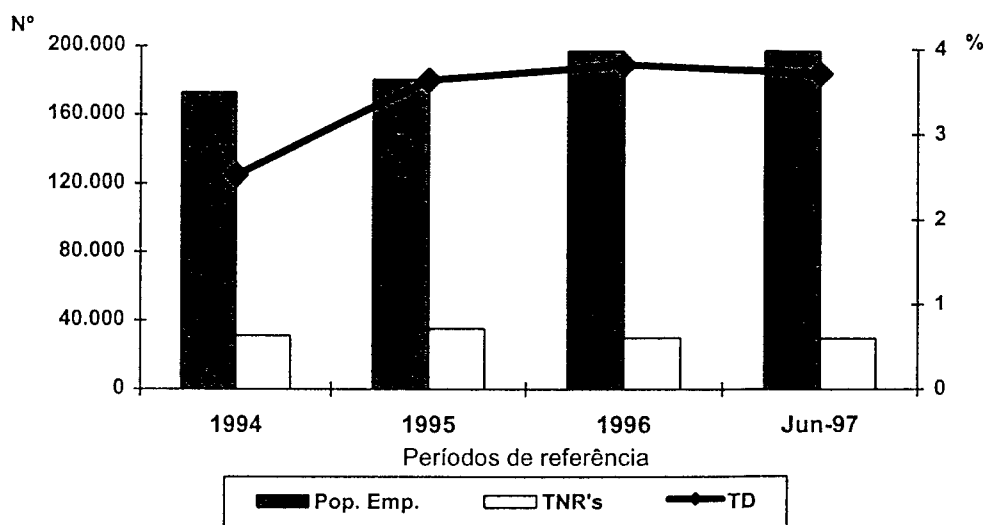


FONTE: DSEC — Inquérito ao emprego (cf. alterações metodológicas a partir de 1996)

Por outro lado, o número de trabalhadores não-residentes (TNR's) existentes no Território, que chegou a ultrapassar os 35 mil indivíduos em 31/12/95, situava-se, no fim de 1996, abaixo dos 30 mil, reflectindo o impacto das restrições impostas à contratação de mão-de-obra não-residente e correspondendo a uma redução de cerca de 15%. Em 31/08/97 este valor mantinha-se dentro da mesma ordem de grandeza e correspondia a 29 545 indivíduos.

Durante o ano de 1996, e apesar dos condicionamentos à contratação de mão-de-obra no exterior, assistiu-se à persistência de comportamentos divergentes entre a taxa de desemprego e o número de TNR's. Esta situação reflectia a importância que assumiram os desajustes (qualitativos e quantitativos) presentes no mercado de trabalho local, num período de conjuntura menos dinâmica.

Gráf. XX — Evolução do número de trabalhadores não-residentes e da taxa de desemprego



FONTE: DSEC - Inquérito ao emprego (cf. alterações metodológicas a partir de 1996)

A alteração progressiva do contexto depressivo que se começou a fazer sentir nos finais do ano de 1996 e que parece consolidar-se gradualmente nos primeiros meses do ano corrente, terá influenciado de uma forma positiva e, sobretudo, mais decisiva, o comportamento da taxa de desemprego. A confirmarem-se as expectativas mais optimistas relativas à progressiva recuperação de um maior dinamismo nas economias que absorvem a maioria das exportações do Território, designadamente dos EUA, será de esperar um reflexo igualmente positivo na actividade dos principais sectores.

Este contexto, aliado às tradicionais características e limitações do mercado de trabalho local, veio reforçar a importância atribuída a uma política de contratação de trabalhadores não-residentes mais flexível, por forma a garantir as condições de laboração adequadas a uma oportuna capacidade de resposta por parte desses sectores.

Em termos globais, as estimativas da mediana das remunerações mensais sugerem uma melhoria gradual das remunerações auferidas, apresentando em 1996 uma variação positiva de quase 2%. Esta tendência tende a consolidar-se ao longo dos primeiros meses de 1997 (quadro II-20).

Paralelamente e muito embora se assista também a um ligeiro aumento dos ganhos auferidos pelos trabalhadores de alguns dos principais sectores de actividade, a informação disponível não reflecte ainda o consequente estímulo do consumo das famílias. Esta circunstância poderá estar relacionada com o clima de expectativa que antecedeu a transferência de soberania de Hong Kong e ainda com uma certa inércia na resposta aos indicadores que perspectivam uma progressiva retoma de níveis de actividade mais dinâmicos.

Quadro II - 1

População residente

		Em 31 de Dezembro			Em 30 de Junho	
		1994	1995	1996	1996	1997
População residente	10 ³	403,6	415,0	415,9	415,4	419,1
Taxa de crescimento efectivo	%	+3,5	+2,8	+0,2	+1,5	+0,9
Homens	10 ³	194,8	199,4	200,1	200,0	201,6
Mulheres	10 ³	208,8	215,6	215,7	215,5	217,5
Estrutura etária						
Até 14 anos	%	25,5	25,2	25,3	25,9	25,1
de 15 a 64 anos	%	67,5	67,6	67,2	66,9	67,4
Com 65 e mais anos	%	7,1	7,2	7,5	7,2	7,5

NOTA: Dados relativos aos anos de 1994 a 1996 foram ajustados conforme as estimativas da população actualizadas com base nos resultados do Intercensos/96.

FONTE: Estatísticas Demográficas.

Direcção dos Serviços de Estatística e Censos.

Quadro II - 2

Taxas de actividade, desemprego e subemprego

(%)

Taxas	1994	1995	1996	Abr. - Jun.	
				1996	1997 *
Taxa de Actividade	63,9	65,3	66,7	67,2	65,7
Homens	77,7	78,3	79,4	80,0	78,3
Mulheres	51,7	53,7	55,4	55,9	54,6
Taxa de Desemprego	2,5	3,6	4,3	4,5	3,7
Taxa de Subemprego	1,6	2,6	1,2	1,5	0,9

* Valores provisórios.

FONTE: Inquérito ao Emprego.

Direcção dos Serviços de Estatística e Censos.

Quadro II – 3

Índice de preços no consumidor geral
(Variação homóloga)

(%)

Secções de bens e serviços	Ponderação (a)	1994	1995	1996	1º Sem. 96	1º Sem. 97
Índice global(b)	82,5	6,3	8,6	4,8	5,5	3,9
Produtos alimentares	38,3	7,2	8,1	4,5	5,0	3,7
<i>Refeições fora de casa</i>	19,8	8,4	9,3	5,0	5,1	4,8
Habitação(b)	2,2	3,4	6,3	4,1	4,3	3,9
Combustíveis, electricidade	4,0	0,4	6,6	6,2	5,6	8,6
Bebidas alcoólicas e tabaco	2,0	1,0	2,8	5,0	7,2	0,4
Vestuário e calçado	6,8	3,0	12,5	6,2	7,9	2,7
Bens duradouros	3,7	2,1	6,3	1,8	2,4	-0,6
Bens diversos	6,0	4,8	7,8	4,3	5,1	3,8
Transporte e veículos	7,4	7,4	7,6	1,8	2,0	3,1
Serviços	12,1	8,8	11,3	7,2	8,3	5,2

a) Estrutura do IDF 87/88;

b) Excluindo rendas.

FONTE: Índice de preços no consumidor. Base 1988/89.

Direcção dos Serviços de Estatística e Censos.

Quadro II – 4

Automóveis ligeiros de passageiros matriculados para uso particular

	1994	1995	1996	1º Sem. 96	1º Sem. 97 (a)
Número	5.260	3.647	5.310	2.557	2.170
Variação homóloga (%)	4,0	-30,7	45,6	31,5	-15,1

a) Valor provisório.

FONTE: Direcção dos Serviços de Estatística e Censos.

Quadro II – 5

Importação de materiais de construção

	1996 1 000 MOP	Variação em relação ao período homólogo (%)				
		1994	1995	1996	1º Sem.96	1º Sem.97
Cimentos	171.083	8,7	-30,3	27,7	43,4	-33,5
Clinker	170.606	9,1	-30,4	27,9	43,9	-34,2
Outros	477	-53,1	18,8	-19,7	-37,0	254,0
Barras e perfis de ferro macio ou aço	90.242	3,7	-56,0	-18,3	-33,5	-0,6
Tijolos	553	-33,0	32,4	-76,6	-70,2	175,5
Azulejos e Ladrilhos	51.864	27,3	31,7	-34,3	-46,6	-17,7
Artigos Sanitários	13.445	-2,6	-8,4	15,9	-11,1	29,9

FONTE: Estatísticas da Construção.
Direcção dos Serviços de Estatística e Censos.

Quadro II – 6

Consumo aparente de cimento

	1994	1995	1996	1º Sem.96	1º Sem.97
Toneladas	455.929	311.007	238.778	126.435	99.821
Variação homóloga (%)	48,90	-31,80	-23,22	-26,50	-21,00

FONTE: Estatísticas da Construção.
Direcção dos Serviços de Estatística e Censos.

Quadro II – 7

Edifícios concluídos e iniciados segundo a finalidade

	1996	Variação em relação ao período homólogo (%)			
		1995	1996	1º Sem.96	1º Sem.97
Total de A.B. iniciado por finalidade (M²)	758.604	-29,1	-52,0	-53,1	9,6
Habitação	506.489	-46,9	-13,0	-25,5	-7,9
Comércio e Serviços	115.935	1,9	-83,1	-76,3	11,4
Indústria e Outros fins	136.181	-32,0	-56,5	-66,3	86,4
Total de F. A. iniciado por finalidade (N.º)	8.253	-26,6	-34,4	-34,5	-15,8
Habitação	6.702	-42,1	-4,5	-13,6	-16,1
Comércio e Serviços	1.517	11,6	-72,5	-64,5	-15,5
Indústria e Outros fins	34	-30,2	-43,3	-60,0	41,7
Total de A.B. concluído por finalidade (M²)	1.908.260	7,0	56,3	57,1	-57,8
Habitação	1.247.710	-2,6	121,4	129,3	-75,4
Comércio e Serviços	265.360	21,8	-33,3	-31,2	14,4
Indústria e Outros fins	395.190	10,3	52,2	45,4	-56,0
Total de F. A. concluído por finalidade (N.º)	16.866	-1,3	78,8	90,1	-67,9
Habitação	14.693	-19,0	143,7	163,1	-81,7
Comércio e Serviços	2.055	73,1	-38,3	-32,9	-1,5
Indústria e Outros fins	118	-61,3	63,9	55,9	515,1

A.B. — Área bruta dos pisos.

F.A. — Fracções autónomas.

FONTE: Estatísticas da Construção.

Direcção dos Serviços de Estatística e Censos.

Quadro II – 8

Fracções autónomas transaccionadas por finalidade segundo o imposto de sisa

	1996	Variação em relação ao período homólogo (%)				
		1994	1995	1996	1º Sem.96	1º Sem.97
Valor das fracções autónomas transaccionadas (1000MOP)						
Total	7.231.787	20,2	-8,8	13,0	30,1	0,5
Construção Moderna (1ª Transacção)	4.740.551	49,1	-19,4	44,4	51,8	4,4
Habitação	3.255.715	42,5	-30,4	63,0	108,4	10,6
Comércio	133.816	82,6	7,4	10,5	-21,5	-17,0
Fracções autónomas transaccionadas(N.º)						
Total	11.455	4,5	0,2	-19,8	-19,3	22,9
Construção Moderna (1ª Transacção)	6.976	0,4	-11,6	-7,8	-3,1	39,3
Habitação	5.642	-4,3	-22,8	3,1	17,3	53,5
Comércio	1.187	25,5	41,7	-33,2	-52,7	-40,2

FONTE: Estatísticas da Construção.

Direcção dos Serviços de Estatística e Censos.

Quadro II – 9

Entrada de visitantes pela via marítima, via terrestre e via aérea, por nacionalidade

	1996 N.º	Variação em relação ao período homólogo (%)				
		1994	1995	1996	1º Sem.96	1º Sem.97
Nº total de visitantes	8.151.055	0,1	-1,0	5,1	2,7	-4,7
1. Nº de visitantes (via marítima)	6.041.204	-0,9*	-1,1	0,9	-0,8	-9,6
1.1 Hong Kong	4.095.927	-0,8	-4,2	-6,8	-7,1	-15,6
1.2 Japão	474.930	3,6	10,0	24,0	34,9	-18,4
1.3 Taiwan (Formosa)	224.776	-10,9	11,6	20,8	3,6	20,0
1.4 China	423.868	-11,1	20,8	48,0	21,3	40,9
1.5 Outros	821.703	2,4	2,6	10,9	12,1	-1,7
2. Nº de visitantes (via terrestre)	1.700.856	3,6	-1,5	-1,7	-2,5	-2,8
2.1 Hong Kong	1.084.104	4,0	-18,8	-10,5	-14,4	-10,3
2.2 Japão	31.163	10,2	7,2	-3,3	4,1	-14,8
2.3 Taiwan (Formosa)	244.614	-9,1	9,7	190,0	130,7	73,7
2.4 China	173.711	51,8	3.208,2	-32,0	10,3	-40,4
2.5 Outros	167.264	3,9	-2,3	-10,9	9,1	3,4
3. Nº de visitantes (via aérea)	408.995	7,1	77,9	1.151,9	1.586,9	75,3
3.1 Helicóptero	20.306	7,1	-2,3	13,2	-12,9	39,1
3.2 Aeroporto	388.689	-	-	2.539,7	-	77,3

* A partir de 1994, o número de visitantes pela via marítima, incluindo o Porto Exterior e a ponte n.º 14.

FONTE: Estatísticas do Turismo.

Direcção dos Serviços de Estatística e Censos.

Quadro II – 10

Despesas per capita dos visitantes pela via marítima e via terrestre

	1996 (MOP)	Variação em relação ao período homólogo (%)				
		1994	1995	1996	1º Sem. 96	1º Sem. 97
Visitantes pela via marítima						
1. Todas as despesas per capita dos visitantes	1.273,5	11,2	20,4	16,4	42,2	-35,0
1.1 - Despesas (excluindo compras)	973,5	12,3	4,8	26,0	26,9	-28,1
- Alojamento	329,1	12,5	12,1	29,7	24,3	-35,9
- Alimentação e Bebidas	392,0	20,9	0,8	28,0	31,2	-28,4
- Transportes, Divertimentos e outros	252,4	1,4	2,6	18,7	23,6	-17,8
1.2 Despesas em compras	300,0	7,2	87,8	-6,8	109,9	-53,7
Visitantes pela via terrestre						
2. Todas as despesas per capita dos turistas	1.806,2	-	-	-22,4	-36,2	15,7
2.1 - Despesas (excluindo compras)	670,2	-	-	-10,4	-20,3	73,3
- Alojamento	58,5	-	-	3,9	-1,5	652,4 *
- Alimentação e Bebidas	507,2	-	-	-8,2	-17,5	6,7
- Transportes, Divertimentos e outros	104,4	-	-	-24,8	-39,9	-4,9
2.2 Despesas em compras	1.136,0	-	-	-28,1	-43,3	-20,2

* De acordo com a sugestão de «World Tourism Organization» em «Recommendations on Tourism Statistics» sobre as despesas dos visitantes, as despesas do alojamento do IDV (via terrestre) incluem pagamentos anteriormente (pre-payment) na R. P. da China, a partir de Jan./97.

FONTE: Inquérito às despesas dos visitantes.

Direcção dos Serviços de Estatística e Censos.

Quadro II – 11

Indicadores de sector hoteleiro

(%)

	1994	1995	1996	1º Sem.1996	1º Sem.1997
Taxas de ocupação					
Total geral	55,57	57,03	60,76	57,37	55,18
Hotéis - Total	58,41	60,05	64,20	60,37	57,41
- 5* e 4*	58,36	63,47	68,85	64,38	58,06
- 3*	63,49	63,83	67,75	63,32	67,83
Variação do N° de hóspedes	6,95	11,36	8,76	7,96	-5,63
Residentes de Hong Kong	3,89	3,09	-8,50	3,61	-28,34
Duração de estadia (Noites)	1,32	1,30	1,32	1,31	1,31
Residentes de Hong Kong (Noites)	1,21	1,22	1,21	1,19	1,26

FONTE: Estatísticas do Turismo.
Direcção dos Serviços de Estatística e Censos.

Quadro II – 12

Rácio hóspedes/visitantes por via marítima e via aérea

(%)

	1994	1995	1996	1º Sem.1996	1º Sem.1997
Hong Kong	31,4	33,7	35,6	35,0	29,7
Japão	20,6	22,8	23,6	22,7	29,1
Taiwan	40,1	55,5	49,9	47,8	51,3
Coreia do Sul	17,5	24,7	45,3	35,5	63,6
Sudeste Asiático (1)	31,6	27,0	29,1	26,8	30,7
Europa	15,0	16,1	19,8	16,8	17,0
EUA/Canadá	14,4	14,6	17,4	15,9	17,0
Austrália/N. Zelândia	15,6	19,8	22,2	21,0	19,3

(1) Filipinas, Indonésia, Malásia, Singapura e Tailândia.

FONTE: Estatísticas do Turismo.
Direcção dos Serviços de Estatística e Censos.

Quadro II – 13

Capacidade hoteleira instalada

	1996 N.º	Variação em relação ao período homólogo (%)				
		1994	1995	1996	1º Sem.96	1º Sem.97
Quartos Total	8.545	7,6	2,8	0,8	1,2	4,5
Hotéis	7.719	8,3	2,7	0,7	1,1	5,4
Hotéis 5* e 4*	4.168	0,1	5,1	2,0	2,8	16,6
Hotéis 3*	2.451	18,2	-0,2	1,1	1,0	-11,3
Pessoal ao serviço Total	7.385	5,3	-0,2	0,2	-0,1	0,2
Hotéis	7.103	5,8	3,0	1,7	0,4	0,3
Hotéis 5* e 4*	4.431	-1,1	5,7	2,1	-0,4	9,6
Hotéis 3*	2.224	21,3	-0,6	2,2	2,7	-18,0

FONTE: Estatísticas do Turismo.

Direcção dos Serviços de Estatística e Censos.

Quadro II – 14

Balança de bens e serviços

1 000 MOP

	1994	1995	1996	1º Sem. 96	1º Sem. 97 (*)
Exportação de bens, FOB	14.853.888	15.915.329	15.898.466	6.893.322	7.791.637
Importação de bens, CIF	18.583.067	18.237.243	17.526.685	8.437.049	8.972.517
Balança comercial	-3.729.179	-2.321.914	-1.628.219	-1.543.727	-1.180.880
Exportação de serviços	21.714.035	25.095.622	25.796.575	13.321.641	12.318.899
Importação de serviços	2.165.279	2.391.237	2.583.759	1.254.042	1.580.925
Balança de serviços	19.548.756	22.704.385	23.212.816	12.067.599	10.737.974
Balança de bens e serviços	15.819.577	20.382.471	21.584.597	10.523.872	9.557.094

NOTAS: As discrepâncias, relativamente aos valores constantes das Estatísticas do Comércio Externo, correspondem a ajustamentos necessários para superar o subregisto dos fluxos de mercadorias.

Estes valores foram estimados através de análise de equilíbrio de recursos e empregos.

(*) Estimativas com base nos elementos disponíveis em 31 de Agosto de 1997.

FONTE: Estimativas do Produto Interno Bruto 1982-1996.

Direcção dos Serviços de Estatística e Censos.

Quadro II – 15

Produto interno bruto

Taxas de crescimento real

(%)

Principais componentes da despesa	1994	1995	1996	1997(p)
Consumo privado	7,0	3,2	4,1	3,6
Consumo público	7,0	9,0	5,4	4,4
Formação bruta de capital fixo	3,6	-8,8	-16,9	-4,6
Exportação de bens e serviços	4,2	5,1	0,5	1,8
Importação de bens e serviços	5,9	-2,0	-4,7	2,8
P.I.B.	4,6	3,8	-0,3	0,7
Procura interna	6,0	-2,1	-4,6	1,0
Procura externa líquida (*)	0,5	21,2	9,9	0,2
Procura Global	5,0	1,7	-1,8	1,5

(p) Previsões com as informações em 31 de Agosto de 1996.

NOTA: (*) Exportação-Importação de bens e serviços.

FONTE: Estimativas do Produto Interno Bruto 1982-1996.

Direcção dos Serviços de Estatística e Censos.

Quadro II – 16

Produto interno bruto

Estrutura da despesa a preços constantes

(%)

Principais componentes da despesa	1994	1995	1996	1997(p)
Consumo privado	33,0	32,9	34,3	35,2
Consumo público	8,0	8,4	8,9	9,2
Formação bruta de capital fixo	32,0	28,1	23,4	22,2
Exportação de bens e serviços	83,0	84,0	84,6	85,5
Importação de bens e serviços	57,4	54,1	51,7	52,8
P.I.B.	100,0	100,0	100,0	100,0
Procura interna	74,4	70,2	67,1	67,3
Procura externa líquida (*)	25,6	29,8	32,9	32,7
Procura Global	157,4	154,1	151,7	152,8

(p) Previsões com as informações em 31 de Agosto 1996.

NOTA: (*) Exportação-Importação de bens e serviços.

FONTE: Estimativas do Produto Interno Bruto 1982-1996.

Direcção dos Serviços de Estatística e Censos.

Quadro II – 17

Estrutura da população empregada e desempregada, por escalões etários

17.1 População empregada

em percentagem (%)

	1994	1995	1996	Abr-Jun/96*	Abr-Jun/97**
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
de 14 a 24 anos	15,5	14,5	13,1	13,0	11,7
de 25 a 44 anos	64,9	63,9	65,0	64,9	65,1
de 45 a 64 anos	17,2	19,9	20,1	20,0	21,6
mais de 65 anos	2,4	1,7	1,8	2,0	1,6

17.2 População desempregada

em percentagem (%)

	1994	1995	1996	Abr-Jun/96*	Abr-Jun/97**
População desempregada TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
14 a 24 anos	35,9	24,6	21,8	20,1	28,7
25 a 44 anos	54,3	58,3	59,3	58,2	51,7
45 e mais	9,8	17,2	18,9	21,8	19,7
Pop. desemp. à procura do 1º emprego	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
14 a 24 anos	92,5	100,0	74,9	66,8	84,7
25 a 44 anos	7,5	0,0	23,2	33,2	15,3
45 e mais	0,0	0,0	1,9	0,0	0,0
Pop. desemp. à procura de novo emprego	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
14 a 24 anos	28,0	20,5	17,6	18,0	26,2
25 a 44 anos	60,8	61,4	62,1	59,3	53,2
45 e mais	11,2	18,1	20,3	22,7	20,6

FONTE: DSEC — Inquérito ao Emprego — cf. alterações metodológicas nas séries com início em 1996.

** Valores provisórios.

* Dados ajustados conforme as estimativas da população actualizadas com base nos resultados do Intercensos/96.

Quadro II – 18

Estrutura da população empregada e desempregada, por ramos de actividade

18.1 População empregada

em percentagem (%)

Sectores de actividades / CAM	1994	1995	1996	Apr-Jun/96*	Abr-Jun/97**
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
3. Ind. transformadora	22,8	21,8	20,6	20,9	20,6
4. Electricidade, gás e água	0,6	0,8	0,7	0,5	0,8
5. Construção e obras públicas	7,5	9,5	7,5	8,4	7,5
6. Comércio, Restaurantes e Hóteis	26,1	25,6	27,5	28,5	27,1
7. Transportes e comunicações	5,9	5,8	6,3	6,4	6,6
8. Seguros, bancos, op. s/imóveis	6,3	6,1	6,6	6,8	6,6
9. Serviços colect., soc., pessoais	30,4	30,0	30,6	28,2	30,4
Outras Actividades	0,4	0,4	0,3	0,3	0,2

18.2 População desempregada, à procura de novo emprego, por ramo de actividade anterior

em percentagem (%)

	1994	1995	1996	Abr-Jun/96*	Abr-Jun/97**
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
3. Ind. transformadora	31,0	36,5	25,0	19,7	25,1
5. Construção e obras públicas	7,1	21,8	15,1	17,2	10,1
6. Comércio, Restaurantes e Hóteis	27,0	17,7	28,2	28,9	36,6
7. Transportes e comunicações	2,5	0,6	4,3	6,2	6,0
8. Seguros, bancos, op. s/imóveis	4,5	4,1	5,2	4,4	2,5
9. Serviços colect., soc., pessoais	26,9	18,4	21,9	23,1	19,6
Outras Actividades	1,0	0,9	0,0	0,5	0,0

FONTE: DSEC — Inquérito ao Emprego — cf. alterações metodológicas nas séries com início em 1996.

** Valores provisórios.

* Dados ajustados conforme as estimativas da população actualizadas com base nos resultados do Intercensos/96.

Quadro II - 19

Evolução da estrutura da população desempregada por motivos e duração do desemprego

em percentagem (%)

	1994	1995	1996	Abr-Jun/96*	Abr-Jun/97**
Pop. desempregada por motivos	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Despedimento	10,1	14,8	22,2	27,0	42,0
Condições insatisfatórias	36,4	20,7	15,0	12,4	13,8
Fim de emprego temporário	22,5	32,4	28,2	31,3	14,3
Razões pessoais ou familiares	17,8	15,3	18,4	16,2	16,6
Outras	13,1	16,8	16,2	13,1	13,3
Pop. desempregada por duração	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
menos de 1 mês	31,0	14,3	18,2	16,0	18,1
1 a 3 meses	40,5	46,6	42,3	42,7	45,7
4 a 6 meses	19,4	24,7	20,4	19,6	17,0
mais de 6 meses	9,1	14,5	19,1	21,7	19,2

FONTE: DSEC — Inquérito ao Emprego — cf. alterações metodológicas nas séries com início em 1996.

** Valores provisórios.

* Dados ajustados conforme as estimativas da população actualizadas com base nos resultados do Intercensos/96.

Quadro II – 20

Remunerações e ganhos médios nominais

Unidade: MOP's

	1995	1996	Abr-Jun/96*	Abr-Jun/97**
Mediana da remuneração mensal (todos os sectores) ⁽¹⁾	4.830	4.925	4.789	5.286**
Ganhos médios ⁽²⁾	DEZ 95	4º T/ 96	1º T/96	1º T/97
TEXTÉIS				
Trab. Remunerados - Total (TRT)	3.926	4.603	3.477	4.012
Residentes (TRR)	5.193	5.830	4.852	5.924
Não Residentes (TNR)	3.030	3.220	2.552	2.770
VESTUÁRIO				
Trab. Remunerados - Total (TRT)	4.221	4.367	3.896	4.320
Residentes (TRR)	4.778	4.803	4.577	4.945
Não Residentes (TNR)	3.351	3.673	2.875	3.327
BRINQUEDOS				
Trab. Remunerados - Total (TRT)	2.899#	3.055	2.656#	3.096
Residentes (TRR)	6.768#	5.199	5.534#	6.114
Não Residentes (TNR)	2.268#	2.532	2.157#	2.399
HOTELARIA				
Trab. Remunerados - Total (TRT)	6.284	6.938	6.679	7.621
Residentes (TRR)	6.899	7.657	7.199	8.458
Não Residentes (TNR)	5.079	5.460	5.657	5.982
Construção e Obras Públicas ⁽³⁾				
Trab. Remunerados - Total (TRT)	256	268	264	268
Especializados	281	291	289	291
Indiferenciados	164	178	172	181

FONTE: DSEC — (1) Inquérito ao Emprego – cf. alterações metodológicas nas séries com início em 1996.

(2) Inquérito às necessidades de mão-de-obra e às remunerações.

(3) Para o sector da construção e obras públicas trata-se de «salários médios, diários e nominais».

Dados ajustados.

** Valores provisórios.

* Dados ajustados conforme as estimativas da população actualizadas com base nos resultados do Intercensos/96.

NOTA: A partir do 1.º trimestre de 1997, não foram considerados os estabelecimentos com menos de 20 trabalhadores ao serviço nas Indústrias Transformadoras, no âmbito do Inquérito às Remunerações e Necessidades de mão-de-obra.

III — COMÉRCIO EXTERNO DE MERCADORIAS

III.1. Evolução global

No 1.º semestre de 1997, o comércio externo de mercadorias caracterizou-se por acréscimos positivos das exportações totais e das importações, acentuando-se claramente a tendência de revitalização destes fluxos a partir, respectivamente, do 2.º semestre e do 4.º trimestre do ano transacto.

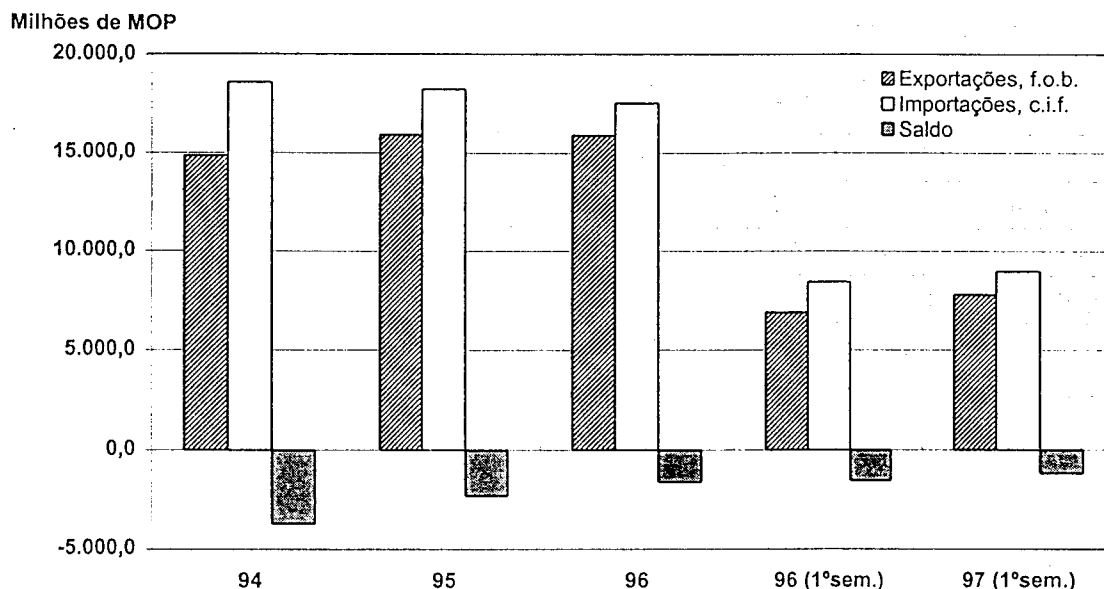
O acréscimo de 13 por cento das exportações totais ¹, superior ao acréscimo de 6 por cento das importações, resultou no desa-

gravamento do défice da balança comercial de 1 544 para 1 181 milhões de patacas, e a taxa de cobertura aumentou de 82 para 87 por cento, em relação ao período homólogo do ano transacto.

⁽¹⁾ A análise global do Comércio externo de mercadorias está elaborada de acordo com os dados ajustados das exportações e importações para efeitos das Estimativas do PIB (DSEC).

As taxas de crescimento referidas no texto, e salvo indicação em contrário, correspondem a variações percentuais entre valores nominais de períodos homólogos.

Síntese do comércio externo



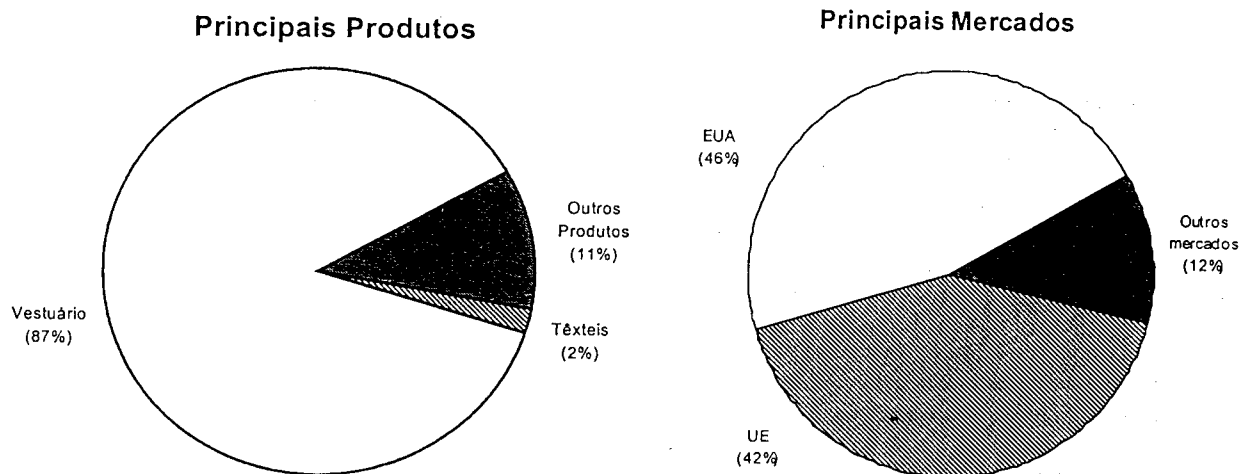
FONTE: Gabinete de Estudos da DSE, com base nas estimativas do PIB da DSEC.

Aquele crescimento das exportações totais foi conseguido pelo significativo acréscimo de 30 por cento das exportações domésticas de produtos têxteis contingentados, que continuaram a dirigir-se para os dois principais mercados de Macau, muito particularmente para o mercado europeu.

O diferente desempenho sectorial das exportações totais conduziu, no 1.º semestre de 1997, a mais um agravamento do grau de concentração das exportações de Macau no sector têxtil e vestuário (84%) em detrimento dos sectores não-têxteis, concentração que é ainda mais acentuada no caso das exportações domésticas (89%).

Exportação doméstica

Janeiro a Junho de 1997



FONTE: Gabinete de Estudos da DSE, com base nas estatísticas do Comércio Externo da DSEC

Da mesma forma, o desigual comportamento das exportações domésticas nos principais mercados do Território, tem implicado a perda de peso continuada dos EUA a favor da UE, e, neste quer de produtos não restringidos, no mercado norte-americano. semestre, o primeiro lugar ocupado pelos EUA (46%) é já fortemente disputado pela UE com 42 por cento.

III.2. Evolução das exportações domésticas

As exportações domésticas no 1.º semestre de 1997 foram impulsionadas pelo crescimento acelerado das vendas de produtos restringidos de vestuário no mercado da UE e, ainda, pela recuperação de vendas de vestuário, quer de produtos restringidos quer de produtos não restringidos, no mercado norte-americano.

Exportações domésticas de têxteis e vestuário

Janeiro a Junho de 1997

	Mercados Restringidos				Mercados não Restringidos	Total
	E.U.A.	U.E. (15)	Outros	Total		
Valores a preços correntes (milhões de MOP)						
Têxteis e Vestuário	2.888,0	2.569,4	139,9	5.597,3	385,5	5.982,8
Restringidos	2.347,4	2.413,5	123,8	4.884,7	--	4.884,7
Não restringidos	540,6	155,9	16,1	712,6	385,5	1.098,1
Variação percentual em relação ao período homólogo do ano anterior						
Têxteis e Vestuário	18,8	36,1	37,9	26,6	- 11,4	23,2
Restringidos	19,9	40,8	37,0	29,6	--	29,6
Não restringidos	16,0	- 10,5	45,3	9,4	- 11,4	1,1

FONTE: Estatísticas do Comércio Externo da (DSEC); Gabinete de Estudos da DSE.

No mercado comunitário, a redução dos limites quantitativos de produtos de vestuário da RPC, em vigor desde Janeiro de 1996, assim como a imposição de deduções àqueles limites por suposta fraude nas regras de origem, terão vindo a induzir desvio de encomendas a favor de Macau desde aquela data, permitindo que a exportação doméstica de produtos restringidos tivesse crescido à taxa de 37 por cento, em volume, no 1.º semestre do ano.

Relativamente ao mercado norte-americano, as exportações de produtos restringidos de vestuário no mercado dos EUA cresceram 20 por cento, em volume, no semestre em análise, acreditando-se terem sido ultrapassados os efeitos negativos anteriormente gerados pelas questões relativas a regras de origem, pelo menos a curto prazo.

A evolução favorável dos produtos não restringidos de vestuário no mercado dos EUA, aparentemente a única excepção à tendência crescente de especialização de Macau nos produtos sujeitos a quotas, é, na verdade, explicada pela imposição de quotas aos outros exportadores nestes produtos, ou seja, Macau aproveitou nos EUA as oportunidades geradas por um mercado que é contingentado em relação aos seus competidores.

O declínio dos brinquedos e da electrónica está patente no peso de 1,6 por cento detido actualmente pelo conjunto destes dois sectores na estrutura da exportação doméstica.

O calçado, quase desaparecido no mercado norte-americano e em dificuldades no mercado europeu, dificuldades relacionadas com o cumprimento das regras de origem, conseguiu um acréscimo de 7 por cento nas exportações relativas ao 1.º semestre, com base nas vendas para outros mercados.

III.3. Evolução das reexportações

No que diz respeito às reexportações, a evolução negativa no 1.º semestre do corrente ano é justificada pelos decréscimos para a RPC (-16%) e para Hong Kong (-10%), que em conjunto representam 88 por cento do mercado reexportador de Macau.

Quanto à RPC, a responsabilidade pelo decréscimo verificado nas reexportações no semestre cabe principalmente às matérias têxteis e outras matérias-primas. Relativamente a Hong Kong, o acréscimo positivo das reexportações de bens de consumo e de matérias têxteis não conseguiu suprir o decréscimo na reexportação de outras categorias de produtos.

A entrada em cena de factores estruturais assentes na recente operacionalidade do Aeroporto continuam, de forma sustentada, a permitir acréscimos na reexportação de combustíveis e lubrificantes para o abastecimento de aeronaves (mas dirigida, em termos de contabilização estatística, como destinada a mercados não especificados).

III.4. Evolução das importações

As importações de matérias-primas e produtos semitransformados, que representaram cerca de 56 por cento das importações totais em 1996, aumentaram 6 por cento no 1.º semestre de 1997, em resposta à melhoria das exportações de vestuário.

Registem-se, ainda, os acréscimos na importação de bens de capital, de combustíveis e lubrificantes e de alimentares, bebidas e tabaco, cuja importação é em parte destinada à reexportação.

Os acréscimos na importação de combustíveis, passado o «boom» inicial gerado pela abertura do Aeroporto Internacional de Macau, situou-se a um ritmo mais sustentável (10%); o andamento ascendente da importação de bens de capital, vindo do ano transacto, e induzido principalmente por compras de material eléctrico e electrónico e material aeronáutico, traduziu-se por um acréscimo de 22 por cento no 1.º semestre.

A RPC ultrapassou Hong Kong na liderança dos países fornecedores de Macau, posição conseguida pelos já referidos acréscimos de matérias-primas e de bens de consumo para reexportação; pelo contrário, as compras aos EUA continuam em queda pronunciada, em larga medida por decréscimo na importação de bens de consumo.

Quadro III - 1

Evolução do comércio externo de Macau

Quadro síntese

(Milhões de patacas)

	1994	1995	1996	1996 1º Sem.	1997 1º Sem.
Exportações, FOB	14.853,9	15.915,3	15.898,5	6.893,3	7.791,6
Importações CIF	18.583,1	18.237,2	17.526,7	8.437,0	8.972,5
Balança Comercial	-3.729,2	-2.321,9	-1.628,2	-1.543,7	-1.180,9
Balança Comercial / PIB (%)	- 7,0	- 3,9	- 2,7	n.d.	n.d.
Coefficiente de cobertura (%)	79,9	87,3	90,7	81,7	86,8
Taxa de Variação em volume (%)					
Exportações	6,7	3,0	- 0,1	n.d.	n.d.
Importações	7,2	- 2,3	- 5,1	n.d.	n.d.

n.d.: Não disponível.

FONTE: Direcção dos Serviços de Estatística e Censos, de acordo com dados ajustados do Comércio Externo para efeitos de Estimativas do PIB (série revista e rebaseada a 1989).

Quadro III - 2

Exportações totais de Macau para os principais mercados

	Valor	Estrutura	Taxa média	Variação em relação ao período homólogo				
	(Milhões Patacas)	(%)	de crescimento no período (em %)	(em %)				
	1996	1996	1988 - 93	1994	1995	1996	1996 1º Sem.	1997 1º Sem.
América do Norte	6.635,9	41,7	3,1	15,2	21,1	- 4,3	- 7,3	17,6
E.U.A.	6.411,2	40,3	3,1	16,0	21,2	- 4,2	- 7,2	17,0
Canadá	224,7	1,4	4,8	- 2,3	16,8	- 6,1	- 11,0	34,8
UE (15)	5.356,0	33,7	1,4	- 1,3	5,3	5,0	- 3,5	26,1
Ásia e Pacífico da qual:	3.678,6	23,1	8,4	0,5	- 7,5	- 8,6	- 9,2	- 10,5
Hong Kong	1.683,7	10,6	2,2	- 3,5	- 8,6	1,6	- 4,8	- 11,0
R.P.C.	1.267,3	8,0	34,1	0,1	- 12,7	- 25,7	- 23,3	- 13,5
Japão	219,8	1,4	- 13,1	- 3,1	3,3	4,5	19,4	- 14,8
Austrália	48,0	0,3	- 18,6	- 10,8	- 18,5	- 22,0	- 40,3	9,0
Outros	228,0	1,4	2,5	- 15,2	- 21,6	15,0	- 2,3	16,7
Total	15.898,5	100,0	3,9	4,6	7,1	- 2,2	- 6,6	13,0

1995 e anos anteriores — Exportação definitiva + Reexportação.

desde 1996 — Exportação doméstica + Reexportação.

FONTE: Direcção dos Serviços de Economia — Gabinete de Estudos, com base nas Estatísticas do Comércio Externo (DSEC).

Quadro III — 3

Exportação doméstica e sectoriais por mercados de destino

Período: 1.º Semestre de 1997

(Milhões de patacas)

	EUA	UE (15)	H.K.	RPC	Outros	Total	Estrutura (%)
Produtos:							
Têxteis e Vestuário	2.888,0	2.569,4	136,1	33,5	355,9	5.982,8	88,8
Têxteis	0,5	0,4	79,8	23,5	24,2	128,5	1,9
Vestuário	2.887,5	2.569,0	56,2	10,0	331,6	5.854,4	86,9
Não-Têxteis	224,6	231,9	160,6	13,3	123,3	753,7	11,2
Brinquedos	21,0	16,7	0,8	0,0	6,5	44,9	0,7
Electrónica	3,1	27,6	15,8	0,0	13,2	59,7	0,9
Calçado	5,2	127,8	3,8	0,0	20,7	157,6	2,3
Outros	195,2	59,8	140,3	13,3	82,9	491,5	7,3
TOTAL	3.112,5	2.801,3	296,7	46,8	479,2	6.736,5	100,0
ESTRUTURA (%)	46,2	41,6	4,4	0,7	7,1	100,0	
<i>Variação percentual em relação ao período homólogo do ano anterior</i>							
Têxteis e Vestuário	18,8	36,1	- 16,6	52,9	1,3	23,2	
Têxteis	- 81,3	- 61,7	- 25,7	51,1	- 60,2	- 31,5	
Vestuário	18,9	36,1	1,0	57,0	14,2	25,4	
Não-Têxteis	1,4	- 28,2	- 8,8	- 14,2	7,2	- 11,4	
Brinquedos	- 42,3	- 82,5	- 66,6	- 90,9	- 43,4	- 69,2	
Electrónica	- 1,1	- 44,9	- 14,0	- 100,0	105,5	- 24,8	
Calçado	199,4	- 2,1	70,6	- 100,0	66,6	7,2	
Outros	8,4	27,7	- 8,5	- 4,5	- 2,1	2,7	
TOTAL	17,3	26,7	- 12,5	25,1	2,7	18,0	

FONTE: Direcção dos Serviços de Economia — Gabinete de Estudos, com base nas Estatísticas do Comércio Externo (DSEC).

Quadro III – 4

Reexportações por categorias económicas segundo mercados de destino

Período: 1.º Semestre de 1997

(Milhões de patacas)

	R.P.C.	H.K.	Outros	Total	Estrutura (%)
Alimentares, bebidas e tabaco	30,2	17,7	1,0	48,9	4,6
Outros bens de consumo	24,7	46,2	34,7	105,6	10,0
Matérias-primas e prod. semi-trans.	373,9	310,0	46,7	730,7	69,2
Materias de construção	3,0	4,5	0,0	7,5	0,7
Materias Têxteis	281,2	254,0	9,5	544,8	51,6
Outros Produtos	89,7	51,5	37,2	178,4	16,9
Combustíveis e lubrificantes	0,4	0,0	36,8	37,3	3,5
Bens de Capital	99,4	27,5	5,8	132,7	12,6
TOTAL	528,7	401,4	125,1	1.055,1	100,0
ESTRUTURA (%)	50,1	38,0	11,9	100,0	
<i>Varição percentual em relação ao período homólogo do ano anterior</i>					
Alimentares, bebidas e tabaco	- 20,1	11,1	- 14,9	- 10,9	
Outros bens de consumo	29,2	11,6	- 24,2	- 0,7	
Matérias-primas e prod. semi-trans.	- 25,0	- 12,2	29,2	- 17,7	
Materias de construção	83,0	166,7	- 85,6	118,2	
Materias Têxteis	- 8,1	10,2	31,6	0,2	
Outros Produtos	- 53,0	- 57,5	29,1	- 47,7	
Combustíveis e lubrificantes	- 48,0	- 99,1	99,2	87,6	
Bens de Capital	39,8	- 19,6	- 49,8	13,5	
TOTAL	- 15,8	- 9,8	10,5	- 11,0	

FONTE: Estatísticas do Comércio Externo (DSEC).

Quadro III — 5

Evolução das importações de Macau

	Valor (Milhões de Patacas) 1996	Estrutura (%) 1996	Variação em relação ao período homólogo (em %)				
			1994	1995	1996	1996 1º sem.	1997 1º sem.
Importações Totais	17.526,6	100,0	7,9	-1,9	-3,9	-6,2	6,3
Bens de consumo	5.071,5	28,9	7,7	-4,1	-3,0	-6,1	1,4
Alimentares, bebidas e tabaco	2.183,2	12,5	13,4	-1,4	7,2	-2,7	6,1
Outros bens de consumo	2.888,3	16,5	4,5	-5,7	-9,6	-8,3	-1,7
Matérias-primas e produtos semi-transformados	9.808,4	56,0	7,7	-2,0	-0,8	-3,5	6,0
Combustíveis e lubrificantes	1.016,4	5,8	7,3	5,1	21,9	22,6	10,0
Bens de Capital	1.630,3	9,3	9,9	1,8	-28,6	-29,9	22,2

NOTAS: Taxas de crescimento nominais.

FONTE: Direcção dos Serviços de Estatística e Censos, de acordo com dados ajustados do Comércio Externo para efeitos de Estimativas do PIB (série revista e rebaseada a 1989).

Quadro III — 6

Importações de Macau por mercados

	Estrutura (%) 1996	Variação em relação ao período homólogo (em %)				
		1994	1995	1996	1996 1º sem.	1997 1º sem.
R.P.C.	24,0	- 7,1	11,1	7,9	4,0	30,5
Japão	9,0	- 15,1	- 20,9	- 16,4	- 16,0	3,1
Hong Kong	29,0	6,6	- 8,5	- 1,6	- 2,7	0,1
U.E. (15)	5,9	23,8	4,3	- 22,1	- 16,4	- 9,0
E.U.A.	13,7	32,2	- 8,4	- 9,0	- 21,3	3,6
Taiwan	8,8	9,1	2,4	19,2	8,6	16,6
Singapura	0,9	18,5	55,1	- 4,6	- 31,9	59,6
Coreia do Sul	2,6	13,5	- 7,7	9,7	24,5	- 9,9
Outros países	6,1	8,2	0,3	- 3,7	10,8	2,6
Total	100,0	4,9	3,9	2,1	4,7	9,0

NOTA: 1995 e anos anteriores — Importação definitiva.
desde 1996 — Importação total.

FONTE: Direcção dos Serviços de Economia — Gabinete de Estudos, com base nas Estatísticas do Comércio Externo (DSEC).

IV — EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO MONETÁRIA E CAMBIAL

IV.1. — *Evolução global*

A evolução dos indicadores monetários de Macau, no período anual terminado em Junho do corrente ano, sugere uma dinâmica de recuperação económica, especialmente evidente durante o segundo trimestre de 1997. Com efeito, tanto as disponibilidades líquidas sobre o exterior como o crédito à economia dão sinais de aceleração, embora a taxas consideravelmente mais reduzidas do que as verificadas nos anos desafogados de 1992-94. Estes indícios de retoma económica são tanto mais encorajadores quanto as taxas de juro em Macau têm estado sujeitas à pressão altista externa que se verifica desde meados de 1996.

Neste contexto, a concessão de crédito a empresas e particulares, que apresentou uma taxa de crescimento homólogo de 8,9% em Junho, tem sido o principal factor de expansão dos meios de pagamento (M2), que aumentaram 4,8% no mesmo período. Estes valores comparam favoravelmente com taxas anuais de 7,9% e de 6,6% no fim de 1996, sugerindo a mencionada retoma da actividade económica. Destacam-se também, durante os primeiros seis meses de 1997, taxas de crescimento homólogo do M1 superiores às do M2, o que não acontecia desde Julho de 1993. Esta situação poderá ter ficado a dever-se à expectativa de aumentos iminentes nas taxas de juro dos depósitos, que não têm acompanhado a subida geral nas taxas interbancárias, mas não deixa de indiciar uma maior procura por meios de pagamento líquidos para efeitos de transacções.

O aumento das taxas de juro em 1997 verificou-se pelo facto dos regimes monetário-cambiais em «currency board» de Macau e Hong Kong respeitarem uma paridade praticamente fixa das suas moedas face ao dólar norte-americano (USD), obrigando a que alterações das taxas de juro nos EUA tenham de ser seguidas nos dois territórios. Foi efectivamente o que aconteceu na sequência do último aumento, em Março de 1997, de 0,25 pontos percentuais numa das taxas directoras do Federal Reserve, que foi de imediato seguido de um aumento semelhante decidido pela Associação de Bancos de Macau. Já em Julho e Agosto a crise cambial nos mercados sudeste-asiáticos teve efeitos especulativos sobre o dólar de Hong Kong (HKD), o que conduziu a um aumento nas taxas de juro respectivas que se repercutiu nas da pataca.

A evolução cambial da pataca em 1996-97, em consonância com a manutenção da paridade fixa indirecta face ao dólar norte-americano, tem sido marcada pela sua apreciação contra a generalidade das principais moedas internacionais. Para além disso, a pataca foi, a partir de Julho de 1997, também fortalecida pelas desvalorizações de várias moedas sudeste-asiáticas, obrigadas pela crise cambial a suspender o «peg» e a entrar em regime de flutua-

ção cambial. Em termos da taxa de câmbio efectiva, nos últimos doze meses terminados em Agosto de 1997, a pataca apreciou-se 4,6% em resultado da apreciação do HKD, o que indicia alguma perda de competitividade externa do Território.

As disponibilidades líquidas sobre o exterior do sistema, ao contrário do passado recente, não têm constituído factor de criação monetária dado terem registado uma variação homóloga em Junho de apenas -0,2%. Esta tendência reflecte a quebra nas receitas do jogo e nas exportações de têxteis ocorrida ao longo do ano de 1996, embora nos primeiros meses deste ano, as estatísticas preliminares das receitas respectivas indiquem uma recuperação em curso. Dada a desaceleração nos ingressos monetários externos, a quota da pataca no M2 tem vindo a aumentar, de 29% em Dezembro de 1995, para 30,5% um ano depois, e 31,4%, em Junho de 1997.

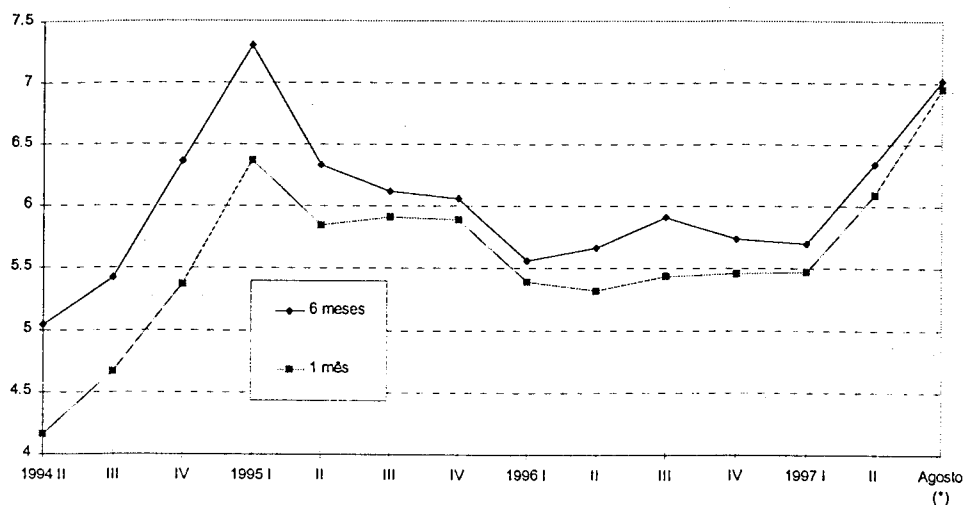
IV.2. — *Evolução das taxas de juro e de câmbio*

Em Macau, o regime monetário-cambial em «currency board» assenta numa paridade fixa entre a moeda do Território e o HKD (MOP 1,03 = HKD1), o que sujeita a pataca às flutuações cambiais do HKD face às restantes moedas, e obriga a que as taxas de juro se mantenham alinhadas com as de Hong Kong, e, indirectamente, com as do USD.

Desta forma, após três descidas sequenciais entre Julho de 1995 e Janeiro de 1996 nas taxas directoras do Federal Reserve norte-americano (taxa de desconto e «federal funds rate»), seguir-se-ia um período de estabilidade, que durou mais de 12 meses. No entanto, receios de uma excessiva aceleração do crescimento económico nos EUA, levaram a que, em Março de 1997, a «federal funds rate» fosse aumentada em 0,25 pontos percentuais, o que conduziu a que as taxas de juro indicativas aprovadas pela Associação de Bancos de Macau se elevassem nesse montante a partir de 1 de Abril de 1997. Em consequência, em 30 de Junho do corrente ano, a taxa de juro indicativa para os depósitos de poupança era de 3,75% e a relativa aos depósitos com pré-aviso de 7 dias era de 4,5%.

Por outro lado, se, após Abril, as taxas dos empréstimos (e dos depósitos) não registaram grande variação — mantendo-se a taxa dos efeitos descontados a 90 dias em cerca de 9,75% e a do crédito à habitação à volta de 10,6% — as taxas no mercado interbancário da pataca (MAIBOR), de forma diversa, foram continuamente crescentes até Junho, e dispararam em Agosto. Foi o reflexo da instabilidade cambial em Hong Kong que obrigou ao aumento das taxas de juro em suporte do HKD. Esta evolução acabou por gerar ligeiros aumentos nas taxas activas dos bancos, embora as taxas dos depósitos a prazo tenham sofrido aumentos ainda mais reduzidos. Os bancos aproveitaram, assim, para encaixar as taxas mais elevadas dos bilhetes monetários monitoradas, por «hedging», com as taxas de Hong Kong, sem as reflectirem sobre os seus clientes.

Taxas do Mercado Interbancário da pataca — MAIBOR
Taxas médias trimestrais (%)



FONTE: AMCM, Boletim Mensal das Estatísticas Monetárias e Cambiais.
 (*) Média de Julho e Agosto.

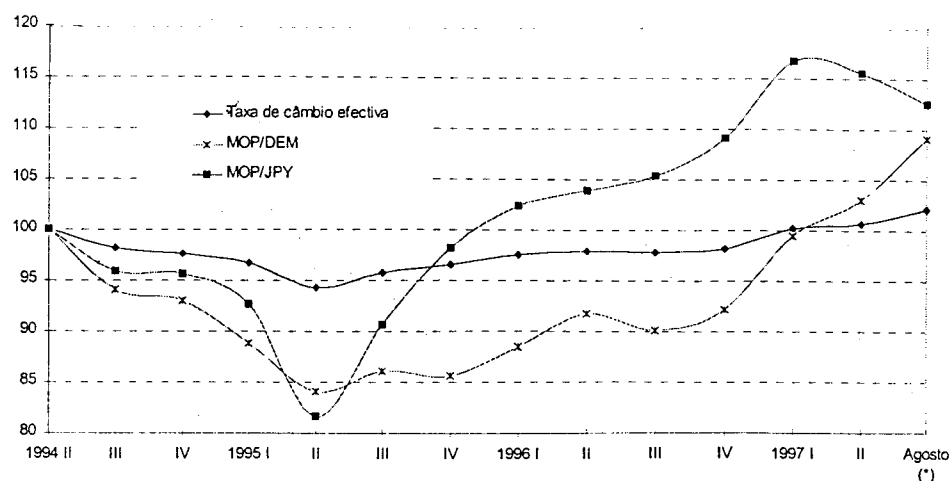
Em 1997, o dólar norte-americano reforçou a fase de apreciação já evidenciada no ano anterior, num contexto optimista sobre o desempenho económico nos Estados Unidos da América, com os mercados financeiros em fause marcadamente altista. Em consequência, se em 1996 a pataca já se tinha apreciado 12,3% face ao iene japonês, 8,1% contra o marco alemão e 4,3% relativamente ao escudo português, no corrente ano, até ao final de Agosto, apreciar-se-ia mais 16,9% contra o escudo, 16,1% face ao marco e 3,9% relativamente ao iene.

No tocante às cotações da pataca contra as outras moedas do

sudeste-asiático, verificou-se um considerável fortalecimento contra a generalidade delas, em virtude da crise cambial que desde Julho conduziu ao colapso das paridades fixas ou dos referenciais de todos os regimes cambiais alinhados pelo USD, com excepção dos da República Popular da China e de Hong Kong. Assim, entre Dezembro de 1996 e Agosto de 1997, a pataca apreciou-se face ao baht tailandês (32,7%), rupia indonésia (22,6%), ringgit da Malásia (15,9%), peso filipino (15,4%), dólar de Singapura (8,1%), won coreano (6,8%), e, mesmo, contra o dólar de Taiwan (4,2%).

Evolução cambial da pataca
Valor médio trimestral

índice 100 = 2.º trimestre de 1994



NOTAS: Um aumento (decréscimo) nos índices significa uma apreciação (depreciação) da pataca.
 (*) Média de Julho e Agosto.

FONTE: AMCM, Boletim Mensal das Estatísticas Monetárias e Cambiais.

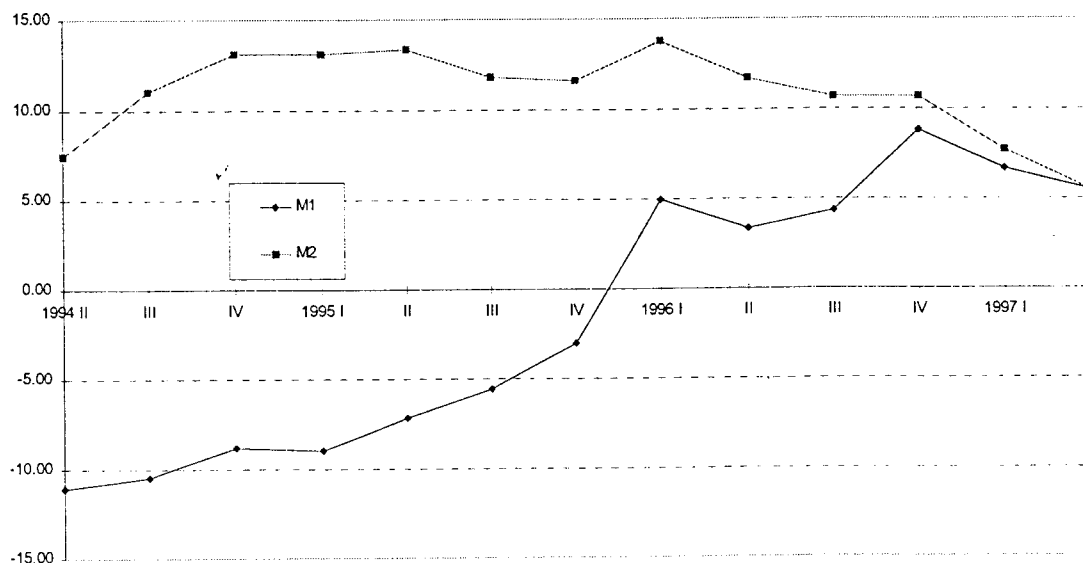
Em termos do índice de taxa de câmbio efectiva, que serve de indicador de competitividade externa devidamente ponderado pelos pesos de cada país nas trocas comerciais, a preponderância dos Estados Unidos da América, República Popular da China e Hong Kong no comércio externo de Macau limitou a subida do índice da taxa de câmbio efectiva da pataca (+0,9% em 1996 e +3,8% até Agosto de 1997), o que se traduziu, apesar de tudo, numa deterioração contida da posição competitiva do Território.

IV.3. — Massa monetária

No final de Junho de 1997 a massa monetária, M2 ⁽¹⁾, ascendeu

a 76,2 biliões de patacas e a sua componente mais líquida, M1 ⁽²⁾, a 20,4 biliões, o que representou, em termos de crescimento homólogo, aumentos de 4,8% e 6,2%, respectivamente. Este crescimento mais rápido do M1 representa uma inversão da tendência monetária anterior e indica uma maior preferência por liquidez da parte do sistema. Com efeito, o M1 passou de 26,4% do M2 para 26,8% em Junho de 97 e a quota da pataca, que tem maior preponderância nos meios de pagamento líquidos, também tem aumentado: de 28,6% do M2, em Junho de 96, para 31,4%, em Junho de 97.

Crescimento da Massa Monetária
Variação homóloga anual (%) — média trimestral



FONTE: AMCM, Boletim Mensal de Estatísticas Monetárias e Cambiais.

A explicação mais plausível para este fenómeno poderá ser a manutenção das taxas de juro dos depósitos a prazo a níveis pouco interessantes para os aforradores, denotando as condições de liquidez abundante e de prudência no crédito actualmente verificadas no sistema bancário. Neste contexto, é possível que as aplicações financeiras de longo prazo estejam a ser canalizadas para outro tipo de activos, como, por exemplo, as acções transaccionadas na Bolsa de Hong Kong ou fundos de «money market» onde se consigam realizar as taxas mais elevadas recentemente ocorridas no mercado interbancário de Hong Kong. Para além disso, o início da retoma económica é propício a uma maior procura de moeda líquida para efeitos de transacção, consubstanciada, aliás, num aumento homólogo no fim de Julho de 14% da circulação monetária.

Embora a taxa homóloga de crescimento dos depósitos a prazo registada em Junho (4,1%) tenha sido a mais baixa dos últimos dez anos, o montante deste tipo de depósitos, que estabilizou em cerca de 55,3 biliões de patacas, representou ainda 72,5% do M2. A circulação monetária representou apenas 2% da massa monetária e os depósitos à ordem e de poupança, representaram 5,4% e 19,4%, respectivamente.

As contrapartidas monetárias do crescimento do M2 relativamente a Junho do ano passado (+3,4 biliões de patacas), foram o

crescimento do crédito interno (+2,8 biliões) e a diminuição da posição negativa dos «Diversos líquidos» (0,7 biliões), já que as disponibilidades líquidas sobre o exterior, ao contrário de períodos anteriores, verificaram uma ligeira diminuição (-0,1 biliões).

Em termos de representação do M2 por moedas de denominação, verificou-se que, em Junho, relativamente à situação existente um ano antes, a parte representada em patacas aumentou para 31,4% (+2,8 pontos percentuais), decresceu o peso do dólar de Hong Kong para 52,6% (-4,1 p.p.) e subiu a representação noutras moedas para 16% (+1,3 p.p.). Embora esta tendência reflita, em primeiro lugar, a referida estagnação na acumulação de disponibilidades líquidas sobre o exterior, por outro lado, não deixa de mostrar a plena confiança dos agentes económicos na pataca, apesar da conjuntura actual de incerteza cambial na região Sudeste-Asiática.

IV.4. — Crédito interno

Em Junho de 1997, o valor do crédito interno (CI) ascendeu a 42,7 biliões de patacas, mais 6,9% do que o nível registado doze

⁽¹⁾ M2=M1+Depósitos c/ pré-aviso+Depósitos a prazo.

⁽²⁾ M1=Circulação monetária+Depósitos à ordem+Depósitos de poupança.

meses antes. Na desagregação por destinatários verificou-se o aumento do crédito a empresas e particulares (CEP) em 8,9%, para 47,9 biliões, a redução do crédito ao sector público (CSP) em 8,1%, para 102 milhões e a elevação dos depósitos do sector público (DSP) em 26,8%, para 5,4 biliões.

Desta forma, o CEP continuou a ser a principal componente do crédito interno e o factor determinante da sua evolução em 1996-97. Durante esse período, tem sido de realçar também o reforço dos depósitos do sector público, que pela sua dimensão e expansão sistemática, continuaram a ser um factor significativo de contenção monetária. O CEP encontra-se em franca aceleração desde o primeiro trimestre de 1996, tendo atingido, no segundo trimestre de 1997, uma taxa de crescimento homólogo de 8,9%, expansão tanto mais significativa quanto se sabe que a inflação se encontra ao nível mais reduzido dos últimos dez anos.

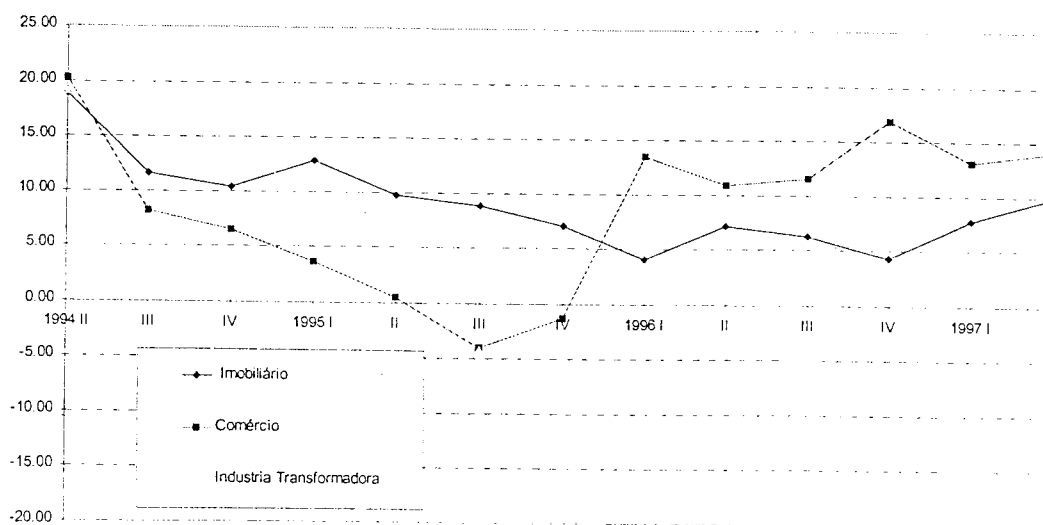
Esta evolução sugere uma retoma da actividade económica e, em Junho último, de entre os sectores com maior importância em termos da distribuição do CEP, destacaram-se, sobretudo, os crescimentos homólogos do crédito às actividades de transportes, armazenagem e comunicações (14,5%), comércio (14,1%) e construção e obras públicas (13,5%), que foram previamente os sec-

tores mais afectados pela retracção económica de 1995-96. Os maiores aumentos anuais do crédito em valor ocorreriam nos sectores da construção civil e obras públicas (1,1 biliões) e do comércio (939 milhões), que em conjunto absorveram cerca de 52% do aumento registado no CEP entre Junho de 1996 e Junho de 1997. O crédito a particulares para a compra de habitação registou, em Junho, um crescimento anual inferior (6,1%) relativamente ao verificado no fim de 1996 (14%), que não deixa, no entanto, de ser significativo em termos absolutos (642 milhões de patacas). O ressurgimento deste tipo de crédito a partir de meados de 1996, ficou a dever-se, em grande parte, à entrada em vigor de um programa de bonificação de crédito habitacional, dirigido aos compradores de casa própria.

O sector das indústrias transformadoras, face à tendência de longo prazo que tem favorecido o desenvolvimento no Território de actividades com maior componente de serviços, tem vindo a reduzir progressivamente o seu peso no total do crédito concedido. Com efeito, até 1991, uma percentagem superior a 20% representava créditos a estas actividades mas, a partir de Dezembro de 1995, a sua quota reduziu-se, sucessivamente para menos de 10%, até atingir 8,4% em Junho passado.

Crédito a empresas e particulares

Variação homóloga anual (%)



FONTE: Boletim das Estatísticas Monetárias e Cambiais

No entanto, é de assinalar que de Março a Junho de 1997 foi exactamente no sector das indústrias transformadoras onde o crédito concedido mais cresceu (400 milhões de patacas), tendo-se registado aumentos percentuais superiores à média na generalidade dos subsectores, nomeadamente nos da alimentação e bebidas, vestuário e confeccções, outros produtos têxteis, obras de couro, cerâmica e brinquedos. O significativo aumento conjuntural do crédito a este sector poderá entender-se como um reflexo da aceleração da retoma económica e, também, de modernização e diversificação produtiva, factores importantes para o enfrentar de novos desafios no processo de desenvolvimento de Macau.

Relativamente à estrutura do CEP por prazos, verificaram-se, em geral, maiores aumentos nas maturidades superiores, com o crédito a mais de um ano, a revelar, em Junho, uma taxa de crescimento homólogo de 16,1%. Em consequência, o peso desta clas-

se de crédito passou de 52%, em Junho de 1996, para 55,6%, no final do primeiro semestre do corrente ano.

Na ventilação do CEP por moedas de denominação, verificou-se, em 30 de Junho, que a pataca representava cerca de 24,4%, proporção idêntica à registada um ano antes, mas superior à registada em Junho de 1995 (22,5%). Contudo, o dólar de Hong Kong subiu a sua quota de 66,9% para 68,9%, o que ocorreu em contrapartida do decréscimo da representação noutras moedas, que passou de 8,7% a 6,9%.

IV.5. — Relações financeiras com o exterior

As disponibilidades líquidas sobre o exterior (DLX) atingiram em Novembro de 1996 um máximo histórico de 43,2 biliões de patacas, tendo posteriormente o seu valor estado sujeito a algu-

ma volatilidade. Após uma quebra pronunciada em Dezembro de 1996/Janeiro de 1997, possivelmente motivada por operações contabilísticas de fim de ano e pelo surto sazonal de importações, as DLX retomaram a sua evolução ascendente atingindo no fim de Junho 40,5 biliões de patacas. Mesmo assim, este valor representa um decréscimo de 2,7 biliões de patacas em relação a Dezembro de 1996, decréscimo esse totalmente verificado ao nível das OIMs, já que as reservas externas oficiais do Território (a cargo da AMCM) têm mantido uma dinâmica de acumulação gradual, atingindo, em Junho de 1997, 19,3 biliões de patacas — o valor mais alto de sempre.

A relativa deterioração, em 1996, do saldo excedentário das contas externas, contrasta marcadamente com o ocorrido nos anos anteriores, e limitou o crescimento das DLX a 10%, comparado com 15% e 20%, em 1994 e 1995. Para além de uma ligeira quebra das exportações têxteis, as principais causas foram a estagnação das receitas do jogo e a retracção dos investimentos externos no sector imobiliário, que em anos anteriores foram os grandes motores de captação de divisas para o Território.

No primeiro semestre de 1997, a situação de menor acumulação de reservas agravou-se, descendo a taxa homóloga de crescimento das DLX para -0,2%. As estatísticas preliminares para esse período indicam uma redução do défice da balança comercial em 363 milhões de patacas (23,5%). Mas, como o excedente da balança de serviços diminuiu 1,3 biliões de patacas (-9,2%), apesar das receitas do jogo terem recommençado a aumentar, acabaria por registar-se um «superavit» menor da balança de bens e serviços. Dada a diminuição em termos absolutos das DLX, esta situação indicia uma evolução bastante negativa da rubrica referente a transferências, rendimentos e capitais (-3,1 biliões de patacas), relativamente às quais não existem estatísticas explícitas.

No contexto recente de incerteza cambial, a AMCM tem procurado alcançar um equilíbrio entre o risco decorrente da vulnerabilidade a pressões sobre o HKD e as taxas de juro mais elevadas que se proporcionam nas suas aplicações nessa moeda, tendo

em conta as necessidades de «hedging» dos bilhetes monetários em patacas emitidos a taxas de juro directamente relacionadas com as de prazos equivalentes no HKD.

IV.6. — Actividade das OIMs

a) Evolução da actividade do sector bancário

Entre Junho de 1996 e o final do primeiro semestre de 1997, estima-se preliminarmente que o volume de actividade das instituições de crédito a operar em Macau tenha aumentado cerca de 5,6%, na sequência de um crescimento não superior a 3,5% durante o ano de 1996³. Se, por um lado, esta taxa de expansão não se pode considerar alta face a crescimentos muito superiores que se verificaram em anos anteriores é, no entanto, de sublinhar a melhoria em curso, que terá sido possível com o retomar da tendência de maiores níveis de crescimento económico.

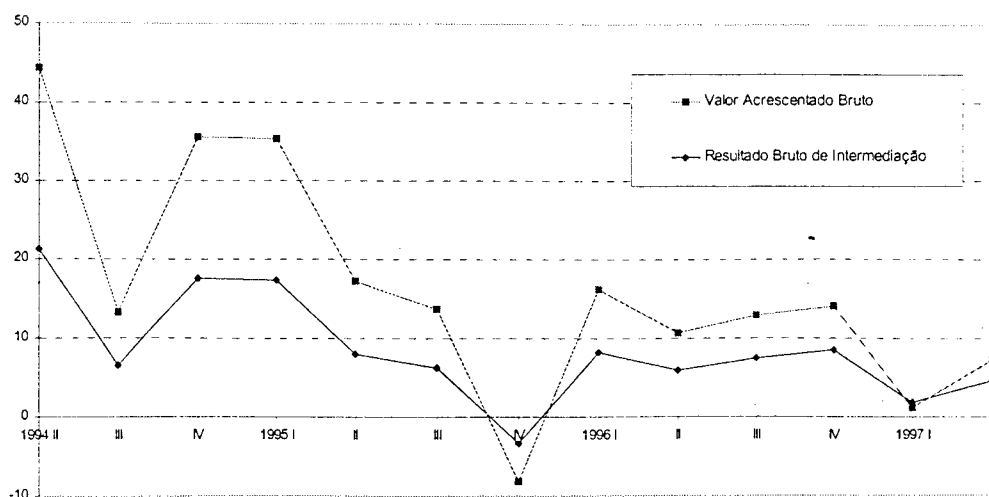
Na evolução homóloga das várias rubricas do activo, em Junho passado, destacaram-se essencialmente os crescimentos do crédito a empresas e particulares (3,9 biliões de patacas correspondentes a 8,9%), das aplicações em bilhetes monetários (587 milhões ou 5,3%), do crédito ao exterior (805 milhões ou 13%) e, também, a diminuição das aplicações financeiras no exterior (1,9 biliões ou 39,4%).

No passivo, evidenciaram-se os aumentos nos depósitos de residentes (3,2 biliões de patacas ou 4,5%), depósitos do sector público (347 milhões ou 22,5%), depósitos de não-residentes (1,5 biliões ou 16,4%) e nos recursos próprios e resultados (719 milhões ou 14,7%).

⁽³⁾ Como é hábito, fez-se corresponder ao volume de actividade da banca do Território, o valor do activo sectorial deduzido das contas internas e de regularização. Contudo, não se considerou o aumento das disponibilidades sobre bancos no exterior, ocorrido a partir de Setembro de 1996, devido a um crescimento significativo da actividade em regime «offshore», com o objectivo de excluir factores de perturbação que, de outra forma, impediriam uma análise mais rigorosa da efectiva evolução do sector.

Indicadores do sector bancário

Variação homóloga anual (%)



FONTE: AMCM, Boletim Mensal das Estatísticas Monetárias e Cambiais.

Relativamente à evolução da margem de juros no período anual terminado no passado mês de Junho, indicador entendido como a diferença entre os proveitos das operações de crédito e os juros relativos à remuneração dos recursos alheios, verificou-se ter continuado a aumentar a um ritmo elevado (26,7%). Tal deverá ter sido resultado da melhoria da conjuntura económica, a viabilizar a expansão do crédito, e, também, possivelmente, de uma mais rápida repercussão do aumento das taxas de juro sobre as operações activas do que sobre as passivas.

A evolução da margem bruta de intermediação, no mesmo período, medida que para além da margem de juros abrange igualmente os resultados obtidos com serviços bancários e operações cambiais, aumentou 4,7%, a que correspondeu uma aceleração do ritmo de crescimento, em 2,8 pontos percentuais, face à taxa apresentada em Março.

Relativamente à evolução da produção do sector (VAB), embora se tenha verificado, em Junho, um crescimento anual de 2,6%, valor baixo atendendo à inflação e ao aumento estimado de 0,7% no número de trabalhadores do sector, não deixa, contudo, de marcar uma inversão de tendência pela positiva, uma vez que até ao final de Março este indicador tinha sido de -0,7%.

b) Mercado interbancário

Entre os intervenientes no mercado interbancário de Macau, as instituições de crédito autorizadas e a AMCM, as operações que normalmente se realizem são as de cedência e tomada de fundos entre os bancos, «Swaps» de moedas entre estes e a AMCM e, desde há dez anos, também, a aquisição por parte dos bancos de bilhetes monetários emitidos pela AMCM, como forma de aplicação em patacas dos seus excessos de liquidez.

O primeiro tipo de operações continua a ser diminuto e, em 30 de Junho último, o saldo dos valores envolvidos no mercado interbancário (1,4 biliões de patacas), representava apenas cerca de 0,9% do total do activo. Esta reduzida expressão deve-se pos-

sivelmente ao facto de muitas das instituições de crédito a operar no Território serem sucursais ou filiais exteriores, e à proximidade de um mercado financeiro dominante como o de Hong Kong.

As operações de «Swap» realizadas no período anual terminado em Junho último, foram oitenta e oito, menos trinta e duas que nos doze meses anteriores, o que, a par do decréscimo no valor do saldo final (27 milhões de patacas, em Junho de 97, contra 34 milhões, um ano antes) e, da redução do prazo médio para 5,38 dias, contra 8,44 anteriormente, revela ter havido uma menor procura, possivelmente em resultado da detenção de um maior nível de liquidez em patacas por parte dos bancos. Exceptuando a troca de um contravalor em USD de 119 milhões de patacas, ocorrida em Agosto de 1996, todas as restantes operações de «Swap» foram entre HKD e MOP.

Apenas no que respeita às aplicações em bilhetes monetários (BMs) se verificou uma dinâmica de interesse crescente pelos bancos. Pode mesmo afirmar-se que as instituições de crédito a operar em Macau não evidenciaram receio da actual crise cambial nos mercados sudeste-asiáticos alastrar ao HKD e à pataca, tendo inclusive aumentado as suas aplicações nestas moedas de forma a beneficiarem de taxas relativamente mais elevadas.

Com efeito, embora o número de BMs emitidos nos doze meses anteriores a Agosto de 1997 fosse apenas superior em 1,4%, relativamente ao período recíproco imediatamente anterior, o saldo médio mensal desse mês, no auge da crise cambial, excedeu em 5,2% o de Agosto de 1996. Inclusive, verificou-se o reforço da preferência pelas maturidades mais longas, detendo, em Agosto último, as categorias a partir dos três meses cerca de 83% do total do saldo médio, o que representou um acréscimo superior a 4 pontos percentuais relativamente à proporção registada há um ano atrás. Em consequência, entre as duas datas referidas, o prazo médio até ao vencimento da carteira de bilhetes aumentaria de 45 para 60 dias.

Quadro IV — 1

Taxas de juro

1994 — 1.º Semestre de 1997

(Valores em fim de período)

(% ao ano)

	1994	1995	1996	1ºS/96	1ºS/97
"Prime rate" para empréstimos em HKD	8,50	9,00	8,50	8,50	8,75
Taxa de depósitos de poupança em MOP (*)	3,50	3,75	3,50	3,50	3,75

NOTA: (*) Taxa indicativa aprovada pela Associação de Bancos de Macau.

FONTES: «Datastream» on line information services e
Autoridade Monetária e Cambial de Macau (AMCM).

Quadro IV — 2

Taxas de câmbio da pataca

1994 — 1.º Semestre de 1997

(Câmbio em fim de período)

(Patacas por 100 unidades de moeda externa)

	1994	1995	1996	1º S/96	1º S/97
Escudos portugueses	5,0	5,1	5,1	5,1	4,5
Dólares dos EUA	797,0	796,5	796,8	797,3	798,2
Marcos alemães	514,4	553,9	512,6	522,8	459,0
Ienes japoneses	8,0	7,7	6,9	7,3	7,0
Libras esterlinas	1.248,5	1.234,9	1.347,6	1.238,0	1.328,7
Franco franceses	149,3	162,3	152,0	154,6	136,0
Dólares de Singapura	546,7	563,1	569,2	564,9	558,4
Dólares de Taiwan (a)	30,3	29,2	29,0	29,0	28,7
Yuans da RPC	94,4	95,8	96,0	95,8	96,3
Wons da Coreia do Sul	1,0	1,0	0,9	1,0	0,9

NOTA: (a) Moeda não cotada oficialmente.

FONTE: Autoridade Monetária e Cambial de Macau (AMCM).

Quadro IV — 3

Índices de taxa de câmbio efectiva da pataca e do dólar de Hong Kong

1994 — 1.º Semestre de 1997

(Valores médios mensais do último mês do período)

(Índices base = 100 em 24-28 Out. 1983)

	1994	1995	1996	1ºS/96	1ºS/97
Pataca					
Índice global (Imp.+Exp.)	107,3	106,0	107,7	107,4	109,9
Índice - importações	120,7	120,6	123,3	122,5	124,3
Índice - exportações	97,3	95,3	96,3	96,4	99,2
Dólar de Hong Kong					
Índice global	121,8	122,5	125,0	124,3	121,4

NOTA: Aumento (diminuição) do valor dos índices significa apreciação (depreciação) da moeda.

FONTE: Autoridade Monetária e Cambial de Macau (AMCM).

Quadro IV — 4

Síntese da situação monetária

1994 — 1.º Semestre de 1997

(Valores no final de cada período)

(Valores em milhões de patacas)

	1994	1995	1996	1ºS/96	1ºS/97
Disponibilidades Líquidas					
sobre o Exterior	32.583,3	39.256,6	43.206,7	40.625,9	40.537,1
Tx. variaç. homóloga anual(%)	15,3	20,5	10,1	17,8	-0,2
Disponibilidad. sobre o Exterior	64.117,1	66.241,6	105.626,3	70.504,4	102.293,6
Responsab. perante o Exterior	31.533,8	32.685,4	62.419,6	29.878,5	61.756,4
Crédito Interno					
Tx. variaç. homóloga anual(%)	10,0	7,9	4,7	3,9	6,9
Crédit. Líquid. ao Sect. Público	-5.187,1	-4.407,4	-5.408,1	-4.081,5	-5.235,2
Créd. a Empresas e Particulares	39.707,2	41.648,4	44.411,4	43.998,9	47.916,7
Tx. variaç. homóloga anual(%)	10,3	4,9	6,6	4,4	8,9
Massa Monetária M2					
Tx. variaç. homóloga anual(%)	13,1	13,5	7,9	9,5	4,7
Massa Monetária M1					
Tx. variaç. homóloga anual(%)	-8,7	1,1	7,5	2,8	6,2
Circulação	1.197,8	1.280,3	1.426,7	1.324,4	1.509,5
Depósitos à Vista	17.611,7	17.730,2	19.011,5	17.877,5	18.886,3
Responsab. Quase Monetárias					
	42.209,3	50.273,9	54.306,0	53.574,1	55.796,1
Diversos Líquidos					
	6.084,6	7.213,2	7.465,8	7.767,4	7.026,6

NOTA: Valores absolutos em final do período.

Taxas de variação face ao período homólogo do ano anterior (em %).

FONTE: Autoridade Monetária e Cambial de Macau (AMCM).

Quadro IV — 5

Massa monetária

1994 — 1.º Semestre de 1997

(Valores no final de cada período)

(Taxas de variação homólogas anuais %)

	1994	1995	1996	1ºS/96	1ºS/97
Agregado Monetário M1	-8,7	1,1	7,5	2,8	6,2
Circulação Monetária	10,8	6,9	11,4	11,8	14,0
Depósitos à Ordem	-11,1	8,7	12,5	-3,2	4,0
Depósitos de Poupança	-9,4	-1,6	5,6	3,8	6,1
Respons. Quase Monetárias	26,6	19,1	8,0	12,1	4,1
Depósitos a Prazo	27,4	19,0	7,9	11,9	4,1
Depósitos c/Pré-Aviso	-30,5	28,8	23,4	39,0	8,2
Agregado Monetário M2	13,1	13,5	7,9	9,5	4,7

FONTE: Autoridade Monetária e Cambial de Macau (AMCM).

Quadro IV — 6

Estrutura da massa monetária, por moedas de denominação

1994 — 1.º Semestre de 1997

(Valores no final de cada período)

(%)

	1994	1995	1996	1ºS/96	1ºS/97
Agregado Monetário M1	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Patacas (MOP)	35,8	38,5	42,5	39,9	42,5
Dólares de Hong Kong (HKD)	53,0	51,3	47,6	50,5	46,3
Outras Moedas Externas (OME)	11,1	10,2	9,9	9,7	11,2
Agregado Monetário M2	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Patacas (MOP)	27,1	29,0	30,5	28,6	31,4
Dólares de Hong Kong (HKD)	55,5	56,3	54,9	56,7	52,6
Outras Moedas Externas (OME)	17,4	14,7	14,5	14,7	16,0

FONTE: Autoridade Monetária e Cambial de Macau (AMCM).

Quadro IV — 7

Estrutura dos depósitos de residentes, por tipo de depósito

1994 — 1.º Semestre de 1997

(Valores no final de cada período)

(%)

	1994	1995	1996	1ºS/96	1ºS/97
Depósitos totais	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Depósitos à Ordem	6,7	6,3	5,9	5,7	5,7
Depósitos de Poupança	22,9	19,9	19,6	19,5	19,8
Depósitos com Pré-Aviso	0,6	0,7	0,8	0,7	0,7
Depósitos a Prazo	69,8	73,1	73,7	74,1	73,9

FONTE: Autoridade Monetária e Cambial de Macau (AMCM).

Quadro IV — 8

Empréstimos e adiantamentos a empresas e particulares concedidos pelo sistema bancário

1994 — 1.º Semestre de 1997

(Valores no final de cada período)

(Taxas de variação homólogas anuais %)

	1994	1995	1996	1ºS/96	1ºS/97
Empréstimos e Adiantamentos	11,3	4,7	12,2	11,3	8,7
Overdrafts	7,9	4,8	1,2	-1,2	2,0
Outros empréstimos e adiantamentos	11,8	4,7	13,8	13,0	9,6
Até 3 meses	20,0	13,4	77,5	69,8	-6,4
De 3 a 6 meses	48,7	-9,8	67,9	6,6	12,8
De 6 a 12 meses	31,9	41,3	-66,6	25,6	8,9
De 1 a 2 anos	15,1	-8,8	46,0	-14,8	49,3
A mais de 2 anos	4,6	0,2	2,9	-0,1	11,6

FONTE: Autoridade Monetária e Cambial de Macau (AMCM).

Quadro IV — 9

Crédito a empresas e particulares, por moedas de denominação

1994 — 1.º Semestre de 1997

(Valores no final de cada período)

(Taxas de variação homólogas anuais %)

	1994	1995	1996	1ºS/96	1ºS/97
Crédito a empresas e particulares	10,3	4,9	6,6	4,4	8,9
Patacas (MOP)	28,8	22,9	11,8	13,0	9,0
Dólares de Hong Kong (HKD)	7,6	2,3	9,0	6,8	11,7
Outras Moedas Externas (OME)	-0,4	-12,0	20,9	-24,9	-12,9
Empréstimos e adiantamentos	11,3	4,7	12,2	11,3	8,7
Patacas (MOP)	27,1	23,8	11,8	13,5	9,0
Dólares de Hong Kong (HKD)	8,2	2,4	12,9	11,4	11,6
Outras Moedas Externas (OME)	2,9	-22,3	6,7	4,4	-16,8
Letras descontadas e outros efeitos	-6,6	9,4	-73,2	-78,3	21,7
Patacas (MOP)	-6,7	-71,4	1325,0	-71,4	1183,3
Dólares de Hong Kong (HKD)	-4,6	1,4	-74,2	-78,5	19,5
Outras Moedas Externas (OME)	-8,4	17,0	-72,8	-78,1	21,6
Aplicações financeiras	170,1	-12,8	6,8	-6,6	3,9
Patacas (MOP)	179,6	-12,3	6,8	-8,1	6,1
Dólares de Hong Kong (HKD)	-56,7	-84,6	6,8	-84,6	-
Outras Moedas Externas (OME)	-	-	-	-	-

FONTE: Autoridade Monetária e Cambial de Macau (AMCM).

Quadro IV — 10

Estrutura da distribuição sectorial do crédito

1994 — 1.º Semestre de 1997

(Valores no final de cada período)

(%)

	1994	1995	1996	1ºS/96	1ºS/97
Agricultura e pescas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Indústrias extractivas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Indústrias transformadoras	11,1	9,7	8,5	9,6	8,4
Alimentação e bebidas	0,1	0,2	0,2	0,1	0,2
Vestuário e confecções	3,8	3,7	3,4	3,3	3,2
Outros produtos textéis	0,9	0,8	1,0	1,3	1,1
Obras de couro	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1
Madeira e mobiliário	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Cerâmica	0,2	0,2	0,1	0,2	0,1
Papel, artes gráficas e editoriais	0,2	0,2	0,1	0,2	0,1
Brinquedos	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Máquinas, mat. eléctrico e electrónico	0,8	0,7	0,6	0,6	0,6
Flores artificiais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Indústrias diversas não especificadas	4,6	3,5	2,6	3,5	2,7
Electricidade, gás e água	3,2	3,3	3,1	2,9	2,6
Construção e obras públicas	17,5	19,8	17,3	18,3	19,0
Comércio	15,4	14,5	15,9	15,2	15,9
Restaurantes, hotéis e similares	3,8	4,0	4,2	4,0	3,8
Transportes, armazenagem e comunicações	1,8	2,2	2,4	2,1	2,2
Instituições financeiras não monetárias	0,0	0,5	0,1	0,0	0,1
Outros créditos	47,3	46,0	48,5	47,9	47,9
A particulares, para habitação	24,5	22,9	24,5	24,1	23,5
A particulares, para outros fins	9,5	8,0	7,8	7,8	7,2
Outros	13,2	15,1	16,2	16,0	17,1
Crédito total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
CRÉDITO TOTAL (em milhões de patacas)	39.505,5	41.472,3	44.223,4	43.818,5	47.729,3

FONTE: Autoridade Monetária e Cambial de Macau (AMCM).

Quadro IV — 11

Estrutura da balança de operações não monetárias

1994 — 1.º Semestre de 1997

(Valores no final de cada período)

(Valores em milhões de patacas)

	1994	1995	1996	1ºS/96	1ºS/97
1. Exportação de mercadorias (fob)	14.854	15.915	15.898	6.893	7.792
2. Importação de mercadorias (cif)	18.583	18.237	17.527	8.437	8.973
3. Balança comercial [1 - 2] (1)	-3.729	-2.322	-1.628	-1.544	-1.181
4. Exportações de serviços	21.714	25.096	25.797	13.322	12.319
5. Importações de serviços	2.165	2.391	2.584	1.254	1.581
6. Balança de serviços [4 - 5] (1)	19.549	22.704	23.213	12.068	10.738
7. Balança de bens e serviços [3 + 6]	15.820	20.382	21.585	10.524	9.557
8. Balança de transf., rendim. e capitais (2)	-11.499	-13.709	-17.634	-9.155	-12.227
9. Balança de operaç. não monetárias [7 + 8]	4.321	6.673	3.950	1.369	-2.670
10. Variação das disponibilidades líquidas sobre o exterior durante o período	4.321	6.673	3.950	1.369	-2.670

NOTAS: (1) De acordo com as estimativas do Produto Interno Bruto (DSEC).

(2) Inclui erros, omissões e operações em desencontro.

FONTE: Direcção dos Serviços de Estatística e Censos; AMCM.

Quadro IV — 12

Novos instrumentos monetários
– Bilhetes monetários e «Swaps» –

1994 — 1.º Semestre de 1997

(Valores no final de cada período)

(Valores em milhões de patacas)

	1994	1995	1996	1ºS/96	1ºS/97
Bilhetes monetários					
Confirmações de vendas - número	4.261,0	4.865,0	5.107,0	2.325,0	2.234,0
Montante emitido (turnover)	136.464,5	198.612,5	165.405,5	64.847,5	74.817,5
Saldo em fim de período	8.686,0	11.252,0	11.207,0	11.099,0	11.964,5
Swaps					
Número de operações	120,0	118,0	102,0	56,0	42,0
Turnover	4.176,0	2.101,3	1.539,9	704,0	710,9
Saldo em fim de período	361,7	35,0	55,9	34,0	27,0

FONTE: Autoridade Monetária e Cambial de Macau (AMCM).

Quadro IV — 13

Indicadores do sistema bancário

1994 — 1.º Semestre de 1997

(Valores no final de cada período)

(Taxas de variação homólogas anuais %)

	1994	1995	1996	1ºS/96	1ºS/97
Volume de actividade	4,5	12,0	29,5	3,6	31,2
Margem de juros	33,6	58,1	15,3	13,2	26,7
Aplicações bancárias	9,8	19,1	39,4	11,4	37,6
Recursos alheios	3,8	11,8	30,7	2,3	32,9
Margem bruta de intermediação	17,6	-3,3	8,5	5,9	4,7
Valor acrescentado bruto	18,0	-4,8	5,5	4,7	2,6

FONTE: Autoridade Monetária e Cambial de Macau (AMCM).

Quadro IV — 14

Mercado interbancário — Bancos comerciais

1994 — 1.º Semestre de 1997

(Valores no final de cada período)

(Valores em milhões de patacas)

	1994	1995	1996	1ºS/96	1ºS/97
Responsabilidades para com					
Outras Instituições Monetárias	1.899,2	3.545,8	1.271,1	2.509,5	1.400,8
Em Patacas	331,2	1.177,0	368,1	750,2	446,6
Em Dólares de Hong Kong	783,5	1.057,0	648,9	787,3	728,4
Noutras moedas externas	784,5	1.311,7	254,0	972,0	225,8
Responsabilidades para com					
Outras Instituições Monetárias	1.899,2	3.545,8	1.271,1	2.509,5	1.400,8
Até 7 dias	536,7	630,8	391,0	607,3	552,8
De 8 dias a 1 mês	428,9	719,9	94,6	1.009,8	220,5
De 1 a 3 meses	527,4	1.185,1	336,9	406,8	204,4
Mais de 3 meses	406,2	1.010,0	448,6	485,6	423,3

FONTE: Autoridade Monetária e Cambial de Macau (AMCM).

Quadro IV — 15

Actividade bancária em Macau — Peso do «offshore»

1994 — 1.º Semestre de 1997

(Valores no final de cada período)

(Valores em milhões de patacas)

	1994	1995	1996	1º S/96	1º S/97
Actividade "off-shore" (a)	30.491,4	31.478,8	61.258,4	28.209,8	60.866,8
Recursos totais	112.279,6	109.908,0	147.073,6	108.985,0	149.655,2
Peso do "off-shore" (%) (b)	27,2	28,6	41,7	25,9	40,7

NOTAS: (a) Actividade «offshore» = $\sum_i \text{MIN} (Dx_i, Rx_i)$

Dx = Disponibilidades sobre o exterior

Rx = Responsabilidades perante o exterior

(b) Peso (%) = Actividade «offshore»/Recursos totais

FONTE: Autoridade Monetária e Cambial de Macau (AMCM).

V — FINANÇAS PÚBLICAS

V.1 Evolução das contas públicas do Território

A. Saldo da execução orçamental

O quadro V-1 reflecte o comportamento dos diversos agregados que se confrontam na formação do saldo, no período compreendido entre 1994 e o 1.º semestre de 1997. O mesmo reveste sempre valores positivos nos três exercícios completos em análise, variando entre 1 559,9 milhões de patacas em 1994 e os 30 milhões no fecho de 1996.⁽¹⁾

Estes elementos não podem ser, todavia, veiculados sem um comentário adicional, uma vez que em 1995, figura expressamente a contabilização de disponibilidades de anos findos, pelo que o saldo deve ser balanceado com esta realidade.

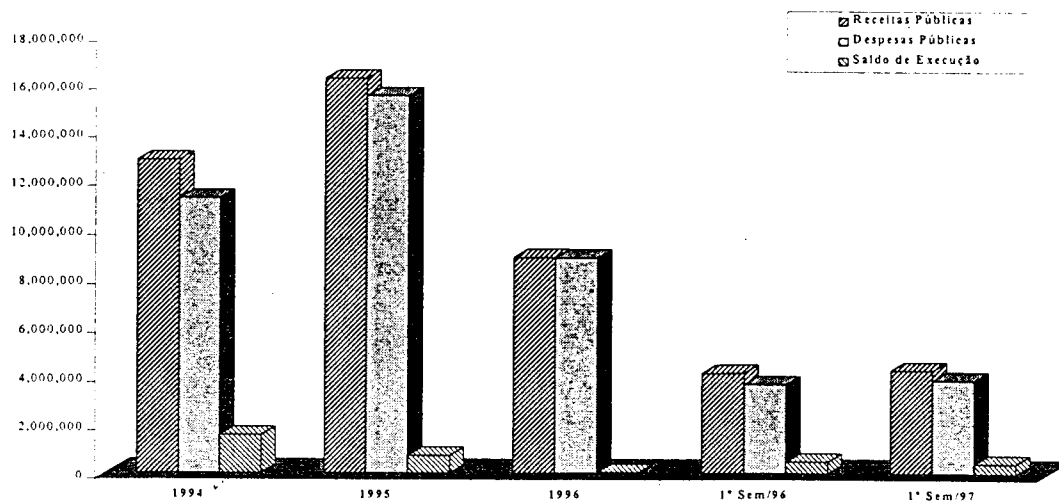
Esta situação, decorreu, todavia, de um facto isolado e bem caracterizado, podendo até referir-se que se verificou uma recuperação significativa, a ponto de terem sido parcialmente repostos os recursos afectos à operação extraordinária que obrigou ao movimento.

Acresce que, em simultâneo, se constituíram direitos creditícios, que se poderão vir a concretizar ao nível de retornos futuros, a título de rendimentos da propriedade.

⁽¹⁾ Chama-se a atenção para o facto de os valores respeitantes aos exercícios de 1995 e 1996, bem como ao 1.º semestre deste último ano, diferirem, em documentos anteriormente elaborados, dos agora veiculados. Trata-se de uma diferença justificada pela não consideração das reposições abatidas nos pagamentos que tiveram lugar em cada um desses períodos tendo-se agora procedido às competentes reconciliações os valores. Os mesmos são os que, efectivamente, reflectem a evolução verificada nas disponibilidades do Tesouro.

Execução orçamental
1994 — 1.º Semestre de 1997

Milhares de patacas



FONTE: Departamento de Estudos e Planeamento Financeiro da Direcção dos Serviços de Finanças.

Comparando, agora, os dados respeitantes ao 1.º semestre de 1997 e procedendo ao seu confronto com os indicadores respeitantes ao período homólogo de 1996, algumas linhas de força poderão ser evidenciadas:

- Comportamento francamente positivo das receitas correntes no 1.º semestre de 1997, quase exclusivamente por via das cobranças com origem na renda da concessão do exclusivo dos jogos de fortuna e azar;

- Aumento sensível das receitas correntes no 1.º semestre de 1997, por confronto com o período homólogo (mais 130 milhões de patacas), efeito dinamizado pela componente atrás referida. Escassa relevância das receitas de capital, praticamente circunscritas à venda de terrenos e prédios do Estado e à comparticipação privada em projectos públicos de investimento.

- Nível da receitação com origem nas receitas de concessão dos diversos exclusivos, no 1.º semestre de 1997, situando-se em valores próximos de 65% das receitas correntes;

- Crescimento significativo dos valores assumidos pelas despesas correntes na comparação entre os dois semestres, o que permite inferir algum enfraquecimento das medidas de contenção levadas a cabo no âmbito das despesas de funcionamento dos serviços, com particular relevância no que respeita às entidades autónomas. Um crescimento acentuado nas despesas com pessoal é, nestas últimas instituições, potenciado pela não aplicação da supletividade que deveria nortear as subvenções com origem no OGT;

- Manutenção de uma baixa taxa de realização do PIDDA, situação de certa forma habitual, por aparecer associada à fase de lançamento dos procedimentos administrativos das acções de maior dimensão material e/ou financeira. Em 1997 acrescem para esta tendência os recursos contratualmente transferidos em finais de 1996 e sem correspondência imediata na realização material das acções;

- Estabilização, no 1.º semestre de 1997, dos recursos afectos à dívida pública, agora restringida aos avales concedidos aos créditos negociados pela CAM, no âmbito da construção do Aeroporto;

- Inexistência de imobilizações financeiras no período de 1997 em análise, afigurando-se ter este vector sido abandonado enquanto parte de uma estratégia da alocação de recursos.

B. Receitas públicas

Deslocando a análise para os valores constantes do quadro V-2, é perceptível que a esmagadora maioria dos recursos a afectar as despesas tem características «correntes», por definição extinguindo-se em cada exercício, muito embora se possam reconstituir em cada um dos períodos seguintes, o que invariavelmente acontece, ainda que sendo-lhe conferida uma anualidade formal.

Conforme já se deixou antever anteriormente, as receitas correntes sofreram um acréscimo global de 3,3% em relação ao período homólogo de 1996, situação que se deve, conforme já referido, à evolução da renda da concessão do exclusivo de jogos de fortuna e azar e, marginalmente, a algumas cobranças esporádicas referentes à renegociação do reaproveitamento dos terrenos.

No que respeita à execução orçamental e tendo como referência a previsão inicial, as receitas correntes obtiveram, no 1.º semestre do corrente ano, uma taxa de realização de 43,2%, enquanto as receitas de capital (em relação às quais a evolução negativa, face ao 1.º semestre de 1996, deriva, unicamente, da reinscrição, neste exercício, de disponibilidades de anos findos) propiciaram, no mesmo período, uma taxa de execução na ordem dos 29,7% (quadro V-8).

Analisando, agora, as componentes da receita (quadro V-3) mantém-se a predominância dos rendimentos de concessão de

exclusivos de jogos, lotarias e serviços de utilidade pública, com um peso estrutural, no 1.º semestre de 1997, de 65,2% do total recebido e 48,4% do valor orçamentado para este grupo de receitas.

No mesmo assume particular relevância a receita proveniente dos «jogos de fortuna ou azar» (96,7% do total, nos primeiros seis meses de 1997 e 63,1% do valor global das receitas públicas). Esta origem, que em 1996 revelou alguma quebra, parece relançada, tendo acusado, no semestre em referência, um acréscimo de cerca de 107 milhões de patacas na componente «renda», de longe a mais relevante neste enquadramento (2 589 milhões no 1.º semestre de 1997, contra 2 482 no período equivalente do ano anterior — quadro V-4).

Quanto às receitas de natureza patrimonial, condensadas no capítulo dos «rendimentos da propriedade e outros activos» (quadro V-5) as mesmas constituíram, até 1994, a segunda mais importante origem de recursos ao dispor da Administração, na sequência do abandono do processo de concessão de terrenos por adjudicação directa e sua substituição pelo sistema de hastas públicas, cujo primeiro exemplo data do 4.º trimestre de 1991.

Potenciado por alguns aspectos conjunturais da economia chinesa, este processo alcançou um êxito apreciável, com repercussões até finais de 1994, a partir do qual se veio a desenhar uma situação de crise, que conduziu às opções de reduzir a actividade de concessão de terrenos e concentrar esforços na percepção dos pagamentos em atraso.

Em 1997, os elementos disponíveis, por referência ao 1.º semestre, reflectia a manutenção de uma situação pouco satisfatória, ainda que denotando um crescimento de 3,4%, por confronto com o período homólogo de 1996.

Refira-se, todavia que se cobraram mais 78 milhões a título de prémio de concessão de terrenos e que a escrituração, em 1996, de lucros de amodação e da comparticipação do Território — entretanto reactivada — nos resultados obtidos pela Autoridade Monetária e Cambial de Macau (AMCM), foi, de certa forma, compensada no 1.º semestre de 1997 pela receitação dos resultados das aplicações financeiras associadas à garantia dos créditos da CAM contraídos em dólares dos Estados Unidos da América.

Em relação aos «impostos directos», estes foram responsáveis, no triénio 1994/1996, por uma média de 14,0% do total das receitas públicas, com particular contributo do imposto complementar de rendimentos e da sisa (quadro V-6).

O valor total dos impostos directos cobrados no decurso do 1.º semestre de 1997 contribuiu com 10,0% no âmbito das receitas, cifrando-se em 422,6 milhões de patacas, ligeiramente superior (+8,7%) ao contabilizado no mesmo semestre de 1996.

De entre os integrantes deste agrupamento, mereceram especial realce os contributos obtidos a partir do imposto profissional e da sisa, com a particularidade de, no primeiro caso, as entregas incidirem fundamentalmente nos meses seguintes ao cumprimento de cada trimestre (Janeiro e Abril, no período de seis meses) e, no caso de sisa, os recebimentos se projectarem de forma regular durante os doze meses do ano.

Realce-se que, no que diz respeito à sisa, se estarão ainda a receber diversas prestações associadas à venda de imóveis concretizadas em anos anteriores, pelo que não é de excluir alguma

quebra em exercícios futuros, a não ser invertida a crise do sector da construção e imobiliário. De qualquer forma o valor recebido no 1.º semestre de 1997 é mesmo ligeiramente superior ao do ano transacto, para o mesmo período.

Mantendo-nos na análise das receitas provenientes dos impostos directos, regista-se o acréscimo associado ao imposto profissional (+16 milhões de patacas ou 11,2%) em que aspectos relacionados com o reforço do combate à fraude e evasão fiscais têm, a par de algum crescimento nos rendimentos do trabalho, permitindo repor as várias reduções reais resultantes das alterações dos limites de existência, nomeadamente as que produziram efeitos a partir de Janeiro de 1994 e de Janeiro do presente ano.

Por sua vez, a evolução dos valores do âmbito do imposto complementar nos dois semestres em confronto, não merecem especial atenção, uma vez que os pagamentos têm lugar em Setembro, podendo os contribuintes mais importantes concretizar o pagamento em duas prestações, a terem lugar nesse mês e em Novembro (os valores nos primeiros seis meses de cada um dos anos são, aliás, quase coincidentes e têm a ver com cessação de actividade e cobrança de valores sujeitos a recurso gracioso).

No que diz respeito aos recursos agrupados sob a designação genérica de «outras receitas» (quadro V-7) são os mesmos responsáveis por, respectivamente, 13,5%, 31,4% e 16,0% e 14,3% das receitas totais cobradas em 1994, 1995, 1996 e 1.º semestre de 1997. ⁽¹⁾

De referir que o peso estrutural denotado em 1995 foi reflexo da inscrição e mobilização de disponibilidades de anos findos, associada às subscrições de capital social referentes à operação teve como objectivo a aquisição dos terrenos concessionados à «CAM — Sociedade do Aeroporto Internacional de Macau, SARL».

Em termos de valores absolutos, as maiores parcelas estão associadas às «taxas, multas e outras penalidades» e ao «imposto de selo» que, no 1.º semestre de 1997, contribuíram, em conjunto, com um peso relativo de cerca de 49,2%.

Assiste-se, por outro lado, a uma redução do âmbito dos impostos sobre o consumo, facto que se deve, primordialmente, à criação autónoma do imposto sobre os veículos automóveis.

Finalmente, o imposto de turismo tem sofrido algumas flutuações, cujo impacto não se reflecte directamente no OGT, uma vez que se trata de uma consignação ao Fundo de Turismo.

Tratando-se de entregas de periodicidade mensal, qualquer evolução pouco significativa pode resultar da actividade que pretende reproduzir, mas, igualmente, de pagamentos em atraso que tenham sido remetidos para outras fases de cobrança. Contudo, ao nível deste imposto, não resultou dos valores do 1.º semestre de 1997, por confronto com o período homólogo do ano anterior, qualquer inferência directa de uma menos favorável evolução dos fluxos turísticos de que Macau é destino final ou intermédio.

O imposto de selo, dado a influência substancial do chamado «selo de conhecimento» tem tendência a manter níveis razoáveis de cobrança, tendo obtido, em 1996, a taxa de crescimento mais

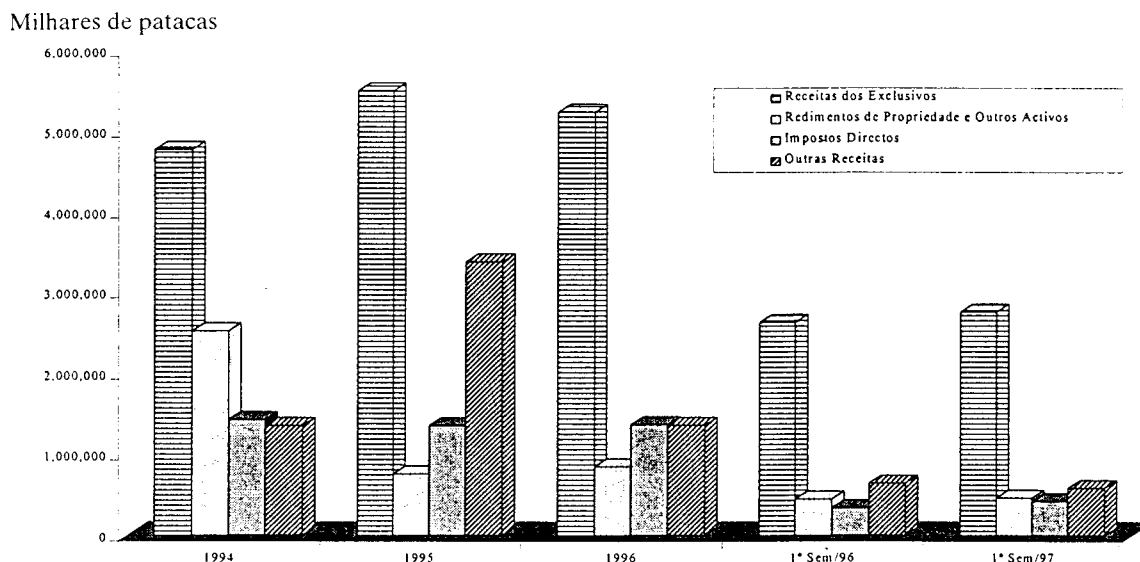
⁽¹⁾ Sem «contas de ordem», mas incluindo receitas consignadas que, a partir de 1995, foram consideradas neste capítulo.

elevada (12,3%) e a mais baixa em 1995 (6,3%). No confronto dos semestres, a evolução desfavorável situou-se nos 5,9%.

Se confrontarmos os valores de cobrança dos diversos agrupamentos ou capítulos com os seus equivalentes orçamentados, (quadro V-8) verificamos ter sido a parcela das «outras receitas cor-

rentes» a alcançar a taxa de realização mais elevada no período de Janeiro a Junho de 1997 (192% — embora sobre valores pouco relevantes), o contrário se passando com os impostos directos (apenas 31,6%, justificados pelo calendário de cobranças, fundamentalmente da contribuição predial urbana e do imposto complementar).

Estrutura das receitas públicas



FONTE: Departamento de Estudos e Planeamento Financeiro da Direcção dos Serviços de Finanças.

C. Despesas públicas

No que respeita à evolução das «despesas públicas», o montante despendido no 1.º semestre de 1997 foi superior em 179,5 milhões de patacas ao valor registado em igual semestre de 1996, equivalente a um acréscimo de 5,0%. Para tal acréscimo contribuíram fundamentalmente as componentes «despesas com pessoal» e «transferências correntes», compensadas pela redução drástica verificada ao nível das «transferências de capital».

Da leitura do quadro V-9, pode-se verificar que o valor das despesas correntes reflectiu sempre, com excepção para o ano de 1995, mais de 77% do total das despesas públicas (incluindo no valor de referência as contas de ordem, por exprimirem as consignações processadas a favor dos serviços e fundos autónomos). De notar que esse peso relativo é especialmente relevante quando a análise se situa na 1.ª metade dos anos, dado o atraso que se verifica, sobretudo, na execução do PIDDA.

Face aos valores inscritos no OGT para o ano inteiro, as despesas públicas atingiram, no 1.º semestre de 1997, um nível de execução orçamental de 38,6%, (quadro V-14) enquanto que no 1.º semestre do ano antecedente, o mesmo nível de execução foi de 37,1%.

Trata-se de uma estabilização de índices que se explica pela inexistência de movimentos sazonais ou inicialmente não previstos.

Quer-se, todavia, reiterar que esta constatação não dispensa a análise da evolução de algumas variáveis que não se sintetizam unicamente ao nível de agregação que preside à filosofia do presente documento.

Está neste caso, por exemplo, a evolução da componente «transferências correntes» no confronto entre os primeiros seis meses de 1996 e 1997, que congrega, neste último caso, uma superior prestação a favor do Fundo da RAEM derivada, sobretudo, da partilha dos rendimentos recebidos em Dezembro de 1996 (191, contra 125 milhões, por confronto relativo entre os dois períodos).

De qualquer forma realce-se a aparente estabilidade dos indicadores, ainda que as despesas com pessoal tenham reflectido um acréscimo percentual de 9,8%, superior aos 6,38% da evolução do multiplicador 44 para 47 e que produziu efeitos a partir de Julho de 1996.

O diferencial poderá ser parcialmente justificado pela progressão nas carreiras, mas deverá, para além disso, reflectir algum acréscimo no número de trabalhadores.

C.1. Análise numa perspectiva económica

Em termos estruturais, as transferências correntes, revestiram, à semelhança do registado no triénio 1994/1996, o maior peso médio no âmbito global das despesas públicas (39,0%) (quadro V-9).

As já referidas despesas com o pessoal detêm o segundo lugar em termos estruturais (26,8%), havendo ainda que considerar que as subvenções do OGT a favor das entidades autónomas e mesmo as receitas consignadas vão ter um desenvolvimento, ao nível dos orçamentos privativos, onde se verifica uma igualmente forte componente de despesas com pessoal.

Assim sendo, só a partir da possibilidade de consolidação do OGT com os orçamentos privativos dos serviços e fundos autónomos, de que espera dispor no decurso de 1998, será possível ter elementos fiáveis sobre a desagregação económica das despesas públicas, no seu todo.

Em terceiro lugar, destacam-se as «operações financeiras» que representaram 6,8% da totalidade das despesas realizadas.⁽¹⁾ Neste aspecto assume particular relevância a amortização dos empréstimos contraídos pela CAM e avalizados pelo Território. A intervenção do Território, na condição de avalista, verificou-se desde o início do vencimento das responsabilidades, em Dezembro de 1995, tendo assumido carácter regular, desde essa data.

Em comparação com os primeiros seis meses do ano anterior, as «transferências de capital» decrescem drasticamente, por se encontrarem integralmente cumpridas em 1996 as responsabilidades referentes ao subsídio de exploração a conceder à CAM – Sociedade do Aeroporto Internacional de Macau, SARL.

Finalmente, referir-nos-emos ao capítulo dos «outros investimentos», onde, maioritariamente, se congregam os valores, de execução das acções do PIDDA. Constatam-se, neste aspecto, valores quase coincidentes, o que, na prática, mantém o significado que lhe foi atribuído em períodos anteriores, nomeadamente no que respeita à aceleração da execução financeira no período complementar do exercício anterior, com a consequente desoneração de movimentos nos primeiros meses de cada ano.

C.2. *Análise numa perspectiva orgânica*

A prática de agregação que tem vindo a ser desenvolvida na perspectiva da análise consiste em agrupar os códigos orgânicos em dois grandes contingentes, a que se optou por designar por «despesas específicas das áreas administrativas» e «despesas gerais a toda a administração», consoante se torna ou não possível a imputação orgânica ou tutelar dos valores das despesas de funcionamento ou próprias, tendo-se o critério tornado particularmente correcto após a reforma da organização da proposta orçamental, com inclusão das transferências a favor das entidades autónomas nos Gabinetes dos diversos Membros do Executivo responsáveis pela Tutela das mesmas.

No que diz respeito ao primeiro dos dois agrupamentos, os elementos na nossa posse apontam para uma execução global de 48,7% sobre os valores orçamentados o que, salvo raras excepções, permite inferir com segurança que os valores de execução não se afastarão dos inicialmente previstos para além dos parâmetros da actualização salarial de Julho deste ano, sendo, inclusive, possível que alguns serviços consigam absorver, nas suas disponibilidades excedentárias, parte desse acréscimo.

A execução verificada no 1.º semestre de 1997 reforça a importância estrutural dos «encargos gerais»⁽¹⁾ (53,0%) bastante superior ao seu equivalente de 1996 (39,5%). De realçar que, anteriormente, os «Serviços de Educação e Juventude» e os «Serviços das Forças de Segurança de Macau» eram as duas parcelas que, em conjunto, mais contribuíam para o total global representando, por valores médios, um peso superior a 50%. No primeiro semestre de 1997 apresentam uma execução, por referência aos valores iniciais de, respectivamente, 48,0% e 49,1 %.

Face aos valores do 1.º semestre de 1996, as «despesas específicas das áreas administrativas» revelaram um crescimento global de 12,1 %, sendo o acréscimo mais acentuado, em termos de valo-

res absolutos, o verificado nos «encargos gerais» (124,7 milhões de patacas) enquanto que, em termos de percentagem, o maior aumento foi obtido na dotação da Direcção dos Serviços de Educação (16,6%).

No que respeita às «despesas gerais a toda a administração», o respectivo decréscimo (7,8%) foi influenciado pelos valores dos capítulos das «despesas comuns»⁽²⁾ e dos «encargos da dívida pública», pelas já referidas ausências das transferências de capital a título de subsídio de exploração à CAM e ainda pelo facto de ter sido liquidada em 1996 a totalidade da dívida pública directa ainda subsistente.

Finalmente, o Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração (PIDDA) apresentou, até ao final de Junho de 1997, uma execução de 169,0 milhões de patacas, contra os 164,5 milhões de patacas obtidos no período homólogo do ano antecedente, ou seja um ligeiro crescimento de 2,7%, tendo ainda registado uma taxa de execução orçamental que atingiu os 11,3% do montante previsto no OGT/97 (calculado com base nos valores do OGT/97 inicial ou corrigido).

Como já foi, aliás, referido, a execução do PIDDA reveste sempre valores muito baixos no 1.º semestre de cada ano (foi de 168,9 milhões no período equivalente de 1995) o que decorre, como já se deixou entender, da menor consistência de algumas iniciativas e do processo moroso de adjudicação que está associado aos grandes projectos que, não raro, obriga ao «deslizamento» dos meses entre os exercícios orçamentais.

Refira-se ainda que o facto dos pagamentos a favor das classes inactivas terem passado a ter como contrapartida os activos do Fundo de Pensões de Macau, quase conduziu à desactivação do capítulo 11 do OGT.

O mesmo subsiste, todavia, para salvaguardar os encargos referentes ao pessoal missionário e aos subsídios de residência e família processados a favor das classes inactivas, bem assim como a transferência para a ADSE das prestações relacionadas com a assistência médica e medicamentosa aos inactivos e seus familiares que, tendo transferido as responsabilidades para a Caixa Geral de Aposentações, activaram a sua inscrição neste regime.

C.3. *Análise numa perspectiva funcional*

A classificação funcional de despesas públicas é a única que permite medir, com rigor, a afectação de recursos em consonância com as medidas de política definidas para os diferentes sectores.

Todavia, não têm os serviços públicos desenvolvido um esforço consertado no sentido de uma correcta classificação dos fluxos, não acolhendo a possibilidade de coexistirem diferentes funções ou subfunções no respectivo âmbito da actividade. Assim, esta classificação reproduz, grosso modo, a perspectiva orgânica de agrupamento de despesas públicas.

⁽¹⁾ Apenas por referência a 1994 e 1996, dada a mobilização de saldos de anos findos verificada em 1995.

⁽²⁾ Conjugação das remunerações dos Membros do Executivo, das despesas dos diversos Gabinetes (incluindo o Coordenador de Empreendimentos), Conselho Consultivo, Assembleia Legislativa e Padroado do Oriente.

⁽³⁾ Capítulo 12 do OGT.

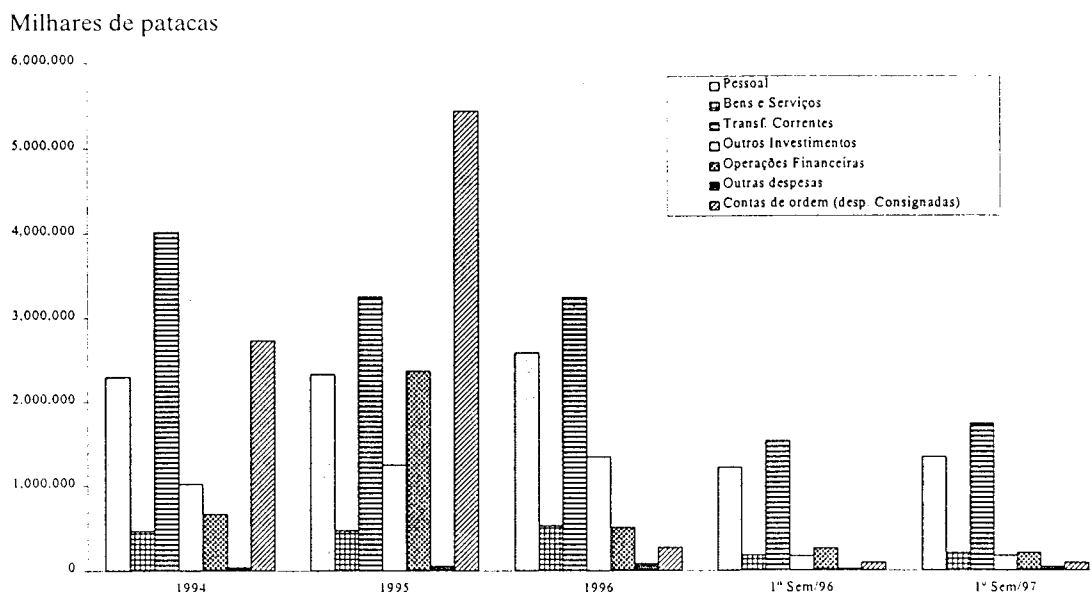
No primeiro semestre de 1997, 23,5% dos gastos estão afectos às «outras funções», onde as «operações da dívida pública» e as «transferências do sector público» são responsáveis, em conjunto, por 52,8% do total e as «diversas não especificadas» pelos restantes 47,2%.

Os «serviços gerais de administração pública» contribuíram, no mesmo período, com 19,5% para o total das despesas efectuadas,

evidenciando a manutenção da relevância assumida no 1.º semestre de 1996.

Em termos de evolução anual, foi no sector da «educação» que se registou a taxa de crescimento mais elevada (26,0%), decorrente sobretudo da subfunção «ensino», fixada em 193,7 milhões de patacas contra 149,4 milhões registados em equivalente semestre de 1996.

Estrutura das despesas públicas



FONTE: Departamento de Estudos e Planeamento Financeiro da Direcção dos Serviços de Finanças.

O facto da análise desenvolvida tomar como referência os dados respeitantes ao 1.º semestre de 1997 levam à não consideração explícita, nos mapas V-15 a V-17, da revisão orçamental substanciada no Decreto-Lei n.º 31/97/M, de 4 de Agosto.

A mesma iniciativa foi justificada, conforme preâmbulo do diploma supra-identificado, pelo acolhimento da «nova realidade decorrente da alteração e aditamento ao contrato de concessão do exclusivo de exploração de jogos de fortuna e azar e da alteração ao contrato de concessão do exclusivo da exploração de corridas de cavalos a galope» e «pela necessidade de reflectir o desenvolvimento financeiro dos avales prestados pelo território de Macau, com referência aos créditos contraídos pela CAM – Sociedade do Aeroporto Internacional de Macau, SARL».

Assim, com recurso a contrapartidas diversas, foi aberto um crédito especial no valor de MOP 1 695 953 100,00 (mil, seiscentos e noventa e cinco milhões, novecentas e cinquenta e três mil e cem patacas) que, para além de prever o reendosso de alguns fluxos a favor dos diversos destinatários contratualmente determinados, previa o reforço das dotações provisionais do Capítulo 12 e do PIDDA o que veio conferir uma flexibilidade adicional de grande importância à execução do orçamento, nomeadamente no que respeita à ocorrência de encargos não previstos e a um eventualmente menor volume de cobrança sob determinadas epígrafes.

Assim e sem que tal se encontre condicionado ao montante a apurar no âmbito das receitas brutas, verifica-se uma expectativa

adicional de cobrança de 632,5 milhões de patacas a título de renda da concessão do exclusivo de exploração dos jogos de fortuna e azar, e congregando a rectroacção respeitante ao ano de 1996 e o efeito sobre onze meses de 1997 (recorda-se a «decalage» de um mês, existente entre a receitação pela concessionária e a transferência da participação para o Território) o que resulta directamente da execução do novo texto acordado para a cláusula 7.ª do contrato.

Da mesma forma se antecipa um acréscimo de prestação no âmbito das corridas de cavalos, que rondará os 5,3 milhões de patacas.

A estes valores acrescem outros, como os destinados à nova Fundação a constituir e ao Fundo «Jockey Clube de Macau» que, embora de dimensão apreciável, no primeiro caso, constituem verdadeiras consignações orgânicas ou funcionais, pelo que se encontra salvaguardada a obrigatoriedade ou conveniência de aumento das despesas, nos mesmos valores.

Abstraindo a nova realidade introduzida pela revisão orçamental é, contudo, positivo constatar que a cobrança com origem nos diversos exclusivos de jogos, lotarias e serviços de utilidade pública permitiram realizar, no primeiro semestre de 1997, 48,1% do valor orçamentado.

Sendo que, logicamente, a parcela efectivamente relevante tem a ver com o primeiro dos contratos ora revistos, os valores já disponíveis para os meses de Julho e Agosto (e excluindo o paga-

mento compensatório referente a 1996, que já teve lugar) permitem basear com grande consistência a convicção que o valor inicial, não corrigido, será largamente ultrapassado por via do acréscimo da incidência percentual sobre a receita bruta que todavia, remeterá para a «participação mínima de segurança», por dever ficar o acréscimo aquém dos 300 milhões de patacas, actualizados.

De sinal contrário é, todavia, o comportamento das receitas com origem nos rendimentos da propriedade que se deverão situar em valores não superiores a 50% do orçamentado.

Tendendo estas origens de receitas a compensar-se em termos de ganhos e perdas, por referência às previsões iniciais e não sendo antecipável a concretização de uma recuperação significativa, por via de um hipotético crescimento das receitas fiscais ou de outras de diversa natureza, a cobertura formal a nível de recursos restringe-se, se o termo é próprio, face à dimensão dos valores envolvidos, ao montante escriturado ao nível da utilização de disponibilidades de anos findos.

Na óptica da despesa antecipa-se um crescimento de algum significado ao nível das despesas com pessoal, tornando-se necessário e sempre que tal não decorra de imperativos ligados ao processo de localização, proceder ao reforço dos mecanismos de controlo desta natureza de despesas, numa relação directa com o número de efectivos e as remunerações acessórias.

Em movimento contrário estará a transferência, para o Fundo da Região Administrativa Especial de Macau, dos fluxos correspondentes à partilha das receitas com origem na concessão e alienação de terrenos e na transacção dos desenvolvimentos no âmbito da habitação social. Sendo a partilha obviamente referenciada aos montantes recebidos com esta origem verificar-se-á, seguramente, um fluxo inferior aos 480 milhões inicialmente previstos.

Encontrando-se, desde o início, previsto o suporte integral às operações de recurso ao crédito levados a cabo pela CAM, não se concretizará o afastamento verificado em 1996, antes resultando alguma economia derivada da liquidação antecipada da dívida pública directa que, caso contrário, teria ainda impacto em exercícios posteriores a 1996.

Nestes termos, mais uma vez o saldo da execução, enquanto derivante da comparação dos fluxos de receita e despesa ficará condicionado aos valores assumidos pela realização do PIDDA.

Até ao momento (Agosto de 1997) esta componente da despesa ficou-se pelos 371 milhões de patacas, sobre uma dotação inicial de 1 500 milhões, rectificada para 1 800 milhões.

Este nível de execução, coerente para esta fase do ano, por confronto com o período homólogo do ano anterior, tenderá a «disparar» nos restantes meses, nomeadamente no período complementar, com comprometimentos de base contratual a preverem pagamentos contra a assinatura dos respectivos, instrumentos.

Por outro lado tem vindo a público a hipótese de lançamento de novas acções de alguma dimensão, avultando a construção de nova ponte entre as ilhas da Taipa e da Montanha, o prosseguimento da construção do Centro Cultural (embora em comparticipação com a STDM), recuperação do património histórico, o reapetrechamento do Centro Hospitalar e a participação de Macau na EXPO/98.

A hipótese ensaiada nos quadros V-15 a V-17 considera uma situação-limite de execução do PIDDA por valores ligeiramente superiores aos assumidos em 1996 – 1 400,0, contra 1 326,9 milhões de patacas.

Concluindo, a execução no 1.º semestre de 1997 permitiu apurar um saldo de 401 milhões de patacas, se consideradas as contas de ordem e de 363 por rectificação resultante da não inclusão dessa variável. Esse saldo veio a cifrar-se, na primeira óptica, em 526,9 milhões em finais de Agosto.

Crê-se que, sopesadas as variações por referência aos parâmetros iniciais, já apontadas, quanto ao comportamento das receitas e despesas, será possível manter este diferencial positivo que deverá, encerrada a execução, ser deflacionado do recurso, mesmo se apenas escritural, aos saldos de anos económicos findos.

V.2. — Orçamento para 1998

O Orçamento Geral do Território para 1998 (OGT/98) retoma as linhas de força que nortearam os exercícios anteriores, nomeadamente no que respeita à limitação dos gastos públicos na sua vertente associada ao funcionamento dos serviços, tendo presente que não se pretende ainda no próximo período inflectir o sentido do esforço de investimento que tem sido levado a efeito, com o objectivo primordial de compensar as dificuldades diversas com que se defronta o sector privado de economia, pesem embora alguns sinais de recuperação, já visíveis e constatáveis.

Paralelamente, o Território vai continuar a assumir as suas responsabilidades enquanto avalista dos créditos contraídos pela «CAM – Sociedade do Aeroporto Internacional de Macau, SARL», atitude que resulta coerentemente da posição accionista que mantém junto da mesma Empresa.

A proposta orçamental para 1998 consubstancia o valor mais elevado até hoje acolhido em termos de proposta inicial, mobilizando expectativas de recursos que ultrapassam os 10,7 mil milhões de patacas, consagrando um crescimento de 11,6% ou 1,1 mil milhões de patacas.

Trata-se, contudo, de um crescimento perfeitamente sustentado, em termos de previsões realistas, uma vez que três das suas componentes mais significativas derivam do contrato de concessão do exclusivo dos jogos de fortuna e azar recentemente reajustado (renda + participação da STDM na construção do Centro Cultural de Macau) e da assumpção política da inscrição faseada do quantitativo imobilizado por via dos créditos de CAM denominados em moeda estrangeira (saldos de anos económicos findos).

No aspecto particular das despesas públicas, essa mobilização adicional de recursos é absorvida pela evolução dos custos de funcionamento dos serviços, nomeadamente no que diz respeito às despesas com pessoal (passam de 2 980 milhões em 1997 para 3 173 mil milhões em 1998) e ainda pela dotação inicial do PIDDA, que cresce 400 milhões de patacas, em termos comparativos com a realidade no início do exercício de 1997.

Verifica-se, todavia, a quebra de um aspecto tradicionalmente associado ao Orçamento Geral do Território, que consistia no financiamento do programa de investimentos com recurso ao denominado «saldo corrente do exercício». Tal facto não assumirá, todavia, especial gravidade, se atentarmos ao valor fixado para o PIDDA/98 e ao crescimento que tal realidade envolve.

Situando a análise na perspectiva das receitas públicas constata-se que a «concessão de exclusivos» mantém e até reforça o peso estrutural que retomou após a quebra das receitas com origem na «concessão do exclusivo de terrenos». A explicação do facto reside nas cláusulas do já referido contrato de alteração e aditamento celebrado em 23 de Junho do presente ano e que aumentou a percentagem da participação do Território nas receitas brutas da «STDM – Sociedade de Turismo e Diversões de Macau, SARL», ao mesmo tempo garantindo montantes máximos para a renda, em geral, e para esse acréscimo, em particular, igualmente se salvaguardando a dotação de uma Nova Fundação (fluxo que terá esta Entidade como destinatário, logo que legalmente constituída) e a participação percentual e de valor mínimo na construção do Centro Cultural de Macau. ⁽³⁾

No que respeita aos «impostos directos», um esforço acrescido de rigor tem permitido manter e aumentar alguns níveis de cobrança, pese embora a alteração de alguns regulamentos tributários, de que é particular exemplo o caso do imposto profissional.

Quanto aos «impostos indirectos» as expectativas associadas à introdução do «imposto sobre os veículos motorizados» não terão encontrado um eco perfeito ao nível das cobranças concretizadas, o que se julga resultar do facto de se tratar de um primeiro ano, em que a influência do novo regulamento poderá ter sido contornada através de um processo maior dimensionado de aprovisionamento de unidades.

Apesar disso e sem prejuízo de ser este aspecto alvo de particular atenção no decurso de 1998, rectificou-se, para menos, a previsão, por confronto com a utilizada na preparação do OGT/97.

No caso da «concessão do exclusivo dos terrenos» mantêm-se as previsões iniciais de 1997, uma vez que se considera possível obter resultados positivos a partir do reescalamento das prestações referentes aos empreendimentos de maior dimensão, ao mesmo tempo que se considera o entesouramento das mais-valias do fundo constituído pela AMCM como garante dos créditos con-

traídos pela CAM em moeda estrangeira, no caso do dólar americano.

Quanto às despesas públicas, o OGT/98 mantém a sustentação prioritária dos sectores de «segurança», da «saúde e assuntos sociais» e da «administração e educação», estimando-se que as «despesas com o pessoal» crescerão cerca de 6,5%, por referência à despesa esperada em 1997, evolução que não se afastará significativamente dos aumentos de que beneficiaram os trabalhadores da Administração Pública, embora antecipando a necessidade de um reforço que venha a sancionar a cobertura orçamental de uma eventual nova tabela que venha a vigorar a partir de Julho de 1998.

No que respeita aos «bens e serviços», este agrupamento varia por influência directa da inflação e dos efectivos de pessoal existentes, pelo que não se considera despropositado o acréscimo contido na proposta orçamental para 1998.

Os «encargos de dívida pública» prosseguirão por valores próximos dos que se antecipam para o exercício de 1997, com a excepção lógica dos juros, que assumirão uma progressão decrescente por acompanharem o capital em dívida. Espera-se, neste âmbito, restrito à dívida pública indirecta, estabilizar os valores finais dos empréstimos com características de linhas de crédito, activas até um determinado prazo-limite, vencido em Outubro do presente ano.

Nada a assinalar no que respeita ao capítulo das «transferências correntes», que revela a evolução normal das subvenções a processar a favor das entidades autónomas e do Fundo da Região Administrativa Especial de Macau.

Como foi anteriormente referido e será detalhado em capítulo próprio, o PIDDA/98 consubstanciará um acréscimo de 400 milhões de patacas (+26,7%), situando esta componente programática das despesas no mais alto nível assumido até à presente data.

⁽³⁾ Idêntica iniciativa com referência ao exclusivo da exploração das corridas de cavalos não tem sido até aqui abordada explicitamente, dada a menor importância, relativa, dos valores envolvidos.

Quadro V — 1

Evolução das contas públicas (Administração Central)

(Milhares de patacas)

DESIGNAÇÃO	1994	1995	1996	1º S/96	1º S/97 *
1 Receitas correntes	10.000.244	8.558.189	8.446.794	3.945.838	4.075.777
2 Despesas correntes	6.826.828	6.102.803	6.518.219	2.996.937	3.345.412
3 Saldo corrente (1-2)	3.173.416	2.455.386	1.928.575	948.901	730.365
4 Investimentos do PIDDA	1.010.343	1.237.087	1.326.889	164.520	169.041
5 Saldo após investimentos (3-4)	2.163.073	1.218.299	601.686	784.381	561.324
6 Outras origens de recursos:	2.810.992	5.551.171	389.713	163.017	149.414
6.1 Activos financeiros	0	0	0	0	0
6.2 Recurso à dívida pública	0	0	0	0	0
6.3 Venda de bens de investimento	77.888	77.943	61.789	20.476	2.523
6.4 Transferências	0	0	41.528	0	0
6.5 Repos. não abat. nos pagamentos	8.606	35.204	19.193	17.052	19.707
6.6 Contas de ordem	2.724.498	5.438.024	267.203	125.489	127.184
7 = 5 + 6	4.974.065	6.769.470	991.399	947.398	710.738
8 Outras aplicações de recursos:	3.414.168	8.128.492	961.432	482.301	308.832
8.1 Outros investimentos	8.385	6.965	15.783	1.034	2.117
8.2 Amortização da dívida pública	76.865	130.818	491.557	244.195	205.547
8.3 Imobilizações financeiras	585.220	2.231.846	15.000	15.000	0
8.4 Outras transferências	19.200	321.310	171.889	133.295	12.391
8.5 Contas de ordem	2.724.498	5.437.553	267.203	88.777	88.777
9 = 7 - 8	1.559.897	(1.359.022)	29.967	465.097	401.906
10 Saldos de anos económicos anteriores	0	2.081.640	0	0	0
11 SALDO DO EXERCÍCIO (9 + 10)	1.559.897	722.618	29.967	465.097	401.906

NOTA: * Valores provisórios.

(a) Os valores das «contas de ordem» respeitantes ao ano de 1996 e aos 1.ºs semestres de 1996 e 1997 referem-se apenas aos valores das receitas e despesas consignadas às diversas entidades autónomas.

FONTE: Departamento de Estudos e Planeamento Financeiro da Direcção dos Serviços de Finanças.

Quadro V — 2

Receitas públicas

(Milhares de patacas)

DESIGNAÇÃO DAS RECEITAS	1994	1995	1996	1º S/96	1º S/97 *
1. RECEITAS CORRENTES	10.000.244	8.558.189	8.446.794	3.945.838	4.075.777
1.1 Impostos Directos	6.060.462	6.716.014	6.425.614	2.945.154	3.092.108
1.2 Impostos Indirectos	801.376	559.076	608.609	270.956	239.587
1.3 Taxas, Multas e Outras Penalidades	374.495	345.555	328.808	157.230	149.550
1.4 Rendimentos da Propriedade	2.521.134	759.299	850.929	446.031	461.120
1.5 Transferências	185.735	125.727	130.112	65.055	80.682
1.6 Venda de Bens Duradouros	2.685	967	2.508	2.054	696
1.7 Venda de Serviços e Bens Não Duradouros	40.728	46.449	45.744	28.010	22.681
1.8 Outras Receitas Correntes	13.629	5.102	54.470	31.348	29.353
2. RECEITAS DE CAPITAL	86.494	2.194.787	122.510	37.528	22.229
2.1 Venda de Bens de Investimento	77.888	77.943	61.789	20.476	2.522
2.2 Transferências	0	0	41.528	0	0
2.3 Activos Financeiros	0	0	0	0	0
2.4 Passivos Financeiros	0	0	0	0	0
2.5 Outras Receitas de Capital	0	2.081.640	0	0	0
2.6 Reposições não Abatidas nos Pagamentos	8.606	35.204	19.193	17.052	19.707
3. SUBTOTAL (1 + 2)	10.086.738	10.752.976	8.569.304	3.983.366	4.098.006
4. CONTAS DE ORDEM	2.724.498	5.437.553	(a) 267.203	(a) 125.489	(a) 127.184
5. RECEITAS TOTAIS (3 + 4)	12.811.236	16.190.529	8.836.507	4.108.855	4.225.190

NOTA: * Valores provisórios.

(a) Receitas consignadas às diversas entidades autónomas.

FONTE: Departamento de Estudos e Planeamento Financeiro da Direcção dos Serviços de Finanças.

Quadro V — 3

Principais componentes das receitas públicas

(Milhares de patacas)

DESIGNAÇÃO DAS RECEITAS	1994	1995	1996	1º S/96	1º S/97 *
TOTAL DE RECEITAS PÚBLICAS	12.811.236	16.190.529	8.836.507	4.108.855	4.225.190
RECEITAS TOTAIS (EXCLUINDO CONTAS DE ORDEM)	10.086.738	10.752.976	8.569.304	3.983.366	4.098.006
Receitas dos Exclusivos (a)	4.776.791	5.506.285	5.243.674	2.629.180	2.756.169
Rendimentos de Propriedade e Outros Activos	2.521.134	759.299	850.929	446.031	461.120
Impostos Directos	1.429.875	1.358.761	1.374.369	388.652	422.557
Outras Receitas (a)	1.358.938	3.380.355	1.367.535	644.991	585.344
Contas de Ordem	2.724.498	5.437.553	0	0	0

NOTA: * Valores provisórios.

(a) Estão incluídos nos totais das «receitas dos exclusivos» e «outras receitas», os valores das receitas consignadas às diversas entidades autónomas, que a partir de 1995 passaram a ser contabilizados nas «contas de ordem».

FONTE: Departamento de Estudos e Planeamento Financeiro da Direcção dos Serviços de Finanças.

Quadro V — 4

Receitas da concessão de exclusivos

(Milhares de patacas)

DESIGNAÇÃO DAS RECEITAS	1994	1995	1996	1º S/96	1º S/97 *
Rend.exclusivo dos jogos de fortuna ou azar	4.635.536	5.353.648	5.086.891	2.544.276	2.664.476
Renda	4.504.413	5.221.578	4.910.881	2.482.128	2.589.476
Compensação	3.993	4.392	4.832	0	0
Prémio	121.700	121.700	121.700	60.350	74.000
Fundo de carácter social e assistencial	0	0	1.600	1.000	1.000
Comparticipações correntes	800	1.000	1.000	800	0
Comparticipações de capital	0	0	41.528	0	0
C.M.Iilhas - prémio casino da Taipa (a)	2.315	2.489	2.675	0	0
Fund.Macau - prémio casino da Taipa (a)	2.315	2.489	2.675	0	0
Rend.exclusivo de lotarias C.P.S.	1.997	2.411	2.210	1.258	844
Renda	1.902	2.296	2.105	1.198	804
Adicional à Fund.Macau (a)	95	115	105	60	40
Rend.exclusivo das corridas de galgos	40.336	40.572	35.886	18.532	17.175
Renda	35.954	36.196	33.670	17.439	16.198
Prémio	2.000	2.000	0	0	0
Cláusula 8ª	2.219	2.223	2.063	1.018	923
Rec.consignadas ao Instituto dos Desportos	163	0	0	0	0
Rec.consignadas ao Fundo de Desenv.Desport. (a)	0	153	153	75	54
Rend.exclusivo das corridas de cavalos	14.385	15.209	15.846	7.866	8.164
Renda	0	0	0	0	0
Compensação	0	0	0	0	0
Prémio	0	0	0	0	0
Percentagem sobre o montante das apostas	0	0	0	0	0
Percentagem sobre o montante das lotarias	0	0	0	0	0
Produto de bilhetes premiados e não reclamados (a)	1.312	1.497	1.770	887	894
Contribuição para o desenvolvimento das Ilhas (a)	12.717	13.353	14.021	6.924	7.270
Percent. bilh.entrada no recinto p/Fundo Turismo (a)	356	359	55	55	0
Rend.exclusivo das lotarias instantâneas	2.343	3.500	1.135	301	1.052
Compensação	10	0	10	10	10
Receita consignada à Fundação Macau (a)	2.333	3.500	1.125	291	1.042
Rend. exclusivos de "Slot-Machines"	532	586	0	0	0
Remunerações aos delegados do Governo	1.500	1.635	1.936	1.328	1.368
Outras receitas consignadas prov.dos exclusivos	598	743	2.087	908	950
Receita consignada ao Montepio de Macau	344	253	262	130	132
Receita consignada ao IASM (a)	254	490	1.825	778	818
Rend.excl. de Telecomunicações	64.823	69.106	78.444	38.106	44.557
Rend.excl. do serviço de Abastecimento de Água	3.344	3.206	3.476	3.476	3.613
Rend.excl. da Energia Eléctrica	10.527	11.105	12.416	12.416	13.970
Rend.excl.concedido à S.T.C.M.	0	0	0	0	0
Rend.excl.concedido à TRANSMAC	870	953	0	0	0
Rend.excl. da actividade de radiodifusão	0	0	0	0	0
Rend.excl.concedido à Cia. Parques Macau	0	3.611	3.347	713	0
RECEITAS TOTAIS DE EXCLUSIVOS	4.776.791	5.506.285	5.243.674	2.629.180	2.756.169

NOTA: * Valores provisórios.

(a) A partir do ano de 1995, as receitas consignadas passaram a ser incluídas nas «contas de ordem».

FONTE: Departamento de Estudos e Planeamento Financeiro da Direcção dos Serviços de Finanças.

Quadro V — 5

Receitas provenientes de rendimentos de propriedade e outros activos

(Milhares de patacas)

DESIGNAÇÃO	1994	1995	1996	1º S/96	1º S/97 *
Juros - Outros Sectores	776	770	772	388	388
Dividendos - Outros Sectores	15.035	12.118	28.947	8.527	11.444
Rendas de Terrenos - Foros	140	164	146	139	144
Rendas de Concessões de Terrenos	38.998	48.737	50.752	40.254	55.748
Prémios de Concessões de Terrenos	2.466.185	697.510	577.550	203.961	277.179
Outros Rendimentos	0	0	192.762	192.762	116.217
TOTAL REND. DE PROPRIEDADE	2.521.134	759.299	850.929	446.031	461.120

NOTA: * Valores provisórios.

FONTE: Departamento de Estudos e Planeamento Financeiro da Direcção dos Serviços de Finanças.

Quadro V — 6

Receitas provenientes de impostos directos

(Milhares de patacas)

DESIGNAÇÃO	1994	1995	1996	1º S/96	1º S/97 *
Contribuição Industrial	26.820	27.127	27.180	26.126	26.044
Imposto Profissional	242.870	258.358	292.157	142.185	158.519
Contribuição Predial Urbana	120.376	134.268	162.904	24.095	36.077
Imposto Complementar	623.371	595.098	555.500	26.075	26.439
Imposto sobre Sucessões/Doações	14.300	19.392	10.931	8.304	2.771
Sisa	402.138	324.518	325.697	161.867	172.708
TOTAL DE IMPOSTOS DIRECTOS	1.429.875	1.358.761	1.374.369	388.652	422.558

NOTA: * Valores provisórios.

FONTE: Departamento de Estudos e Planeamento Financeiro da Direcção dos Serviços de Finanças.

Quadro V — 7

Principais componentes provenientes de outras receitas

(Milhares de patacas)

DESIGNAÇÃO	1994	1995	1996	1º S/96	1º S/97 *
<i>Imposto de Turismo (a)</i>	124.145	103.264	112.800	54.793	55.051
Imposto de Selo	190.615	202.564	227.659	114.930	108.451
Imposto de Consumo	400.999	342.993	371.776	151.061	65.219
Taxas, Multas e Outras Penalidades	374.495	388.149	393.675	186.123	179.173
Taxas, Multas e Outras Penalidades	336.034	345.555	328.808	157.230	149.550
<i>Comparticip. do Cofre de Justiça e dos Registos e</i>					
<i>Notariado nas taxas dos Serviços de Registo e Notariado (a)</i>	33.230	38.099	62.365	27.718	28.546
<i>Taxa a cobrar pela emissão de licença de obras (a)</i>	4.220	3.032	856	290	837
<i>Taxa a cobrar pela realização de vistorias (a)</i>	1.011	1.463	1.646	885	240
Activos Financeiros	0	0	0	0	0
Passivos Financeiros	0	0	0	0	0
Saldos de anos económicos anteriores	0	2.081.640	0	0	0
Reposições não abatidas nos pagamentos	8.606	35.204	19.193	17.052	19.707
Outras Receitas Diversas	260.078	226.541	242.432	121.032	157.743
Emolumentos pela emissão de certidão de origem	24.872	9.066	7.238	3.637	3.599
<i>Compartic. do F.D.I.C. nos emolum. de certif. origem (a)</i>	37.260	27.140	28.948	14.548	16.196
Custas das Execuções Fiscais	403	1.901	0	0	0
Custas de Tribunal Administrativo	6	0	0	0	0
Emolumentos pela emissão de Licenças de Trânsito	656	917	0	0	60.950
<i>Compartic. da F. Macau nos emolum. de certif. origem (a)</i>	12.420	9.047	0	18.185	0
<i>Compartic. do IPIM nos emolumentos e certificados (a)</i>	8.280	45.234	36.185	2.775	16.196
Custas do Tribunal de Contas	220	0	0	0	0
Encargos da República relativamente ao Território	41.031	2.775	5.550	2.054	5.550
Venda de Bens Duradouros	2.685	967	2.508	28.010	696
Venda de Serviços e Bens não Duradouros	40.728	46.449	45.744	31.347	22.681
Outras Receitas Correntes	13.629	5.102	54.470	20.476	29.352
Venda de Bens de Investimento	77.868	77.943	61.789	0	2.523
Transferências - Autoridade Monetária e Cambial de Macau	0	0	0	0	0
TOTAL DAS OUTRAS RECEITAS	1.358.938	3.380.355	1.367.535	644.991	585.344

NOTA: * Valores provisórios.

(a) A partir do ano de 1995 as receitas consignadas às diversas entidades autónomas passaram a ser incluídas nas «contas de ordem».

FONTE: Departamento de Estudos e Planeamento Financeiro da Direcção dos Serviços de Finanças.

Quadro V — 8

Execução orçamental das receitas públicas
Janeiro a Junho de 1997

(Milhares de patacas)

DESIGNAÇÃO DAS RECEITAS	OGT/97	OGT/97 (CORRIGIDO)	**REC. COBRADA	*% DE EXECUÇÃO
Concessão de exclusivos (a)	5.690.093	5.690.093	2.756.169	48,4%
Impostos directos	1.338.800	1.338.800	422.557	31,6%
Impostos indirectos	680.920	680.920	238.219	35,0%
Taxas, multas e outras penalidades	332.735	332.735	149.550	44,9%
Rendimentos da propriedade e out. activos	1.494.920	1.494.920	461.120	30,8%
Transferências correntes	5.550	5.550	5.550	100,0%
Venda de bens duradouros	1.000	1.000	696	69,6%
Venda de serv. e bens não duradouros	54.757	54.757	22.681	41,4%
Outras receitas correntes	15.280	15.280	29.352	192,1%
Venda de bens de investimento	58.000	58.000	2.523	4,4%
Transferências	0	0	0	-
Activos financeiros	4.400	4.400	0	0,0%
Passivos financeiros	0	0	0	-
Outras receitas de capital	0	0	0	-
Reposições não abatidas nos pagamentos	12.000	12.000	19.707	164,2%
Contas de Ordem ***	224.499	224.499	117.066	52,1%
RECEITAS TOTAIS	9.912.954	9.912.954	4.225.190	42,6%

NOTAS: * A percentagem de execução orçamental foi calculada com base nos valores do OGT corrigido.

** Valores provisórios.

*** Receitas consignadas das «contas de ordem».

(a) Inclui-se nos «exclusivos» parte das receitas consignadas das «contas de ordem».

FONTE: Departamento de Estudos e Planeamento Financeiro da Direcção dos Serviços de Finanças.

Quadro V — 9

Despesas públicas

(Milhares de patacas)

DESIGNAÇÃO DAS DESPESAS	1994	1995	1996	1º S/96	1º S/97 *
1. DESPESAS CORRENTES	6.826.828	6.102.804	6.518.219	2.996.937	3.345.412
1.1 Pessoal	2.297.628	2.324.036	2.578.909	1.219.086	1.337.844
1.2 Bens e Serviços	467.308	468.367	525.876	178.406	199.216
1.3 Juros	10.122	17.559	96.357	51.586	39.774
1.4 Transferências Correntes	4.017.081	3.243.386	3.237.782	1.527.062	1.729.177
1.5 Outras Despesas Correntes	34.689	49.455	79.295	20.796	39.401
2. DESPESAS DE CAPITAL	1.700.013	3.928.025	2.021.117	558.042	389.094
2.1 Outros Investimentos	1.018.728	1.244.052	1.342.672	165.555	171.157
2.2 Transferências de Capital	19.200	321.310	171.889	133.293	12.390
2.3 Operações Financeiras	662.085	2.362.664	506.556	259.195	205.547
2.4 Outras Despesas de Capital	0	0	0	0	0
3. SUBTOTAL (1 + 2)	8.526.841	10.030.829	8.539.336	3.554.979	3.734.507
4. CONTAS DE ORDEM	2.724.498	5.437.553	267.203	88.778	88.777
5. DESPESAS TOTAIS (3 + 4)	11.251.339	15.468.382	8.806.540	3.643.757	3.823.284

NOTA: * Valores provisórios.

(a) Despesas consignadas às diversas entidades autónomas.

FONTE: Departamento de Estudos e Planeamento Financeiro da Direcção dos Serviços de Finanças.

Quadro V — 10

Principais componentes das despesas correntes

(Milhares de patacas)

DESIGNAÇÃO	1994	1995	1996	1º S/96	1º S/97 *
1- DESPESAS COM PESSOAL	2.297.628	2.324.036	2.578.909	1.219.086	1.337.844
Remunerações certas e permanentes	1.804.880	2.072.717	2.304.383	1.096.885	1.207.754
Pessoal dos quadros	885.307	1.047.633	1.179.396	584.451	606.699
Pessoal além do quadro	302.710	347.587	333.184	164.566	166.412
Salários do pessoal dos quadros	35.584	231.829	33.752	17.513	16.343
Salários do pessoal eventual	231.833	18.175	230.815	114.553	122.052
Gratificações certas e permanentes	86.001	358	120.446	53.426	60.511
Outras despesas	263.445	427.136	406.790	162.375	235.737
Remunerações acessórias	160.322	185.622	201.012	95.147	100.897
Horas extraordinárias	27.843	30.400	17.269	14.999	17.269
Subsídio de residência	73.858	86.203	47.719	44.334	47.719
Outras despesas	58.621	69.020	136.024	35.815	35.909
Abonos em espécie	8.949	12.048	11.881	2.663	1.906
Classes inactivas	277.989	2.503	9.355	0	1.949
Pensões de aposentação e reforma	194.469	0	0	0	0
Pensões de sobrevivência	34.584	1.939	0	0	0
Outras despesas	48.936	564	9.355	0	1.949
Previdência social	32.854	38.271	39.193	19.517	20.540
Compensação de encargos	12.634	12.875	13.086	4.873	4.798
Deslocações	9.354	9.964	9.131	3.887	4.266
Outras despesas	3.280	2.911	3.955	986	531
2- DESPESAS COM BENS E SERVIÇOS	467.308	468.367	525.876	178.406	199.216
Bens duradouros	30.010	28.622	33.896	9.608	7.899
Bens não duradouros	52.700	58.841	65.222	22.332	20.567
Aquisição de serviços	384.598	380.905	426.757	146.466	170.750
3- JUROS	10.122	17.559	96.357	51.586	39.774
4- TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.017.081	3.243.386	3.237.782	1.527.062	1.729.177
Sector público	3.634.960	2.778.343	2.747.038	1.344.105	1.502.087
Instituições particulares	240.924	174.567	273.263	87.055	108.153
Particulares	41.139	193.149	157.709	75.026	94.438
Exterior	100.058	97.327	59.773	20.877	24.500
5- OUTRAS DESPESAS CORRENTES	34.689	49.455	79.295	20.796	39.401
Restituições	14.003	31.667	44.200	13.292	16.897
Outras despesas	20.686	17.789	35.095	7.504	22.505
TOTAL DE DESPESAS CORRENTES	6.826.828	6.102.804	6.518.219	2.996.937	3.345.412

NOTA: * Valores provisórios.

FONTE: Departamento de Estudos e Planeamento Financeiro da Direcção dos Serviços de Finanças.

Quadro V — 11

Principais componentes das despesas de capital

(Milhares de patacas)

DESIGNAÇÃO	1994	1995	1996	1º S/96	1º S/97 *
1- OUTROS INVESTIMENTOS	1.018.728	1.244.052	1.342.672	165.555	171.157
Terrenos	0	2.394	0	0	0
Habitações	14.559	13.717	14.514	0	341
Edifícios	152.969	333.664	523.561	28.074	30.199
Estradas e pontes	123.902	155.670	86.063	15.960	1.105
Portos	2.385	1.449	2.036	0	0
Construções diversas	422.706	426.254	372.898	47.523	49.132
Melhoramentos fundiários	0	0	3.006	0	326
Material de transporte	6.128	158.803	156.109	11.679	36.911
Maquinaria e equipamento	175.237	145.136	168.702	61.284	51.026
Outros investimentos	120.842	6.964	15.783	1.034	2.117
2- TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	19.200	321.310	171.889	133.293	12.390
Instituições particulares	19.200	321.310	171.889	133.293	12.390
3- OPERAÇÕES FINANCEIRAS	662.085	2.362.664	506.556	259.195	205.547
Empréstimos a médio e longo prazos	76.865	130.818	491.556	244.195	205.547
Títulos de participação	585.220	2.231.846	15.000	15.000	0
4- OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	0	0	0	0	0
TOTAL DE DESPESAS DE CAPITAL	1.700.013	3.928.025	2.021.117	558.042	389.094

NOTA: * Valores provisórios.

FONTE: Departamento de Estudos e Planeamento Financeiro da Direcção dos Serviços de Finanças.

Quadro V — 12

Despesas públicas por códigos orgânicos

(Milhares de patacas)

CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA	1994	1995	1996	1º S/96	1º S/97 *
1- POR ÁREAS ADMINISTRATIVAS	2.648.814	4.547.707	5.070.597	2.295.661	2.573.404
01 - Encargos Gerais	214.112	1.782.435	1.998.530	906.199	1.030.946
03 - Serv. de Administração e Função Pública	57.627	114.061	116.268	46.190	41.777
04 - Serviços dos Assuntos Chineses	41.663	0	0	0	0
05 - Serviços de Educação e Juventude	536.603	666.735	745.447	329.295	383.934
07 - Serv.de Estatística e Censos	67.731	73.903	78.171	35.985	37.916
09 - Serviços de Finanças	86.161	95.339	100.856	46.463	47.984
18 - Serviços de Identificação de Macau	24.135	25.346	30.649	13.062	13.728
19 - Serviços de Economia	66.835	71.834	77.421	35.932	37.715
22 - Serv. Meteorológicos e Geofísicos	17.982	21.815	25.578	11.076	12.289
23 - Serviços de Turismo	49.773	54.890	56.858	26.569	27.596
24 - Gabinete de Comunicação Social	28.939	31.118	34.059	15.782	17.312
26 - Dir. de Inspeção e Coordenação de Jogos	33.180	36.378	42.984	20.460	21.558
27 - Serviços de Marinha	80.959	87.044	93.024	44.129	44.691
28 - Serv. das Forças Segurança de Macau	796.293	907.168	1.016.359	469.437	527.779
29 - Serviços de Trabalho e Emprego	42.440	47.424	55.173	22.303	25.089
31 - Serviços Cartografia e Cadastro	26.716	30.111	32.652	15.157	16.084
32 - Directoria da Polícia Judiciária	61.769	70.761	81.964	35.520	41.196
33 - Centro Atend. e Informação ao Público	4.273	0	0	0	0
34 - Direcção dos Serviços de Justiça	178.402	200.708	222.349	101.750	115.855
35 - Serv.de Solos,Obras Públicas e Transportes	91.218	98.867	107.725	48.719	50.594
36 - Gabinete para a Tradução Jurídica	20.848	25.750	30.373	13.677	15.847
37 - Instituto dos Desportos de Macau	38.794	28.997	31.303	14.794	16.703
38 - Instituto Cultural de Macau	82.361	67.430	81.731	38.254	41.485
39 - Gab. p/Prev. e Tratam. da Toxicodependência	0	9.595	11.124	4.909	5.328
2- GERAIS A TODA A ADMINISTRAÇÃO	5.878.027	5.483.122	3.468.740	1.259.318	1.161.103
10 - Encargos da Dívida Pública	86.986	148.377	587.913	295.782	245.321
11 - Pensões e Reformas	277.989	2.496	9.323	0	2.015
12 - Despesas Comuns	4.502.709	4.095.161	1.544.615	799.016	744.727
40 - Investimentos do Plano	1.010.343	1.237.087	1.326.889	164.520	169.041
3-SUBTOTAL (1 + 2)	8.526.841	10.030.829	8.539.337	3.554.979	3.734.507
4-CONTAS DE ORDEM	2.724.498	5.437.553	267.203	88.778	88.777
5-DESPESAS PÚBLICAS TOTAIS (3 + 4)	11.251.339	15.468.382	8.806.540	3.643.757	3.823.284

NOTA: * Valores provisórios.

(a) Valores das despesas consignadas às diversas entidades autónomas.

FONTE: Departamento de Estudos e Planeamento Financeiro da Direcção dos Serviços de Finanças.

Quadro V — 13

Despesas públicas por funções

(Milhares de patacas)

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL	1994	1995	1996	1º S/96	1º S/97 *
1 - SERV.GERAIS DE ADMINISTR. PÚBLICA	1.516.061	1.645.561	1.786.258	713.824	746.844
1-01 Administração geral	1.286.062	1.395.912	1.490.828	596.159	610.116
1-02 Justiça, ordem, segurança	229.999	249.649	295.430	117.665	136.728
2 - SEGURANÇA PÚBLICA	899.038	1.001.076	1.108.892	475.398	528.152
2-01 Comando	806.387	915.055	1.034.973	469.437	527.734
2-02 Polícia	65.245	29.180	41.260	2.577	0
2-03 Bombeiros	25.759	56.809	31.440	3.384	418
2-04 Protecção civil	1.647	32	1.219	0	0
3 - EDUCAÇÃO	542.894	707.562	822.426	329.704	415.490
3-01 Administração, regulamentação, investigação	297.085	334.429	372.933	178.607	190.684
3-02 Ensino	243.803	363.115	415.928	149.435	193.730
3-03 Formação profissional	2.006	10.018	33.565	1.662	31.076
4 - SAÚDE	677.542	836.306	969.209	459.194	566.817
4-01 Administração, regulamentação, investigação	658.630	810.000	924.600	450.000	554.167
4-02 Medicina	17.648	15.009	25.454	4.052	2.212
4-03 Higiene e saúde pública	1.264	11.297	19.155	5.142	10.438
5 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	514.766	252.440	305.638	141.730	149.960
5-01 Administração e regulamentação	4.000	5.500	6.500	3.250	4.083
5-02 Acção Social	232.777	244.444	289.815	138.480	143.862
5-03 Pensões e reformas	277.989	2.496	9.323	0	2.015
6 - HABITAÇÃO	49.151	55.484	59.670	22.781	23.379
6-01 Administração e regulamentação	19.306	29.441	30.768	14.031	14.328
6-02 Habitação social	29.845	26.043	28.902	8.750	9.051
7 - OUTROS SERV. COLECTIVOS E SOCIAIS	376.354	600.927	750.703	212.016	220.533
7-01 Cultura	117.224	215.629	365.146	82.409	91.616
7-02 Desporto e Recreio	110.663	188.179	177.532	46.395	45.096
7-03 Cultos	10.508	10.210	10.781	4.078	4.900
7-04 Meteorológico e Geofísica	22.027	59.789	48.969	16.011	12.322
7-05 Cartografia	29.409	31.401	33.565	15.161	16.082
7-06 Comunicação Social	43.138	47.860	56.157	24.169	25.430
7-07 Assuntos de Trabalho	43.385	47.879	58.553	23.793	25.087
8 - SERVIÇOS ECONÓMICOS	968.455	1.332.159	1.059.105	405.863	271.217
8-01 Administração, regulamentação e investigação	234.063	290.478	306.879	135.737	138.782
8-03 Indústria	881	375	214	0	170
8-04 Infraestruturas	264.041	101.935	108.797	6.588	7.598
8-05 Transportes	179.204	568.660	333.640	156.655	40.059
8-06 Comunicações	30	47	61	27	16
8-08 Turismo	87.068	103.372	73.412	26.569	29.443
8-09 Ordenamento físico/Ambiente	203.168	267.292	236.102	80.287	55.149
9 - OUTRAS FUNÇÕES	2.982.580	3.850.569	1.944.639	883.247	900.892
9-01 Operações da dívida pública	86.986	148.377	587.913	295.782	245.321
9-02 Transferências sector público	571.824	437.355	554.326	236.674	230.621
9-03 Diversas não especificadas	2.323.770	3.264.837	802.400	350.791	424.950
DESPESAS PÚBLICAS TOTAIS (a)	8.526.841	10.282.084	8.806.540	3.643.757	3.823.284

NOTA: * Valores provisórios.

(a) Incluem-se nos totais de 1995, 1996 e 1997, os valores das despesas consignadas das «contas de ordem».

FONTE: Departamento de Estudos e Planeamento Financeiro da Direcção dos Serviços de Finanças.

Quadro V — 14

Execução orçamental das receitas públicas

Janeiro a Junho de 1997

(Milhares de patacas)

DESIGNAÇÃO DAS DESPESAS	OGT/97	OGT/97 Corrigido	* DESP. REALIZADA	** % DE EXECUÇÃO
Pessoal	2.833.645	2.837.024	1.337.844	47,2%
Bens e serviços	572.078	573.415	199.216	34,7%
Juros	80.110	80.110	39.774	49,6%
Transferências correntes	3.368.470	3.381.320	1.729.177	51,1%
Outras despesas correntes	504.565	491.905	39.401	8,0%
Outros investimentos	10.142	10.456	2.117	20,2%
Transferências de capital	108.170	102.370	12.390	12,1%
Operações financeiras	685.953	685.953	205.547	30,0%
Outras despesas de capital (a)	1.500.000	1.500.580	169.041	11,3%
Contas de Ordem ***	249.821	249.821	88.777	35,5%
DESPESAS TOTAIS	9.912.954	9.912.954	3.823.284	38,6%

NOTAS: * Valores provisórios.

** A percentagem de execução orçamental foi calculada com base nos valores do OGT/97 corrigido.

*** Despesas consignadas das «contas de ordem».

(a) Valores das dotações concorrenciais/provisionais do Plano de Investimento.

FONTE: Departamento de Estudos e Planeamento Financeiro da Direcção dos Serviços de Finanças.

Quadro V — 15

Comparação da evolução das contas públicas

(Milhares de patacas)

DESIGNAÇÃO	EXECUÇÃO 1996	OGT 1997	PREVISÃO 1997	OGT 1998
1 Receitas correntes	8.446.794	9.442.530	10.102.000	10.039.122
2 Despesas correntes	6.518.219	7.358.869	8.177.000	8.347.776
3 Saldo corrente(1-2)	1.928.575	2.083.661	1.925.000	1.691.346
4 Investimentos do PIDDA	1.326.889	1.500.000	1.400.000	1.900.000
5 Saldo após investimentos(3-4)	601.686	583.661	525.000	(208.654)
6 Outras origens de recursos:	389.713	470.425	489.000	342.921
6.1 Activos financeiros	0	4.400	14.000	4.400
6.2 Recurso à dívida pública	0	0	0	0
6.3 Venda de bens de investimento	61.789	58.000	58.000	70.000
6.4 Transferências	41.528	146.204	146.000	248.521
6.5 Repos. não abat. nos pagamentos	19.193	12.000	21.000	20.000
6.6 Contas de Ordem *	267.203	249.821	250.000	0
7 = 5 + 6	991.399	1.054.086	1.014.000	134.267
8 Outras aplicações de recursos:	961.432	1.054.086	885.000	534.267
8.1 Outros investimentos	15.783	10.142	15.000	9.097
8.2 Amortização da dívida pública	491.557	413.953	412.000	412.000
8.3 Imobilizações financeiras	15.000	272.000	88.000	80.000
8.4 Outras transferências	171.889	108.170	120.000	33.170
8.5 Contas de Ordem *	267.203	249.821	250.000	
9 = 7 - 8	29.967	0	129.000	(400.000)
10 Saldos de anos económicos anteriores		0	400.000	400.000
11 Saldo do Exercício (9 + 10)	29.967	0	529.000	0

NOTA: * A partir de 1995, as receitas consignadas às diversas entidades autónomas passaram a ser incluídas nas «contas de ordem».

FONTE: Departamento de Estudos e Planeamento Financeiro da Direcção dos Serviços de Finanças.

Quadro V — 16

Comparação da evolução das receitas públicas

(Milhares de patacas)

DESIGNAÇÃO DAS RECEITAS	EXECUÇÃO 1996	OGT 1997	PREVISÃO 1997	OGT 1998
Concessão de exclusivos *	5.243.674	5.690.093	6.980.000	6.269.956
Impostos directos	1.374.369	1.338.800	1.370.000	1.435.500
Impostos indirectos	606.673	680.920	500.000	549.620
Taxas, multas e outras penalidades	328.808	332.735	332.000	326.130
Rendimentos de propriedade e outros activos	850.929	1.494.920	994.000	1.634.920
Transferências correntes	5.550	5.550	6.000	5.550
Venda de bens duradouros	2.508	1.000	1.000	1.000
Venda de serv. e bens não duradouros	45.744	54.757	50.000	49.687
Outras receitas correntes	54.470	15.280	15.000	15.280
Venda de bens de investimento	61.789	58.000	58.000	70.000
Transferências de capital	0	0	0	0
Activos financeiros	0	4.400	14.000	4.400
Passivos financeiros	0	0	0	0
Outras receitas de capital	0	0	400.000	400.000
Reposições não abatidas nos pagamentos	19.193	12.000	21.000	20.000
Contas de Ordem **	242.801	224.499	250.000	
RECEITAS TOTAIS	8.836.508	9.912.954	10.991.000	10.782.043

NOTAS: * Estão incluídas as receitas consignadas às diversas entidades autónomas provenientes de exclusivos.

** Receitas consignadas às diversas entidades autónomas não provenientes de exclusivos.

FONTE: Departamento de Estudos e Planeamento Financeiro da Direcção dos Serviços de Finanças.

Quadro V — 17

Comparação da evolução das despesas públicas

(Milhares de patacas)

DESIGNAÇÃO DAS DESPESAS	EXECUÇÃO 1996	OGT 97	PREVISÃO 97	OGT 98
Pessoal	2.578.909	2.833.645	2.980.000	3.173.250
Bens e serviços ¹⁾	525.876	572.078	600.000	655.351
Juros	96.357	80.110	75.000	60.000
Transferências correntes	3.323.783	3.368.470	4.018.000	3.833.716
Outras despesas correntes ²⁾	79.295	504.565	504.000	625.459
Outros investimentos	15.783	10.142	15.000	9.097
Transferências de capital	171.889	108.170	120.000	33.170
Operações financeiras	506.556	685.953	500.000	492.000
Outras despesas de capital ³⁾	1.326.889	1.500.000	1.400.000	1.900.000
Contas de Ordem ⁴⁾	267.203	249.821	250.000	
DESPESAS TOTAIS	8.892.540	9.912.954	10.462.000	10.782.043

NOTAS: ¹⁾ No OGT/98 incluem-se nesta rubrica 91,917 milhões de patacas, à data ainda não classificadas, embora pertençam maioritariamente a este âmbito.

²⁾ Os OGT/97 e OGT/98 incluem as dotações provisionais.

³⁾ Os OGT/97 e OGT/98 representam os agregados das dotações concorrenciais e provisionais do Plano de Investimentos.

⁴⁾ Valores das despesas consignadas às diversas entidades autónomas, os quais passaram a ser incluídas nas «contas de ordem», a partir de 1995.

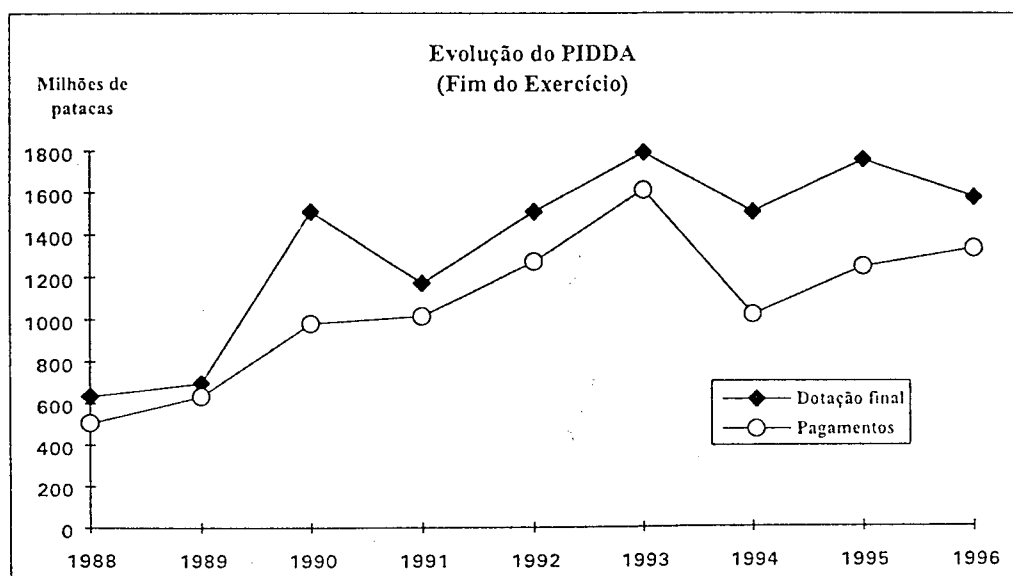
FONTE: Departamento de Estudos e Planeamento Financeiro da Direcção dos Serviços de Finanças.

VI — PLANO DE INVESTIMENTOS E DE DESPESAS DE DESENVOLVIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO

VI.1. Evolução dos Investimentos Públicos

Conforme se pode constatar no quadro I, o Plano de Investimentos e de Despesas de Desenvolvimento da Administração para

1996, foi inicialmente dotado com 1 600,00 milhões de patacas, representando um decréscimo de 8,6% relativamente ao ano anterior, enquanto que o valor das despesas públicas orçamentadas crescia 4,9%. Verificou-se assim uma diminuição do peso relativo do PIDDA no total do orçamento de 15,4% em 1995, para 13,4 em 1996.



Quadro I

Evolução das despesas orçamentadas no início do exercício

(Milhões de patacas)

Despesas orçamentadas (Início do ano)		1992	1993	1994	1995	1996
Total do OGT	Valor	6.785,3	9.358,0	11.047,6	11.391,8	11.945,8
	Δ %	17,4	37,9	18,1	3,1	4,9
PIDDA	Valor	1.500,0	1.620,0	11.047,6	1.820,0	1.600,0
	Δ %	4,5	8,0	18,1	12,3	(8,6)
Peso relativo do PIDDA no OGT		22,1%	17,3%	16,4%	15,4%	13,4%

Ao analisarmos o Plano pela óptica da execução, verifica-se que o abrandamento do investimento é apenas aparente, uma vez que os pagamentos atingiram no final do exercício 1 327,0 milhões de patacas, valor superior ao do ano anterior em cerca de 99 milhões de patacas.

A taxa de realização do PIDDA alcançou, no final do exercício de 1996, 84,5%, o que representa uma melhoria substancial relativamente ao exercício de 1995, quando esta se quedava pelos 70,7%.

Quadro II

Evolução das despesas orçamentadas e realizadas no final do exercício

(Milhões de patacas)

PIDDA	1992	1993	1994	1995	1996
Dotação final	1.501,7	1786,3	1.500,0	1.755,5	1.570,7
Δ %	28,9	19,0	(16,0)	16,7	(10,5)
Pagamentos	1.262,4	1606,8	1.010,9	1.238,0	1.327,0
Δ %	25,2	27,3	(37,1)	22,5	7,2
Taxa de realização	84,1	90,0	67,4	70,7	84,5

O quadro III, por sua vez, reflecte a estrutura dos investimentos quanto à natureza e revela que o subconjunto «Obras» concentrou, em 1996, 67,8% da dotação global. Esta natureza integrava, nesse ano, 185 acções de investimento de que se destacavam o «Centro Cultural de Macau» (com 153,1 milhões de patacas), a «ETAR da Taipa» (que absorveu 74,8 milhões de patacas), e o «Complexo Desportivo da Taipa» (73,4 milhões de patacas). De referir que qualquer destes projectos atingiu um nível de execução superior a 90%, merecendo realce o desempenho do Centro Cultural de Macau ao atingir 97,7% de execução.

A natureza «Equipamento», registou um ligeiro aumento da dotação atribuída e do seu peso relativo no total dos investimen-

tos relativamente ao ano de 1995. Em 1996, contribuiu com 13,0% do total dos investimentos, contra 11,3% no ano anterior.

Nesta rubrica, merecem destaque, pelo seu peso relativo, o «Apetreçamento do Complexo Hospitalar» e a «Semaforização e controlo de tráfego», que absorveram respectivamente 16,6 e 12,0 milhões de patacas.

Por outro lado, o agrupamento das «Aquisições» tem pouco significado no total dos investimentos, contando, em 1996, com apenas 3,5% do PIDDA.

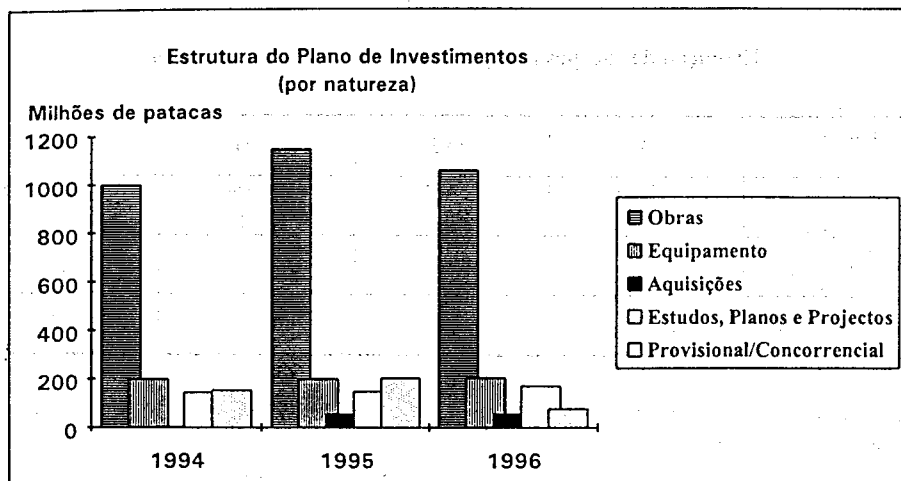
Sob esta epígrafe foram dispendidos, em 1996, 48,2 milhões de patacas, de que se destaca a aquisição do edifício do «World Trade Center».

Quadro III

Investimentos públicos segundo a natureza das despesas

(Milhões de patacas)

NATUREZA	1994		1995		1996	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Obras	1.000,3	66,7	1.150,1	65,5	1.064,4	67,8
Δ %	(28,0)		15,0		(7,5)	
Equipamento	198,9	13,2	199,2	11,3	204,6	13,0
Δ %	(3,6)		0,2		2,7	
Aquisições	2,5	0,2	54,4	3,1	54,2	3,5
Δ %	31,6		2176,0		(0,4)	
Estudos, Planos e Projectos	144,3	9,6	148,4	8,5	170,9	10,9
Δ %	(4,4)		2,8		15,2	
Provisional/Concorrencial	154,0	10,3	203,4	11,6	76,6	4,8
TOTAL	1.500,0	100,0	1.755,5	100,0	1.570,7	100,0



Finalmente, a natureza «Estudos, planos e projectos» atinge um peso relativo superior em cerca de 2,4 pontos percentuais, comparativamente com o ano anterior contando, em 1996, com 10,9% das verbas atribuídas ao Plano, a traduzir 170,9 milhões de patacas, isto é, mais 22,5 milhões de patacas do que no ano anterior. Nesta rubrica destacam-se os investimentos efectuados no plano de «Remoção, recolha e limpeza de resíduos sólidos» e da «Exploração da Central de Incineração».

Deslocando a análise para uma perspectiva de «áreas de intervenção», verifica-se que foi a área das «Infra-estruturas» a que

reflectiu, de forma mais acentuada, o decréscimo do montante da dotação do Plano ocorrido durante o ano, ao passar de 761,5 milhões de patacas em 1995 para 591,3 milhões de patacas no ano de 1996, correspondentes a apenas 37,6% do total dos investimentos contra os 43,4% registados no ano anterior (quadro IV).

A área «Social» surge como a grande aposta no ano de 1996, quando passa a deter 39,6% dos investimentos.

Esta rubrica era então constituída por 134 acções, merecendo realce o «Centro Cultural de Macau» e o «Complexo Desportivo da Taipa».

Quadro IV

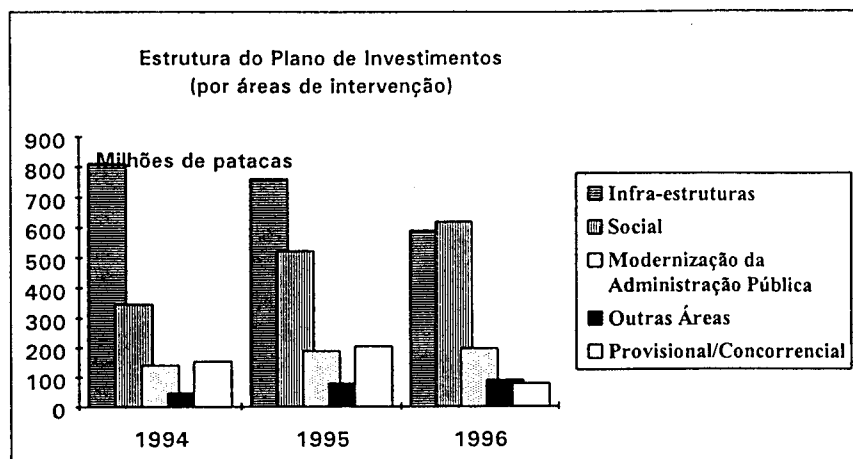
Investimentos públicos, segundo as áreas de intervenção

(Milhões de patacas)

ÁREAS DE INTERVENÇÃO	1994		1995		1996	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Infra-estruturas	811,1	54,1	761,5	43,4	591,3	37,6
Δ %	(31,6)		6,1		(22,4)	
Social	347,2	23,1	524,9	29,9	619,1	39,4
Δ %	3,1		51,2		17,9	
Modernização da Administração Pública	141,0	9,4	188,0	10,7	195,4	12,4
Δ %	(17,3)		33,3		3,9	
Outras Áreas	46,7	3,1	77,7	4,4	88,3	5,6
Δ %	(15,0)		66,4		13,6	
Provisional/Concorrencial	154,0	10,3	203,4	11,6	76,6	4,8
TOTAL	1500,0	100,0	1755,5	100,0	1.570,7	100,0

Por ordem de importância, vem a seguir a área «Modernização da Administração Pública», com 12,4% do total da dotação corri-

gida de 1996. Nesta rubrica destaca-se, pela sua importância, a «Aquisição de Instalações para Serviços Públicos de Macau».



Por fim, a rubrica «Outras áreas», embora mantendo um peso relativo muito reduzido no total dos investimentos, registou um incremento de 13,6%, em valor, relativamente ao ano anterior. Sob esta designação, são congregados os projectos ligados ao turismo, dos quais se destaca o «Museu de Macau».

VI.2. Execução Financeira do PIDDA – 1997

O Plano de Investimentos e de Despesas de Desenvolvimento da Administração para 1997 foi dotado inicialmente com 1 500,0 milhões de patacas, representando 12,1% do total das despesas previstas no Orçamento Geral do Território para o corrente ano. Comparativamente com a situação inicial do exercício de 1996, verifica-se um decréscimo nominal de 6,2%.

Do total das verbas orçamentadas no âmbito do PIDDA – 1997, 152,3 milhões de patacas destinaram-se à constituição de uma

dotação provisional, 29,0 milhões visavam cobrir concorrencialmente um conjunto de projectos da responsabilidade da Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes, e os restantes 1 318,7 milhões foram afectos às 237 acções de investimento previstas inicialmente.

Repartindo a dotação inicial por áreas de responsabilidade, constata-se que as entidades tuteladas pelo Secretário-Adjunto para os Transportes e Obras Públicas absorveram cerca de 62,5% do total, donde merece realce a fatia atribuída à Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes, 615,0 milhões de patacas e ao próprio Gabinete, 282,2 milhões de patacas.

Do conjunto de empreendimentos inscritos no corrente ano merecem realce, pelo montante de verbas envolvidas, os seguintes:

Designação	Proponente	Dot. Inicial	Dot. Actual
AQUISIÇÃO DE INSTALAÇÕES	D.S.F.	0,0	55.426.150,0
CENTRO DE FORMAÇÃO PARA APRENDIZES	D.S.T.E.	2.770.000,0	41.500.000,0
APETRECHAMENTO COMPLEXO HOSPITALAR	S.S.M.	20.000.000,0	47.459.240,4
CENTRO CULTURAL DE MACAU (*)	D.S.S.O.P.T.	292.406.672,0	295.680.969,3
MUSEU DE MACAU	S.A.C.T.C.	30.799.999,6	52.047.247,0
ETAR DE COLOANE	S.A.T.O.P.	52.075.000,0	43.197.162,0
SILO AUTOM./SUB-EST.CEM JUNTO ETAR MACAU	D.S.S.O.P.T.	69.633.517,3	70.480.210,1
CENTRAL INCINERAÇÃO	S.A.T.O.P.	45.815.407,5	49.293.245,5
REMOÇÃO RECOLHA LIMPEZA RESÍDUOS SÓLIDOS	S.A.T.O.P.	95.000.000,0	95.000.000,0

(*) Actualmente esta acção é da responsabilidade do Gabinete do Centro Cultural de Macau, integrado no orçamento do PIDDA do Gabinete do Secretário-Adjunto para os Transportes e Obras Públicas.

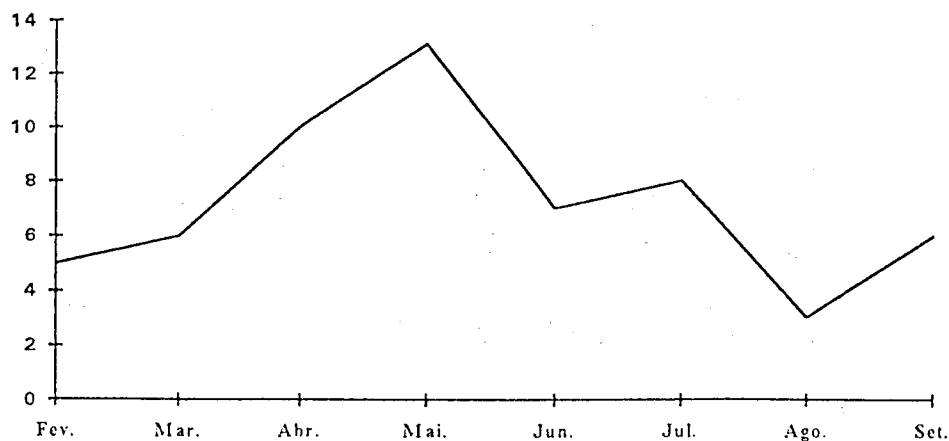
De realçar os reforços que beneficiaram o «Centro de Formação de Aprendizizes» e o «Apetrechamento do Complexo Hospitalar», situação sobretudo devida à reformulação do projecto de apetrechamento que levou à inclusão de novos equipamentos.

Durante os três primeiros trimestres do ano foram inscritas 58

novas acções, representando um acréscimo de 24,5% em relação à situação inicial.

As verbas cativas totalizaram, no mesmo período, 1 290,0 milhões de patacas (69,8% da dotação total do Plano) das quais 501,9 milhões (cerca de 38,9%) se concretizaram em termos de liquidação.

N.º de acções não previstas inicialmente



Como já foi referido, as liquidações atingiram, em 30 de Setembro, 501,9 milhões de patacas, o que se traduz numa taxa de execução efectiva de 27,1% (quadro V).

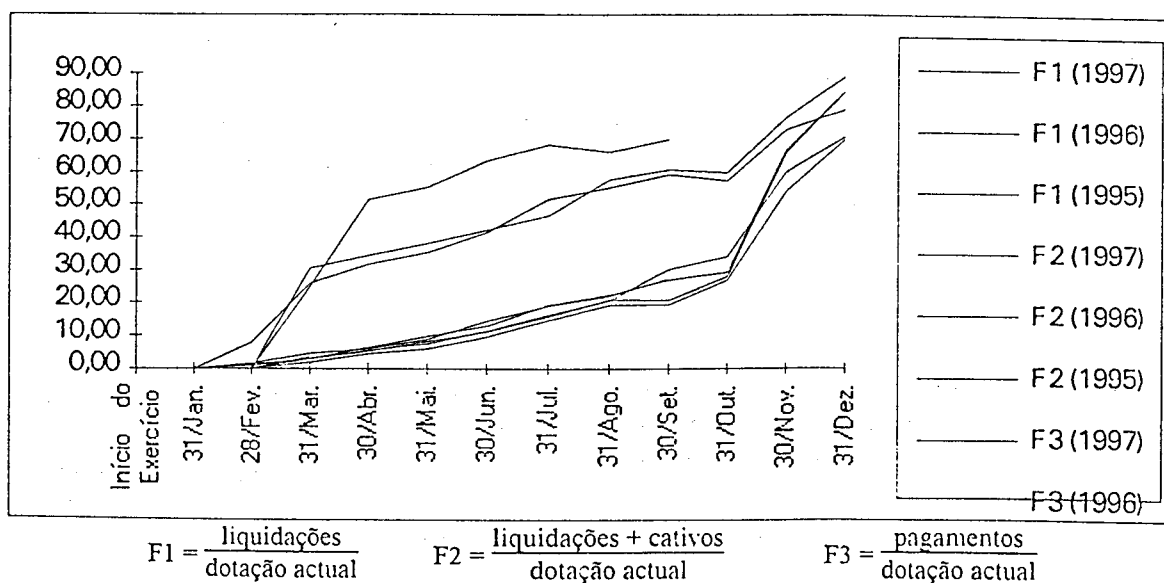
Quadro V

Execução financeira dos investimentos públicos

(Milhões de patacas)

Designação	30 de Setembro de 1996		30 de Setembro de 1997	
	Valor	%	Valor	%
Liquidações	426,9	26,7	501,9	27,1
Verbas Cativas	542,1	33,9	788,1	42,6
SalDOS	629,6	39,4	559,1	30,3
Dotação Actual	1.593,7	100,0	1.849,1	100,0

Evolução da execução do PIDDA, 1995-97



Comparativamente com o período homólogo do ano anterior, verifica-se um aumento do desempenho da execução efectiva do Plano no corrente ano, demonstrado pelos indicadores de execução que apresentam valores superiores para o corrente ano, embora o valor da dotação actual do PIDDA/97, que serve de base ao cálculo dos referidos indicadores, seja bastante superior à do ano transacto. Se tomarmos em conta a taxa de execução conseguida no final do ano anterior, conjugada com a expectativa de execução dos projectos de maior porte, em curso no corrente ano, poderemos projectar um valor na ordem dos 70% para a execução final efectiva do PIDDA/97 a que corresponderão cerca de 1 300 milhões de patacas.

Na estrutura, por natureza, destaca-se a rubrica «Obras» que, após ter beneficiado de um reforço de 141,0 milhões de patacas durante os três primeiros trimestres do exercício, passou a absorver, actualmente, 60,3% da dotação do Plano correspondentes a 1 114,4 milhões de patacas. Esta rubrica regista uma taxa de execução efectiva na ordem dos 25,0% (quadros VI e VII).

Quadro VI

Estrutura do plano por natureza

(Milhões de patacas)

Natureza	Dotação Inicial	Dotação Actual	Cativo	Liquidado
Obras	973,4	1.114,4	681,1	278,3
Aquisições	8,4	67,2	0,0	48,5
Equipamentos	166,9	210,9	75,4	66,6
Est., Plan. e Projectos	170,0	176,6	31,6	108,5
Sub-total	1.318,7	1.569,1	788,1	501,9
Dot. Provisional	152,3	157,5	0,0	0,0
Dot. Concorrencial	29,0	122,5	0,0	0,0
Total	1.500,0	1.849,1	788,1	501,9

Por ordem de importância segue-se-lhe a rubrica dos «Equipamentos» que, por sua vez, apresenta uma taxa de execução de 31,6%, valor que deixa antever uma boa taxa de execução final, face às características dos projectos que nela se inserem.

Quadro VII

Indicadores de execução por natureza

Natureza	Estrutura	F1	F2
Obras	60,27	0,250	0,861
Aquisições	3,63	0,722	0,722
Equipamentos	11,40	0,316	0,674
Est., Planos e Projectos	9,55	0,614	0,793
Sub-tótal	84,85	0,320	0,822
Dot. Provisional	8,52	0,000	0,000
Dot. Concorrencial	6,63	0,000	0,000
Total	100,00	0,271	0,698

A rubrica «Estudos, planos e projectos», que apresenta uma taxa de execução bastante acima da média do Plano (61,4%), viu a sua dotação aumentada em cerca de 6,5 milhões de patacas, desde o início do ano. Por fim, a rubrica «Aquisições», com um peso relativo no total dos investimentos de apenas 3,6%, regista a taxa de realização efectiva mais elevada (72,2%).

Quadro VIII

Estrutura do plano por áreas de intervenção

(Milhões de patacas)

Áreas de Intervenção	Dotação Inicial	Dotação Actual	Cativo	Liquidado
Social	605,	704,	462,	157,
Infraestruturas	525,	533,	246,	223,
Mod. Adm. Pública	95,	199,	38,	89,
Outras Áreas	93,	132,	40,	32,
Sub-total	1.318,	1.569,	788,	501,
Dot. Provisional	152,	157,	0,	0,
Dot. Concorrencial	29,	122,	0,	0,
Total	1.500,	1.849,	788,	501,

Por áreas de intervenção, merece realce a rubrica «Social» que concentra 38,1% das disponibilidades de investimento, correspondentes a 704,3 milhões de patacas, mais 99,1 milhões do que inicialmente. Esta rubrica regista uma taxa de realização efectiva de 22,3%, cerca de 9,7 pontos percentuais abaixo da média das quatro rubricas. Segue-se-lhe a área «Infra-estruturas» que detém 28,8% do total das verbas atribuídas ao Plano, ou seja, 533,1 milhões de patacas e que apresenta uma taxa de realização efectiva de 41,8%, cerca de 9,8 pontos percentuais acima da média das quatro rubricas (quadros VIII e IX).

A rubrica «Modernização da Administração Pública» conta com 10,8% do PIDDA, a que correspondem, em valor absoluto, 199,5 milhões de patacas, dos quais 104,4 milhões reforçados já no decurso do exercício. A realização financeira desta rubrica, nos três primeiros trimestres do ano, encontra-se 12 pontos percentuais acima da média do Plano.

Quadro IX

Indicadores de execução por áreas de intervenção

Áreas de Intervenção	Estrutura	F1	F2
Social	38,09	0,223	0,880
Infraestruturas	28,83	0,418	0,880
Mod. Adm. Pública	10,79	0,446	0,640
Outras Áreas	7,14	0,248	0,558
Sub-total	84,85	0,320	0,822
Dot. Provisional	8,52	0,000	0,000
Dot. Concorrencial	6,63	0,000	0,000
Total	100,00	0,271	0,698

Finalmente, com uma importância relativa mais reduzida no total do Plano, surge a rubrica «Outras áreas» que, com 132,1 milhões de patacas, apresenta uma taxa de execução de 24,8% no final do período em referência.

Cerca de 30,4% das disponibilidades de investimento estão atribuídas à função «Serviços económicos», que inclui os projectos de infra-estruturas ligados aos transportes, saneamento básico e aterros. Esta rubrica detinha, no final de Setembro, uma dotação de 562,1 milhões de patacas e registou uma taxa de realização efectiva de 40,3%, portanto, bastante acima da média do Plano (quadros X e XI).

Quadro X

Estrutura do plano por funções

(Milhões de patacas)

Funções	Dotação Inicial	Dotação Actual	Cativo	Liquidado
Serviços Gerais	85,	192,	38,	81,
Segurança Pública	70,	66,	30,	16,
Educação	64,	121,	62,	54,
Saúde	63,	103,	56,	32,
Previdência Social	27,	27,	3,	6,
Habitação	13,	13,	8,	2,
Outros Serviços	446,	482,	333,	80,
Serviços Económicos	548,	562,	253,	226,
Sub-total	1.318,	1.569,	788,	501,
Dot. Provisional	152,	157,	0,	0,
Dot. Concorrencial	29,	122,	0,	0,
Total	1.500,	1.849,	788,	501,

Quadro XII

Estrutura do plano por escalões de dotação

(Milhões de patacas)

Escalões de Dotação	Dotação Inicial	Dotação Actual	Cativo	Liquidado
E<1 Milhão	377,0	47,9	10,5	12,7
1 Milhão<E<5 Milhões	207,6	204,4	61,4	53,4
5 Milhões<E<10 Milhões	141,1	142,3	57,6	35,5
10 Milhões<E<20 Milhões	104,9	166,6	86,8	39,1
20 Milhões<E	488,1	1.007,9	571,8	361,2
Sub-total	1.318,7	1.569,1	788,1	501,9
Dot. Provisional	152,3	157,5	0,0	0,0
Dot. Concorrencial	29,0	122,5	0,0	0,0
Total	1.500,0	1.849,1	788,1	501,9

Quadro XI

Indicadores de execução por funções

Funções	Estrutura	F1	F2
Serviços Gerais	10,40	0,424	0,625
Segurança Pública	3,59	0,255	0,721
Educação	6,57	0,452	0,964
Saúde	5,58	0,317	0,866
Previdência Social	1,50	0,218	0,349
Habitação	0,71	0,186	0,862
Outros Serviços	26,10	0,167	0,858
Serviços Económicos	30,40	0,404	0,855
Sub-total	84,85	0,320	0,822
Dot. Provisional	8,52	0,000	0,000
Dot. Concorrencial	6,63	0,000	0,000
Total	100,00	0,271	0,698

Quadro XIII

Indicadores de execução por escalões de dotação

Escalões de Dotação	Estrutura	F1	F2
E<1 Milhão	2,59	0,266	0,483
1 Milhão<E<5 Milhões	11,06	0,261	0,562
5 Milhões<E<10 Milhões	7,70	0,250	0,655
10 Milhões<E<20 Milhões	9,00	0,235	0,757
20 Milhões<E	54,50	0,358	0,926
Sub-total	84,85	0,320	0,822
Dot. Provisional	8,52	0,000	0,000
Dot. Concorrencial	6,63	0,000	0,000
Total	100,00	0,271	0,698

Com o segundo maior peso na estrutura do Plano figura a rubrica «Outros serviços colectivos e sociais» que conta, actualmente, com 482,6 milhões de patacas. Na óptica da execução financeira, esta rubrica regista uma taxa de realização efectiva de 16,7%, enquanto os compromissos assumidos atingem os 414,0 milhões de patacas, correspondentes a 85,8% do total. Os «Serviços gerais» absorvem 192,3 milhões de patacas, o equivalente a 10,4% do total das verbas do PIDDA, sendo que 42,4% desse valor foi já realizado. As rubricas «Segurança pública», «Saúde», «Habitação», «Previdência social» e «Educação» representam, respectivamente, 3,6%, 5,6%, 0,7 %, 1,5% e 6,6% do total dos investimentos.

Nos escalões de dotação, destaque para as acções acima dos 20 milhões de patacas, que absorvem 54,5% das verbas afectas aos investimentos do Plano e equivalem a 1 007,9 milhões de patacas, após o reforço de que beneficiaram durante o exercício, uma dotação suplementar de cerca de 106,5%, relativamente à verba que lhes havia sido atribuída inicialmente. De referir ainda que são estes projectos os que revelaram maior dinâmica na execução ao longo dos primeiros três trimestres do ano, a avaliar pela taxa de realização efectiva apresentada (35,8%) (quadros XII e XIII).

Finalmente, por classificação económica, merece realce a rubrica «Edifícios», que agrega projectos de investimento totalizando 755,0 milhões de patacas, correspondentes a 40,8% do total dos investimentos públicos. Esta rubrica, que desde o início do exercício conta com a maior fatia das verbas de investimentos, contou ainda, ao longo do exercício, com um reforço financeiro de cerca de 180,2 milhões de patacas. Em termos de execução financeira situa-se abaixo da média do Plano com uma taxa de execução efectiva de 24,4%. A rubrica «Construções diversas» conta agora com 352,7 milhões de patacas, (mais 30,6 milhões do que inicialmente previsto), correspondendo a 19,1% do total do Plano. Quanto à realização financeira verifica-se que a sua taxa de execução se situa nos 32,6%.

A rubrica «Outros investimentos», sofreu uma redução das disponibilidades inicialmente atribuídas, de cerca de 2,3 milhões de patacas, contando agora com 179,1 milhões de patacas, verba equivalente a 9,7% do total. A sua taxa de realização efectiva encontra-se bastante acima da média do Plano (61,3%). A rubrica «Maquinaria e equipamento» detém, por seu lado, 206,4 milhões de patacas, registando uma taxa de realização ligeiramente acima da média das doze rubricas (quadros XIV e XV).

Quadro XIV

Estrutura do plano por classificação económica

(Milhões de patacas)

Classificação Económica	Dotação Inicial	Dotação Actual	Cativo	Liquidado
Terrenos	0,0	0,0	0,0	0,0
Habitação	11,6	16,5	9,5	2,5
Edifícios	574,8	755,0	453,0	184,2
Estradas e Pontes	74,1	50,0	27,4	20,9
Portos	0,4	11,2	7,5	3,6
Construções Diversas	322,1	352,7	184,3	115,0
Melhor. Fundiários	0,0	0,0	0,0	0,0
Plantações	0,0	0,0	0,0	0,0
Mat. de Transporte	1,0	1,0	0,0	1,0
Maquinaria e Equip.	153,3	206,4	74,6	64,9
Animais	0,0	0,0	0,0	0,0
Outros Investimentos	181,4	179,1	31,7	109,8
Sub-total	1.318,7	1.569,1	788,1	501,9
Dot. Provisional	152,3	157,5	0,0	0,0
Dot. Concorrencial	29,0	122,5	0,0	0,0
Total	1.500,0	1.849,1	788,1	501,9

Quadro XV

Indicadores de execução por classificação económica

Classificação Económica	Estrutura	F1	F2
Terrenos	0,00	0,000	0,000
Habitação	0,89	0,184	0,891
Edifícios	40,83	0,244	0,844
Estradas e Pontes	2,70	0,419	0,967
Portos	0,61	0,321	1,000
Construções Diversas	19,07	0,326	0,848
Material Transporte	0,05	0,979	0,979
Maquinaria e Equip.	11,16	0,315	0,676
Outros Investimentos	9,68	0,613	0,790
Sub-total	84,85	0,320	0,822
Dot. Provisional	8,52	0,000	0,000
Dot. Concorrencial	6,63	0,000	0,000
Total	100,00	0,271	0,698

一九九八年度施政方針

1. 經濟及就業政策

對一九九七年主要宏觀經濟變數的估計數字的分析，顯示出經濟回復增長，雖然溫和但已扭轉了一九九五至一九九六年間的情勢。

九十年代的首五年，澳門的經濟顯然出現了每年約6%的實質增長，這一增長率是與生產結構的成熟程度相應的。

但自一九九五年開始，尤其是該年的下半年，經濟活動漸趨放緩，基本上是因本地需求，特別是因建築業投資的表現所引致。

雖然一九九六年下半年呈現復甦的跡象，但結果依然出現輕微的收縮。其中的不利因素是：私人在建築業方面的投資大大減少(實際縮減約20%)，博彩活動的收入下降(從整體來看，影響到出口服務的收益只有輕微的增長)，以及與美國的商貿問題，這些問題引致該年大部份時間貨物出口表現不理想。

因此，一九九六年，出口幾乎停滯，加上本地需求薄弱導致入口下降，但卻改善了外貿逆差。

在這情況下，雖然外地淨需求於一九九五至一九九六年間增長放緩(實際上，增幅分別為21.2%和9.9%)，但卻成為經濟活動發展的良好因素，從而加強了在本地生產總值結構中所佔的有關比重(一九九五年和一九九六年分別約佔30%和35%)。

一九九七年可供參考的指數表明，經濟正溫和地復甦，但仍繼續受建築業的負面影響，而且最近數月，即使博彩業呈現復甦，但來自服務業的外部收入仍有所下降。

今年，貨物出口是經濟復甦的良好因素，與去年同期相比，至八月份，增長達12.2%；而一九九五至一九九六年，反映本地需求疲弱的入口亦一直有復甦的跡象，至上述期間增加了6.8%，尤其在資本財貨方面，顯示出機器和設備的投資再度活躍，因此，本年首八個月錄得貿易順差。

至於經濟活動的其他指數，值得強調的是失業率的穩步下降。一九九六年中，失業率曾達到4.6%，同年最後一季為3.8%，而在一九九七年七至九月這一季度內已降至3.1%。這一趨勢亦反映出緊縮聘用外地勞工的政策，外地勞工的整體數字由一九九五年中約36,300人減至一九九七年九月的接近29,500人；同時，亦使一九九五年所採取的政策得以靈活運

用，從而提高紡織和成衣業的生產能力，使該行業能夠回應日益活躍的外地需求。

消費物價指數經一九九五年(8.6%)的急升後，一九九六年明顯降至約4.5%。這一下降的趨勢在一九九七年得以鞏固，因今年八月份的消費物價指數為4%(近十年來的最低數值)。

倘從整體來看，本年四至六月這一季度內，每月薪酬中位數約增加10%，由此可預見實際薪酬將有良好的進展，對一九九七年家庭私人消費水平將產生有利的作用。

1.1. 經濟活動方面

一九九八年將在全面檢討數年前已展開的方針和工作的基礎上，根據澳門的經濟狀況，以促進經濟復甦，調整經濟結構，發展第三產業，增強競爭力作為經濟活動的優先目標。

當然，將繼續採取措施，務求更廣泛地利用現代科技來提高澳門傳統工業的競爭力，以及為本地區引進具有高附加值的新行業，從而保證澳門輸往外地市場的產品能夠以高素質在市場上爭取更多的配額。同時，將實行有助於服務業多元化繼而帶動本地區經濟多元化的措施，而服務業多元化將惠及華南地區的各業人士。

考慮本地區成衣加工業發展的歷史和成績以及在這方面的優越條件，研究推動澳門成為成衣製造和供應中心的可能性。

在保護工業產權方面，將公布有關法例以便履行世界貿易組織在有關商貿的知識產權協議中所達成的承諾(專利權、工業圖樣和模式、地理指標和整合線路結構圖)。

為了促進本地區的產品在外地市場的銷售，將開始推行一套有助外貿活動的電子商貿系統。為此，已進行了一項研究，使其可在短期內開始有關的試驗階段。

隨著關於設立澳門海關的報告書在近期完成後，現正擬定有關的組織法，預計於明年獲得通過並實行。同時，預料將會重組經濟司和工商業發展基金。

在與設立澳門海關一事進行緊密聯繫的同時，將採納世界海關組織的各項建議，以方便貿易活動，並按照有關的指引籌備立法工作。為著同一目的將對外貿法進行調整。

預期會修訂發出工業場所及設施准照的法例，並籌劃維護消費者、公共衛生以及商業零售活動方面的內貿規範法例。

一九九八年，澳門生產力暨科技轉移中心(CPTTM)將繼續在宣傳能提高澳門企業的生產力和競爭力的新科技方面加強工作。

根據國際品質管理系統的國際規定，一套企業質量證書的鼓勵制度已開始實施。對於提高澳門的企業和產品在外地市場的競爭力，這是一項重要的工具。

該中心在履行職責方面，曾與歐洲國家的機構，包括葡萄牙的機構，以及與中國地區，特別是深圳和珠海的機構進行合作，並將透過舉辦座談會或互訪工業企業和科技中心，繼續這種合作。

在培訓方面，澳門生產力暨科技轉移中心將繼續向企業界提供廣泛的活動。這些活動，可以回應企業家的具體需求，並可為提升本地區人力資源專業培訓的價值作出貢獻。

在澳門貿易投資促進局(IPIM)負責的策略推廣方面，一九九八年的首要工作，不僅要加強外地與澳門相互間的大量投資和商貿關係，而且要在經濟與金融穩定的基礎上，發揮本地區在潛能和競爭方面的優勢。

就地理區域而言，除了經濟發達的西方國家外，將集中力量於亞太地區，尤其是中華人民共和國及南韓的已甄選的地區。

將繼續致力發展使澳門的出口目的市場多元化的工作。因此，有需要系統地進行市場研究，讓企業家清楚了解這種多元化。另一方面，將一如既往地支持本地企業家集體或個別參與主要的國際展覽，這將是商貿推廣的其中一環。值得強調的是要擴大由澳門貿易投資促進局所提供的津貼的範圍，尤其是讓企業在個別進行多樣化的廣告宣傳活動時，可利用最新穎的傳播途徑。

至於吸引投資政策方面，將繼續以優惠政策及簡便程序，吸納高科技、高附加值及無污染的產業投資，並為投資者提供有關政策及優先項目的指引。

澳門將參加一九九八年世界博覽會。此項盛事將雲集眾多國家的代表和旅客，因此，有必要藉此機會加倍努力宣傳澳門的經濟面貌。

最近在葡萄牙設立的一項能使葡萄牙企業國際化的新信貸項目，將可在以澳門作為貿易伙伴的一些企業中發動推廣工作。同樣將籌劃一些工作，包括首次跨地區的系統性的貿易接觸，力求發掘一個較廣泛的市場——伊比利亞市場的潛能。

為了便於落實推廣工作，預計會繼續擴大澳門貿易投資促進局的顧問網絡，以便更好地實地跟進在有關國家已開展的工作。除在巴西、西班牙和南韓已設有顧問外，力求擴大在國際上的參與範圍，倘在推廣工作時發現其他國家有需要，亦會在該地設立顧問。

關於對本地區既有的工、商及服務業的輔助策略方面，將舉辦第三屆澳門國際貿易及投資展覽會，而且希望能年年舉辦並與時俱進。

一九九八年，將在本地區舉辦一次歐洲科技展覽會。將透過該展覽進一步推介可為澳門和本區域的企業所使用的科技。此舉有助於促進歐亞企業間的合作。

把握一九九八年可能在澳門舉辦的一個“華僑”會議是很重要的，藉此機會可使他們認識到本地區具有連接中華人民共和國和世界其他地方的潛能。

澳門經濟的平衡發展不應單單導向尋找工業投資，更主要的是要推展服務業。近幾年來，澳門一直以這個目標定位。因而要強調的是，促進澳門成為總部設於外地(“back offices”)的企業的營運中心和離岸服務中心。

為了更活躍本地區的經濟，將在短期內，開始一個輔助新興企業家計劃的試行階段。這項計劃的目的是，透過識別有意及有才能投身企業生涯的人士(以青年人為優先)，透過培養企業家所必需的培訓工作，以及透過利用這些價值為本地區生產結構設立新的企業，創造便利條件，催生新的企業家。

一九九八年，將繼續協調澳門貿易投資促進局、聯生工業邨有限公司(SPIC)、澳門世界貿易中心(WTC)及澳門生產力暨科技轉移中心之間的各項工作。這些工作一直卓有成效，因而產生協同的作用，避免工作重複，並提高未來的成效。

此外，在輔助投資者和促進外貿方面，應對澳門貿易投資促進局的組織法進行修訂，即將加強向投資者提供援助的“一條龍”服務，並設立一個具有代表性的“一般服務委員會”。此舉有助該局與企業界更有效地聯繫。

將繼續促進澳門加入各種國際性機構和地區性組織，特別是世界貿易組織(OMC)、世界海關組織(OMA)、國際紡織及成衣局(ITCB)，以及聯合國亞太經濟及社會委員會(ESCAP)。澳門繼續申請加入亞太經濟合作組織，並希望可在短期內加入一些有關的工作小組。

歐洲在許多範疇的成就和經驗是很要重的，因此，將在該等範疇內繼續適用與歐盟簽訂的商業合作協議。故有需要強調在一九九八年，將有一項澳門公共行政領域的人力資源的培訓計劃，以及協助推動本地區成為“離岸”服務中心。

1.2. 金融制度、貨幣及匯兌方面

一九九八年，執行權將繼續以穩定澳門的經濟及金融為重點工作，從而確保本地區經濟發展和諧和國際經濟伙伴對本地區的信心。

本地經濟活動的復甦將繼續是經濟政策其中一個主要目標，尤其是通過審慎的貨幣金融政策使經濟業者抱有信心。

首先，將會實施一項切合現行貨幣發行體系要求的嚴謹度的貨幣控制政策，繼續降低通脹率，繼續維持澳門貨幣暨匯兌監理署(AMCM)令人鼓舞的對外清償能力。

至於利率方面，由於匯兌機制的限制，所以，利率將繼續按港元和美元的國際利率來釐定，因此，以利率作為貨幣政策的工具繼續幾乎不起作用。然而，將對購置房屋及某些經濟活動保持嚴格和有選擇性地實施優惠制度。預計在一九九八年，現行制度的優惠範圍將獲擴大。

在匯兌方面，將繼續對澳門幣作為獨立貨幣的存在給予優先。經過一九九六／一九九七年間錄得的進展，通過對澳門幣作為清償工具的具有競爭力的回報，設法進一步推動以澳門幣作為流通和儲蓄工具。此外，對澳門幣及對澳門幣與港幣的聯繫匯率政策的信心，繼續是建基於澳門幣的完全及即時可兌換性的保證上，以及建基於隨公眾(透過銀行)及金融制度(透過澳門貨幣暨匯兌監理署)的需求和喜好以澳門幣為基礎結算的保證上。

為了預防近期一直影響東南亞貨幣匯兌的不穩定情況可能會對澳門的金融發展造成影響，將加倍注意香港的匯兌和局勢的發展，以及將特別關注對在本地區營運的銀行的風險與供應制度的評估。

將在機制方面鞏固澳門經濟在國際上的肯定地位，並就加入或參與具有高度威信的機構的多邊活動，如國際貨幣基金、亞太銀行監察組織(銀行監察)及離岸銀行業務監察組織進行研究。

一九九八年將在澳門舉辦第二十屆“東亞保險大會”，是屆會議將獲得本地區行政當局的協助。

在本區域經濟結構正發生改變的歷史時期裡，澳門金融體系的發展對肯定本地區經濟地位所起的主導作用逐漸增

強。在這方面及在已開展的策略上，將以發展“離岸”活動為目標，透過宣傳以及對有意參與的商號提供初步的援助，繼續致力吸引金融服務範疇中的這類活動。為了訂定該類活動的發展策略，將在歐盟的協助下，仔細考慮在現時進行的諮詢工作中提出的建議。

澳門貨幣暨匯兌監理署在擔當作為監督實體的角色上，將繼續推動銀行和保險業的穩步發展。

至於銀行業方面，將繼續致力適時地調整金融體系的規範法例。目前的銀行法已生效五年，一九九八年正是對規範在澳門營運的金融機構的基本文本進行修改的適當時候。此舉主要的目的是，面對科技的發展和這十年裡國際上出現的最大規模的金融一體化，能保證本地區法例的適時性，以及能確保繼續執行國際上特別是巴塞爾銀行監察委員會發出的重要指示。

要特別關注的是，澳門貨幣暨匯兌監理署與屬於金融體系的銀行之間透過電子途徑建立的新的金融通訊系統的發展情況。該系統可在營運範疇中使用，尤其是在銀行票據交換的自動化程序上。另一方面，將密切注視香港的清償制度的發展，以便利用本地區在內部及國際償付方面因港幣的重要性所產生的或有效應。

將透過設立發牌管制制度或其他措施，徹底解決外匯投資公司在本地區無牌經營的問題。

關於保險業，將延續法例範疇中的既定策略，使其得以鞏固和現代化。同時，在這方面須強調的是，推行近期通過的有關保險業的新法律的重要性。鑑於關注這一整體願望的實現，將展開有助私人退休基金法律制度的頒行的工作，實質地修改現行的規定。始於去年的包括保險合同的立法項目完成之後，將修訂保險中介業務的規範法規。

最後，澳門貨幣暨匯兌監理署將繼續協調本地區兩間發鈔銀行的發鈔工作，並確保鑄造流通的金屬硬幣，以及發行紀念幣。

1.3. 勞工暨就業、職業培訓及社會保障方面

一九九八年政府在勞工、就業及職業培訓範疇內的工作，應是為進一步改善就業狀況創造條件，制訂更全面的促進就業政策。創造社會勞工間保持對話和社會協調的氣氛，使社會伙伴間的關係更趨緊密，從而有助社會進步和經濟增長。在這方面，將實施一項有關社會協調常設委員會(CPCS)章程的新法規，這一法規將擴大社會伙伴的代表性以及更準確地實現該委員會的目的。

將力求強化資訊及培訓工人與雇主的機制，以確保所有人士長期了解和不斷參與有關權利和義務方面的事情，以及確保執行現行勞動法例的規定，藉此推動改善工作條件的活動。

社會協調常設委員會正對勞動法進行討論，這將促使在社會伙伴間就此問題達成共識，以便修訂勞動法並將之公布。同時，亦將公布一項有關童工的法規。將檢討及修訂相關法例或制訂新法例，以解決僱員在工作中發生刑事傷亡的保障賠償事宜。

將透過社會伙伴的參與和在工作場地展開的稽查工作，加強對職業意外的預防工作。同樣，將按國際品質管理系統的規定進行認證，力求確保由職業衛生化驗室所提供的服務的質素。

為了推動就業供求的調整，將對在就業廳登記的申請人提供援助，以便安排他們走上工作崗位；同時，力求更深入地認識就業市場的趨勢，目的是為了安排人力資源以面對科技發展和新的工作組織方式的需求。

在職業培訓方面，繼續遵循的宗旨是，提升人力資源的素質以及向企業家提供援助，以解決因競爭力和企業現代化所帶來的問題。因此，將繼續開展提高技能和給予進修機會的學徒制職業培訓工作，以及為轉業而設的短期培訓工作。亦將確保由一九九八年起，開辦第二年級學徒制度培訓。該學徒制度是隨著學徒中心的成立，於一九九七年建立的。

此外，將為找尋第一份工作的青年人和失業工人設立職業培訓計劃，以及設立一項引導應屆大學畢業生投身企業界工作的計劃，希望藉此減少失業情況。

還將與僱主代表和工人代表加強對話，目的是訂定在職業技能、轉職、學徒和進修領域內開展職業培訓工作，尤其是透過職業培訓協調委員會展開。

至於聘用非本地勞工方面，就總體政策而言，輸入非本地勞工僅是作為補充本地人力資源不足的暫時性措施，應遵循保障本地居民就業及其薪酬不受衝擊之原則。在程序管理的協調上，優先的工作是要鞏固資源分析及評估辦公室(GAAR)的資料庫，以及辦公室跟參與程序的實體之間的聯繫。勞工暨就業司及相關部門將加強對已輸入非本地勞工之使用的監管，查處非法聘用非本地勞工的行為。

此外，還將開展可判定勞動市場走勢的資料蒐集及分析工作，從而提出措施，將目前可利用的勞動力配合整體經濟及各行業明顯表現出的增長節奏所產生的需求。然而，最近

在這方面採取的靈活性必須以謹慎及有選擇性的標準作為基礎，俾能確保勞動市場的穩定性，但又能回應生產業的實際需要，尤其是關於新的項目及出口工業方面的需要。

因此，將公布規範聘用非本地勞工的法例。該法例應配合目前正在社會協調常設委員會討論的關於保障本地工人的工作職位和薪酬水平的建議書。

批出的公共服務承包合約中，將列明優先聘用本地居民的條件。

將重組勞工暨就業司(DSTE)，以便與資源分析及評估辦公室在協調非本地勞工的程序管理和分析勞動市場的雙重職能上互相配合。

在工人的社會保障方面，特別是在因年老、殘廢、失業和患病等情況而喪失工作收入方面，一九九八年最重要的工作是發放多項現金給付。將採取多項改善社會保障的措施，包括完善十月十八日第58/93/M號法令中社會保障制度所涉及的某類給付的發放。

為了保證社會保障基金可穩健延續運作，將合理確定盈餘和支出比例，全面評估收支情況，并制訂基金運作的中長期規劃。另外，將採取有效的措施，向有關當事人追討由社會保障基金墊支的款項。

對此進行研究的結果是，社會保障制度將伸展至一些獨立的工人組別，並將調整某些給付的金額，包括養老金、殘疾金和救濟金。此外，於一九九七年末完成關於調整供款的研究，預計在一九九八年將作出調整。

按照在澳門地區經營博彩業的特許實體的有關合同最後修訂版第三條，關於“幫助具有特別困難的本地失業人士”的規定，將對該實體近期給予社會保障基金的撥款，制訂使用準則及程序。

為了改善社會保障基金內部運作的效率，預計社會保障基金將於一九九八年設立一個人員編制，並計劃大力推行公定會計賬目制度(POC)，目的是更有效地回應社會保障基金在管理上的需求，而且還計劃購置用於保存電腦載體內的文件和設立檔案的設備。

1.4. 統計編造方面

對決策人士來說，清楚認識澳門地區的實際情況和當務之急是最重要的。在這方面，將採用新的發布方式提供一套統計資料，力求做到適時、方便取得和高素質。

在經濟統計方面，將會提供一套以一九九五/一九九六年為基年的“消費物價指數”，這些資料是全新的，其中更加入私人住宅租金的資料。將開展“九八/九九家庭預算問卷調查”和“旅遊物價指數調查”，目的分別是蒐集和提供有關家庭收入和支出的資料，以及遊客購置財貨與獲得服務的價格演變等資料。此外，還開展一項“服務業試驗調查”。

在人口、社會及就業統計方面，將發展一項“有關職業培訓的資訊系統”，並開始對二零零一年的人口普查(人口及住屋)進行初步研究和籌備工作，而九六中期人口普查的經驗將有助這些工作。此外，將為《澳門人口演變五百年(一五零零至二零零零年)》專題著作做宣傳工作。

在統計的協調與整合方面，大力宣傳《澳門統計圖冊》，以及提供從生產角度計算的本地生產總值；將開始從開支角度研究本地生產總值季度評估資料及“經濟——社會狀況分析”；將推行及採用《澳門經濟活動分類》第一修訂版以及發展一套經濟分類的綜合系統，包括《澳門對外貿易貨物分類表/協調制度》、《澳門經濟行業分類》第一修訂版以及(從最終消費角度來看)貨物與服務分類對照表，在完成了《澳門經濟活動分類》第一修訂版的常規工作後，即將展開這項工作。

將開展顯示社會經濟資源分配不平等程度的統計工作及定期公布顯示本地區社會經濟資源分配不平等程度的數據。

將透過積極發展統計諮詢委員會(CCE)、其下設的專責委員會和工作小組的工作，繼續加強統計協調工作，目的是研究特別的項目以及研究為統計暨普查司和其他實體的人員在統計與資訊管理領域中舉辦培訓活動。

1.5. 水、電供應方面

1.5.1. 電力的生產與分配

過去十年間，對電力的需求每年平均有兩位數字的增幅，而現在已有所放緩。同時已有跡象清楚顯示出目前已開始了一個新的周期，這是澳門經濟結構已趨成熟的表現。

在擴展業務方面已作出重大的投資，始於一九九六年興建的新變電站已接近完成。目前，澳門電力有限公司(CEM)尚有一個大型的項目：在路環興建一座新的發電廠。

澳門電力有限公司的投資政策是，確保本地區以具競爭力的價格創造逐步邁向自給自足的生產能力。

在生產系統方面，一九九八年將在路環開始興建一座新的燃燒柴油的燃氣與蒸氣渦輪聯合循環發電廠，原則上其功率可達150兆瓦。

預計這一生產單位於二零零零年營運後，供電量將會增加，可確保滿足直至二零零五年的有關需求，相信電力消耗每年平均增長5%至6%。

在電力的輸送與分配方面，值得強調的是，與中華人民共和國網絡之間的一條新連線。澳門電力有限公司目前已與中華人民共和國，透過一條110千伏的連線互相連繫，輸入按照合同規定的最低電量。鑑於有關的安全水平有待改善，將另外設立兩條110千伏的新線來加強連繫。

最後，在電力的輸送和分配上，即將落成的西望洋變電站，將增強對南灣湖一帶的住宅區以及其他地區的電力分配。

1.5.2. 水的處理與供應

專營實體的工作將繼續以發展向本地區供水的公共服務為宗旨，除了確保其特性外，還應保證在供水時保持良好的水壓、不斷流以及從細菌學和化學的觀點上保證水質符合國際標準。

在這方面，澳門自來水有限公司在一九九八年將投資約澳門幣六千八百萬元，大部份用於改善貯存與分配經處理的水，以及改善供水和輸水的情況。將落實的最大型投資包括興建第三條主要的原水輸水管以及在氹仔興建一個貯水池。

2. 行政、教育、青年及體育政策

在後過渡期內，執行權將繼續貫徹一向遵循的有關澳門管理和行政的重大策略目標。因此，必須繼續推行各項既定的計劃並力促素質的提升，使以服務社會為本的公共行政當局的運作能繼續下去，儘管面對過渡期的困難，但亦能創造客觀條件，使主權的移交不會對本地區的社會組織和居民生活造成負面影響。

在教育方面，重視加強教育基礎和完善各水平教育的一般條件，與此同時，擴大普及和逐步推行免費教育，從而實現市民這一最正當的願望。

鞏固澳門居民的公民權利並給予青年一切條件，使他們成材，並且成為未來社會的棟樑，這是青年政策的主要目標，而該政策是與教育政策相互配合的。

2.1. 行政和公職方面

領導和主管人員的本地化將可見有顯著的進境。在這方面，多個部門的本地化已基本完成，而這項本地化是寄托於高級技術員和其他人員組別上。一九九八年將是確定完成各部門重組程序和實現公務員本地化目標的一年。

以特別開考方式進行統一招聘和甄選的工作將維持下去，並將擴展至各部門均有共同需要的其他職程，旨在通過招聘建立後備隊伍，以確保有意的應考者能進入公職以及為公共部門招攬最精幹的人材。

將選擇性地繼續通過適當的專業培訓工作提升人力資源素質，以求不斷完善工作的各項程序；使設備現代化和採用新技術。

公共部門的結構和運作將隨社會和科技的變化而適度地應變，以便簡化各種方法，增加效益，使結構具有靈活性，以及保持具有穩定應變能力的人員隊伍。凡此種種，都是為了公共行政當局能在構築未來特別行政區的工作上發揮作用。

在一九九八年內，外聘人員將會逐步減少，納編程序範圍內的人員的離任亦會加快。

推廣雙語的工作將會加強，其間會在澳門、葡萄牙和中華人民共和國舉辦語言和文化課程。在政府的內部運作和公共關係上，將鼓勵更多地使用中文，以全面落實中文官方地位及進一步密切政府與市民的聯系。

在這範圍內，特別指出的是出版新課本和其他視聽教材以支援專業和語言培訓。

繼續在完善公職法律制度和現行體系的現代化方面加大力度，使法律和行政規章能全面本地化，而這方面的本地化亦成功可期。

在資訊科技方面，將完善既有的系統，以充分利用部門間的溝通和進入公共資料庫的渠道。此外，還推廣對各類資訊的綜合管理。將發展跟進和控制文件流程及決定程序的系統。將特別重視為取得科技和“software”的預備工作，使公共行政當局在適當的時候能解決千禧年轉換所帶來的問題。

公共部門的重組是完善政府組織和簡化各種流程所應不斷進行的程序，而重組必然著眼於降低成本、增加效能、縮短回應時間、維護合法性原則和敦促親民等方面。如此，方能改善政府日常運作的條件。

將配合落實《行政程序法典》的修改，透過積極宣傳和監察，發揮加強行政效率及促使公共機關有效回應市民要求的作用。

將進行尤其是屬預防性和指引性的監察、行政和技術審查的工作，旨在緊守行政程序的規則和正確使用公帑並用有其效，以及適當使用公共財產。

繼續向私人提供資訊和有用的數據，以保障他們的利益和權利，並及時解決他們的請求。

澳門選民登記將按法律規定進行調整更新；此外，將協助國家選民登記的工作。

各個市政機關和部門將與澳門其他公共實體緊密配合，繼續履行職責，關注民生以及滿足公眾的需求，尤其在文化、康樂和衛生方面。

在補充性的社會福利工作方面，既有制度將惠及所有的公職人員和有關的家團。

將推動所有公共部門的內部合作，並加強公共行政當局與各國、區域以及國際上的其他機構間的既有關係，特別是在技術、專業培訓、文化和語言等合作領域。

2.2. 教育方面

2.2.1. 高等教育方面

將繼續發展高等教育的工作。一九九八年首要著重的是有助提高教育素質和鞏固各教育學府的條件。

因此，隨著核准澳門大學(UM)和澳門理工學院(IPM)的人員章程，並確定兩所學府的教師和非教師人員的職能結構後，將加強教育和研究的學術條件，從而確保本地具資格的教師不致流失。

將確立自我評核和外部評核的程序，以便該程序能在公共高等教育機構中繼續正常進行。

在高等教育方面，繼續加強本地區公共和私人教育機構對區域和國際的使命感，並在一九九八年內加強有助這些機構加入國際組織和參與其活動的工作。

在這方面，按照與外地高等教育機構和研究機構所簽訂的議定書的規定發展具體的交流工作，也是重要的。

為了加強科學和技術的工作，將再次鼓勵對不同的知識範疇進行科學和科技研究，以促進科技產品不斷產出的機

制，並為澳門高等教育所建立的可靠形象向外推廣這項工作。

公共高等教育刊物的出版工作將朝上述願望推進，期望能以穩健的步伐跟進科學和技術的生產研究。

以積極的方式不斷鼓勵高等教育學府與民間社會對話，尤應藉著解釋和提供資料的工作，闡明澳門高等教育在提升本地區文化價值以及在設立計劃和改革中心上所擔當的角色。

本地企業和其他實體透過向學生發放助學金而參與澳門大學、理工學院和其他教育機構的事務，並參加一些意見小組以訂定對澳門有利的舉措和計劃，這將繼續是高等教育向民間社會開放的另一面。

同樣，學生的結社精神將受到鼓勵，因而應加強有助該精神在本地區各高等教育學府內廣傳的工作。

澳門基金會將繼續鼓勵修讀學位後課程、推廣學術和科技的研究工作，並為此按每個可行的個案，尤其是碩士和博士學位，隨時發放助學金或給予其他援助。

與此同時，按葡萄牙共和國、中華人民共和國與澳門政府簽訂的議定書的規定，向聯合國大學國際軟件技術研究所提供適度的合作，並保證和加強與本地區及其他國家如：葡萄牙或中華人民共和國的其他學術和科技機構合作。

2.2.2. 非高等教育方面

完成八月二十九日第11/91/M號法律所規定的法例文件以及逐步推行免費教育的第二階段開展後，在後過渡期內，政府非高等教育範疇的工作將是鞏固澳門本身的教育制度，該制度的設立和確定曾一度是過渡期內其中一項重大的挑戰。

在這前提下，志在必行的是要完成編制及試行以中文授課的基礎教育計劃和確定最基本的有關目標。如此，澳門各教育機構的教育計劃方能完全連貫統一，且無損各學校的教學自主。

將透過設立和發展新的教育基建，繼續在擴大教育網的龐大計劃上作出投資，並重新規劃現有的教育基建，令有關的空間在量或質上均能配合就讀人口對各教育水平和項目的實際需求。

至於入學和完成學業方面，除了多設學位和遵循“人人機會均等”的原則外，將繼續推行發放直接的經濟援助、助

學金和其他補充性質的援助和津貼的政策。繼續推行發放資助的政策以援助推展成人教育、特殊教育以及專業培訓的實體。將改良和製作新的教具，並鼓勵合理利用教育新科技，使青年可在各教育水平中能有使用多媒體工具的體驗。在非高等教育方面，尚要強調的是確認學校督導工作的重要性，因為這項工作在整體評估教育制度中是重要的一環。

在特殊教育方面，因為要遵守七月一日第33/96/M號法令的規定，將繼續確保有助需要特殊教育援助的人的條件；開展加強對話的工作並著重與有關的家庭和教育社團相配合；共同努力，使需要特殊教育的青年得享機會均等的權利並完全融入社會。

提升人力資源素質繼續是特別受關注的一環。對凡是旨在促進教育管理現代化、改革教育機構和有助提高其素質的個人或集體舉措均予以鼓勵。在完善評定教師和其他教育人員的資格方面，將加強有關的培訓計劃，其中以中文培訓、擔當教育職務和學校管理等工作為優先。在師資培訓方面，將特別著重從事特殊教育、成人教育的師資培訓，例如：回歸教育和專業培訓方面。

為了提高青年對就業市場的適應力，為實現教育制度的隱性功能可配合青年和成人達到一定職業水平的期望，將繼續努力設立技術和職業學校並繼續舉辦技術和專業教育課程。這些課程會配合本地區各策略界別的發展來設計，還會透過創造條件和機制加強這類工作，而這些條件和機制可幫助青年獲得第一份職業和鼓勵他們與其他國家的青年交流合作。

人人接受教育和終身教育是經濟和社會發展所需的條件。在這些教育的政策方面，將加強旨在公民整體培訓的延續教育和回歸教育的工作，這些工作會透過公民活動和社會文化活動而推行。這些活動通過家團的參與，會有利於善用餘暇並從中獲得培育的效果。對這政策仍要提及的是，雙語政策的推行將會加大力度，以期本地區兩種官方語言的有關效益能逐漸增大。

按提高青年的公民意識的目標，將會推行一些針對性的工作，以啟發公民權利和責任以及對倫理道德的思考，並認識常用的法律。

教育委員會在訂定本地區教育政策的重要路向方面，將繼續擔當對話的重要角色；並研究增加給予未加入免費教育網之就讀學生學費津貼的需要性和標準。

2.3. 青年方面

在肯定文化、公民和體育等培訓工作對青年全面發展的重要性後，在青年政策方面，一些在過去顯示出能有助指引青年積極和正確參與的活動與措施將繼續加強，因為青年是轉變和進步的動力。

在這前提下，將貫徹對青年結社工作起催化作用的政策，並提供財力、技術和空間的資源以作配合；另外會加強與其他國家和地區的相類社團間的交流和合作。

為回應青年的各種需求，將開設新的青年中心和新的教育工作中心。又會配合以一系列能促進善用餘暇的活動。凡有助藝術、文化、公民和環境教育的工作均列為優先。

在學校體育方面，特別重視為體育練習設立新的場地和創造新的條件。藉著發展學校體育小組以達到推廣基本和長期的體育練習的目標。

在打擊青少年犯罪和藥物依賴方面，將貫徹的政策是推行有關策略，發展在參與這方面工作的各類公共、私人機構和家庭之間起協調作用的工作，旨在協助該等青年重新適應社會，投身勞動市場，以及使誤入歧途的青年重歸正道。

青年的公民教育應在各類活動計劃、學校、青年中心和社區中心之中佔一愈趨重要的位置。

將加強現有的青年心理輔助服務。這些服務針對學業無成的青少年，幫助他們完全融入家庭和學校。

青年委員會積極跟進青年政策中重大問題的工作，將特別予以加大力度。

2.4. 體育方面

發展市民參與體育活動的機會是要貫徹的政策中的主要目標。藉著響應“大家齊來運動”的口號向市民提供條件以符合他們對民生和消遣的願望；與此同時，提高他們的競爭能力和加強對區域性或國際性賽事的參與。

將加強人力資源的培養和確保貫徹本地區各體育組織活動所需的結構條件。這些活動旨在發揮體育方面的各種表現，尤其在學校體育、社團體育、大學體育、為工作人員而設的體育和為殘疾人士而設的體育等方面。

為了運動員和有關機構在參與各項活動時能有一定的素質水平，預期會加強有關的培訓工作，其中要提升體育暨運動學校的功能，藉此增加該校的效益。為此，要發揮對教師和技術人材培訓的功能，同時要保證外來的合資格的訓練員

能在盡量發揮社團組織和運動員技術潛能方面作出積極的貢獻。

繼續和加強國際性的體育交流也是一個關注點，以這種交流的方式提高體育人員在競賽方面和在體育組織管理效益方面的水平。在舉辦體育活動時，領導人在這兩方面的工作是愈趨專業化和具影響力的。

協助學校和青年體育活動繼續是重點，而各類體育機構的協調工作則列為優先。

大學體育亦將是特別關注的對象。除不斷擴大本地競賽的範圍外，也會廣泛參加國際比賽。

在提升共同參與的價值方面，尚要提到的是“大家齊來運動”的活動將透過加強負責體育活動的各機構與澳門的市政廳的關係而展開，而澳門的市政廳亦都有推動康體活動的職責。加強兩者的關係是為市政廳的工作能體現在整個社會的諧和上。

此外，亦敦促增加新的基礎建設，以加強體育訓練的條件。優先的工作是興建一個奧林匹克標準泳池和一個訓練中心，旨在滿足完善技術的需求和提升本地區的體育才能。隨著這些大型建設的落成，為過渡期而謀劃的體育發展計劃差不多已完成。

同時，亦保證協助澳門奧林匹克委員會參與國際體育賽事，並使之從中肯定自己的地位。

3. 傳播、旅遊及文化政策

澳門管治權由葡萄牙移交中國，象徵著澳門一個歷史階段的終結，對這移交，不應從狹窄的角度去看待，相反，應視之為一個新紀元的開始。在這新紀元內，澳門過去賴以立身於世的價值、模式和原則得以延遞下去。

澳門的特質表現在開發共識之路的特別能力、共存的智慧和求同存異的精神上。狹隘的邊界並沒有圍限人們的渴望。近年來，本地區一直處於一個奔向國際的階段，這不僅發揮了交匯點和溝通台階的傳統條件，亦發揮了多元旅遊地的天職，並全面肯定澳門成為文化之都。

正是在這藍圖中，包含有傳播、旅遊及文化範圍的施政目標，而首要的是合理的延續，這目標不會無視轉瞬即逝的管治轉移的歷史時刻所帶來的挑戰。

擁有歷史遺產的澳門，應繼續以具有現代特色、自主的肯定、富有效益和地區性互補功能的線條來勾畫將來，並且

加強求同存異的精神和鞏固本身的特徵。從全球化的角度來看，這些目標的價值愈大則外部競爭也愈大。這是因為倘從一方面來說，澳門因處於世界上旅遊業增長率最高的區域而從中得益，但是另一方面卻因鄰近市場的強大競爭能力以及不穩定的因素而受到影響。

重要的是在客觀政策、具競爭力及與有關界別合作和協調的基礎上，繼續發揮澳門作為獨立旅遊目的地的潛能，致力發展國際機場帶來的優勢，發展專業培訓和卓越的服務，以及發展高素質和多樣化的旅遊產品。

這目標不能忽視宣傳和推廣的工作，這些工作應從多方面及廣泛的參與精神來考慮，例如：積極加入和參與國際組織和國際盛事。

在旅遊推廣及文化工作方面，為求得到效率和效果，必須繼續合理分配有關的人力及物力資源。

澳門參與“九八年里斯本世界博覽會(Expo 98)”具有提高澳門聲譽的意義。因此，涉及和動員社會各個不同界別，尤其是從事文化和藝術工作的人士是必然的，這樣，可以從中凸顯本地區最基本的實況和智慧成果。同樣，旅遊從業員在推廣本地區形象上所作出的貢獻是不可缺少的。

在延續政策和加強宣傳工作方面，必須引進新科技，採用蒐集和整理資訊的新方法，以及建立資訊化和數碼化資料庫。

科技的演進及世界資訊網絡的發展必須同樣被視為能鮮活地保存澳門土生葡人文化的特點和加強對該種文化的歸屬感的方法，而能夠保存這種特徵及加強歸屬感是有賴能緊密聯繫分佈於世界上的不同社群的能力。

傳播、旅遊及文化政策在迎接挑戰以及配合澳門的演變下，致力鞏固有關法例基礎。人力資源的合理分配將繼續按公務員本地化政策的目標推行。

3.1. 傳播方面

一九九八年將是世界注意力集中在澳門的關鍵時刻。隨著香港主權移交程序的完成，澳門已進入一個最為人矚目的時期。正因如此，必須群策群力藉此機會來凸顯管治權移交所具有的各方面特徵。

需要在此歷史時刻加強表現澳門實況的現代特色、自主的正面形象。必須強調的是，在國際公眾面前，最能界定本地區特徵的是本地區社群之間和平、寬容而開放的關係，以及對每年接待的大量遊客所持的好客態度。

因此，將會展開一些建立形象及記錄資訊的計劃，致力於澳門參加“九八年世界博覽會(Expo 98)”一事，尤其資訊方面的特別工作。這些工作，一方面要引起葡國輿論對澳門實況的注意；另一方面要竭盡所能向將雲集里斯本的世界傳媒作廣泛宣傳。

這一切將取決於溝通渠道的不斷發展。透過這些渠道，新科技即使在時間、距離及環境的局限中都變得唾手可得。行政當局繼續致力鞏固使澳門立足於世的資訊網絡，並致力運用新的互動方式來宣傳本地區。

於是，在新“資訊社會”的趨勢下，必須發展一個“公眾服務”的概念，並創立條件擴大目前的資訊網絡範圍以涵蓋新的服務。數碼和互動科技的演進在有效使用多個傳播渠道的同時，透過電台廣播和電視廣播的數碼新技術，將實質增加視聽服務的提供和使用的機會。

因此，將設立收費電視、衛星電視的機制來發展電視廣播，有關批給合同和經營許可正處於定稿階段。此外，創造一些條件以鼓勵提供新的科技產品，使澳門的葡語資訊得以延續。

要保存四個世紀的文化互相滲透和文明共存的獨特遺產，必須保護葡國的語言和文化。雖然這是澳門、葡萄牙及中華人民共和國的一個共同目標，但需要建立一些基本條件以便葡文的文字傳播及視聽傳播的途徑得以繼續存在。

為求保護集體記憶，發展關於處理和整理現存的文字和視聽社會傳播資料的工作是重要的。

另一方面，要落實傳播政策就必須鞏固能加強政府機構與本地社會各界別之間的對話、了解和信心的內部渠道。

上述的層面包括設立能跟進日常情況和後過渡期的傳播架構。

在後過渡期中，本地社會傳播機構在擔當對話橋樑的角色中已贏得反應靈活的美譽。這一點需要行政當局致力加強各種自由和多元化，以及重視鞏固現存的法律體系。

基此，在傳播方面要推行的工作有：

- 加強和完善溝通渠道。恢復政府每週新聞發佈例會，透過與新聞界的定期對話，以肯定行政當局與社會各界之間的了解；另外，確保對要求作出即時的回應；
- 完善對社會傳播機構的技術和資訊援助，加強新科技的應用；

- 設立即時回應世界任何地方所提出的資訊要求的機制，其間要利用新科技所提供的有效渠道；
- 確保關注和協助前來本地區進行採訪的社會傳播機構；
- 發行關於澳門一般資訊的CD-ROM，並設立備有豐富聲像紀錄的資料庫；
- 以不同的語言，就目前過渡進程的各種面貌設計及出版一系列專題刊物；
- 繼續出版官方刊物及出版一般的和特別的印刷品和視聽產品；
- 計劃並推動在澳門舉辦一個有關東西方溝通的多學科會議。這是一個特別論壇，將雲集世界各地專家和思想家，共同研究和討論東西方文明的關係，其中應以葡中關係的歷史和演變以及澳門的過渡作為基本內容；
- 為討論葡語資訊在澳門的前景，協助在澳門舉辦葡語新聞界會議；
- 就澳門參與九八世界博覽會，在構思、策劃和執行各項宣傳工作上提供協助；
- 繼續進行多年培訓計劃，其中包括一般的、雙語的、以及新科技的培訓，從而提高社會傳播專業人士的水平；
- 鞏固廣播法及出版法所賦予的言論及思想自由的基礎；
- 改善新聞司的工作，加強幾乎全屬雙語人員的專業及技術資格的培訓；
- 將新聞司的文件、檔案、相片及視聽資料進行技術復原，以便對現存的大量資料作數碼處理；
- 協助收集、整理和處理視聽紀錄；
- 無論對內或對外，在質量上加強並肯定澳門行政當局和社會傳播機構之間的橋樑角色。

3.2. 旅遊方面

旅遊擔當著一個涵蓋極廣、多學科的全面角色，透過旅遊能認識和接近各國的民族和經濟的發展。

過去十年，旅遊業對經濟和市場的全球化的反應是最快的，這情況預料在將來更容易察覺得到。資訊網絡使用的普

及化、空中運輸的自由化和四通八達的渠道的不斷改善，使旅遊更為便捷，以及可以接觸到發達國家和地區的廣大居民。

旅遊業對澳門的經濟具有極重要的意義，佔本地生產總值40%以上。在就業方面，直接和間接地佔勞動人口約30%。本界別將繼續在本地區的發展中佔有決定性的地位。

為了保持旅遊業的發展，必須消除治安不靖等不利因素，為遊客提供有安全感有吸引力的旅遊環境。

隨著所處區域旅遊業擴展的整體趨勢，澳門不會放棄任何機會，力求透過發展一個具有素質的旅遊業，使所作的投資得到回報。這將取決於對本身特色重新肯定和發展切合不同市場的產品，藉此擴大競爭優勢。

意識到這事實，無論官方和民間實體都應切實完善旅遊設施，以發揮澳門旅遊的潛能，尤其是興建進出境的基建、建設利於旅遊的設施、為大型會議和促進旅遊的活動設置配備、以及興建高素質的酒店。一直以來，亦透過旅遊培訓學院致力改善對本界別專業人士的培訓。

素質是旅遊業成功的決定性因素，而且是符合目前旅遊業要求的要素。素質應朝著先進的科技、消費者喜好的敏感度以及富有靈活性的方向發展。

歷史環境已令澳門成為匯聚各民族、文化、習俗和信仰的優越地方，並成為對話和了解的台階。

今日重要的是肯定和鞏固旅遊業。因為旅遊業是受益於本地區獨有特徵的行業，是重要的經濟和社會行業；亦是立足於區域上和國際上的重要元素。

處於一個實際距離變得愈來愈不重要的時代，澳門作為具有旅遊價值的地區，須力求確定、實現和加強競爭策略，使澳門有別於本區域其他無數的旅遊勝地。根據不同市場、階層、社會文化和經濟層面的旅客的動機和要求，致力於加強更具吸引力的元素。市場的國際化、全球旅遊業的快速發展以及消費者變化無方的需求都是制定這些策略所要考慮的元素。

澳門國際機場很大程度有助於向外宣傳本地區。使“澳門”成為獨立的旅遊點，加強旅遊業的發展，從而使本地區作為一個服務的中心和台階。

因為澳門機場愈來愈有吸引旅遊市場的動力，因此在設計和推廣的政策和工作時，必須考慮到這一基礎建設。因此，推廣力量應落在旅客主要來源的區域市場上，亦即香港、中

國、台灣、日本、南韓及東南亞市場（新加坡、菲律賓、馬來西亞和泰國）。同時，將致力吸引遠程市場這個特別環節，並努力發揮參與旅遊過程的人之間的協同作用，利用航空從業員和航空公司的整體推廣工作促使澳門成為進入整個區域的台階。

推廣策略應加強本地區旅遊業的宣傳及改善並配合推廣的工作。為此，必要為不同的市場和環節進行特別的推廣計劃，參加重要的國際性旅遊盛會以及向優越的市場進行特別的推廣工作，並推動從業員的參與，使他們注意一些旅遊業的新需求。

與此同時，加強駐外旅遊代表機構和評估設在其他市場的代表的是這策略的根本所在。

一個具挑戰性和競爭性的推廣研究必須考慮新的資訊科技和不斷擴大的市場全球化。因此，將透過Internet推出一個CD-ROM和擴大推廣澳門的旅遊業。

在發展旅遊產品方面，會發揮本地區的獨特性和多元化的元素。利用年中舉行的文化和宗教活動，修葺氹仔海邊馬路的屋宇作旅遊景點之用，對具有財產價值的屋宇或景點的照明和修葺工作提供合作，宣傳本地區的美食和澳門地道的烹調法。

興建和改善文化和康樂設施，如：設於大炮台的澳門博物館、氹仔的專題公園及遊艇俱樂部、文化中心、市內公園、電腦音樂噴泉、葡萄酒博物館和賽車博物館等，是發展澳門旅遊產品的基本要素。

為加強娛樂和消遣的環節，將舉辦和宣傳特別的節目，例如：大賽車、國際煙花匯演和龍舟競渡。另外推廣國際音樂節和藝術節，以及設立推廣旅遊業的新項目。

各類大型會議和促進旅遊活動在近年所表現的重要性愈益凸顯，需要特別注意推廣的工作，同時加強這一環的旅遊設備。為此，需要宣傳旅遊活動中心及保養和更新現存的設備，使中心的多種不同功能得以發揮和獲得充份利用。

一九九八年的整體目標是，增加旅客數目、吸引高素質的遊客、延長留澳的時間和增加人均開支、推動各類大型會議和促進旅遊活動、發展和改良旅遊產品並參加國際組織等。列為優先的工作如下：

- 令澳門成為獨立的旅遊終點站，基礎在於本地區的特徵和擁有與所處區域相異之處；
- 推行具挑戰性的推廣政策，針對市場中的各個特別環節，而目標市場則列為優先；

- 發展具素質且多元化的旅遊產品，其間要充分利用澳門的文化、歷史特點、風俗、傳統和特徵；
- 貫徹區域間旅遊一體化的政策，且按照珠江三角洲協定的規定聯同廣東省和香港的旅遊機構參與推廣的工作，並在Internet內推出珠江三角洲的推廣網頁；
- 加強澳門對國際和地區旅遊機構的參與能力，並充分利用由此而帶來的機會，尤其是世界旅遊組織、亞太旅遊協會(PATA)、國際大會與會議協會(ICCAs)、東亞旅遊協會(EATA)和亞洲會議及旅客協會(AACVB)；
- 繼續推行旅客輔助辦公室的工作，以保護旅客的利益；
- 增設賽車博物館和葡萄酒博物館的展品和重整兩館部份區域；
- 推行一套適宜且實用的旅遊點指示系統；
- 密切和加強與統計暨普查司的合作，旨在取得有助私人或政府訂定決策的資料；
- 配合和協調與旅遊業者，如旅運業、酒店業和運輸業的經營人的合作和互動條件，作出這些配合和協調不單是為了推廣的工作，而且是為了培訓的工作；

在有關人員的特別培訓計劃方面，旅遊培訓學院將繼續努力於落實欲達的重要目標，就是：提高教育素質以服務澳門的和本區域的社會；確立澳門成為本區域和國際的典範地位，其間要利用本地區在地理位置上所具有的特殊戰略條件。

在一九九七年期內，旅遊培訓學院已因基礎建設的完善而得益，且成為內部重組的對象。另外確定了教師人員的聘用條件以鼓勵從事研究和延續培訓的工作；展開了學術交流的計劃；設立酒店業和旅遊業的研究中心；並開辦了旅業管理的學士課程。

隨著這些工作的展開，應考人數目有顯著增長。

一九九七年，旅遊培訓學院在旅業的教育和培訓方面獲亞太旅遊協會(PATA)頒發Gold Award優異獎，並被接納為世界旅遊組織的屬會會員。

在延續的前提下，一九九八年要開展的工作，表現在以下的目標上：

- 組織一國際性的和跨學科的教師隊伍，素質是優先關注的事項；

- 創造條件以促進理論和實踐兩方面的學術研究和增加知識；
- 加強學術交流，繼續與本區域和歐盟相類的機關接觸；
- 在澳門為本區域的旅遊學校和酒店學校舉行一次聚會，旨在設立一個協會及分享資料和經驗；
- 在旅遊高等學校的範圍內設立一大型會議輔助中心和導遊中心；
- 繼續與本地區的其他機關合作，以便在需要時第二產業的勞工人轉往第三產業。

3.3. 文化方面

澳門百年文化共存所產生的歷史和文化遺產是一個重要的寶庫，是世界上獨一無二的空間和社會活力的表現，是著眼於通過文物保護以肯定求同存異的全盤發展的見證。

確保澳門文化和建築遺產的保護措施的構思和推行是一項優先的要件，這是基於一種連貫性和延續性，基於對文化、歷史和對有關空間的社群的一種尊重和承諾。

結合整個區域發展的歷史轉變前景，促使肯定澳門成為一個需要加以保全的整體價值。

確保澳門文化遺產獲得蒐集、保護和保留的計劃得以延續是政府的目標。確定一些原則以保證澳門文化遺產的保留、長存和獲得廣泛宣傳，因這是後世的重要遺產。

然而，因為文化是人類的產品，反映在每一個社會逐漸積累特徵的多重表現上。因此，必須對當地的科學、藝術和文學等價值的肯定予以重視，同時亦應鼓勵文化人各種藝術和學術的表現。

在這前提下，舉辦和支持活躍澳門藝術和文化園地的活動是一個目標，並將這些活動向國際推展。

在其他文化人的協調下，行政當局負責策劃和推行有助澳門成功參與“九八博覽會”的工作，從中反映本地區最高層次的文化實況。就澳門參加在里斯本舉行的九八博覽會，將加強資源控制，爭取以最低的成本達成預期的目標，並將公佈收支數字，確保公眾的知情權。

對澳門未來的博物館的成功和對未來文化中心的開放亦應投之以同樣的努力，使提升澳門名聲和完全再次肯定“文化之都”形象的工作能與這兩項重要建設的啓用儀式相互配合。

繼續加強與其他國家和地區的文化關係。特別是葡萄牙、中華人民共和國和亞太區。應對葡國文化存在於澳門和存在於東方的尊嚴和永久性予以重視。

在部門的內部計劃方面，首要的目標是蒐集和處理未來澳門博物館的展品和聘用各級職務人員。

為確定澳門文化司署在未來特別行政區內所擔當的角色，進行一些所需的工作是重要的。這即將來臨的時刻需要整體的及和諧的努力。因此，在一九九八年內應針對過渡而重整結構。在為確保保全本地區作為東西文化軸心的特徵而達成的共識和經驗交流下，把本地化程序和人員培訓與現在推行的計劃的延遞性互相配合。

基此，要落實能凸顯文化一環在政府工作內所佔位置的措施。這些措施分述如下：

- 有助保全澳門特徵和促進認識歷史、文化和遺產固有價值的措施；
- 開放設於大炮台的澳門博物館。這博物館會以專題和多面形式開放，且設有先進的資訊系統，此舉主要眼於提高澳門百年生活的尊嚴和使之長存；
- 貫徹援助文化社團和其他文化人的政策，他們的活動有助澳門特徵的肯定；
- 維持中樂團和澳門室樂團的運作，為它們定出計劃，其中有部分是定期為學界舉行音樂會；
- 透過出版鐳射唱片和出外演奏，推廣各樂團的活動；
- 繼續舉辦澳門國際音樂節、澳門藝術節、青年音樂比賽、電影節、粵劇匯演、獨奏音樂會和各類展覽；
- 透過發放助學金和出版研究作品以支持有益於澳門的研究計劃；
- 主辦和支持研討會、座談會、大型會議和其他學術、藝術和文化交流的方式；
- 繼續出版有關葡萄牙人在東方的作品，及繼續出版葡國作家作品的中文版；
- 推廣宣傳書本和讀物，向文化人提供大量刊物；
- 推出“幫助研究的資料庫”；
- 推廣宣傳澳門的作家；
- 確保澳門參與較主要的國際文化盛事；
- 繼續出版《文化雜誌》的葡文版、英文版和中文版

- 加強條件以保護、保全和宣傳澳門書目的財產，繼續處理檔案和書目文件，並使之電腦化；
- 繼續舉辦音樂、舞蹈和舞台劇的課程和比賽。

4. 社會事務暨預算政策

4.1. 衛生方面

衛生政策繼續恪守本地居民獲得衛生服務機會均等的原則，並保證在現有服務素質水平的基礎上，加以完善和提高。

較為重要的措施如下：

4.1.1. 法例本地化

- 核准衛生系統人力資源及法律制度全面本地化的重要法規；
- 核准《精神衛生綱要法》，旨在訂定精神病治療的應遵規範；
- 隨著設立生命科學倫理委員會及聽取其意見後，核准一系列生物倫理學的法律；
- 核准藥物登記的法律制度，及核准旨在有效監督國際管制藥物的規範；
- 核准發出私營醫務所准照的制度。

4.1.2. 衛生基本建設

- 完善仁伯爵綜合醫院和鏡湖醫院間的互補關係；
- 為完全確認多元的衛生文化而設立中醫學中心，並將之納入基本衛生護理公共網絡；
- 增設兩所衛生中心並將之納入基本衛生護理公共網絡，其中一所位於筷子基——取代現有的筷子基及沙梨頭衛生中心；另一所位於氹仔，該中心設有急診部以適當應付離島的緊急情況及在交通隔絕時出現的情況；
- 在仁伯爵綜合醫院設立急性感染／傳染病病人留院區；
- 把澳門衛生司設在仁伯爵綜合醫院附近的獨立大樓內，並為醫院增設120個床位；
- 研究氹仔新醫院的設計及計劃大綱，並將之作為葡國與中華人民共和國合作的可行性計劃提交予聯合聯絡小組，其中包括生命科學及衛生高等教育單位；

- 在氹仔醫院“所在地”設立老年病科及慢性精神病科並使之投入運作，前者作為醫院對處於生命末期的病人作出醫療、社會及家庭援助的最後單位，後者則取代現有的單位。

4.1.3. 其它措施

- 核准一系列有助維持仁伯爵綜合醫院及塔石衛生中心現有的——葡國的及西方的——衛生文化的措施，並加強葡國衛生架構及世界衛生組織(OMS)在澳門衛生系統國際化方面的合作；
- 重新釐定打擊結核病的控制計劃範圍，旨在縮短由疾病症狀開始出現、診斷至開始治療的時間；
- 透過諮詢機關——社區衛生委員會——推廣基本衛生護理網絡，該機關主要是加強各衛生中心與社區的聯繫；
- 將全面檢討及改進官立醫療機構的資源運用效益和對使用者之服務態度，簡化就診程序，縮短預約時間，設立更方便市民的掛號制度。

在國際方面，繼續加強與世界衛生組織在技術上的聯繫，優先項目是群策群力根除一些屬緊急性或復發性的疾病，維持澳門居民的衛生素質標準及使衛生系統國際化。

4.2. 社會工作方面

社會政策將繼續集中於提高貧苦居民的生活素質和水平上，特別關懷社會上較易受到傷害的人士，如兒童、老人、殘疾人士及精神病患者。

較為重要的措施如下：

4.2.1. 法例本地化

- 在強調對家庭援助方面，將核准《家庭綱要法》規範，並就一般的家庭暴力及單親家庭的問題設立一個諮詢辦公室；
- 在殘疾人士方面，將核准《復康綱要法》，其中包括隨後把各機關間的社會援助架構的工作集中在澳門社會工作司；
- 就九月二十七日第90/88/M號法令為托兒所、兒童及青少年院舍制定規章；

4.2.2. 對較易受到傷害的人士的援助方面

- 為弱智人士重設聖瑪嘉烈中心，重組盲人復康中心，並給予符合其社會保護宗旨的資源；
- 在兒童及青少年方面，將設立三間新的托兒所，一所青少年院舍及一所社區中心；
- 在老人方面，與澳門房屋司合作，透過設立為行動不便的老人提供膳食的制度，增加家居援助的服務；
- 在氹仔將設立一所為老人提供特別護理服務的日間中心；
- 將重建嘉模安老院，收容量將倍增並改善服務的素質；
- 將發出“頤老咭”特別優惠的新指南，這是一直獲得本地區居民廣泛參與的舉措；
- 在藥物依賴方面，把預防及治療藥物依賴辦公室納入澳門社會工作司後，繼續將重點放在預防和打擊吸毒的策略上；
- 在這方面，力求鼓勵社會互助的回應能力。透過在特定的環境中——學校、社會及家庭——推廣資訊並加強警覺意識的工作，加強社會的關注和參與；另外開展藥物依賴者重返計劃；
- 繼續深化與公共機構的合作，以及與從事有關毒品問題工作的本地、區域及國際的其它組織合作，特別為非官方組織在藥物依賴者治療及康復領域內所開展的計劃及工作設立財政技術援助機制；

4.2.3. 其它措施

- 促進設立澳門家庭聯盟，作為政府在制定家庭政策時的社會伙伴，亦是討論及推廣其權利及抱負的地方；
- 藉著澳門大學及澳門理工學院的有利工作，為社會專業團體及參與社區工作的人士繼續推行培訓活動；

4.3. 退休及撫恤制度方面

在落實澳門退休基金會新的組織結構及完成納編程序範圍內其所負責的工作後，將力求加強該會的工作能力，保證退休及撫恤制度的有效管理和穩步發展所必需的條件。

因此，將加強培訓工作及提高人力資源素質，並完善有關資訊系統及改善該機構與受益人之間的關係：

由於要繼續完善有關支援的立法工作，將核准特別法例以確保將現行撫恤金法律制度以外的個別情況包括在內，該舉措標誌著該機構的法例現代化程序的結束及再無立法對象。

將貫徹嚴格監管及充份利用退休基金會財政資源的政策。

4.4. 環境和保護消費者方面

4.4.1. 環境方面

環境政策繼續被視為發展程序的一部份，並納入各個行政界別的規劃及管理機制中。

在此情況下，有賴各公共機構加強聯繫，擴大環境工作的範圍，確保在探索有關互補作用的工作上，更能配合各方的努力。

同時，透過發出工業活動准照的程序及推行環境影響的研究，將為經濟活動範圍內的環境因素，尤其是為空氣、水、廢物、噪音及受保護區制定一系列結構性法例提案。

敦促遵守澳門在環境領域中所簽署的國際公約，以及加入新的公約，此舉的決定則視乎是否與本地區將來的地位相符。

將設立一個專責監察、規劃及籌備關於環境狀況報告書的環境資訊系統，以加強行政管理，此舉把環境／發展兩者間的各個層面納入規劃及管理的機制中，優先工作是透過教育系統的參與向居民提供環境教育，尤其是兒童及青少年，並向執行環境政策的人員提供專業培訓。

4.4.2. 保護消費者方面

在保護消費者方面，將設立“消費者爭議自願仲裁中心”，該中心設在消費者委員會內，並公開吸納有意加入的實體。

按照多年前澳門立法會所通過的法律，制定保護消費者政策的一般方針，為消費產品的安全立規將成為消費者委員會的優先目標。

因此，將核准及廣泛宣傳預防出現影響消費者健康或安全的危險情況的規範。

4.5. 預算及財產方面

4.5.1. 稅務方面

課稅政策將繼續完善管理工具，旨在使稅制現代化及與本地區社會和經濟實況相配合。這是基於稅制的傳統特徵，如：低稅收、沒有其他稅務體系的某些課稅項目。

在這前提下，將核准《課稅程序法典》，這是規範稅制的其中一項法規，並以之取代《稅務施行法典》（一九五零年十二月十二日第38.088號命令）及其他生效的程序法例。

同樣，將核准《稅務優惠綱要法》，當考慮到亞太地區稅制時，在吸引外資政策中，這是一項十分重要的法律。

為求避免在澳門的葡國企業或居民、或在葡國的澳門企業或居民所得稅重疊的情況，將商討一個旨在避免雙重課稅及預防在所得稅方面逃稅情況的協議。

同樣，將核准新的《印花稅規章及總表》，並完成該稅制改革的研究書。

在所得補充稅方面，將提交修訂草案，旨在簡化課徵對象制度，以及修改關於可徵稅事宜的範圍及科罰的規定。

最後，為取代先前的法例，新的《物業轉移、繼承和贈與稅法典》將進入立法程序。

4.5.2. 預算方面

在預算方面，優先策略是繼續嚴格控制成本以求達致預算平衡。這是考慮到因某些收入項目的消失而預計收入的增長將會放緩。

將對收納處、司庫部的常設基金及行政自主實體的財政制度進行規範，並重新編制關於會計登記和邏輯資訊整合的代號資料。

隨著行政活動的簡便程序手冊的制訂，法例本地化程序將完成。

繼續努力完善預算和政府投資發展開支計劃的執行工具，以保證最有效地運用可動用的財政資源。

4.5.3. 財產方面

將完成公共行政當局的本地公務員住房分配程序，這是社會政策及本地區房屋管理政策的重要部份。

將完成檢討法律和管理機制的程序，旨在改善及簡化以本地區作為簽署人的不動產租賃合同的監督，並使屬本地區所有權的不動產的登記情況正常化。

同樣，將完成行政當局所管理的財產的清單及登記程序，同時頒佈規範有關取得、管理及轉讓的規定。

5. 司法政策

展望直至澳門管治權移交給中華人民共和國澳門特別行政區這段期間，在司法領域的活動安排可分為下列四大目標：

- 將法例本地化及現代化；
- 司法人員本地化；
- 將予以保留的現行法例翻譯成中文；
- 將澳門的法律體系國際化；
- 管理司法資源。

5.1. 法例本地化及現代化方面

5.1.1. “重大法典”的本地化方面

現時尚未進行本地化的下列三大法典，在立法會參與下制訂相關的條文並送交聯合聯絡小組磋商後，將於一九九八年通過及公布：

- 民法典；
- 商法典；
- 民事訴訟法典。

5.1.2. 司法體系的現代化和本地化方面

將制訂澳門司法體系的組織法規，送交聯合聯絡小組磋商後，並在一九九八年通過及公布，包括：

- 法院及檢察院組織法；
- 法院司法官及檢察院司法官通則。

同時，即將展開工作，旨在設立取代現時審計法院的財政審計專員公署(Comissariado de Auditoria Financeira)，並為其運作訂立規章。

5.1.3. 公證體系的現代化方面

登記暨公證機關的新組織法及其工作人員通則生效後，

隨著私人公證員通則的修訂，公證體系現代化的工作期望於一九九八年內完成。

5.1.4. 司法領域各部門的法律規範秩序現代化方面

爲了改善各部門的運作，將修訂其中一些部門的人員職程和組織結構，因此：

- 將向立法會呈交路環監獄看護人員職程新制度草案；
- 將向立法會呈交設立少年感化院教育人員職程草案；
- 澳門身份證明司將因應未來葡萄牙總領事館的權限進行重組；
- 法律翻譯辦公室將進行重組，以便能切實地制訂雙語法規。

5.1.5. 司法領域內其餘法律規範秩序的現代化和本地化方面

爲完備澳門的法律架構，尚需制訂各項法規。因此，在一九九八年將制訂、通過及公布以下法規，倘未能完成則在一九九九年繼續進行：

- 民事登記法典；
- 物業登記法典；
- 商業登記及法人登記制度；
- 動產登記制度
- 公證法典；
- 著作權制度；
- 對外貿易仲裁制度；
- 規範海上貿易的法規；
- 規範行政訴訟程序的法規；
- 爲刑罰及保安處分的執行程序制定規章；
- 爲未成年人司法管轄範圍的教育及社會保障制度制定規章；
- 爲法院的收費制度制定規章。

5.2. 現行法律翻譯方面

這項目一方面涉及所有自一九七六年至一九九一年在本

地區生效的規範性行爲(由一九九一年起，所有規範性行爲均具備雙語文本)；另一方面，則涉及一九七六年以前的行爲。

預料於一九九八年內可以完成上述第一部分的所有規範性行爲(法令、訓令及批示)的翻譯工作，餘下少數屬於第二部分者則留待一九九九年完成。

5.3. 參與國際法律秩序

希望透過這項目，使澳門地區在國際法律秩序中的伙伴地位得以鞏固。

因此，預期在一九九八年內可以核准關於在逃違法者移交的協議範本，以及預期約二百項涉及社會及政治等多個領域的國際公約，經聯合聯絡小組磋商取得圓滿成果後，能伸延至澳門生效。

另一方面，在明年還需預備兩份有關經濟、社會、文化權利的國際公約及公民權利和政治權利的國際公約在澳門適用的第二次報告書。

5.4. 管理司法資源方面

在人力資源和配備方面作最佳的投資是改善各部門運作的基本條件。因此，在一九九八年預期進行多項關於人員、配備、電腦化、設施及程序等的工作，其中要強調的是：

5.4.1. 人力資源方面

- 完成新一批見習司法官的培訓工作，並繼續向一九九九年完成實習的學員提供培訓；
- 爲司法文員職程開辦或完成一項入職實習及爲兩個職級的晉升的培訓課程，以及一項法院書記長的培訓課程；
- 開辦進入登記局局長及公證員職程的實習課程；
- 除已委任者外，將委任本地化的新登記局局長及公證員；
- 爲登記及公證文員職程開辦或完成一項入職實習及晉升至各職級的三項培訓課程；
- 培訓在法院專門從事即時傳譯專業工作的傳譯——翻譯員；
- 增加路環監獄看護人員的數目；
- 繼續爲各部門招考雙語人員以填補人員編制中的空缺；

- 為編制內的人員舉辦語言及技術的培訓，尤其是電腦的應用。

5.4.2. 設備及電腦化方面

- 法院、檢察院、登記局及公證署等辦事處的資訊化；
- 為少年感化院主樓暨培訓大樓，以及路環監獄行政區域及男女囚犯區域購置設備；
- 為司法警察司購置新車、新的電訊設備和攝影器材，以便改善運作情況；
- 為司法警察司的司法鑑定化驗所購置設備；
- 在各部門行政管理及刑事資料領域中，加強電腦的應用。

5.4.3. 設施方面

- 為使法院大樓更具莊嚴性，並使法院的服務人員有更好的工作環境，通過適當的工程及重整使用空間，重新佈置普通管轄法院；
- 完成將海島市公證署重新設置於新大樓以及將物業登記局重新設置在因商業及汽車登記局遷出而騰空的設施內的工作；
- 改善路環監獄及少年感化院的居住、培訓及行政設施；
- 完成在本地區醫院設置羈留病房設施的工作；
- 完成派駐一支司法警察司分隊往氹仔的工作；
- 在黑沙環區派駐一支司法警察司分隊；
- 修葺龍嵩街的司法警察司及澳門政府印刷署較為殘舊的設施。

5.4.4. 程序方面

- 為新司法組織將設立的法院的投入運作創造條件；
- 為自願仲裁機關的設立及運作提供協助；
- 定期對登記及公證部門，以及私人公證員進行監督；
- 維持及發展與司法領域的部門以及其他部門和機關(例如：教育暨青年司、澳門社會工作司、勞工暨就業司、澳門房屋司、母親會、明愛中心)的合作，以便扶助成年及未成年的不法分子改過自新，重返社會；

- 在路環監獄實行一項計劃，目的是在技術員的指導下，透過在獄中服刑的父母與其子女定期會面，加強他們之間的關係；

- 與明愛中心合作開展暫時收容中心的工作。該中心旨在向處於刑事訴訟程序的人士或受司法管轄的未成年人在保釋期間提供協助；
- 加強各個刑事警察部門與司法當局之間的合作；
- 完成將犯罪紀錄證明書的檔案儲存於CD-ROM的工作；
- 設立及推廣法律及司法見解資料庫並提供查閱；
- 繼續舉辦以中葡文進行法律諮詢與推廣的活動，並協助刊登和出版有關澳門法律的著作；
- 出版中文版澳門“法律辭典”；
- 深化與中華人民共和國的學術機構、大專院校及司法機構的合作，加強對澳門法律的推廣和認識；
- 在司法領域方面，推廣中文的應用；

6. 保安政策

長久以來，安全和福祉都是市民的冀求，亦是組織健全的社會所追求的最主要目標。在現代化和開放的社會裡，維護安全和保障個人自由互相依存，是一種辯証的關係。因此，為著更有效打擊罪惡，必須在尊重基本保障和自由的前提下，一往無前地進行完善刑事法律並使之更切合實況的工作，而自由和保障是第三個千禧年伊始人類引以為榮的因素。

澳門，澳門的社會及其結構性的政治法律體系均標誌創作自由和個人自由，整體上是代表澳門過去的重要的一環，是必須保留的。

然而，近來各種犯罪，尤其是有組織的暴力犯罪十分猖獗，嚴重威脅個人自由、生命及財產及社會安寧，保安部隊竭盡全力打擊和撲滅罪惡。

為澳門特別行政區籌劃的獨特地位是了解和善意的政治意願的典範，而落實這地位的最後步驟是考驗我們能力的挑戰。

澳門是一個進步和富有現代特色的地區，將來亦是如此。其中和諧地融匯著多元文化、人道主義、寬容和求同存異的精神。

這就是本地區保安政策的構思藍圖。然而，我們亦應清楚了解實際的環境。澳門的面積和地形、邊防薄弱、人口規模和結構、以博彩業為主的經濟特性等都是必須與局勢的變動相結合來考慮的結構性因素。局勢的變動如：最近香港主權的移交；鄰近的中國地區有計劃地冷卻過熱的經濟；與澳門關係密切的多個亞洲國家和地區的經濟增長出現明顯下滑等。

一九九八年保安政策的原則及主要目標是預防、打擊和遏制犯罪活動，阻止非法移民，降低罪案發生率，以保障澳門社會的安全和穩定。

不屈不撓、積密細緻、通情達理和深思熟慮，是保安政策原則的金科玉律。

在計劃方面，一九九八年保安政策的施政方針所包括的指引有：組織方面、行動執行方面、還有改善與保養基本建設和配備以及為澳門保安部隊高級公務員本地化作出妥善準備等方面。

在組織方面：期望能在法律範疇和內部聯繫上提高指揮和控制的能力；加強各部隊與其他警察部門之間的合作；完善各種既定計劃並提出新的計劃。

在行動執行方面：我們希望加強應付各種情況的能力；對現行計劃進行測試及按計劃進行訓練；改良架構；加強與鄰近地區保安部隊的聯繫；與市民保持緊密接觸和聯繫；並改善內外情報的搜集和處理的能力。

為了更有效的打擊犯罪，將加強情報收集分析，加快反應速度，提高破案率，並嚴防黑社會滲入警隊。

在改善和保養基本建設方面的指引是，完成所有重要工程及繼續妥善保養現存設施。關於配備方面：敦促妥善保養和善用現存的工具；並合理地購置能在質與量上強化行動能力的配備。

在繼續本地化工作方面：在保安部隊高等學校和有關部隊接受培訓的本地公務員接受各種訓練以擔任澳門保安部隊領導職位。在他們要肩負重任的關鍵性階段，我們要注意的是繼續推行既定的計劃。基此，在一九九八年間，整個有關程序均會予以鞏固，以期在一九九九年初，實現指揮和領導等高級職位的本地化。

為了落實上述的指引，須開展下列工作：

6.1. 組織方面

- 繼續推行有助指揮和控制一切行動的組織性措施，例

如：連繫和集中保安協調辦公室、行動協調中心和聯合行動指揮部的工作、物資和現職人員；

- 繼續致力簡化行政程序，並以加強人員的雙語能力作配合；
- 按照將訂定的模式，為海關的結構和工作的發展作準備；

6.2. 行動執行方面

6.2.1. 內部方面

- 引入新概念和修改現行的程序以改善行動的執行情況，並執行嚴格的紀律措施和表揚優良的行為，以激勵人員的毅力和決心；
- 配合固定的和可調動的人力資源及陸上和船上的新設備，以推行海岸監察措施；
- 為回應近年《刑法典》、《刑事訴訟法典》、《道路法典》、《有組織犯罪法》等法例的頒佈及為加強基層警務人員在執法工作的信心，將編製給予基層警務人員的工作指引，並透過定期的講解和在職培訓，協助基層警務人員充分了解。
- 加強向市民提供資料和提高市民警覺性的推廣工作，以便市民參與預防及打擊犯罪的活動，為此，加強與代表市民的社團和其他機構的關係；
- 為更好地加強警民合作，鼓勵居民及時向警方報案，保安部門將會進一步完善報案程序，使有關手續更為簡便快捷，以達共同打擊罪案目的。
- 繼續推行預防及打擊青少年犯罪活動的工作，尤其透過保安、教育和家庭等方面的負責人之間的合作；
- 為保障青少年健康成長及打擊青少年犯罪和青少年吸毒問題，將加強監管娛樂場所、掃蕩毒品、檢控違法售賣藥物和色情物品，以及打擊有組織犯罪集團。
- 鼓勵向市民解釋以及聯繫及接近市民和青少年的一切工作，例如考慮協助成立自願消防輔助小組和“輔警”的可行性，此舉旨在於發生嚴重意外或災難時他們能發揮作用；
- 繼續向市民提供資料的工作，以預防嚴重意外或災禍的發生，並制訂解決此類事情應採取的措施；
- 繼續在民防領域的預防措施方面進行策劃和訓練的工

作，協調澳門保安部隊與其他實體的行動，尤其是衛生司和澳門國際機場；

- 繼續推動保安部隊和司法警察司各機構及部門之間的合作，加強協調和採取聯合行動，以便繼續有效監察和打擊那些有可能危害社會治安的犯罪活動。

6.2.2. 對外合作方面

- 維持並加強與廣東省政府及保安部隊的合作，繼續雙方的定期接觸，令各種聯繫渠道保持暢通，加強聯合行動的能力，並加強打擊非法入境、犯罪活動和有組織犯罪活動；
- 繼續和發展與香港政府、保安部隊和出入境處的緊密聯繫，以便能更有效地控制來往兩地的人士，特別是受嫌疑者的動向；
- 加強與本區域內各個地區和國家的保安部隊和部門的合作措施，以預防及打擊非法入境、犯罪活動和有組織犯罪活動；
- 繼續與“香港消防事務處”緊密聯繫，以便在預防和行動方面進行教學交流，此舉在於提升人員的素質和加強服務市民的效率；
- 與“世界海關組織”維持和發展聯繫，以求令海關的監控措施更有效；
- 在民防範圍內維持和加強與區域性機關的合作，特別是颱風委員會(Typhoon Committee)。

6.3. 基本建設和配備方面

- 引入新的技術資源，協調運用現有配備以爭取最大效益，從而增強應變能力和提高警隊行動的精確性；
- 增強資訊設備的功能和使用其他新科技，例如在電子監察方面，以完善監控出入境和身份認別的工作；
- 繼續以前重整指揮部和部隊的既定工作，如：修葺供水警稽查隊指揮部和特警隊營房使用的大型基礎建設；
- 透過完成治安警察廳的海島警務廳和氹仔警司處的設施，以及透過外港新堆填區警區和媽閣區消防隊分站的運作，繼續在本地區城市範圍設置各類部隊；
- 在一宗假設的嚴重事故中，就本地區現有的救護車的協調使用訂定計劃並進行測試，並就同一情況研究設立疏導交通的人力及技術系統。

6.4. 本地化和培訓方面

- 按既定的計劃繼續本地化程序，預定在一九九八年初完全填補廳級主管的職位；
- 在一九九八年第二季度舉辦指揮及領導課程，以便在一九九九年初能委任填補各部隊和部門的指揮及領導職位的負責人；
- 跟進及監察擔任主管職位的已本地化人員的工作，賦予他們一切應有的權力，並在他們任職初期提供必要的協助和資源；
- 透過繼續舉辦保安部隊高等學校警官培訓課程，預計部隊中高級公務員的變動情況，並將在一九九八年第四季度開辦第五屆警官培訓課程；
- 善用澳門保安部隊高等學校(葡文簡稱ESFSM)及所培訓的人員以供行政當局使用，並預期為來自本地區以外的學生開辦有關課程；
- 繼續努力培訓和完善部隊人員的技能，例如在本地區和外地開辦課程及進行實習。在開始時倘有需要，可尋求外地技術人員和導師的協助；
- 按其他部門的需要安排一些高級公務員配合架構上的和本地化的工作。

7. 運輸及工務政策

還有兩年多，本地區的管治權便要移交，除了要完成既定和已動工的公共工程並使之投入運作，以及延續本領域在過去訂下和多年來一直遵循的政策及策略外，無論從那一點看，都需要對運輸和工務政策進行更新和調整，這樣才可配合當前的新情況及新局勢。

這種做法並非墨守成規，而是為本地區的發展及現代化進程引入一股更強大的動力。目的是為澳門迎接未來作好準備，使本地區擁有發展經濟和社會政策所需的基建及設備。

利用和擴大現有的基建及大力支持興建中的其它基建，對延續澳門的經濟發展是相當重要的。

尤其是，合理確定工程成本，嚴格控制追加投資，認真監督工程合約的履行狀況，依法追究違約責任。

這些基建對人力資源的要求將優先用於聘用本地居民。

同樣，道路網、基本衛生、公共交通以及社會、體育及休憩設施，是評定居民生活素質好壞的基準，它們的擴展及現代化將會繼續受到特別的關心和注視。

為較貧困的社會階層提供適當居所的社會房屋政策，亦將長期備受關注，但不會不繼續尋求可行的策略及可靠的機制，以維持地產市場供求的平衡。

公務員本地化基本上將會進入最後階段。為此，將會在適當時候採取必要的措施，以確保公共服務得以延續並提高效率 and 素質。與此同時，在不影響正常的服務素質下，將繼續招聘人員填補現有的空缺，並為他們提供技術培訓。

為達到上述目標，將會在下述多個方面實施多項的措施和工作。

7.1. 大型基建計劃方面

7.1.1. 澳門國際機場

澳門國際機場專營公司及其他投資者負責履行的一九九八年目標主要是，不論在成本或素質方面，優化與澳門國際機場營運有關的一切業務，並為所作投資的營運生利而繼續推廣的工作。

預料一九九八年進行的工程包括，「通用航空」的飛機庫和客運大樓以及碼頭。

7.1.2. 橫跨氹仔水道的澳珠大橋

這是一項相當重要的工程，可以明顯地改善澳門從陸路進出中國內地的情況，因為現時關閘的通道已不敷應用。兩地進出情況的改善，對中澳兩地日益頻繁的客運及貨運有正面的影響，其間，會促進經濟及增強澳門對所處區域的影響力；此外，也可易於與廣東省建立更好和更方便的聯繫。

雖然該項計劃仍在中葡大型建設協調委員會研究當中，但預料將在一九九八年首季末期開始動工，施工期預計為十八個月。

7.1.3. 私人大型投資計劃

就興建澳門國際新港及澳港大橋所交來的多份研究書，可以反映出私人投資者對澳門具有信心。

由於這些計劃對澳門的經濟和自主有著相當的重要性，所以行政當局在政策上一直大力支持，並會密切跟進有關研究的進展。

7.1.4. 澳門文化中心

澳門文化中心是一項十分重要的建設，它能滿足澳門居

民對各類文化活動發展的渴求。該中心計劃用作舉行大型文化活動，設有兩個會堂和一個博物館用場地。現時在興建當中，預計於一九九八年末竣工。

7.2. 公共工程方面

為改善不同機構和部門的設施條件以及便於運用某些社會設備，在行政的各個不同領域內，將動工興建和落成以下各項主要工程：

7.2.1. 公共建設方面

a) 機關建設

現時仍在計劃或競投階段，將在一九九八年動工的工程主要有：

- 第二審法院及終審法院新設施；
- 立法會新設施；
- 立法會主席及終審法院院長官邸。

b) 衛生建設

現時仍在計劃或競投階段，將在一九九八年動工的工程主要有：

- 精神病科新大樓及老年病科新大樓，這兩項建設預料會納入將來的氹仔醫院；
- 筷子基／沙梨頭新衛生中心；
- 嘉模安老院新大樓；
- 設於仁伯爵綜合醫院的衛生司新總部。

c) 體育設施

小型賽車跑道附屬設施，包括觀眾席、控制塔及後勤區。工程剛開始，預計一九九八年內完成。同時，處於計劃及競投階段，於一九九八年動工的工程有：毗鄰澳門運動場的訓練中心及奧林匹克標準泳池。

d) 教育建設

台山區職業技術中學及黑沙青年旅舍均在興建當中，預料於一九九八年落成。

e) 文化設施

在這方面，除先前提及的澳門文化中心外，在一九九八年落成或動工的有：

- 澳門博物館；
- 郵電博物館；
- 塔石大樓改建為澳門文化司總部工程。

f) 其他建設

在興建當中及於一九九八年竣工的有：

- 特警隊新大樓；
- 鄰近澳門污水處理廠的電力公司變電站及停車場。

7.2.2. 道路及交通整治工程

a) 交通建設

路氹連貫公路擴寬工程，將於一九九八年完成。此外，將會開展路氹連貫公路與興建於路氹填海區與橫琴島間的新大橋的接駁工程。同時，將建造一條行車天橋連接外港新堆填區和友誼大馬路，以及在文華東方酒店東邊填海造地，該兩項工程現正進行當中。

將採取適當措施減低各行車天橋兩旁住戶所遭受的噪音干擾。

b) 道路重整

澳門是世界上人口密度最高的城市之一。因此，交通是個複雜的問題，而本地區行政當局對解決該問題一直表示關注。

因此，工作優先集中在重整有欠平整的道路及行人通道，其中包括：

- 南灣大馬路、關閘前地以及內港(第二期)的重整工程；
- 在外港新堆填區東面架設行車天橋。該天橋把外港新堆填區以南的海邊道路連接友誼大馬路及外港堆填區，以及在何賢紳士大馬路架設橫跨青洲大馬路的行車天橋；
- 在外港新堆填區南面海邊道路以及在氹仔澳門運動場附近架設若干行人天橋；
- 連接南灣至內港的外圍道路。

c) 交通

正如上述，將會完成澳門污水處理廠附近的一個停車場的建造工程。將繼續改善交通監控系統及中央交通燈系統。

7.2.3. 本地區的景觀整治

本地區對景觀及名勝古蹟的整治工作，是為了改善居民的生活素質，是一項長期不斷的工作，更由於本身所存在的複雜性以及必須使都市的規劃、建築及景觀等方面互相配合，因此這些工作通常都必須跨越一年。

正在研究中而將落實的工作有：

- 沙梨頭海傍區及氹仔北面市政公園的整治研究；
- 總督府一帶、外港新堆填區至外港堆填區水道、馬拉松圓形地、外港新堆填區以南海邊以及澳門運動場周圍明渠的景觀整治；
- 正在動工的黑沙環新填海區海邊景色怡人的行人道；
- 在南灣人工湖裝設音樂噴泉；
- 動工興建並安放觀音菩薩像及屬於該名勝組成部份的文化輔助設施；
- 在路環高頂興建神座並安放天后神像。

7.2.4. 基本衛生

將要繼續制訂的工程計劃及施工有：

- 完成路環污水處理廠工程及路環排水網工程（第三期）；
- 完成澳門半島由燒灰爐至法院一段的“環形截水溝”；
- 筷子基、西北區、南沙梨頭及氹仔北區的衛生網、排水網及基建網；
- 厚望聖母灣(部分)、外港新堆填區至外港堆填區水道及沙梨頭北灣東邊的填海及基建工程。

7.2.5. 其他基建

由土地承批人負責，正處於研究或施工階段的各項工程有：

- 南灣海灣整治工程；
- 北區／西北區基建工程。

7.3. 社會房屋及經濟房屋方面

在社會房屋的總政策方面，一九九八年開展的主要工作如下：

7.3.1. 研究及計劃

預計完成有關出售或出租單位需求的研究，以及清拆非正式建築物，作為房屋計劃的補充項目。

7.3.2. 立法措施

- 制定一項使社會房屋承租人能夠購買居住單位的法規，並制定另一可彈性使用按房屋發展合同回報給房屋司的單位的法規；
- 修訂經濟房屋及社會房屋方面的法規，以切合當前實際情況。

7.3.3. 房屋的興建

- 推動及鼓勵簽訂居住用途的房屋發展合同，預計一九九八年有3772個單位落成；
- 跟進筷子基平民坊、馬場區HR/HS地段的計劃和建築工作，以及跟進對“Panasonic”的批給。

7.3.4. 房屋司屋邨的修葺

- 鑑於有需要改善及提高居住環境的條件，繼續修葺屬房屋司財產的屋邨；
- 加強監督平民坊及經濟房屋公共地方的管理工作。

7.4. 土地批給方面

近年來由於房地產界遇到困難，一直以來土地的需求缺乏預期的動力，因此都適當地控制新土地的批給。

這樣，來自土地批給的收益一直未如理想，造成這個境況的原因是因為到期溢價金被拖欠。

在總結上述情況後，按個別情況尋求能符合公共和投資者利益的解決辦法。

對於拖欠溢價金，當經努力不能制定具體解決辦法的時候，將依法收回土地。

在土地利用的回報方面，必須強調經濟房屋供應的增加、學校網的擴大以及社會設施的增設。

7.5. 地圖繪製及地籍方面

一九九八年有關部門的工作計劃，特別是：

- 提供和更新儲存在CD-ROM內的比例為1/10,000和1/20,000的本地區基本地籍圖並繪製專題地圖；
- 更新本地區土地的系統化地籍及其公布工作；
- 重組現有的電腦網絡並使之現代化，以便推行“Imaging”和“Workflow”系統。

7.6. 海事活動方面

為了貫徹過去數年所推行的施政方針，一九九八年澳門港務局負責執行的海事活動的一般指引包括：

- 確保船艦的海上安全，包括開展搜索及拯救行動；
- 跟進水文繪製、疏浚航道和有關作業範圍及海上信號系統等工作；
- 保護海洋環境，加強保護環境及防止污染的措施，特別是由碳氫化合物引致的污染；
- 跟進國際海洋組織的工作，特別是澳門作為屬會成員的國際海事組織(IMO)；
- 澳門航海學校的工作包括：無論專業、業餘愛好以至運動等方面的海事培訓、推廣海事活動、協助及推廣與海事活動有關的學習和研究；
- 與珠江三角洲水力資源委員會(PRWRC)、澳門土木工程實驗室(LECM)和葡國國家土木工程實驗室(LNEC-PORTUGAL)共同參與澳門周邊海域綜合規劃研究的計劃；
- 澳門海事博物館在博物館學、研究和文化活動等方面所開展的工作。

關於海事活動以及由政府船塢負責建造和維修船隻方面，一九九八年將要開展的工作為：

- 為澳門國際機場完成一艘作拯救用的船隻；
- 更換水警稽查隊兩艘“澳門”級水警輪的推進系統；
- 在澳門港務局和水警稽查隊的輪船維修站進行修理和保養工作。

7.7. 民航活動方面

一九九七年，為民航系統各方面在質量和數量上所定的主要目標均已達到。期望一九九八年能有一個操作穩定的整體計劃，藉此繼續加強其在規範性、商業性和組織性的層面。

本地化程序正以決定性的步伐前進，它與目前的招聘和培訓計劃緊密地連繫在一起。

將於一九九八年投入運作的一所培訓中心，其設立對民航中較專業範疇內的本地技術員的培訓將作出肯定的貢獻。

將繼續協商空運協議，這些協議均集中於澳門國際機場和澳門航空公司空運經營人的直接商業利益上，這些協議的協商工作將得到行政當局的協助。

監察、簽發准照和發出證明書等方面的工作將繼續確保澳門國際機場一直以來運作的安全程度。

還要尋求方法，不論是透過提高競爭能力抑或透過吸引顧客及使顧客多元化的方法，使民航的整體貢獻能在本地區的發展計劃中表現得更為積極和有效。

此外，尚要改善民航系統各代理人與本地區其他經濟界別間的合作方式。

7.8. 氣象及地球物理方面

按過往數年所推展的施政方針，地球物理暨氣象台將就其職能展開工作，主要是完善的工作和在氣象監測範圍內採用現代科技，為一般目的和特別為保護航空和航海操作而進行氣象監測；另外，亦開展監測空氣質量和地震活動等方面的工作。

在作為聯合國組織機構的世界氣象組織的一些計劃中，特別是在世界氣象監測、世界氣候規劃以及全球觀察系統等計劃方面提供協助。

7.9. 郵政和電信方面

考慮到郵電司作為公共郵遞服務的提供者和電信監管當局，其指引方針較諸一向所採取的總指引並無重大改變。因此，就一九九八年繼續進行的重要工作簡介如下：

7.9.1. 郵政方面：

- 隨著人口和都市發展而調整銷售網。為此，會在友誼大馬路、海洋花園城和濠景花園城開設新郵站；
- 發展傳統服務及引進新服務和新郵品，以滿足使用者需求；
- 發展集郵活動，其間著重推廣澳門的形象和文化；
- 改革郵政法例，以配合目前的需要。

7.9.2. 電信當局的職能方面：

- 協助發展未包括在專營制度內的新電信公共服務，並跟進其推行工作；
- 確保適當地管理無線電頻譜，並為無線電監察站適當地裝置新設備；
- 制定規範本界別所需的法例。

電信公共服務專營公司所開展的工作是跟進科技發展，這發展必須由有關部門按照法律和專營合同的規定予以長期關注。

7.10. 運輸方面

將繼續跟進和監察海陸客運操作人的活動，著重要求提高服務的質量。

關於澳門航空公司空運經營人方面，將繼續發展的目標包括：擴展機隊及增加航點，保持該公司的競爭力和加強商業活動。

7.11. 技術的立法、標準化和規範化方面

除制定之前提及的法規外，繼續進行的工作是使澳門擁有一系列新的和現代化的技術規定和規章，期能改善建築業和其他行業的質量和監管工作。

預期將於一九九八年公布的規定和規章如下：

- 陶瓷製品的規定；
- 都市建築總章程(諮詢階段中)、私人工程簽發准照總章程(完成制定階段)；
- 鋼筋結構章程；
- 興建和裝置升降機及起重機的安全章程、電梯及輸送帶章程、高壓、低壓電纜及電力分站、變電站及分段接駁等章程。

一九九八年還將出版在建築業各個範疇內有助澳門新規範的以下刊物：

- 《鋼筋混凝土手冊》和《地基規模指南》。

7.12. 輔助培訓和研究方面

除有關部門在澳門航海學校、地圖繪製暨地籍學校、地球物理暨氣象台及航空培訓中心等機構開展的培訓活動外，

在已通過的新規章範疇內，將與澳門土木工程實驗室合作為土木工程師開辦培訓課程，並進行技術推廣。

同時亦會開展一個有關土木工程方面的實用的研究項目，包括本地和區域均適用的多個計劃，並由澳門土木工程實驗室透過與澳門大學簽訂合作議定書來推展該項目。

II — 一九九八年度公共投資及發展開支計劃 (PIDDA/1998)

一九九八年之公共投資及發展開支計劃 (PIDDA) 總額增加達澳門幣十九億元，佔該年度本地區總預算案 (OGT) 的預算總開支預測的百分之？。與一九九七年財政年度期初數字比較有約百分之二十六點七的升幅。

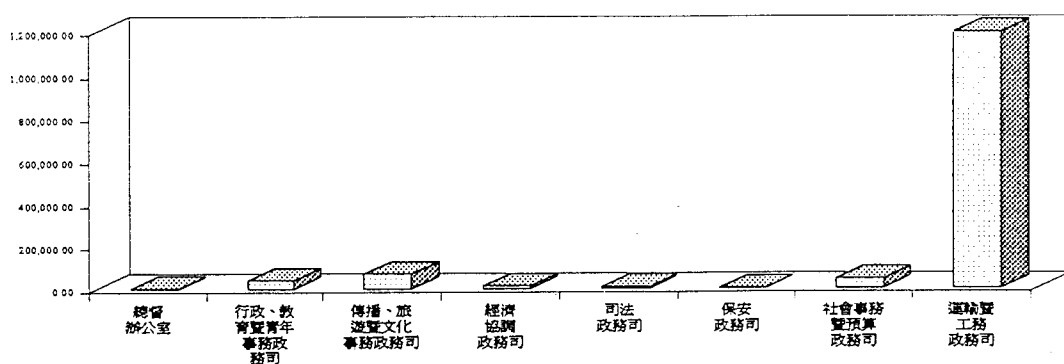
在PIDDA/98的總預算額內，五仟一百九拾萬元撥為備用撥款，另外有五仟萬元是用以支付一系列由土地工務運輸司負責的計劃之同期開支，而其餘十七億九仟八百一拾萬元則分配於一百五拾九項投資項目中。

表 I
PIDDA 預算提案 — 1998
以性質及管轄範圍分類

(千元澳門幣)									
分類	總督辦公室	行政、教育暨青年事務政務司	傳播、旅遊暨文化事務政務司	經濟協調政務司	司法政務司	保安政務司	社會事務暨預算政務司	運輸暨工務政務司	總數
工程	3,700.0	40,800.0	69,055.0	13,000.0	8,750.0	1,200.0	45,130.0	1,240,226.3	1,421,861.3
購置	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
設備	1,900.0	11,366.0	3,000.0	13,500.0	7,981.3	25,350.0	51,120.0	58,012.5	172,229.8
研究及策劃	0.0	0.0	27,550.0	4,200.0	8,200.0	0.0	9,950.0	154,154.6	204,054.6
小結	5,600.0	52,166.0	99,605.0	30,700.0	24,931.3	26,550.0	106,200.0	1,452,393.4	1,798,145.7
備用撥款	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	51,854.2	0.0	51,854.2
同期撥款	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	50,000.0	50,000.0
總數	5,600.0	52,166.0	99,605.0	30,700.0	24,931.3	26,550.0	158,054.2	1,502,393.4	1,900,000.0

預算投資開支分配，以管轄範圍分類

(一仟元澳門幣)



將總撥款以負責部門分類，可察覺由工務暨運輸政務司管轄的工程約吸納了PIDDA/98內工程的百分之七十九點一。

而在餘下之各所屬範圍內，但不計備用撥款，發覺社會事務及預算政務司負責的工程對整體計劃有一定的影響，而比重較突出的有上述政務司、傳播、旅遊暨文化政務司及行政、教育暨青年政務司，分別佔百分之五點六、五點二及二點七。

受工務暨運輸政務司管轄的項目中，值得一提的有直接撥予該辦公室的共十三項總值八億四仟一佰一拾萬元的投資工程（佔PIDDA總數的百分之四十四點三），與及撥予土地工務暨運輸司總值六億二仟六佰二十萬元，共五十六項投資工程。

對投資以性質分類作分析後，看出“工程”一項約佔PIDDA/98內的百分之七十四點八（澳門幣十四億二仟一佰九拾萬元）（表 I）。

表 II

PIDDA 預算提案 — 1998
以參與及管轄範圍分類

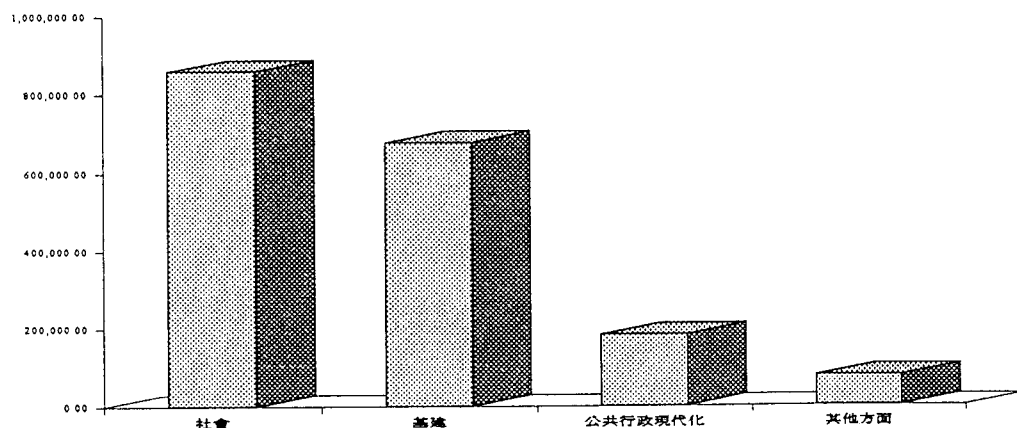
(一千元澳門幣)

分類	總督 辦公室	行政、教育 暨青年 事務政務司	傳播、旅遊 暨文化事務 政務司	經濟 協調 政務司	司法 政務司	保安 政務司	社會事務 暨預算 政務司	運輸暨 工務 政務司	總數
社會	0.0	41,366.0	44,960.0	3,500.0	1,750.0	26,000.0	90,065.0	650,525.5	858,166.5
基建	0.0	0.0	0.0	4,700.0	0.0	0.0	0.0	672,514.9	677,214.9
公共行政現代化	5,600.0	10,800.0	4,850.0	22,500.0	23,181.4	550.0	16,135.0	101,053.0	184,669.4
其他方面	0.0	0.0	49,795.0	0.0	0.0	0.0	0.0	28,300.0	78,095.0
小結	5,600.0	52,166.0	99,605.0	30,700.0	24,931.4	26,550.0	106,200.0	1,452,393.4	1,798,145.8
備用撥款	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	51,854.3	0.0	51,854.2
同期撥款	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	50,000.0	50,000.0
總數	5,600.0	52,166.0	99,605.0	30,700.0	24,931.4	26,550.0	158,054.3	1,502,393.4	1,900,000.0

以參與範圍分類，“社會”約佔澳門幣八億五千八百二十拾萬元，又或可說為總投資開支的百分之四十五點二，其中有百分之五十點三（約四億三千二百萬元）為撥往澳門文化中心的撥款。“基建”一項佔六億七千七百二十拾萬元

，分配在此範圍內的大型工程是有關“路環填海及基建工程”，亦預期在下一經濟年度約須動用一億六千一百八拾萬元。另外尚有在“固體廢料搬移、收集及清潔”工程須動用的一億零一百一拾萬元。

預算投資分配，以參與範圍分類

表 III
PIDDA 預算提案 — 1998
以經濟及管轄範圍分類

(一千元澳門幣)

分類	總督 辦公室	行政、教育 暨青年 事務政務司	傳播、旅遊 暨文化事務 政務司	經濟 協調 政務司	司法 政務司	保安 政務司	社會事務 暨預算 政務司	運輸暨 工務 政務司	總數
土地	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
住屋	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	2,000.0	14,160.0	16,160.0
樓宇	3,700.0	40,800.0	72,055.0	9,000.0	8,750.0	1,200.0	43,130.0	668,762.2	847,397.2
街道及橋樑	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	144,374.6	144,374.6
港口	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
各類建設	0.0	0.0	0.0	4,000.0	0.0	0.0	0.0	412,009.4	416,009.4
土地改良	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
種植	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
運輸物料	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
機械及儀器	1,900.0	11,366.0	0.0	13,500.0	7,981.4	25,350.0	51,120.0	58,012.5	169,229.9
動物	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
其他投資	0.0	0.0	27,550.0	4,200.0	8,200.0	0.0	9,950.0	155,074.6	204,974.6
小結	5,600.0	52,166.0	99,605.0	30,700.0	24,931.4	26,550.0	106,200.0	1,452,393.3	1,798,145.7
備用撥款	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	51,854.3	0.0	51,854.3
同期撥款	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	50,000.0	50,000.0
總數	5,600.0	52,166.0	99,605.0	30,700.0	24,931.4	26,550.0	158,054.3	1,502,393.3	1,900,000.0

投資以經濟類別分類，“樓宇”之比重佔總投資額約百分之四十四點六，即約八億四千七百四十拾萬元。這帳目亦再一次撥款往澳門文化中心之興建樓宇工程上。

按重要程度排列，“各類建造”一項為次位，約佔澳門幣四億一千六百萬，在PIDDA/98中佔百分之二十一點九。在此章目內的工程較特別的為“路環填海及基建工程”。

表IV
PIDDA預算提案—1998
以功能分類

功能分類	(一千元澳門幣)	
	撥款	%
1-公共行政一般事務	181,569.4	9.6
010-一般行政	116,345.0	6.1
020-司法、秩序及治安	65,224.4	3.4
2-公共治安	51,429.2	2.7
010-總部	4,000.0	0.2
020-警察	42,529.2	2.2
030-消防	4,900.0	0.3
040-民防	0.0	0.0
3-教育	33,348.0	1.8
010-行政、規律及調查	10,100.0	0.5
020-教育	16,748.0	0.9
030-職業培訓	6,500.0	0.3
4-衛生	156,865.0	8.3
010-行政、規律及調查	18,000.0	0.9
020-醫療	108,712.0	5.7
030-衛生暨公共健康	30,153.0	1.6
5-社會福利	26,200.0	1.4
010-行政及規則	0.0	0.0
020-社會工作	26,200.0	1.4
030-撫恤金及退休金	0.0	0.0
6-住屋	13,500.0	0.7
010-行政及規則	2,000.0	0.1
020-社會房屋	11,500.0	0.6
7-其他整體及社會服務	606,329.2	31.9
010-文化	502,597.0	26.5
020-體育及休閒	98,072.2	5.2
030-宗教	0.0	0.0
040-天文及地球物理學	0.0	0.0
050-製圖	810.0	0.0
060-社會傳播	4,850.0	0.3
070-勞工事務	0.0	0.0
7-經濟服務	728,905.0	38.4
010-行政、規律及調查	4,850.0	0.3
020-農業、畜牧及漁業	0.0	0.0
030-工業	1,750.0	0.1
040-基建	102,364.1	5.4
050-運輸	229,210.8	12.1
060-通訊	0.0	0.0
070-貿易	0.0	0.0
080-旅遊	25,500.0	1.3
090-土地整理及環境	365,230.1	19.2
小結	1,798,145.8	94.6
備用撥款	51,854.2	2.7
同期撥款	50,000.0	2.6
總數	1,900,000.0	100.0

表V
PIDDA預算提案 — 1998
以機構分類

功能分類	(一千元澳門幣)	
	1998 提案	
	撥款	%
40.03 - 行政暨公職司	2,000.0	0.1
40.05 - 教育暨青年司	40,000.0	2.1
40.07 - 統計暨普查司	5,500.0	0.3
40.09 - 財政司	7,000.0	0.4
40.18 - 身份證明司	4,081.4	0.2
40.19 - 經濟司	3,750.0	0.2
40.22 - 地球物理暨氣象台	4,000.0	0.2
40.23 - 旅遊司	22,500.0	1.2
40.24 - 政府新聞司	4,850.0	0.3
40.27 - 澳門港務局	17,000.0	0.9
40.28 - 澳門保安司	26,000.0	1.4
40.29 - 勞工暨就業司	3,500.0	0.2
40.31 - 地圖繪制暨地籍司	810.0	0.0
40.32 - 司法警察司	3,100.0	0.2
40.34 - 司法事務司	8,250.0	0.4
40.34 - 立法事務辦公室	2,250.0	0.1
40.35 - 土地公務運輸司	626,166.2	33.0
40.36 - 法律翻譯辦公室	3,500.0	0.2
40.37 - 澳門體育總署	10,166.0	0.5
40.38 - 澳門文化中心	22,260.0	1.2
40.39 - 預防及治療藥物依賴辦公室	1,200.0	0.1
40.57 - 澳門社會工作司	25,000.0	1.3
40.63 - 澳門公職人員福利會	0.0	0.0
40.64 - 政府船塢	1,750.0	0.1
40.67 - 澳門政府印刷署	0.0	0.0
40.73 - 澳門房屋司	11,500.0	0.6
40.76 - 澳門貿易及投資促進局	13,250.0	0.7
40.78 - 澳門衛生司	65,000.0	3.4
40.95 - 消費者委員會	500.0	0.0
40.96 - 旅遊培訓學院	3,000.0	0.2
40.82 - 總督辦公室	5,600.0	0.3
40.83 - 傳播、旅遊暨文化事務政務司	46,995.0	2.5
40.84 - 保安政務司	550.0	0.0
40.85 - 社會事務暨預算政務司	7,500.0	0.4
40.86 - 經濟協調政務司	4,700.0	0.2
40.87 - 司法政務司	3,750.0	0.2
40.89 - 運輸暨工務政務司	841,167.2	44.3
小結	1,848,145.8	97.3
備用撥款	51,854.2	2.7
總數	1,900,000.0	100.0

III——澳門經濟及金融展望分析

1-世界經濟發展

1.1. 經濟合作發展組織 (OCDE)

在一九九六，年OCDE（經濟合作發展組織）連續三年錄得經濟活動合理的增長。在一九九六年，綜合內部生產總值由百分之二點二升至百分之二點六。

但是，一九九六年的經濟增長反映了OCDE組織內主要成員的不同經濟表現。在美國，一九九六年的經濟增長由百分之二上升至百分之二點四，經濟增長的主要原因和私人消費及投資的良好表現有關。在日本，一九九五年中實施的稅收和貨幣政策對恢復經濟的增長速度作出有意義的貢獻，雖然，在這年的下半年日本經濟增長速度放緩，但在一九九六年，內部生產總值的實際增長仍由百分之一點四升至百分之三點六。與此情況相反，歐盟經濟卻受到高失業率消費者的信心危機影響，綜合生產總值的年平均增長溫和（百分之一點六比對與上年的百分之二點四），其中尤以德國經濟增長緩慢。與英國的情況相反，法國和意大利內部生產的實際增長總值，特別是意大利的內部生產增長總值維持百分之二以上。

在OCDE組織範圍內，新設立職位（淨）數目為百分之一，這數目對緩和失業率顯然不足（佔就業人口百分之七點五）。在美國，製造業的動力和勞務市場較靈活的政策對設立新工作崗位和減低失業率（下降至百分之五點四）仍然有積極的影響。這種情況則與日本和歐盟的遭遇相反，日本和歐盟的失業率數字分別為百分之三點三和百分之十一點三。

雖然能源價格上漲勢頭強勁（特別是下半年），在OCDE範圍內，通貨膨脹是以緊縮私人消費作為衡量，故此，在一九九六年，通脹率繼續維持在低水平（除高通脹國家外⁽¹⁾，平均通脹率為百分之二）。原產品的國際市場價格低開（石油除外）和產品及服務在國際貿易方面的劇烈的競爭形勢是形成價格和緩增長的原因，這種現象是開放市場和市場全球化趨勢的成果。

隨著一九九五年的百分之九的增長數字後，在一九九六年，商品的國際貿易的增長顯著放緩，增長率約為百分之六（按照世界貿易組織在一九九七年四月在新聞發佈會公佈的估計數字為百分之四點五）。這和緩的增長和OCDE組織國家對製成品的入口需求減低有關（從百分之十降至百分之六點八），特別和歐盟與日本的入口有關，同時亦和充滿經濟活力的亞洲國家和中國的入口有關。

在今年的上半年，國際經濟局勢的發展在撇除現有數字後，資料顯示歐盟的經濟活動正溫和和逐漸地重新活躍起來；在日本，經濟增長放緩；在美國、加拿大和英國，突出的經濟增長仍然持續。整體上，OCDE經濟組織內的工業國家仍以顯著的經濟增長（在第一季百分之三）和低通脹（按照IPC資料，在六月，通脹為百分之一點五）引人注目。

主要工業國家的不同步經濟循環，使人對利息的表現抱有不同的期望，這種情況在貨幣市場反應明顯。在一九九七年九月初，美元兌德國馬克匯率為一美元兌一點八二馬克；美元兌日元匯率為一美元兌一二一日元，這都表明美元與有關貨幣比較，每年升值分別為百分之二十三和百分之十一。從實際匯率來說，在同期，美元升值百分之十一，馬克貶值百分之六，日元貶值百分之四⁽²⁾。

在美國，一九九七年第二季的經濟活動的發展速度減緩，年增長率為百分之三點一比對上一季⁽³⁾的百分之四。即使是增長放緩（其實這已是預料中事），但美國經濟展望的宏觀基礎仍然穩固，原因是經濟增長和溫和的通脹率、職位和私人消費顯著的擴展以至令人矚目的稅收赤字減少有關。

根據OCDE在一九九七年六月發表的預計數字，在今年下半年，OCDE組織成員國的經濟活動的發展將稍微放緩，即使如此，一九九七年經濟平均增長仍為百分之三，是近八年來最高的增長。在一九九八年，內部生產的實際增長將降低至百分之二點七，主要原因是美國的內部生產總值增長放緩的同時，歐盟和日本的經濟活動步伐將稍微加強（圖表）。

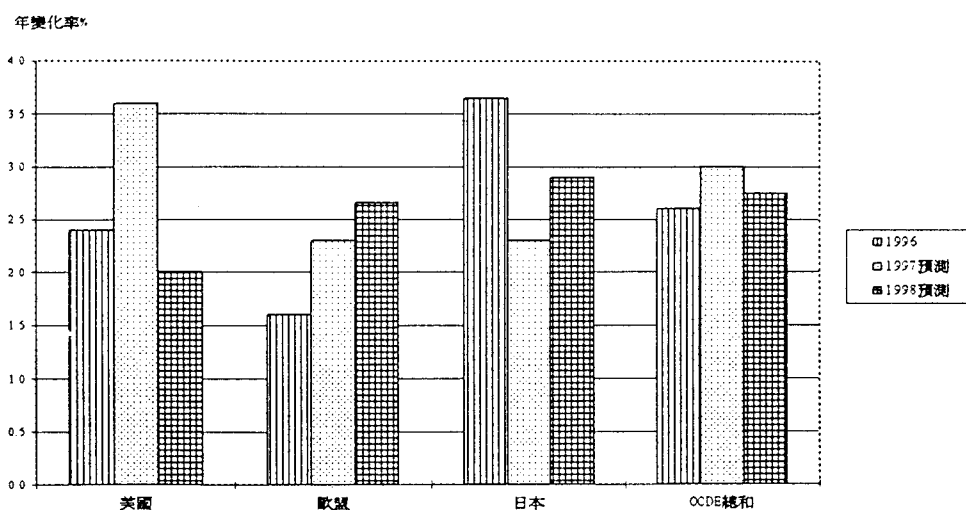
⁽¹⁾ 由九十年代起，平均通脹率等於或高於百分之十的國家（捷克、墨西哥、波蘭、希臘和土耳其）。

⁽²⁾ 根據《經濟雜誌》在一九九七年九月三日公佈的兌換率計算。

⁽³⁾ 除特別指明外，季度內部生產總值的實際增長率是根據OCDE在《主要經濟指標》內公佈的季度內部生產總值（在量方面）和非季節的串連數學計算出來的全年同規模變化。

OCDE 國家經濟增長預測

內部生產實際總值 (PIB)



資料來源：OCDE：一九九七年六月《經濟展望》

歐洲工業國家內職位增長率的復甦步伐緩和，如將此種情況與美國在這方面輕微增長數字結合，可以計算出在OCDE組織範圍內的平均失業率只輕微下降（一九九八年的百分之七點一比對一九九六年百分之七點五）。一九九七年和一九九八年內的通脹率仍然保持在低水平位置（百分之二，高通脹國家除外），預計美國的私人消費價格的增長速度會略略加快（不超過百分之二點五），與估計中歐盟大多數國家情況相反（只下降百分之二）。

OCDE組織估計美國一九九七年的內部生產總值的實際增長為百分之三點六，一九九八年估計為百分之二。在一九九七年下半年初出現的生產力速度放緩現象，應結合各種不同原因來作衡量，其中要特別指出的是強勁的美元和利率可能上升（輕微）的效應，以及就業發展和收入不如理想等因素。特別指出，在一九九七年，私人消費的增長速度減緩，由百分之三點四（是自一九八年起錄得的最高數字）下降至九八年的百分之二點四。

在歐共市，預計一九九七年和一九九八年的經濟活動步伐加快（在一九九七年，由百分之一點六上升至百分之二點三；在一九九八年，增長為百分之二點七）。外部淨需求對一九九七年較突出的內部生產總值的增長作用明顯，原因是美元升值強勁有利於出口，但卻打擊第三世界國家入口。私人消費在經過六年疲弱或零增長境況後，在一九九八年表現較為活躍（百分之二點四），

促使內部需求有較顯著增長。短期內，歐洲經濟業內人士的信心極端依賴於歐洲統一貨幣落實的發展，因此，如對此問題舉棋不定或推遲設立歐洲貨幣將對財經市場和鞏固正在復甦中的經濟有深長的影響。

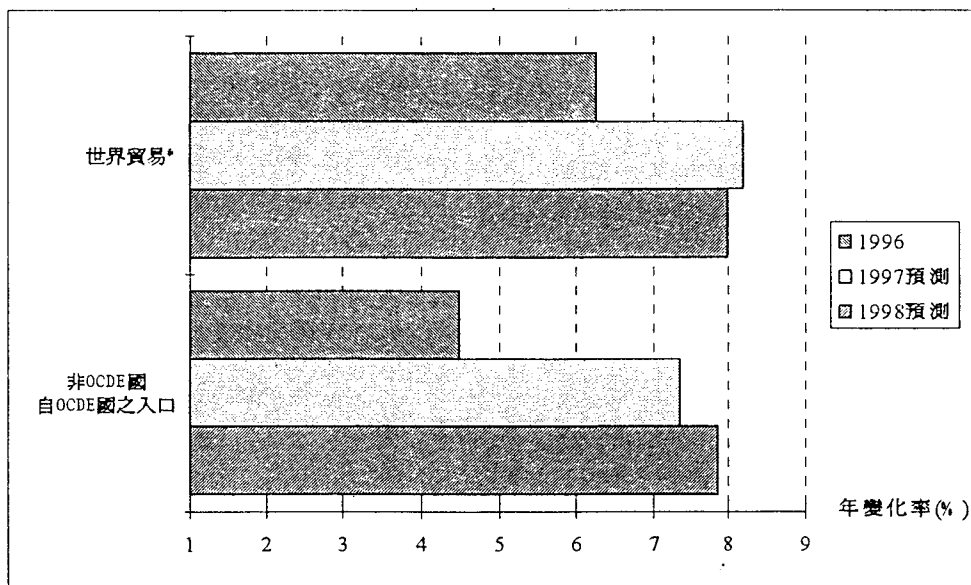
從個別情況來看，歐洲主要國家經濟在宏觀經濟方面的表現將繼續存在明顯的差別，而且短期經濟展望亦各自不同。OCDE預期，在一九九六年，德國和法國的內部生產總值的溫和增長逐漸加快，在一九九七年增長率由百分之二上升至百分之二點五；在一九九八年，接近百分之三。在英國，本年度的經濟增長應上升至百分之三，但在九八年，由於利率上升的原因，經濟增長步伐放緩（下降至百分之二點七）。

OCDE預測，在一九九七年，日本生產增長步伐會出現一段時期放緩現象（由百分之三點六下跌至百分之二點三），但隨著經濟增長新局面（百分之二點九），持續的低通脹和低利率，加上日本在世界貨幣市場表現疲弱等因素對私人投資和受外部活躍的高需求影響的生產活動的復甦起刺激作用（在一九九七年/一九九八年度，貨物出口年增長速度將由百分十一升至百分之十二）。

在OCDE組織內，生產增長加速的同時，非OCDE組織的整體需求有很好的發展，特別在新湧現的經濟體內，世界貨物貿易在經歷過缺乏動力的一年後，將再次壯大發展（在一九九七年和一九九八年，約為百分之八）。（見圖表）

國際貿易增長預測及OCDE國入口

— 在量方面 —



*國際出口和入口貿易平均增長

資料來源：OCDE：一九九七年六月〈經濟展望〉

雖然世界經濟形勢發展對本地區的出口增長極為有利，仍須留意歐洲主要國家和日本私人消費的可預見的緩慢增長（英國除外），使一九九七年的發展潛力大部份局限在北美市場，估計輸入該市場的製成品增幅甚高。在一九九八年，本地區的出口增長潛力稍差，原因是美國早已公佈放緩私人消費和入口數量（見附表I-4）。

但是，這溫和而務實的預測可能受美元持續高企、本地區出口的相對競爭的負面效果和亞洲某些競爭對手的貨幣貶值（例如在紡織業方面，泰國、馬來西亞、印尼和菲律賓等對手）等因素動搖。同時，在解除中華人民共和國擴大成衣出口往共市的限制措施後，澳門本地產品輸往歐盟的出口可能處於較難

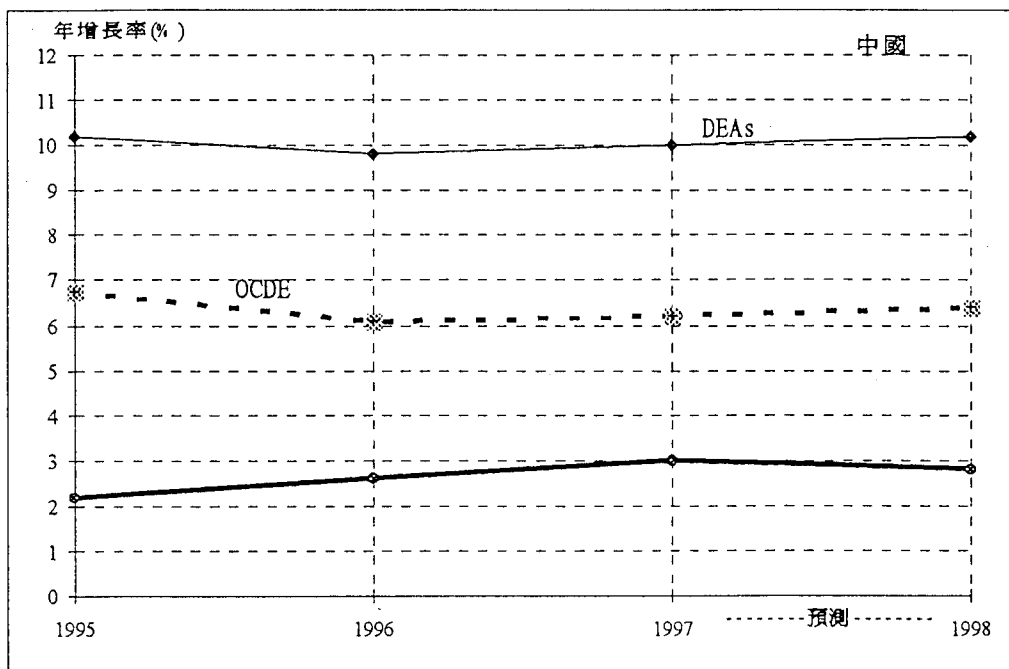
發展的處境，這種情況由於在近兩年來某些種類產品配額的高度使用，更形突出。

1.2. 亞洲及中國的經濟活力

雖然外部需求放緩和實施更緊縮的貨幣政策，被認為是亞洲經濟動力的國家（DEAS-香港、新加坡、台灣、泰國、馬來西亞和菲律賓⁽⁴⁾）和中華人民共和國的經濟繼續以遠超於OCDE的經濟增長速度增長。（見圖表）

⁽⁴⁾ 根據OCDE資料，在本年初，菲律賓加入DEAS集團。南韓在一九九六年十二月脫離該集團，改為加盟OCDE組織，成為這組織的成員國。

亞洲動力經濟 (DEAs) 和中國的經濟增長相對於
經濟發展合作組織 (OCDE) 的經濟增長
實際國內生產總值/內部生產總值



資料來源：OCDE：一九九七年六月〈經濟展望〉

根據OCDE組織公佈資料，在去年，DEAS生產的平均增長約為百分之六，比一九九五年核算的增長數字約少百分之零點五，在同期，通脹下跌至百分之四點五，對外貿易改善（六個國家和地區的併合貿易赤字緩和，同時經常性商貿交易的順逆差得到平衡）。在中國，生產增長步伐放緩，增長下降率稍微低於百分之十，通脹率急劇下降，由一九九五年的百分之十五降至一九九六年的百分之六，經常性商貿交易順逆差得到平衡。

經濟活動步伐放緩原因，主要是受DEAS大多數國家和中國對外需求的不利表現影響，這種情況決定了亞洲出口增長速度（日本除外）低於世界其他地區和低於那些國家的綜合生產增長，與歷年表現相反。特別一提，在一九九六年，以中國為一方，香港、台灣和澳門為另外一方之間的外貿顯著收縮（OMC，一九九七年四月報章註解）。

OCDE組織在五月份所作的宏觀經濟預測，即是在亞洲財經市場於今年夏季發生騷亂動蕩之前，指出在DEAS和中國的綜合生產有輕微的增長（在DEAS，一九九七年—一九九八年增長率介乎百分之六和百分之六點五之間，在中國，約為百分之十），隨伴著增長一起的通脹，其數字維持在一九九六年的水平。（見附圖I-5和I-6）由於經濟活動增長輕微，加上內部需求壓力，可以預見，在一九九七年—一九九八年，外貿數字在那些國家的綜合整體經濟內的虧損，雖然，在此問題上，個別國家或地區存有實質的差異（新加坡和台灣貿易順差顯著，泰國、馬來西亞和菲律賓有龐大的貿易赤字）。

事實上，在不久之前一些在財經方面曾經取得驕人成績的亞洲國家，都受到貨幣和股票市場危機的影響，其波及幅度在短期內對這些國家的投資和經濟增長不無影響。在五月中，先在泰國⁽⁵⁾出現的財經危機在今年夏季延伸至這地區的其他國家，對當地的貨幣的幣值和股價，甚至本身對外儲備影響很大。在一九九七年九月初，泰國、馬來西亞、印尼和菲律賓都會有被財經危機踐踏過的蹟象，這點可參看下圖說明。

於1997年9月3日之數字

	貶值 匯率*	貶值 股價#
泰國	-34%	-55%
馬來西亞	-13%	-49%
印尼	-22%	-37%
菲律賓	-16%	-49%

*外幣對美元之年變化率。

#於1996年12月31日之金額變化（美元）。

（資料來源：〈經濟雜誌〉，1997年9月6日。）

對這次財經危機有不同的解釋，但都有蹟可尋。在這地區，受影響最大的那些國家其經常性貿易的順逆差都為赤字，同時她們的外幣兌換率向來（或現在仍是）和美元關係密切，這種狀況在八十年代中和九十年代中這段時間內是合適的，但由美元高升和那些國家的出口失去部份競爭力時起即變成問題。至於香港、台灣和新加坡，由於宏觀經濟基礎有別於那些問題國家，而且較為穩健，受地區性的財政影響較微，雖然在新加坡，當地貨幣幣值和股價受到某些程度影響。

因此，一九九七年—一九九八年的宏觀經濟展望，對亞洲國家和地區而言並不十分樂觀，特別是泰國。這個國家需要一些時間重新平衡和恢復經濟信心，按照在今年八月發行的《亞太輿論預測》，東盟五個國家（印尼、馬來西亞、新加坡、泰國和菲律賓）的綜合生產增長會由一九九六年百分之七點二下降至九七年的百分之五點七，一九九八年的百分之五點九。特別指出，預測泰國的經濟增長在一九九七年只得百分之一點九，在一九九八年為百分之二點三，這些增長數字遠遠低於OCDE預期的增長數字（分別為百分之六和百分之六點三）。

⁽⁵⁾ 因兌換率遭受強大的壓力，迫使當局對貨幣兌換加以監控和主動介入支持泰銖。這項介入行動亦同時得到香港和新加坡的支持。事後，由於貨幣情況轉壞，在本年八月，泰國當局要求世界貨幣基金財務和技術援助。

至於香港，她以外幣和股價頂住了地區性財經危機，整體而言，香港宏觀經濟展望仍然看好，雖然港幣和美元的聯系匯率明顯對本地出口和在服務提供方面的本地經濟競爭能力不利。在今年上半年，香港經濟將以百分之六至百分之六點五⁽⁶⁾的年增長率增長，增長率會得到內部需求的強勁動力承托。和貨物出口的溫和增長相反（本地出口輕微下跌），投資和消費將有顯著的增長。按照香港銀行在其《經濟報告》刊物發表的最新預測，一九九七年的內部生產總值的實際增長將為百分之五點四，一九九六年為百分之四點七。內部需求可能仍然表現活力不足，特別在本地出口方面。通脹會隨著消費和投資的強勁勢頭稍微上升（根據IPC(A)資料），由一九九六年百分之六點六上升至一九九七年百分之六點四。

在一九九七年上半年，中國生產總值繼續以高速度增長（約百分之九點五），支持中國生產總值實際增長的是強勁的貨物淨外部需求增長（出口數值增長百分之二十六美元，入口停滯）。與此同時，通脹壓力繼續放緩，在一九九七年首六個月內的消費者物價指數（IPC）的年增長僅為百分之四。在中國，目前正對一些重大的經濟問題進行辯正討論，其中以國營企業的累積虧損、在這些企業中隱藏的失業問題，沿海城市（對外較開放的城市）和內陸之間收入的差異等問題為熱門課題。中國共產黨十五大重申以市場經濟為發展方針，並且有意透過將國企向私人投資開放和改組國營企業，這些改變將為外資帶來新的投資機會。按照官方預測數字，內部生產總值在本年的實際增長將為百分之十，在明年，將為百分之九。

1.3. 其他經濟體

近年來，綜合生產的增長速度，吸納投資數目和對外貿易擴展等方面而言，中、南美洲主要國家的宏觀經濟發展狀況值得肯定，綜合生產由一九九五年百分之二點一上升至一九九六年百分之三點二。根據OMC資料，在一九九六年，拉丁美洲（含墨西哥）的出口和入口數量增長速度遠比全球需求為高。整體上，這些國家在壓抑高通脹和改善對外赤字這兩方面只取得很少的進展，僅有個別特殊情況例外，如巴西將其通脹率由一九九五年的百分之二十降至一九九六年的百分之十六。

展望一九九七年——一九九八年前景，巴西財經改組計劃的成功將成為支持不帶通脹增長的關鍵，而且亦作用於推動該地區的經濟活動。按照OCDE資料，在一九九七年——一九九八年，該地區經濟增長平均在百分之四點五左右。在本年，阿根廷、智利和秘魯的內部生產總值將取得可觀的增長率（在百分之五和百分之六之間）。至於委內瑞拉，預測在經過一年的經濟衰退期和通脹率達百分之一百的困難期後，該國可取得百分之四的實際增長。在巴西，一九九七年的經濟活動步伐加速（上升至百分之四點五），通脹降低至兩個數字。

俄羅斯、烏克蘭和大多數處於經濟過渡期的中歐和東歐國家透過法律和經濟改革手段來實施建立市場經濟，這些國家的宏觀經濟近期的發展逐步取得成績（須說明，捷克、波蘭和匈牙利是第一批前東歐集團國家首先加入市場經濟體系，並由一九九五年——一九九六年起成為OCDE組織成員國），但是，一九九六年的經濟增長明顯比九五年低，部份原因和OCDE組織的主要市場對外需求減少有關，其中以保加利亞（-11%），俄羅斯（-6%）和烏克蘭（-9%）等國家的生產力下降率尤為顯著。

在OCDE組織內，對處於最有利的國際經濟環境的國家來說，一九九七年和一九九八年可以說是肯定了經濟改革所取得的進步和這地區大多數國家的宏觀經濟的良好表現。能夠取得這樣成績，關鍵在乎實行企業改組措施和基本建設現代化的活躍投資，尤其是俄羅斯，在經過長達約十年的生產力和收入急劇下降後，經濟正值增長（一九九七年為百分之二，一九九八年為百分之五）是短期的經濟展望。即使如此，失業率仍然繼續上升，明年的失業率數字可能達到百分之十二。

在1997年保加利亞及羅馬尼亞內部生產毛額(PIB)情況欠佳，但來年其經濟預計有輕微增長（百分之二至三），在今年，以上兩國皆受制於高通脹及過高之財赤。同時，金融危機的減低及經濟輕微復甦，失業率將持續高企（保加利亞為百分之十及羅馬尼亞為百分之十四）。

⁽⁶⁾ 根據刊登在《遠東經濟評論》刊物內的文章內容（一九九七年九月十一日）。

表 I - 1

OCDE（經濟合作發展組織） 成員國經濟內部生產總值（PIB） 之實質增長預測

	1995	1996	96/上半年	同期變化(a) 預測		
				97/上半年	1997	1998
美國	2.0	2.4	2.2	4.4	3.6	2.0
日本	1.4	3.6	5.0	2.7	2.3	2.9
德國	1.9	1.4	1.0	2.0	2.2	2.8
法國	2.1	1.5	2.1	2.7	2.5	2.8
意大利	2.9	0.7	0.3	1.2	1.0	1.8
英國	2.5	2.1	2.1	3.2	3.0	2.7
加拿大	2.3	1.5	1.3	3.9	3.5	3.3
七國總和	2.0	2.3	2.4	3.4	2.9	2.4
歐洲聯盟	2.4	1.6	1.6	2.3	2.3	2.7
OCDE總和	2.2	2.6	2.9	3.4	3.0	2.7

(a) 經季節性調整後之年率。

資料來源：「OCDE經濟展望」，一九九七年六月。

表 I-2

OCDE國家之失業率 (a)

	1995	1996	96/上半年	(百分率) 預測		
				97/上半年	1997	1998
美國	5.6	5.4	5.5	5.1	5.0	5.1
日本	3.1	3.3	3.4	3.3	3.2	3.1
德國	9.4	10.3	10.1	11.2	11.1	10.8
法國	11.5	12.4	12.2	12.7	12.6	12.2
意大利	12.0	12.1	12.1	12.1	12.1	11.9
英國	8.1	7.4	7.7	6.3	6.1	5.6
加拿大	9.5	9.7	9.5	9.5	9.4	9.1
七國總和	6.8	6.9	7.0	6.8	6.7	6.6
歐洲聯盟	11.2	11.3	11.3	11.3	11.2	10.8
OCDE總和	7.6	7.5	7.5	7.3	7.3	7.1

(a)佔工作人口比率。

資料來源：「OCDE經濟展望」，一九九七年六月。

表 I-3

OCDE國家之通脹率 (a)

	1995	1996	96/上半年	同期變化(b)		
				預測		
				97/上半年	1997	1998
美國	2.4	2.1	2.2	2.2	2.2	2.4
日本	-0.5	0.2	0.4	1.7	1.5	1.0
德國	1.9	1.9	1.8	1.5	1.7	1.8
法國	1.6	1.8	2.2	1.7	1.6	1.4
意大利	5.6	4.1	4.2	2.1	2.0	2.0
英國	2.5	2.8	2.7	2.3	2.4	2.3
加拿大	1.6	1.2	0.8	1.2	1.4	1.4
七國總和	2.0	1.9	2.0	2.0	2.0	1.9
歐洲聯盟	2.9	2.6	2.1	1.9	2.0	2.0
OCDE總和	4.9	4.5	4.7	4.0	4.0	3.6
OCDE少數高通脹國家(c)	2.1	2.0	2.0	2.0	2.0	2.0

註：(a)根據私人消費通脹計算。

(b)經季節性調整後之年率。

(c)不包括自九十年代起有著等於或多於10%通貨膨脹的國家(包括捷克、希臘、墨西哥、波蘭及土耳其)。

資料來源：「OCDE經濟展望」，一九九七年六月。

表 I-4

OCDE國家之私人消費及入口產品之發展

	(年增長)							
	私人消費		入口數量					
	1995	1996	預測		1995	1996	預測	
			1997	1998			1997	1998
美國	2.3	2.5	3.4	2.4	8.9	7.0	11.9	7.4
日本	2.0	2.8	1.1	1.8	12.5	3.4	4.3	8.8
德國	1.8	1.3	1.0	2.0	2.0	7.0	6.4	6.9
法國	1.7	2.1	1.2	2.4	5.8	2.2	5.9	6.8
意大利	1.8	0.7	0.9	1.5	6.5	-0.5	3.5	6.2
英國	1.9	3.0	3.8	3.4	4.0	9.1	6.2	7.8
加拿大	1.4	2.4	2.7	3.0	9.8	5.5	9.0	6.8
平均值*	2.1	2.3	2.7	2.4	7.0	6.5	9.4	7.3

註：*經澳門在1997年上半年本地出口往有關市場的相對比重調整。

資料來源：「OCDE經濟展望」，一九九七年六月。

表 I-5

亞洲勁力經濟 (DEAs) 及中國
短期經濟預測

	實質 PIB/PNB				通脹 (IPC)			
	1995	1996	預測		1995	1996	預測	
			1997	1998			1997	1998
台灣	5.9	5.7	6.2	6.4	3.7	3.1	3.4	3.5
香港	4.6	4.7	5.3	5.6	8.7	6.0	6.8	7.0
新加坡	8.8	7.0	6.5	6.8	1.8	1.4	1.7	2.0
泰國	8.6	6.7	6.0	6.3	5.8	5.8	4.5	4.5
馬來西亞	9.5	8.2	7.7	8.0	3.4	3.6	3.5	3.5
菲律賓	4.8	5.5	6.0	6.0	8.1	8.5	7.0	7.5
DEAs 總和*	6.7	6.1	6.2	6.4	5.1	4.5	4.4	4.5
中國	10.2	9.7	10.0	10.2	14.8	6.1	5.7	6.0

註：* DEAs自1997年起亦包括菲律賓。南韓現被列入為OCDE成員國家。

資料來源：「OCDE經濟展望」，一九九七年六月。

表 I-6

亞洲勁力經濟 (DEAs) 及中國
對外貿易增長及貿易平衡 (B.T.C.)

	貿易平衡				經常貿易平衡			
	1995	1996	預測		1995	1996	預測	
			1997	1998			1997	1998
台灣	13.5	19.2	17.0	16.0	4.8	10.5	8.7	8.3
香港*	-19.7	-18.4	-18.5	-19.0	-3.3	-1.5	-2.3	-2.8
新加坡	1.6	-0.5	-1.0	-1.0	15.1	15.2	15.0	15.0
泰國	-8.0	-10.3	-11.0	-12.0	-13.6	-14.7	-15.4	-16.1
馬來西亞	0.1	1.8	2.0	2.5	-7.5	-5.9	-6.2	-6.6
菲律賓	-8.9	-11.8	-12.5	-12.5	-2.0	-3.6	-4.0	-4.6
DAEs 總和	-21.4	-20.0	-24.0	-26.0	-6.5	0.0	-4.2	-6.8
中國	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	1.6	-0.2	-6.0	-8.0

註：* 香港之B.T.C.只包括物品及勞務之淨出口（不包括資本性收益及轉移）。

n.d.代表無提供。

資料來源：「OCDE經濟展望」，一九九七年六月。

表 II-1

人口

		直至12月31日			直至6月30日	
		1994	1995	1996	1996	1997
居民人口數字	10 ³	403.6	415.0	415.9	415.4	419.1
實則增長	%	+3,5	+2,8	+0,2	+1,5	+0,9
男性	10 ³	194.8	199.4	200.1	200.0	201.6
女性	10 ³	208.8	215.6	215.7	215.5	217.5
年歲分配結構						
小於14歲	%	25.5	25.2	25.3	25.9	25.1
由15至64歲	%	67.5	67.6	67.2	66.9	67.4
超過65歲	%	7.1	7.2	7.5	7.2	7.5

註：1994至1996年度之數值資料曾根據中期普查/96的最新人口估值作調整。

資料來源：人口調查—統計暨普查司。

表 II-2

就業，失業及轉業率

比率	1994	1995	1996	(%) 四月至六月	
				1996	1997*
就業率	63.9	65.3	66.7	67.2	65.7
男性	77.7	78.3	79.4	79.7	78.3
女性	51.7	53.7	55.4	55.9	54.6
失業率	2.5	3.6	4.3	4.5	3.7
就業不足率	1.6	2.6	1.2	1.5	0.9

註：*臨時數值。

資料來源：就業調查—統計暨普查司。

表 II -3

消費價格指數
(同期比較)

物品及勞務	比重(a)	(%)				
		1994	1995	1996	1996 上半年	1997 上半年
總指數(b)	82.5	6.3	8.6	4.8	5.5	3.9
食品	38.3	7.2	8.1	4.5	5.0	3.7
出外用膳	19.8	8.4	9.3	5.0	5.1	4.8
住屋(b)	2.2	3.4	6.3	4.1	4.3	3.9
汽油、電力	4.0	0.4	6.6	6.2	5.6	8.6
酒精類飲品及煙草	2.0	1.0	2.8	5.0	7.2	0.4
衣著及鞋	6.8	3.0	12.5	6.2	7.9	2.7
耐用品	3.7	2.1	6.3	1.8	2.4	-0.6
其他物品	6.0	4.8	7.8	4.3	5.1	3.8
運輸及車輛	7.4	7.4	7.6	1.8	2.0	3.1
勞務	12.1	8.8	11.3	7.2	8.3	5.2

註：(a)以87/88 IDF為基礎。

(b)不包括租金。

資料來源：消費價格指數(IPC)。以1988/89為基礎。統計暨普查司。

表 II -4

已登記之輕型私家車

	1994	1995	1996	1996 上半年	1997 上半年(a)
數目	5,260	3,647	5,310	2,557	2,170
同期比較(%)	4.0	-30.7	45.6	31.5	-15.1

註：(a)臨時數值。

資料來源：統計暨普查司。

表 II -5

入口建築材料

	1996 千元澳門幣	同期變化 (%)				
		1994	1995	1996	1996 上半年	1997 上半年
水泥	171,083	8.7	-30.3	27.7	43.4	-33.5
石灰	170,606	9.1	-30.4	27.9	43.9	-34.2
其他	477	-53.1	18.8	-19.7	-37.0	254.0
鋼筋	90,242	3.7	-56.0	-18.3	-33.5	-0.6
磚	553	-33.0	32.4	-76.6	-70.2	175.5
瓷磚及瓦磚	51,864	27.3	31.7	-34.3	-46.6	-17.7
浴室設備	13,445	-2.6	-8.4	15.9	-11.1	29.9

資料來源：建築業統計，統計暨普查司。

表 II -6

水泥耗用量

	1994	1995	1996	1996 上半年	1997 上半年
噸	455,929	311,007	238,778	126,435	99,821
同期變化 (%)	48.9	-31.8	-23.22	-26.5	-21.0

資料來源：建築業統計，統計暨普查司。

表 II-7

初建及落成新廈 - 以用途分類

	1996	同期比較 (%)			
		1995	1996	1996 上半年	1997 上半年
初建新廈 - 以用途分類 (面積 - m ²)	758,604	-29.1	-52.0	-53.1	9.6
住宅	506,489	-46.9	-13.0	-25.5	-7.9
商業及服務	115,935	1.9	-83.1	-76.3	11.4
工業及其他用途	136,181	-32.0	-56.5	-66.3	86.4
初建新廈 - 以用途分類 (數量)	8,253	-26.6	-34.4	-34.5	-15.8
住宅	6,702	-42.1	-4.5	-13.6	-16.1
商業及服務	1,517	11.6	-72.5	-64.5	-15.5
工業及其他用途	34	-30.2	-43.3	-60.0	41.7
落成新廈 - 以用途分類 (面積 - m ²)	1,908,260	7.0	56.3	57.1	-57.8
住宅	1,247,710	-2.6	121.4	129.3	-75.4
商業及服務	265,360	21.8	-33.3	-31.2	17.4
工業及其他用途	395,190	10.3	52.2	45.4	-56.0
落成新廈 - 以用途分類 (數量)	16,866	-1.3	78.8	90.1	-67.9
住宅	14,693	-19.0	143.7	163.1	-81.7
商業及服務	2,055	73.1	-38.3	-32.9	-1.5
工業及其他用途	118	-61.3	63.9	55.9	515.1

資料來源：建築業統計, 統計暨普查司。

表 II - 8

按照物業轉移稅之樓宇分層單位買賣
(以用途分類)

	1996	同期比較				(%)
		1994	1995	1996	1996 上半年	1997 上半年
樓宇分層單位買賣價值 (千元澳門幣)						
總值	7,231,787	20.2	-8.8	13.0	30.1	0.5
新型建築 (第一次成交)	4,740,551	49.1	-19.4	44.4	51.8	4.4
住宅	3,255,715	42.5	-30.4	63.0	108.4	10.6
商業	1,333,816	82.6	7.4	10.5	-21.5	-17.0
樓宇分層單位買賣 (數量)						
總數	11,455	4.5	0.2	-19.8	-19.3	22.9
新型建築 (第一次成交)	6,976	0.4	-11.6	-7.8	-3.1	39.3
住宅	5,642	-4.3	-22.8	3.1	17.3	53.5
商業	1,187	25.5	41.7	-33.2	-52.7	-40.2

資料來源：建築業統計統計暨普查司。

表 II -9

經海路，陸路及空運入境之旅客
(以國籍分類)

	1996 數目	同期比較				
		1994	1995	1996	1996 上半年	(%) 1997 上半年
旅客總人數	8,151,055	0.1	-1.0	5.1	2.7	-4.7
1. 旅客人數(經海路)	6,041,204	-0.9*	-1.1	0.9	-0.8	-9.6
1.1 香港	4,095,927	-0.8	-4.2	-6.8	-7.1	-15.6
1.2 日本	474,930	3.6	10.0	24.0	34.9	-18.4
1.3 台灣	224,776	-10.9	11.6	20.8	3.6	20.0
1.4 中國	423,868	-11.1	20.8	48.0	21.3	40.9
1.5 其他	821,703	2.4	2.6	10.9	12.1	-1.7
2. 旅客人數(經陸路)	1,700,856	3.6	-1.5	-1.7	-2.5	-2.8
2.1 香港	1,084,104	4.0	-18.8	-10.5	-14.4	-10.3
2.2 日本	31,163	10.2	7.2	-3.3	4.1	-14.8
2.3 台灣	244,614	-9.1	9.7	190.0	130.7	73.7
2.4 中國	173,711	51.8	3,208.2	-32.0	10.3	-40.4
2.5 其他	167,264	3.9	-2.3	-10.9	9.1	3.4
3. 旅客人數(經空運)	408,995	7.1	77.9	1,151.9	1,586.9	75.3
3.1 直升機	20,306	7.1	-2.3	13.2	-12.9	39.1
3.2 飛機	388,689	-	-	2,539.7	-	77.3

註: * 自1994年起，經海路入境旅客包括由外港及十四號碼頭入境的旅客人數。
資料來源: 旅遊業統計 — 統計暨普查司。

表 II -10

經海路入境旅客之人均消費

	1996 (澳門幣)	同期比較			(%)	
		1994	1995	1996	1996 上半年	1997 上半年
經海路入境之遊客						
1. 遊客人均消費	1,273.5	11.2	20.4	16.4	42.2	-35.0
1.1-消費(不包括購物)	973.5	12.3	4.8	26.0	26.9	-28.1
-住宿	329.1	12.5	12.1	29.7	24.3	-35.9
-飲食	392.0	20.9	0.8	28.0	31.2	-28.4
-運輸、娛樂及其他	252.4	1.4	2.6	18.7	23.6	-17.8
1.2 購物消費	300.0	7.2	87.8	-6.8	109.9	-53.7
經陸路入境之遊客						
2. 遊客人均消費	1,806.2	-	-	-22.4	-36.2	15.7
2.1-消費(不包括購物)	670.2	-	-	-10.4	-20.3	73.3
-住宿	58.5	-	-	3.9	-1.5	652.4*
-飲食	507.2	-	-	-8.2	-17.5	6.7
-運輸、娛樂及其他	104.4	-	-	-24.8	-39.9	-4.9
2.2 購物消費	1,136.0	-	-	-28.1	-43.3	-20.2

註：根據「世界旅遊組織」就有關旅客消費的「旅遊統計提議」中之建議，旅客消費問卷調查（IDV）（經陸路）中的住宿開支包括自九七年一月起於中國之預付。

資料來源：旅客消費問卷調查，統計暨普查司。

表 II -11

旅遊業指標

	1994	1995	1996	1996 上半年	1997 上半年
入住率					
總額	55.57	57.03	60.76	57.37	55.18
酒店—總數	58.41	60.05	64.20	60.44	57.41
- 五星級及四星級	58.36	63.47	68.85	64.54	58.06
- 三星級	63.49	63.83	67.75	63.32	67.83
房客數字變化	6.95	11.36	8.76	7.96	-5.63
香港居民	3.89	3.09	-8.50	3.61	-28.34
逗留時間(晚)	1.32	1.30	1.32	1.31	1.31
香港居民(晚)	1.21	1.22	1.21	1.19	1.26

資料來源：旅遊業統計，統計暨普查司。

表 II -12

經海路入境之房客及旅客比率

	1994	1995	1996	1996 上半年	1997 上半年
香港	31.4	33.7	35.6	35.0	29.7
日本	20.6	22.8	23.6	22.7	29.1
台灣	40.1	55.5	49.9	47.8	51.3
南韓	17.5	24.7	45.3	35.5	63.6
東南亞(1)	31.6	27.0	29.1	26.8	30.7
西歐	15.0	16.1	19.8	16.8	17.0
美加	14.4	14.6	17.4	15.9	17.0
澳紐	15.6	19.8	22.2	21.0	19.3

註：(1) 菲律賓，印尼，馬來西亞，新加坡及泰國。

資料來源：旅遊業統計—統計暨普查司。

表 II-13

旅業設施

	1996 數目	同期比較 (%)				
		1994	1995	1996	1996 上半年	1997 上半年
房間 總數	8,545	7.6	2.8	0.8	1.2	4.5
酒店	7,719	8.3	2.7	0.7	1.1	5.4
五星級及四星級	4,168	0.1	5.1	2.0	2.8	16.6
三星級	2,451	18.2	-0.2	1.1	1.0	-11.3
服務員工 總數	7,385	5.3	-0.2	0.2	-0.1	0.2
酒店	7,103	5.8	3.0	1.7	0.4	0.3
五星級及四星級	4,431	-1.1	5.7	2.1	-0.4	9.6
三星級	2,224	21.3	-0.6	2.2	2.7	-18.0

資料來源：旅遊業統計，統計暨普查司。

表 II-14

物品及勞務結餘

	1994	1995	1996	（千元澳門幣）	
				1996 上半年	1997 上半年(*)
出口, 離岸價	14,853,888	15,915,329	15,898,466	6,893,322	7,791,637
入口, 到岸價	18,583,067	18,237,243	17,526,685	8,437,049	89,728,517
貿易平衡	-3,729,179	-2,321,914	-1,628,219	-1,543,727	-1,180,880
出口勞務	21,714,035	25,095,622	25,796,575	13,321,641	12,318,899
入口勞務	2,165,279	2,391,237	2,583,759	1,254,042	1,580,925
勞務結餘	19,548,756	22,704,385	23,212,816	12,067,599	10,737,974
物品及勞務結餘	15,819,577	20,382,471	21,584,597	10,523,872	9,557,094

註：入口貨物之估價是經過將入境而未登記的消費食品、飲品及煙草、建築材料及紡織品的調整，此等數值是按照資源及使用平衡之分析所計算的。

(*)估價根據1997年8月31日所提供的資料作基礎。

資料來源：PIB估值—1982-1996。統計暨普查司。

表 II -15

經濟內部生產總額 (PIB)
實質增長率

開支之主要項目	1994	1995	1996	(%) 1997 (p)
私人消費	7.0	3.2	4.1	3.6
公共消費	7.0	9.0	5.4	4.4
不動產之購置	3.6	-10.0	-13.4	-4.6
物品及勞務之出口	4.2	5.1	0.5	1.8
物品及勞務之入口	5.9	-2.0	-4.7	2.8
經濟內部生產總額 (PIB)	4.6	3.8	-0.3	0.7
內部需求	6.0	-2.1	-4.6	1.0
外部需求淨值 (*)	0.5	21.2	9.9	0.2
總體需求	5.0	1.7	-1.8	1.5

(p)以1996年8月31日的資料所作之預測。

註：(*) 物品及勞務出入口。

資料來源：PIB估值 — 1982-1996。統計暨普查司。

表 II -16

經濟內部生產總額 (PIB)

定價開支之結構

開支之主要項目	1994	1995	1996	(%) 1997 (p)
私人消費	33.0	32.9	34.3	35.2
公共消費	8.0	8.4	8.9	9.2
固定資本總組合	32.0	28.1	23.4	22.2
物品及勞務之出口	83.0	84.0	84.6	85.5
物品及勞務之入口	57.4	54.1	51.7	52.8
經濟內部生產總額 (PIB)	100.0	100.0	100.0	100.0
內部需求	74.4	70.2	67.1	67.3
外部需求淨值 (*)	25.6	29.8	32.9	32.7
總體需求	157.4	154.1	151.7	152.8

(p)以1996年8月31日的資料所作之預測。

註：(*) 物品及勞務出入口。

資料來源：PIB估值 — 1982-1996。統計暨普查司。

表 II -17

就業及失業人口結構
按年齡組別分類

17.1 就業人口

	1994	1995	1996	百分比(%) 1996 四至六月*	1997 四至六月**
總數	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
十四至二十四歲	15.5	14.5	13.1	13.0	11.7
二十五至四十四歲	64.9	63.9	65.0	64.9	65.1
四十五至六十四歲	17.2	19.9	20.1	20.0	21.6
超過六十五歲	2.4	1.7	1.8	2.0	1.6

17.2 失業人口

	1994	1995	1996	百分比(%)	
				1996 四至六月*	1997 四至六月**
失業人口總數	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
十四至二十四歲	35.9	24.6	21.8	20.1	28.7
二十五至四十四歲	54.3	58.3	59.3	58.2	51.7
四十五歲及以上	9.8	17.2	18.9	21.8	19.7
初次尋找工作之失業人口	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
十四至二十四歲	92.5	100.0	74.9	66.8	84.7
二十五至四十四歲	7.5	0.0	23.2	33.2	15.3
四十五歲及以上	0.0	0.0	1.9	0.0	0.0
尋找新工作之失業人口	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
十四至二十四歲	28.0	20.5	17.6	18.0	26.2
二十五至四十四歲	60.8	61.4	62.1	59.3	53.2
四十五歲及以上	11.2	18.1	20.3	22.7	20.6

資料來源：統計暨普查司—就業調查—參閱始自1996年之改變計算方法。

註：**臨時數值。

*資料會根據中期普查/96的最新人口估值作調整。

表 II-18

就業及失業人口結構
按行業分類

18.1 就業人口

行業活動/CAM	1994	1995	1996	百分比(%)	
				1996 四至六月*	1997 四至六月**
總數	100.0	100.0	100.1	100.0	100.0
3. 加工業	22.8	21.8	20.6	20.9	20.6
4. 電力、汽油及自來水	0.6	0.8	0.7	0.5	0.8
5. 建造業及公共設施	7.5	9.5	7.5	8.4	7.5
6. 商業、餐廳及酒店	26.1	25.6	27.5	28.5	27.1
7. 運輸及通訊	5.9	5.8	6.3	6.4	6.6
8. 保險、銀行、地產買賣	6.3	6.1	6.6	6.8	6.6
9. 集資企業、私人機構	30.4	30.0	30.6	28.2	30.4
其他行業	0.4	0.4	0.3	0.3	0.2

18.2 尋找新工作之失業人口
按失業前之行業分類

	1994	1995	1996	百分比(%)	
				1996 四至六月*	1997 四至六月**
總數	100.0	100.0	99.7	100.0	100.0
3. 加工業	31.0	36.5	25.0	19.7	25.1
5. 建造業及公共設施	7.1	21.8	15.1	17.2	10.1
6. 商業、餐廳及酒店	27.0	17.7	28.2	28.9	36.6
7. 運輸及通訊	2.5	0.6	4.3	6.2	6.0
8. 銀行、保險、地產買賣	4.5	4.1	5.2	4.4	2.5
9. 社會及私人服務業	26.9	18.4	21.9	23.1	19.6
其他行業	1.0	0.9	0.0	0.5	0.0

資料來源：統計暨普查司—就業調查—參閱始自1996年之改變計算方法。

註：**臨時數值。

*資料會根據中期普查/96的最新人口估值作調整。

表 II-19
失業人口結構變化
按失業動機及時期分類

	1994	1995	1996	百分比(%)	
				1996 四至六月*	1997 四至六月**
失業人口—按動機分類	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
解雇	10.1	14.8	22.2	27.0	42.0
條件不滿意	36.4	20.7	15.0	12.4	13.8
臨時工作終止	22.5	32.4	28.2	31.3	14.3
私人或家庭理由	17.8	15.3	18.4	16.2	16.6
其他	13.1	16.8	16.2	13.1	13.3
失業人口—按時期分類	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
少於一個月	31.0	14.3	18.2	16.0	18.1
一至三個月	40.5	46.6	42.3	42.7	45.7
四至六個月	19.4	24.7	20.4	19.6	17.0
超過六個月	9.1	14.5	19.1	21.7	19.2

資料來源：統計暨普查司—就業調查—參閱始自1996年之改變計算方法。

註：**臨時數值。

*資料會根據中期普查/96的最新人口估值作調整。

表 II-20
報酬及平均名義收益

	1995	1996	單位：澳門幣	
			1996 四至六月*	1997 四至六月**
月薪中位數 (所有行業)(1)	4,830	4,925	4,789	5,286**
平均收益 (2)	1995 十二月	1996 第四季	1996 第一季	1997 第一季
紡織				
工作報酬—總數	3,926	4,603	3,477	4,012
本地	5,193	5,830	4,852	5,924
非本地	3,030	3,220	2,552	2,770
成衣				
工作報酬—總數	4,221	4,367	3,896	4,320
本地	4,778	4,803	4,577	4,945
非本地	3,351	3,673	2,875	3,327
玩具				
工作報酬—總數	2,899#	3,055	2,656#	3,096
本地	6,768#	5,199	5,534#	6,114
非本地	2,268#	2,532	2,157#	2,399
酒店業				
工作報酬—總數	6,284	6,938	6,679	7,621
本地	6,899	7,657	7,199	8,458
非本地	5,079	5,460	5,657	5,982
建造業及公共設施 (3)				
工作報酬—總數	256	268	264	268
專業	281	291	289	291
無列明	164	178	172	181

資料來源：統計暨普查司—(1)就業調查—參閱始自1996年之改變計算方法。

(2)勞工必需品及報酬調查。

(3)建造業及公共設施行業中是指「平均、日及名義工資」。

#調整資料。

**臨時數值。

*資料會根據中期普查/96的最新人口估值作調整。

註：自1997年第一季起，在勞工報酬及必需品調查的範疇內，加工業服務不包括少於20個工人的商舖。

表 IV-1

利率
1994-1997年上半年

(期末數字)

	1994	1995	1996	1996 上半年	1997 上半年
港幣貸款優惠利率	8.50	9.00	8.50	8.50	8.75
澳門幣存款利率 *	3.50	3.75	3.50	3.50	3.75

註：*由澳門銀行公會厘定之利率。

資料來源：Datastream on line information services 及澳門金融暨匯兌管理局。

表 IV-2

澳門幣匯率
1994-1997年上半年

(期末之匯率)

	1994	1995	1996	1996 上半年	1997 上半年
葡國土沽度	5.0	5.1	1.0	5.1	4.5
美元	797.0	796.5	796.8	797.3	798.2
德國馬克	514.4	553.9	512.6	522.8	459.0
日元	8.0	7.7	6.9	7.3	7.0
英磅	1,248.5	1,234.9	1,347.6	1,238.0	1,328.7
法國法郎	149.3	162.3	152.0	154.6	136.0
新加坡元	546.7	563.1	569.2	564.9	558.4
台幣 (a)	30.3	29.2	29.0	29.0	28.7
人民幣	94.4	95.8	96.0	95.8	96.3
南韓圓	1.0	1.0	0.9	1.0	0.9

註：(a)無官方報價之貨幣。

資料來源：澳門金融暨匯兌管理局。

表 IV-3
港幣及澳門幣兌換率指標
1994-1997年上半年
(期末月份之每月平均值)

(指數基數 = 1983年10月24-28日為100)

	1994	1995	1996	1996 上半年	1997 上半年
澳門幣					
總體指數 (入口+出口)	107.3	106.0	107.7	107.4	109.9
指數 - 入口	120.7	120.6	123.3	122.5	124.3
指數 - 出口	97.3	95.3	96.3	96.4	99.2
港幣					
總體指數	121.8	122.5	125.0	124.3	121.4

註：指數上升(下跌)表示貨幣升值(貶值)。

資料來源：澳門金融暨匯兌管理局。

表 IV-4
金融綜合概況
1994-1997年上半年
(期末金額)

(單位為百萬元)

	1994	1995	1996	1996 上半年	1997 上半年
對外淨資產	32,583.3	39,256.6	43,206.7	40,625.9	40,537.1
同期變化(%)	15.3	20.5	10.1	17.8	-0.2
對外資產	64,117.1	66,241.6	105,626.3	70,504.4	102,293.6
對外負債	31,533.8	32,685.4	62,419.6	29,878.5	61,756.4
內部信貸	34,520.1	37,241.0	39,003.3	39,917.4	42,681.4
同期變化(%)	10.0	7.9	4.7	3.9	6.9
公共信貸	-5,187.1	-4,407.4	-5,408.1	-4,081.5	-5,235.2
商業及私人信貸	39,707.2	41,648.4	44,411.4	43,998.9	47,916.7
同期變化(%)	10.3	4.9	6.6	4.4	8.9
貨幣供應M2	61,018.8	69,284.4	74,744.3	72,776.0	76,191.9
同期變化(%)	13.1	13.5	7.9	9.5	4.7
貨幣供應M1	18,809.5	19,010.5	20,438.3	19,201.9	20,395.8
同期變化(%)	-8.7	1.1	7.5	2.8	6.2
流通貨幣	1,197.8	1,280.3	1,426.7	1,324.4	1,509.5
現金存款	17,611.7	17,730.2	19,011.5	17,877.5	18,886.3
準貨幣	42,209.3	50,273.9	54,306.0	53,574.1	55,796.1
雜項	6,084.6	7,213.2	7,465.8	7,767.4	7,026.6

註：期末絕對值。

與往年同期比較之變動(%)。

資料來源：澳門金融暨匯兌管理局。

表 IV-5

貨幣供應

1994-1997年上半年

(期末金額)

	1994	1995	1996	(變化年率)	
				1996 上半年	1997 上半年
貨幣供應M1	-8.7	1.1	7.5	2.8	6.2
流通貨幣	10.8	6.9	11.4	11.8	14.0
支票存款	-11.1	8.7	12.5	-3.2	4.0
儲蓄存款	-9.4	-1.6	5.6	3.8	6.1
準貨幣	26.6	19.1	8.0	12.1	4.1
定期存款	27.4	19.0	7.9	11.9	4.1
通知存款	-30.5	28.8	23.4	39.0	8.2
貨幣供應M2	13.1	13.5	7.9	9.5	4.7

資料來源：澳門金融暨匯兌管理局。

表 IV-6

貨幣供應結構-按貨幣分類

1994-1997年上半年

(期末數字)

	1994	1995	1996	1996 上半年	
				1996 上半年	1997 上半年
貨幣供應M1	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
澳門幣	35.8	38.5	42.5	39.9	42.5
港幣	53.0	51.3	47.6	50.5	46.3
外幣	11.1	10.2	9.9	9.7	11.2
貨幣供應M2	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
澳門幣	27.1	29.0	30.5	28.6	31.4
港幣	55.5	56.3	54.9	56.7	52.6
外幣	17.4	14.7	14.5	14.7	16.0

資料來源：澳門金融暨匯兌管理局。

表 IV-7

居民存款結構 - 按存款方式分類
1994 - 1997年上半年

(期末數字)

	1994	1995	1996	1996 上半年	(%) 1997 上半年
總存款	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
支票存款	6.7	6.3	5.9	5.7	5.7
儲蓄存款	22.9	19.9	19.6	19.5	19.8
通知存款	0.6	0.7	0.8	0.7	0.7
定期存款	69.8	73.1	73.7	74.1	73.9

資料來源：澳門金融暨匯兌管理局。

表 IV-8

銀行系統給予商業機構及私人之貸款及墊支

1994 - 1997年上半年

(期末數字)

	1994	1995	1996	(變化年率) 1996 上半年	1997 上半年
貸款及墊支	11.3	4.7	12.2	11.3	8.7
透支	7.9	4.8	1.2	-1.2	2.0
其他貸款及墊支	11.8	4.7	13.8	13.0	9.6
三個月內	20.0	13.4	77.5	69.8	-6.4
三至六個月	48.7	-9.8	67.9	6.6	12.8
六至十二個月	31.9	41.3	-66.6	25.6	8.9
一至兩年	15.1	-8.8	46.0	-14.8	49.3
兩年以上	4.6	0.2	2.9	-0.1	11.6

資料來源：澳門金融暨匯兌管理局。

表 IV-9

商業機構及私人貸款-按貨幣分類

1994-1997年上半年

(期末數字)

	(年率變化)				
	1994	1995	1996	1996 上半年	1997 上半年
商業機構及私人貸款	10.3	4.9	6.6	4.4	8.9
澳門幣	28.8	22.9	11.8	13.0	9.0
港幣	7.6	2.3	9.0	6.8	11.7
外幣	-0.4	-12.0	20.9	-24.9	-12.9
貸款及墊支	11.3	4.7	12.2	11.3	8.7
澳門幣	27.1	23.8	11.8	13.5	9.0
港幣	8.2	2.4	12.9	11.4	11.6
外幣	2.9	-22.3	6.7	4.4	-16.8
L/C及類似工具	-6.6	9.4	-73.2	-78.3	21.7
澳門幣	-6.7	-71.4	1,325.0	-71.4	1,183.3
港幣	-4.6	1.4	-74.2	-78.5	19.5
外幣	-8.4	17.0	-72.8	-78.1	21.6
財務投資	170.1	-12.8	6.8	-6.6	3.9
澳門幣	179.6	-12.3	6.8	-8.1	6.1
港幣	-56.7	-84.6	6.8	-84.6	-
外幣	-	-	-	-	-

資料來源：澳門金融暨匯兌管理局。

表 IV-10

向各行業之信貸分類

1994-1997年上半年

(期末數字)

	1994	1995	1996	1996 上半年	(%) 1997 上半年
農業及漁業	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
開採業	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
加工業	11.1	9.7	8.5	9.6	8.4
食品及飲品	0.1	0.2	0.2	0.1	0.2
成衣紡織	3.8	3.7	3.4	3.3	3.2
其他紡織製品	0.9	0.8	1.0	1.3	1.1
皮革用品	0.2	0.1	0.1	0.1	0.1
木製品及傢俱	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1
陶瓷	0.2	0.2	0.1	0.2	0.1
紙張、工藝品及刊物	0.2	0.2	0.1	0.2	0.1
玩具	0.2	0.2	0.2	0.2	0.2
機器、電力及電子物料	0.8	0.7	0.6	0.6	0.6
人造花	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
其他無指定工業	4.6	3.5	2.6	3.5	2.7
電力、汽油及自來水	3.2	3.3	3.1	2.9	2.6
建造業及公共設施	17.5	19.8	17.3	18.3	19.0
商業	15.4	14.5	15.9	15.2	15.9
餐廳、酒店及類似設施	3.8	4.0	4.2	4.0	3.8
運輸、倉庫及通訊	1.8	2.2	2.4	2.1	2.2
非金融系統內之財務機構	0.0	0.5	0.1	0.0	0.1
其他信貸	47.3	46.0	48.5	47.9	47.9
私人-住宅	24.5	22.9	24.5	24.1	23.5
私人-其他用途	9.5	8.0	7.8	7.8	7.2
其他	13.2	15.1	16.2	16.0	17.1
總貸款	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
總貸款〔百萬澳門幣〕	39,505.5	41,472.3	44,223.4	43,818.5	47,729.3

資料來源：澳門金融暨匯兌管理局。

表 IV-11

非金融性活動之差額結構

1994-1997年上半年

(期末數字)

(單位為百萬元)

	1994	1995	1996	1996 上半年	1997 上半年
1. 貨物出口 (離岸價)	14,854	15,915	15,898	6,893	7,792
2. 貨物入口 (到岸價)	18,583	18,237	17,527	8,437	8,973
3. 貿易差額 [1-2] (1)	-3,729	-2,322	-1,628	-1,544	-1,181
4. 出口勞務	21,714	25,096	25,797	13,322	12,319
5. 入口勞務	2,165	2,391	2,584	1,254	1,581
6. 勞務差額 [4-5] (1)	19,549	22,704	23,213	12,068	10,738
7. 貿易及勞務差額 [3+6]	15,820	20,382	21,585	10,524	9,557
8. 轉移、收入及資金差額 (2)	-11,499	-13,709	-17,634	-9,155	-12,227
9. 非金融性活動差額 [7+8]	4,321	6,673	3,950	1,369	-2,670
10. 對外貯備變化	4,321	6,673	3,950	1,369	-2,670

註：(1) 根據PIB之估值 (統計暨普查司)。

(2) 包括差誤、遺漏及押匯活動。

資料來源：統計暨普查司；澳門金融暨匯兌管理局。

表 IV-12

金融工具 - 金融票據及掉期

1994-1997年上半年

(期末數字)

(單位為百萬元)

	1994	1995	1996	1996 上半年	1997 上半年
金融票據					
買賣次數	4261	4865	5107	2325	2234
交易金額	136,464.5	198,612.5	165,405.5	64,847.5	74,817.5
期末結算額	8,686.0	11,252.0	11,207.0	11,099.0	11,964.5
掉期					
操作次數	120	118	102	56	42
交易	4,176.0	2,101.3	1,539.9	704.0	710.9
期末結算額	361.7	35.0	55.9	34.0	27.0

資料來源：澳門金融暨匯兌管理局。

表 IV-13

銀行體系指數

1994-1997年上半年

(期末數字)

	(年率變化)				
	1994	1995	1996	1996 上半年	1997 上半年
業務量	4.5	12.0	29.5	3.6	31.2
利率差	33.6	58.1	15.3	13.2	26.7
銀行投資	9.8	19.1	39.4	11.4	37.6
第三者資源	3.8	11.8	30.7	2.3	32.9
參予活動毛利	17.6	-3.3	8.5	5.9	4.7
增值毛額	18.0	-4.8	5.5	4.7	2.6

資料來源：澳門金融暨匯兌管理局。

表 IV-14

銀行業市場 - 商業銀行

1994-1997年上半年

(期末數字)

	(單位為百萬元)				
	1994	1995	1996	1996 上半年	1997 上半年
其他金融機構負債	1,899.2	3,545.8	1,271.1	2,509.5	1,400.8
澳門幣	331.2	1,177.0	368.1	750.2	446.6
港幣	783.5	1,057.0	648.9	787.3	728.4
外幣	784.5	1,311.7	254.0	972.0	225.8
其他金融機構負債	1,899.2	3,545.8	1,271.1	2,509.5	1,400.8
七日内	536.7	630.8	391.0	607.3	552.8
八日至一個月	428.9	719.9	94.6	1,009.8	220.5
一個月至三個月	527.4	1,185.1	336.9	406.8	204.4
三個月以上	406.2	1,010.0	448.6	485.6	423.3

資料來源：澳門金融暨匯兌管理局。

表 IV-15

澳門銀行業內之離岸業務比重

1994-1997年上半年

(期末數字)

(單位為百萬元)

	1994	1995	1996	1996 上半年	1997 上半年
離岸業務 (a)	30,491.4	31,478.8	61,258.4	28,209.8	60,866.8
總資產	112,279.6	109,908.0	147,073.6	108,985.0	149,655.2
離岸業務比重 (%) (b)	27.2	28.6	41.7	25.9	40.7

註：(a) 離岸業務 = MIN (Dx, Rx) (取兩者中較小之值)

Dx = 對外資產

Rx = 對外負債

(b) 比重 (%) = 離岸業務 / 總資產

資料來源：澳門金融暨匯兌管理局。

$$\sum_i \text{MIN} (Dx_i, Rx_i)$$

表 V-1

公共賬目之演變(中央行政)

項目	1994	1995	1996	(一仟元)	
				1996 上半年	1997 上半年*
1. 經常性收入	10,000,244	8,558,189	8,446,794	3,945,838	4,075,777
2. 經常性支出	6,826,828	6,102,803	6,518,219	2,996,937	3,345,412
3. 差額(1-2)	3,173,416	2,455,386	1,928,575	948,901	730,365
4. 投資	1,010,343	1,237,087	1,326,889	164,520	169,041
5. 投資後差額(3-4)	2,163,073	1,218,299	601,686	784,381	561,324
6. 其他收入來源	2,810,992	5,551,171	389,713	163,017	149,414
6.1 貸性收益	0	0	0	0	0
6.2 公債	0	0	0	0	0
6.3 資產及投資出讓	77,888	77,943	61,789	20,476	2,523
6.4 轉賬	0	0	41,528	0	0
6.5 在付款中未扣除之款項歸還	8,606	35,204	19,193	17,052	19,707
6.6 自治機構及基金	2,724,498	5,438,024	267,203	125,489	127,184
7 = 5 + 6	4,974,065	6,769,470	991,399	947,398	710,738
8. 其他用途	3,414,168	8,128,492	961,432	482,301	308,832
8.1 其他投資	8,385	6,965	15,783	1,034	2,117
8.2 公債償還	76,865	130,818	491,557	244,195	205,547
8.3 金融不動產	585,220	2,231,846	15,000	15,000	0
8.4 其他轉賬	19,200	321,310	171,889	133,295	12,391
8.5 自治機構及基金(a)	2,724,498	5,437,553	267,203	88,777	88,777
9 = 7 - 8	1,559,897	-1,359,022	29,967	465,097	401,906
10. 歷年滾存	0	2,081,640	0	0	0
11. 盈餘(9+10)	1,559,897	722,618	29,967	465,097	401,906

註：* 臨時數值。

(a) 1996、1996年上半年及1997年上半年度之“自治機構及基金”數值，指給予各自治機構之指定¹資料來源：財政司研究暨財政策劃廳。

表 V-2

公共收入

收入項目	1994	1995	1996	(一仟元)	
				1996 上半年	1997 上半年*
1. 經常性收入	10,000,244	8,558,189	8,446,794	3,945,838	4,075,777
1.1 直接稅	6,060,462	6,716,014	6,425,614	2,945,154	3,092,108
1.2 間接稅	801,376	559,076	608,609	270,956	239,587
1.3 雜項稅及罰款	374,495	345,555	328,808	157,230	149,550
1.4 產業收益	2,521,134	759,299	850,929	446,031	461,120
1.5 轉賬	185,735	125,727	130,112	65,055	80,682
1.6 耐用品出讓	2,685	967	2,508	2,054	696
1.7 勞務及非耐用品出讓	40,728	46,449	45,744	28,010	22,681
1.8 其他收入	13,629	5,102	54,470	31,348	29,353
2. 資本性收入	86,494	2,194,787	122,510	37,528	22,229
2.1 投資品出讓	77,888	77,943	61,789	20,476	2,522
2.2 轉賬	0	0	41,528	0	0
2.3 貸性收入	0	0	0	0	0
2.4 償還性收入	0	0	0	0	0
2.5 其他資本性收入	0	2,081,640	0	0	0
2.6 在付款中未扣除之款項歸還	8,606	35,204	19,193	17,052	19,707
3. 小結 (1+2)	10,086,738	10,752,976	8,569,304	3,983,366	4,098,006
4. 自治機構及基金	2,724,498	5,437,553 (a)	267,203 (a)	125,489 (a)	127,184 (a)
5. 收入總結 (3+4)	12,811,236	16,190,529	8,836,507	4,108,855	4,225,190

註：* 臨時數值。

(a) 給予各自治機構之指定收入。

資料來源：財政司研究暨財政策劃廳。

表 V-3

公共收入之主要組成部份

收入項目	1994	1995	1996	(一仟元)	
				1996 上半年	1997 上半年*
公共收入總額	12,811,236	16,442,253	8,836,507	4,108,522	4,225,190
收入總額 (不包括自治機構及基金)	10,086,738	11,004,700	8,836,507	4,108,854	4,225,191
專營稅 (a)	4,776,791	5,506,285	5,243,674	2,629,180	2,756,169
產業權及其他資產之收入	2,521,134	759,299	850,929	446,031	461,121
直接稅	1,429,875	1,358,761	1,374,369	388,652	422,557
其他收入 (a)	1,358,938	3,380,355	1,367,535	644,991	585,344
自治機構及基金	2,724,498	5,437,553	0	0	0

註：* 臨時數值。

(a) “專營稅”及“其他收入”的總數亦包括給予各自治機構之指定收入，此等數值由1995年起已轉為入賬於“自治機構及基金”。

資料來源：財政司研究暨財政策劃廳。

表 V-4

專利稅收入

收入項目	1994	1995	1996	(一千元)	
				1996 上半年	1997 上半年*
博彩稅	4,635,536	5,353,648	5,086,891	2,544,276	2,664,476
租金	4,504,413	5,221,578	4,910,881	2,482,126	2,589,476
補償金	3,993	4,392	4,832	0	0
溢金	121,700	121,700	121,700	60,350	74,000
社會及福利基金	0	0	1,600	1,000	1,000
經常性參與	800	1,000	1,000	800	0
資本性參與	0	0	41,528	0	0
海島市政廳-離島賭場溢金(a)	2,315	2,489	2,675	0	0
澳門基金會-離島賭場溢金(a)	2,315	2,489	2,675	0	0
C.P.S.彩票	1,997	2,411	2,210	1,258	844
租金	1,902	2,296	2,105	1,198	804
給予澳門基金會部份(a)	95	115	105	60	40
狗場	40,336	40,572	35,886	18,532	17,175
租金	35,954	36,196	33,670	17,439	16,198
溢金	2,000	2,000	0	0	0
條文第八項	2,219	2,223	2,063	1,018	923
給予體育總署之收入	163	0	0	0	0
給予體育發展基金之收入(a)	0	153	153	75	54
馬會	14,385	15,209	15,846	7,866	8,164
租金	0	0		0	0
補償金	0	0		0	0
溢金	0	0		0	0
彩池金額百份率	0	0		0	0
彩票金額百份率	0	0		0	0
無人認領之彩金(a)	1,312	1,497	1,770	887	894
離島發展捐贈(a)	12,717	13,353	14,021	6,924	7,270
入場券(旅遊基金)(a)	356	359	55	55	0
即發獎券	2,343	3,500	1,135	301	1,052
補償金	10	0	10	10	10
給予澳門基金會之收入(a)	2,333	3,500	1,125	291	1,042
角子機專營稅	532	586	0	0	0
政府代表收入	1,500	1,635	1,936	1,328	1,368
其他指定收入	598	743	2,087	908	950
給予澳門公務員互助會之收入	344	253	262	130	132
給予社會工作司之收入(a)	254	490	1,825	778	818
電訊公司	64,823	69,106	78,444	38,106	44,557
自來水公司	3,344	3,206	3,476	3,476	3,613
電力公司	10,527	11,105	12,416	12,416	13,970
澳門公共汽車公司	0	0	0	0	0
澳門新福利汽車公司	870	953	0	0	0
無線電活動專利	0	0	0	0	0
澳門泊車管理公司	0	3,611	3,347	713	0
專利稅總收入	4,776,791	5,506,285	5,243,674	2,629,180	2,756,169

註：* 臨時數值。

(a)自1995年起，指定收入已轉為列入“自治機構及基金”賬目內。

資料來源：財政司研究暨財政政策廳。

表 V-5
產業及其他資產收入

項目	1994	1995	1996	(一仟元)	
				1996 上半年	1997 上半年*
利息-其他方面	776	770	772	388	388
分紅-其他方面	15,035	12,118	28,947	8,527	11,444
地租-地米	140	164	146	139	144
批地租金	38,998	48,737	50,752	40,254	55,748
批地溢金	2,466,185	697,510	577,550	203,961	277,179
其他收入	0	0	192,762	192,762	116,217
總收入	2,521,134	759,299	850,929	446,031	461,120

註：* 臨時數值。

資料來源：財政司研究暨財政政策廳。

表 V-6
直接稅收入

項目	1994	1995	1996	(一仟元)	
				1996 上半年	1997 上半年*
營業稅	26,820	27,127	27,180	26,126	26,044
職業稅	242,870	258,358	292,157	142,185	158,519
房屋稅	120,376	134,268	162,904	24,095	36,077
所得補充稅	623,371	595,098	555,500	26,075	26,439
遺產稅	14,300	19,392	10,931	8,304	2,771
物業轉移稅	402,138	324,518	325,697	161,867	172,708
直接稅總收入	1,429,875	1,358,761	1,374,369	388,652	422,558

註：* 臨時數值。

資料來源：財政司研究暨財政政策廳。

表 V-7

其他收入之主要組成部份

項目	1994	1995	1996	(一仟元)	
				1996 上半年	1997 上半年*
旅遊業收入(a)	124,145	103,264	112,800	54,793	55,051
印花稅	190,615	202,564	227,659	114,930	108,451
消費稅	400,999	342,993	371,776	151,061	65,219
雜項稅及罰款	374,495	388,149	393,675	186,123	179,173
各類收費、罰款及其他處分	336,034	345,555	328,808	157,230	149,550
司法登記暨公證總庫有關登記 與公證服務之收費(a)	33,230	38,099	62,365	27,718	28,546
簽發工程准照之收費(a)	4,220	3,032	856	290	837
執行稽查之收費(a)	1,011	1,463	1,646	885	240
貨性收入	0	0	0	0	0
償還性收入	0	0	0	0	0
歷年滾存	0	2,081,640	0	0	0
在付款中未扣除之款項歸還	8,606	35,204	19,193	17,052	19,707
各類其他收入	260,078	226,541	242,432	121,032	157,743
簽發貨物來源證收費	24,872	9,066	7,238	3,637	3,599
簽發貨物來源證收費撥歸工商發展基金(a)	37,260	27,140	28,948	14,548	16,196
追收公帑	403	1,901	0	0	0
澳門行政法院收費	6	0	0	0	0
簽發貨物轉口證收費	656	917	0	0	60,950
簽發貨物來源證收費撥歸澳門基金會(a)	12,420	9,047	0	18,185	0
簽發證書收費撥歸澳門投資促進局(a)	8,280	45,234	36,185	2,775	16,196
審計法院收費	220	0	0	0	0
收回由葡國負擔之費用	41,031	2,775	5,550	2,054	5,550
耐用品出讓	2,685	967	2,508	28,010	696
勞務及非耐用品出讓	40,728	46,449	45,744	31,347	22,681
其他經常性收入	13,629	5,102	54,470	20,476	29,352
投資品出讓	77,888	77,943	61,789	0	2,523
轉賬 - 澳門金融暨匯兌管理局	0	0	0	0	0
其他收入總數	1,358,938	3,380,355	1,367,535	644,991	585,344

註：* 臨時數值。

(a)自1995年起，給予各自治機構之指定收入已轉為列入“自治機構及基金”賬目內。

資料來源：財政司研究暨財政政策廳。

表 V-8
公共收入之預算執行
1997年1月至6月

收入項目	97年預算案	97年預算案 (經修改)	收入金額**	(一仟元) 執行率*
專利稅(a)	5,690,093	5,690,093	2,756,169	48.4%
直接稅	1,338,800	1,338,800	422,557	31.6%
間接稅	680,920	680,920	238,219	35.0%
雜項稅及罰款	332,735	332,735	149,550	44.9%
產業收益及其他資產	1,494,920	1,494,920	461,120	30.8%
經常性轉賬	5,550	5,550	5,550	100.0%
耐用品出讓	1,000	1,000	696	69.6%
非耐用品出讓	54,757	54,757	22,681	41.4%
其他經常性收入	15,280	15,280	29,352	192.1%
投資品出讓	58,000	58,000	2,523	4.4%
轉賬	0	0	0	-
貸性收入	4,400	4,400	0	0.0%
償還性收入	0	0	0	-
其他資本性收入	0	0	0	-
在付款中未扣除之款項歸還	12,000	12,000	19,707	164.2%
自治機構及基金***	224,499	224,499	117,066	52.1%
總收入	9,912,954	9,912,954	4,225,190	42.6%

註：* 預算執行率之百分比以經修改的預算案數值作計算基礎。

** 臨時數值。

*** “自治機構及基金”賬目內之指定收入。

(a) “專營稅”包括“自治機構及基金”賬目內的部份指定收入。

資料來源：財政司研究暨財政策劃廳。

表 V-9
公共開支

項目	1994	1995	1996	1996 上半年	(一仟元) 1997 上半年*
1. 經常性開支	6,826,828	6,102,804	6,518,219	2,996,937	3,345,412
1.1 人員	2,297,628	2,324,036	2,578,909	1,219,086	1,337,844
1.2 物品及勞務	467,308	468,367	525,876	178,406	199,216
1.3 利息	10,122	17,559	96,357	51,586	39,774
1.4 經常性轉賬	4,017,081	3,243,386	3,237,782	1,527,062	1,729,177
1.5 其他經常性開支	34,689	49,455	79,295	20,796	39,401
2. 資本性開支	1,700,013	3,928,025	2,021,117	558,042	389,094
2.1 其他投資	1,018,728	1,244,052	1,342,672	165,555	171,157
2.2 資本性轉賬	19,200	321,310	171,889	133,293	12,390
2.3 財務操作	662,085	2,362,664	506,556	259,195	205,547
2.4 其他資本性開支	0	0	0	0	0
3. 小結(1+2)	8,526,841	10,030,829	8,539,336	3,554,979	3,734,507
4. 自治機構及基金	2,724,498	5,437,553	(a) 267,203	(a) 88,778	(a) 88,777
5. 開支總結(3+4)	11,251,339	15,468,382	8,806,540	3,643,757	3,823,284

註：* 臨時數值。

(a) 給予各自治機構之指定開支。

資料來源：財政司研究暨財政策劃廳。

表 V-10

經常性開支之主要組成部份

項目	1994	1995	1996	(一仟元)	
				1996 上半年	1997 上半年*
1. 人員開支	2,297,628	2,324,036	2,578,909	1,219,086	1,337,844
永久及固定薪酬	1,804,880	2,072,717	2,304,383	1,096,885	1,207,754
編制人員	885,307	1,047,633	1,179,396	584,451	606,699
編制外人員	302,710	347,587	333,184	164,566	166,412
編制人員薪俸	35,584	231,829	33,752	17,513	16,343
散位人員薪俸	231,833	18,175	230,815	114,553	122,052
固定及經常性賞金	86,001	358	120,446	53,426	60,511
其他開支	263,445	427,136	406,790	162,375	235,737
附帶報酬	160,322	185,622	201,012	95,147	100,897
超時工作	27,843	30,400	17,269	14,999	17,269
房屋津貼	73,858	86,203	47,719	44,334	47,719
其他開支	58,621	69,020	136,024	35,815	35,909
實物津貼	8,949	12,048	11,881	2,663	1,906
退休員工	277,989	2,503	9,355	0	1,949
退休金	194,469	0	0	0	0
撫恤金	34,584	1,939	0	0	0
其他開支	48,936	564	9,355	0	1,949
社會福利	32,854	38,271	39,193	19,517	20,540
負擔補償	12,634	12,875	13,086	4,873	4,798
出差	9,354	9,964	9,131	3,887	4,266
其他開支	3,280	2,911	3,955	986	531
2. 資產及勞務開支	467,308	468,367	525,876	178,406	199,216
耐用品	30,010	28,622	33,896	9,608	7,899
非耐用品	52,700	58,841	65,222	22,332	20,567
勞務	384,598	380,905	426,757	146,466	170,750
3. 利息	10,122	17,559	96,357	51,586	39,774
4. 經常性轉賬	4,017,081	3,243,386	3,237,782	1,527,062	1,729,177
公共方面	3,634,960	2,778,343	2,747,038	1,344,105	1,502,087
私人機構	240,924	174,567	273,263	87,055	108,153
私人	41,139	193,149	157,709	75,026	94,438
對外	100,058	97,327	59,773	20,877	24,500
5. 其他經常性轉賬	34,689	49,455	79,295	20,796	39,401
償還	14,003	31,667	44,200	13,292	16,897
其他開支	20,686	17,789	35,095	7,504	22,505
經常性開支總數	6,826,828	6,102,804	6,518,219	2,996,937	3,345,412

註：*臨時數值。

資料來源：財政司研究暨財政策劃廳。

表 V-11

資本性開支之主要組成部份

項目	1994	1995	1996	(一仟元)	
				1996 上半年	1997 上半年*
1. 其他投資	1,018,728	1,244,052	1,342,672	165,555	171,157
土地	0	2,394	0	0	0
住屋	14,559	13,717	14,514	0	341
樓宇	152,969	333,664	523,561	28,074	30,199
街道及橋樑	123,902	155,670	86,063	15,960	1,105
碼頭	2,385	1,449	2,036	0	0
各類建築	422,706	426,254	372,898	47,523	49,132
土地改良	0	0	3,006	0	326
運輸材料	6,128	158,803	156,109	11,679	36,911
機械及設備	175,237	145,136	168,702	61,284	51,026
其他投資	120,842	6,964	15,783	1,034	2,117
2. 資本性轉賬	19,200	321,310	171,889	133,293	12,390
私人機構	19,200	321,310	171,889	133,293	12,390
3. 財務運作	662,085	2,362,664	506,556	259,195	205,547
中長期貸款	76,865	130,818	491,556	244,195	205,547
私人公司投資票據	585,220	2,231,846	15,000	15,000	0
4. 其他資本性開支	0	0	0	0	0
資本性開支總額	1,700,013	3,928,025	2,021,117	558,043	389,094

註：*臨時數值。

資料來源：財政司研究暨財政策劃處。

表 V-12

公共開支以機構分類

賬號及項目以組織類別分	1994	1995	1996	(一仟元)	
				1996 上半年	1997 上半年*
1-行政範圍	2,648,814	3,947,709	5,070,597	2,295,661	2,573,404
01-一般事務	214,112	1,782,435	1,998,530	906,199	1,030,946
03-行政暨公職司	57,627	114,061	116,268	46,190	41,777
04-華務司	41,663	0	0	0	0
05-教育暨青年司	536,603	66,735	745,447	329,295	383,934
07-統計暨普查司	67,731	73,903	78,171	35,985	37,916
09-財政司	86,161	95,339	100,856	46,463	47,984
18-身份證明司	24,135	25,346	30,649	13,062	13,728
19-經濟司	66,835	71,834	77,421	35,932	37,715
22-地球物理暨氣象台	17,982	21,815	25,578	11,076	12,289
23-旅遊司	49,773	54,890	56,858	26,569	27,596
24-政府新聞司	28,939	31,118	34,059	15,782	17,312
26-博彩監察暨協調司	33,180	36,378	42,984	20,460	21,558
27-海事署	80,959	87,044	93,024	44,129	44,691
28-澳門保安部隊	796,293	907,168	1,016,359	469,437	527,779
29-勞工事務室	42,440	47,424	55,173	22,303	25,089
31-地圖繪畫暨地籍署	26,716	30,111	32,652	15,157	16,084
32-司法警察司	61,769	70,761	81,964	35,520	41,196
33-公眾服務暨諮詢中心	4,273	0	0	0	0
34-司法事務司	178,402	200,708	222,349	101,750	115,855
35-土地工務運輸司	91,218	98,867	107,725	48,719	50,594
36-法律翻譯辦公室	20,848	25,750	30,373	13,677	15,847
37-體育總署	38,794	28,997	31,303	14,794	16,703
38-文化司署	82,361	67,430	81,731	38,254	41,485
39-防止濫用藥物辦公室	0	9,595	11,124	4,909	5,328
2-行政共用開支	5,878,027	5,483,122	3,468,740	1,259,318	1,161,103
10-公債利息	86,986	148,377	587,913	295,782	245,321
11-退休金	277,989	2,496	9,323	0	2,015
12-共用開支	4,502,709	4,095,161	1,544,615	799,016	744,727
40-計劃投資	1,010,343	1,237,087	1,326,889	164,520	169,041
3-小結(1+2)	8,526,841	9,430,831	8,539,337	3,554,979	3,734,507
4-自治機構及基金	2,724,498	5,437,553 (a)	267,203 (a)	88,778 (a)	88,777 (a)
5-公共開支總結(3+4)	11,251,339	14,868,384	8,806,540	3,643,757	3,823,284

註：*臨時數值。

(a)給予各自治機構之指定開支數值。

資料來源：財政司研究暨財政策劃廳。

表 V-13

公共開支以功能分類

(一仟元)

功能分類	1994	1995	1996	96上半年	97上半年*
1 - 公共行政一般事務	1,516,061	1,645,561	1,786,258	713,824	746,844
1-01 一般行政	1,286,062	1,395,912	1,490,828	596,159	610,116
1-02 司法、秩序及治安	229,999	249,649	295,430	117,665	136,728
2 - 公共治安	899,038	1,001,076	1,108,892	475,398	528,152
2-01 總部	806,387	915,055	1,034,973	469,437	527,734
2-02 警察	65,245	29,180	41,260	2,577	0
2-03 消防	25,759	56,809	31,440	3,384	418
2-04 民防	1,647	32	1,219	0	0
3 - 教育	542,894	707,562	822,426	329,704	241,133
3-01 行政規律及調查	297,085	334,429	372,933	178,607	190,684
3-02 教育	243,803	363,115	415,928	149,435	19,373
3-03 職業培訓	2,006	10,018	33,565	1,662	31,076
4 - 衛生	677,542	836,306	969,209	459,194	566,817
4-01 行政規律及調查	658,630	810,000	924,600	450,000	554,167
4-02 醫療	17,648	15,009	25,454	4,052	2,212
4-03 衛生暨公共健康	1,264	11,297	19,155	5,142	10,438
5 - 社會福利	514,766	252,440	305,638	141,730	149,960
5-01 行政及規律	4,000	5,500	6,500	3,250	4,083
5-02 社會工作	232,777	244,444	289,815	138,480	143,862
5-03 撫恤金及退休金	277,989	2,496	9,323	0	2,015
6 - 居屋	49,151	55,484	59,670	22,781	23,379
6-01 行政及規律	19,306	29,441	30,768	14,031	14,328
6-02 社會房屋	29,845	26,043	28,902	8,750	9,051
7 - 其他整體及社會服務	376,354	600,927	750,703	212,016	221,533
7-01 文化	117,224	215,629	365,146	82,409	91,616
7-02 體育及休閒	110,663	188,179	177,532	46,395	46,096
7-03 宗教	10,508	10,210	10,781	4,078	4,900
7-04 天文及地球物理學	22,027	59,769	48,969	16,011	12,322
7-05 製圖	29,409	31,401	33,565	15,161	16,082
7-06 社會傳播	43,138	47,860	56,157	24,169	25,430
7-07 勞工事務	43,385	47,879	58,553	23,793	25,087
8 - 經濟服務	968,455	1,332,159	1,059,105	405,863	271,217
8-01 行政規律及調查	234,063	290,478	306,879	135,737	138,782
8-03 工業	881	375	214	0	170
8-04 基建	264,041	101,935	108,797	6,588	7,598
8-05 運輸	179,204	568,660	333,640	156,655	40,059
8-06 通訊	30	47	61	27	16
8-08 旅遊	87,068	103,372	73,412	26,569	29,443
8-09 土地整理及環境	203,168	267,292	236,102	80,287	55,149
9 - 其他功能	2,982,580	3,850,569	1,944,639	883,247	900,892
9-01 公債	86,986	148,377	587,913	295,782	245,321
9-02 公共轉賬	571,824	437,355	554,326	236,674	230,621
9-03 未指明的其他功能	2,323,770	3,264,837	802,400	350,791	424,950
總公共開支 (a)	8,526,841	10,282,084	8,806,540	3,643,757	3,649,927

註：* 臨時數值。

(a) 1995年、1996年及1997年的總數包括“自治機構及基金”賬目內的指定開支數值。

資料來源：財政司研究暨財政政策廳。

表 V-14
公共開支之預算執行
1997年1月至6月

開支項目	(一仟元)			
	97年預算案	97年預算案 (經修改)	支出*	執行率**
人員	2,833,645	2,837,024	1,337,844	47.2%
物品及勞務	572,078	573,415	199,216	34.7%
利息	80,110	80,110	39,774	49.6%
經常性轉賬	3,368,470	3,381,320	1,729,177	51.1%
其他經常性開支	504,565	491,905	39,401	8.0%
其他投資	10,142	10,456	2,117	20.2%
資本性轉賬	108,170	102,370	12,390	12.1%
財務運作	685,953	685,953	205,547	30.0%
其他資本性開支 (a)	1,500,000	1,500,580	169,041	11.3%
自治機構及基金***	249,821	249,821	88,777	35.5%
總開支	9,912,954	9,912,954	3,823,284	38.6%

註：* 臨時數值。

** 預算執行率之百分比以經修改的1997預算案數值作計算基礎。

*** “自治機構及基金”賬目內之指定開支。

(a) 投資計劃之同期/備用撥款數值。

表 V-15
公共賬目演變之比較

項目	(一仟元)			
	1996	97年預算案	97年預測	98年預算案
1. 經常性收入	8,446,794	9,442,530	10,102,000	10,039,122
2. 經常性支出	6,518,219	7,358,869	8,177,000	8,347,776
3. 差額(1-2)	1,928,575	2,083,661	1,925,000	1,691,346
4. 投資	1,326,889	1,500,000	1,400,000	1,900,000
5. 投資後差額(3-4)	601,686	583,661	525,000	(208,654)
6. 其他收入來源：	389,713	470,425	489,000	342,921
6.1 貸性收益	0	4,400	14,000	4,400
6.2 公債	0	0	0	0
6.3 物品及投資品出讓	61,789	58,000	58,000	70,000
6.4 轉賬	41,528	146,204	146,000	248,521
6.5 在付款中未扣除之款項歸還	19,193	12,000	21,000	20,000
6.6 自治機構及基金*	267,203	249,821	250,000	0
7 = 5 + 6	991,399	1,054,086	1,014,000	134,267
8. 其他用途：	961,432	1,054,086	885,000	534,267
8.1 其他投資	15,783	10,142	15,000	9,097
8.2 公債償還	491,557	413,953	412,000	412,000
8.3 金融不動產	15,000	272,000	88,000	80,000
8.4 其他轉賬	171,889	108,170	120,000	33,170
8.5 自治機構及基金*	267,203	249,821	250,000	0
9 = 7 - 8	29,967	0	129,000	(400,000)
10. 歷年滾存		0	400,000	400,000
11. 盈餘(9+10)	29,967	0	529,000	0

註：* 自一九九五年起，給予各自治機構之指定收入已轉為入賬於“自治機構及基金”賬目內。

資料來源：財政司研究暨財政政策廳。

表 V-16

公共收入演變之比較

(—仟元)

收入項目	1996	97年預算案	97年預測	98年預算案
專利稅*	5,243,674	5,690,093	6,980,000	6,269,956
直接稅	1,374,369	1,338,800	1,370,000	1,435,500
間接稅	606,673	680,920	500,000	549,620
雜項稅及罰款	328,808	332,735	332,000	326,130
產業收益及其他資產	850,929	1,494,920	994,000	1,634,920
經常性轉賬	5,550	5,550	6,000	5,550
耐用物品出讓	2,508	1,000	1,000	1,000
勞務及非耐用物品出讓	45,744	54,757	50,000	49,687
其他經常性收入	54,470	15,280	15,000	15,280
投資品出讓	61,789	58,000	58,000	70,000
資本性轉賬	0	0	0	0
貸性收益	0	4,400	14,000	4,400
償還性收益	0	0	0	0
其他資本性收益	0	0	400,000	400,000
在付款中未扣除之款項歸還	19,193	12,000	21,000	20,000
自治機構及基金**	242,801	224,499	250,000	0
總收入	8,836,508	9,912,954	10,991,000	10,782,043

註：* 包括給予各自治機構之指定收入來自專營稅

** 給予各自治機構之指定收入非來自專營稅。

資料來源：財政司研究暨財政政策廳。

表 V-17

公共開支演變之比較

(—仟元)

開支項目	1996	97年預算案	97年預測	98年預算案
人員	2,578,909	2,833,645	2,980,000	3,173,250
物品及勞務	525,876	572,078	600,000	655,351
利息	96,357	80,110	75,000	60,000
經常性轉賬	3,323,783	3,368,470	4,018,000	3,833,716
其他經常性開支*	79,295	504,565	504,000	625,459
其他投資	15,783	10,142	15,000	9,097
資本性轉賬	171,889	108,170	120,000	33,170
財務運作	506,556	685,953	500,000	492,000
其他資本性開支**	1,326,889	1,500,000	1,400,000	1,900,000
自治機構及基金***	267,203	249,821	250,000	
總開支	8,892,540	9,912,954	10,462,000	10,782,043

註：* 97年及98年預算案包括備用撥款。

** 97年及98年預算案代表投資計劃中的總體同期及備用撥款。

*** 自1995年起，給予各自治機構之指定開支款項已轉為入賬於「自治機構及基金」賬目內。

資料來源：財政司研究暨財政政策廳。

VI——公共投資及發展開支計劃 (PIDDA)

VI.1. 公共投資計劃演變

正如表 I 所示，公共投資及發展開支計劃 (PIDDA) 在九六年的最初預算撥

款為澳門幣十六億元，與去年同期比較增幅為百分之八點六，同時預算之公共開支則上升百分之四點九。故此，PIDDA在總預算中的比重由一九九五年的百分之十五點四下降至一九九六年的百分之十三點四。

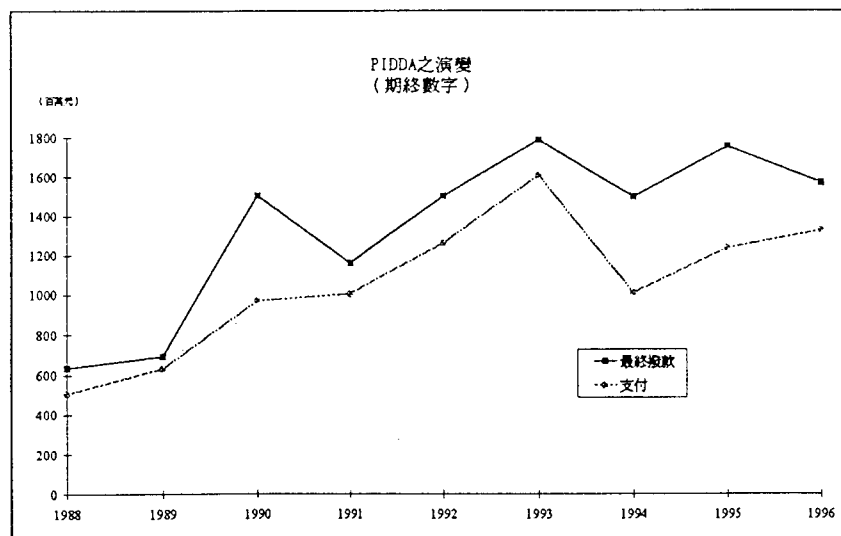


表 I

年初開支預算之演變

(百萬元)

開支預算 (年初)		1992	1993	1994	1995	1996
預算案總數	金額	6,785.3	9,358.0	11,047.6	11,391.8	11,945.8
	Δ%	17.4	37.9	18.1	3.1	4.9
PIDDA	金額	1,500.0	1,620.0	1,820.0	1,750.0	1,600.0
	Δ%	4.5	8.0	12.3	(3.8)	(8.6)
預算案內PIDDA所佔比重		22.10%	17.30%	16.40%	15.40%	13.40%

各項計劃以執行角度來分析，顯示投資較為緩慢，且發現在年終支付方面只達澳門幣十三億二千七百萬元，比去年多澳門幣九千九百萬元。

PIDDA之執行率在一九九六年為百分之八十四點五，數字顯示比九五年時為佳，當時之下跌數字為百分之七十點七。

表 II
年終執行及開支預算之演變

PIDDA	(百萬元)				
	1992	1993	1994	1995	1996
最終撥款	1,501.7	1,786.3	1,500.0	1,755.5	1,570.7
Δ%	28.9	19.0	(16.0)	16.7	(10.5)
支付	1,262.4	1,606.8	1,010.9	1,238.0	1,327.0
Δ%	25.2	27.3	(37.1)	22.5	7.2
執行率	84.1	90.0	67.4	70.7	84.5

從表III中可反映出投資開支的性質結構，並顯示“工程”一系列的開支較

突出，在一九九六年共佔總撥款之百分之六十七點八。總共有一百八十五項投資工程，其中包括“澳門文化中心”（一億五千三百一拾萬元）、“劏仔垃圾焚化爐”（七千四百八拾萬元）、“劏仔綜合運動場”（七千三百四拾萬元）。在某些項目中之施工水平超過九成，而在“澳門文化中心”一項更達百分之九十七點七。

在“設備”一項中，一九九五年在撥款及總投資中之比重均有輕微增加。在一九九六年約佔總投資之百分之十三，相比去年的百分之十一點三。

在此項內比重較大的有“醫院設備”及“信號及控制交通裝置”，分別佔澳門幣一仟六佰六拾萬元及一仟二佰萬元。

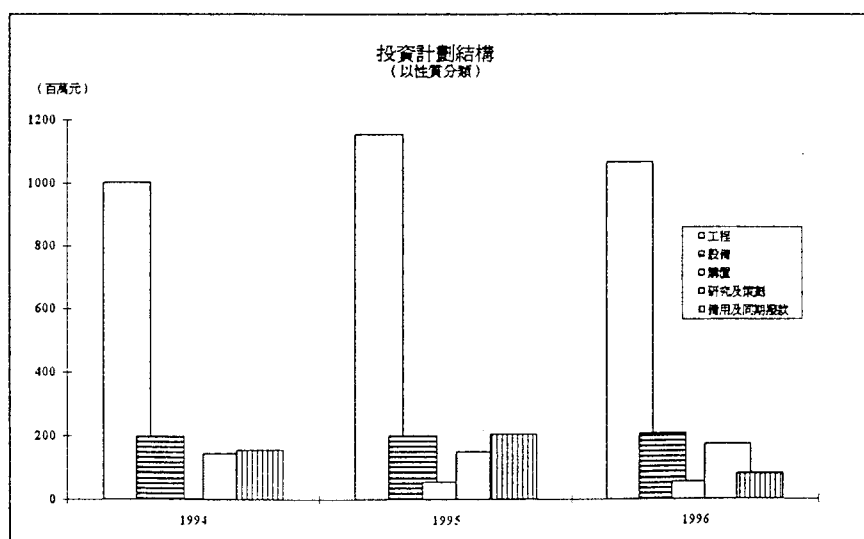
另一方面，“購置”一項在總投資中佔極少部分，在一九九六年之PIDDA中只佔百分之三點五。

上述一項在一九九六年已耗用了澳門幣四仟八百二拾萬元於“世貿中心”大廈之購置方面。

表 III

公共投資以開支性質分類

性質	1994		1995		1996	
	金額	%	金額	%	金額	%
工程	1,000.3	66.7	1,150.1	65.5	1,064.4	67.8
Δ%	(28.0)		15.0		(7.5)	
設備	198.9	13.2	199.2	11.3	204.6	13.0
Δ%	(3.6)		0.2		2.7	
購置	2.5	0.2	54.4	3.1	54.2	3.5
Δ%	31.6		2,176.0		(0.4)	
研究及策劃	144.3	9.6	148.4	8.5	170.9	10.9
Δ%	(4.4)		2.8		15.2	
備用/同期撥款	154.0	10.3	203.4	11.6	76.6	4.8
總數	1,500.0	100.0	1,755.5	100.0	1,570.7	100.0



最後在“研究及計劃”一項中之比重，與去年相比約上升二點四個百分點，而在一九九六年之“計劃”中佔百分之十點九，約為澳門幣一億七千零九拾萬元，亦即是說，比去年多澳門幣二仟二佰五拾萬元。在這章目中之投資項目較值得注意的有“固體廢料的搬移、收集及清潔”與及“焚化爐中心運作”等。

以“參與範圍”作分析，“基建”一項在本年度於“計劃”方面之撥款金額有較大的減幅，由一九九五年之澳門幣七億六千一百五拾萬元減至一九九六年之澳門幣五億九千九百三拾萬元，與去年百分之四十三點四相比只佔總投資之百分之三十七點六。（表IV）

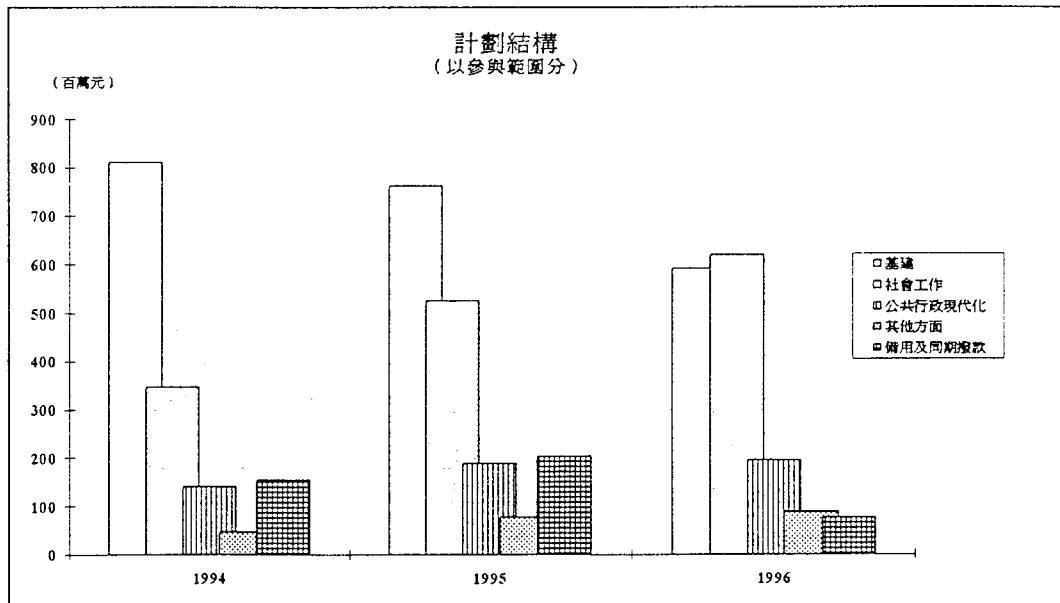
“社會工作”一項在一九九六年為最大比重者，在投資中佔百分之三十九點六。

在此分類內共有一百三十四項工程，其中較值得注意的工程有“澳門文化中心”及“胡仔綜合運動場”。

表 IV
公共投資—按參與範圍分類

參與範圍	1994		1995		1996	
	金額	%	金額	%	金額	%
基建	811.1	54.1	761.5	43.4	591.3	37.6
Δ%	(31.6)		6.1		(22.4)	
社會工作	347.2	23.1	524.9	29.9	619.1	39.4
Δ%	3.1		51.2		17.9	
公共行政現代化	141.0	9.4	188.0	10.7	195.4	12.4
Δ%	(17.3)		33.3		3.9	
其他方面	46.7	3.1	77.7	4.4	88.3	5.6
Δ%	(15.0)		66.4		13.6	
備用/同期撥款	154.0	10.3	203.4	11.6	76.6	4.8
總額	1,500.0	100.0	1,755.5	100.0	1,570.7	100.0

以上若按重要性排列，“公共行政現代化”將緊隨之，在一九九六年中佔修定撥款總數之百分之十二點四。而此項中較重要的有“澳門公共機構設備之購置”。



最後，“其他方面”一項，雖然在總投資中比重較少，但與去年相比仍錄得百分之十三點六之升幅。其中之項目大都與旅遊業有關，並以“澳門博物館”較值得注意。

VI.2 PIDDA—一九九七年之財政執行

一九九七年之PIDDA的最初撥款額為十五億元，佔本年度地區總預算案之估計開支總數的百分之十三點四。與九六年初數字比較，名義跌幅為百分之八點六。

一九九七年之PIDDA的總撥款內的一億五千二百三拾萬元為備用撥款，另有二仟九百萬元則為支付一系列由土地、工務暨運輸司負責計劃之同期進行的工程，餘下的十三億一千八百七拾萬則分別撥往二百三十七項期初計劃之投資內。

將最初撥款以責任分類，可發現屬運輸及工務政務司管轄的佔約百分之六十二點五，而土地、工務運輸司負責的比重最為顯著，共佔六億一千五百萬元及政務司辦公室本身的二億八仟二佰二拾萬元。

本年度值得留意的大型工程及其涉及金額為如下：

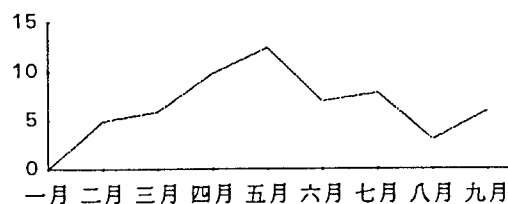
項目	提案部門	最初撥款	最終撥款
購買設備	財政司	0.0	55,426,150.0
學徒培訓中心	勞工暨就業司	2,770,000.0	41,500,000.0
醫院設備	衛生司	20,000,000.0	45,459,240.4
澳門文化中心	土地、工務運輸司	292,406,672.0	295,680,969.3
澳門博物館	宣傳、旅遊及文化政務司	30,799,999.6	52,047,247.0
路環污水處理站	運輸及工務政務司	52,075,000.0	48,197,162.0
近電力公司及澳門污水處理站			
之停車場分站	土地、工務運輸司	69,633,517.3	70,480,210.1
垃圾焚化爐中心	運輸及工務政務司	45,815,407.5	49,293,245.5
固體廢料搬移、收集及清潔	運輸及工務政務司	95,000,000.0	95,000,000.0

要特別注意“學徒培訓中心”及“醫院設備”之增撥，數值是來自調整計劃裝備以購買新儀器。

在本年度首三季中新增了五十八個項目，比對年初數字多出百分之二十四點五。

同期已入賬金額達十二億九千萬元（佔總計劃撥款的百分之六十九點八），其中五億零一百九拾萬元（約百分之三十八點九）已然結算。

最初無預視之項目數量

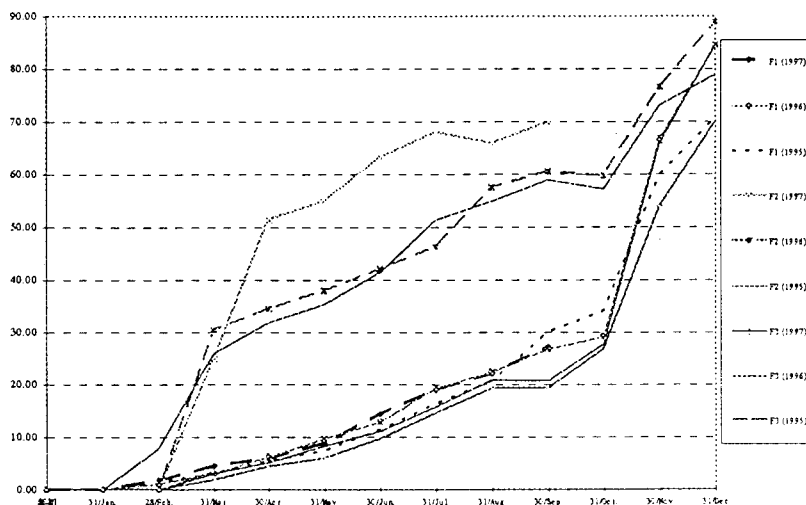


正如前述，結算總額在九月三十日時為五億零一百九拾萬元，執行率約為百分之二十七點一。（表V）。

表 V
公共投資之財務執行

項目	1996年9月30日		1997年9月30日	
	金額	%	金額	%
結算額	426.9	26.7	501.9	27.1
已入賬項目	542.1	33.9	788.1	42.6
結餘	629.6	39.4	559.1	30.3
現時撥款	1598.7	100.0	1849.1	100.0

PIDDA 1996 - 1997 之執行演變



F1=結算額/現時撥款 F2=(結算額+已入賬項)/現時撥款 F3=支付/現時撥款

雖然本年度投資計劃的執行率指標由於一九九七年之 PIDDA 數值下跌（此等數值可作指標計算基礎），而表出較高的數值，但與去年同期比較，本年度投資計劃的執行進度仍較緩慢。以上年末之執行率來看，同時預期本年度有較大型的工程執行，估計九七年PIDDA之最後執行率為百分之七十，金額約十三億元。

在結構上，以性質分類，“工程”在本年度首季中增撥了一億四千一百萬元，佔去現時計劃內撥款的百分之六十點三，達十一億一千四百四拾萬元。而錄得的實際執行率約為百分之二十五。（表VI及VII）

表 VII
執行率指標－按性質分類

性質	結構	F1	F2
工程	60.27	0.250	0.861
購置	3.63	0.722	0.722
設備	11.40	0.316	0.674
研究及策劃	9.55	0.614	0.793
小結	84.85	0.32	0.822
備用撥款	8.52	0.000	0.000
同期撥款	6.63	0.000	0.000
總數	100.00	0.271	0.698

表 VI

投資計劃－按性質分類

性質	最初撥款	現時撥款	已入賬金額	已支付金額
工程	973.4	1,114.4	681.1	278.3
購置	8.4	67.2	0.0	48.5
設備	166.9	210.9	75.4	66.6
研究及策劃	170.0	176.6	31.6	108.5
小結	1,318.7	1,569.1	788.1	501.9
備用撥款	152.3	157.5	0.0	0.0
同期撥款	29.0	122.5	0.0	0.0
總數	1,500.0	1,849.1	788.1	501.9

以金額排列，“設備”排第二。執行率約百分之三十一點六，另外考慮到此項目內計劃的特性，預計其年終時之執行率會有良好表現。

“研究及計劃”在投資計劃中的執行率最高（百分之六十一點四），撥款自年初起增加六百五拾萬元。最後，佔總投資比重約三點六的“購置”，其實際執行率亦頗高（百分之七十二點二）。

表 VIII
投資計劃－按參與範圍分類

參與範圍	最初撥款	現時撥款	已入賬金額	已支付金額
社會工作	605.2	704.3	462.6	157.0
基建	525.1	533.1	246.1	223.0
公共行政現代化	95.1	199.5	38.5	89.1
其他方面	93.3	132.2	40.9	32.8
小結	1,318.7	1,569.1	788.1	501.9
備用撥款	152.3	157.5	0.0	0.0
同期撥款	29.0	122.5	0.0	0.0
總額	1,500.0	1,849.1	788.1	501.9

以參與範圍分類，值得注意的是佔總投資百分之三十八點一之“社會工作”，金額為七億四千三百萬元，比最初數字多九千九百一拾萬元。而實際執行率則為百分之二十二點三，比此四個項目中的平均數少九點七個百分點。緊隨的是佔投資總額百分之二十八點八之“基建”，其金額約為五億三千三百一拾萬元，實際執行率則為百分之四十一點八，比此四個項目中的平均數高出九點八個百分點。（表VI II及IX）

“公共行政現代化”佔PIDDA的百分之十點八，約為一億九千九百五拾萬元，其中一億零四百四拾萬元是新增撥款。此項目在首三季的財政執行率，佔投資計劃之平均數達十二個百分點。

表 IX
執行率指標 — 按參與範圍分類

參與範圍	結構	F1	F2
社會工作	38.09	0.223	0.880
基建	28.83	0.418	0.880
公共行政現代化	10.79	0.446	0.640
其他方面	7.14	0.248	0.558
小結	84.85	0.320	0.822
備用撥款	8.52	0.000	0.000
同期撥款	6.63	0.000	0.000
總額	100.00	0.271	0.698

最後，佔整個投資計劃比重最小的“其他方面”之金額為一億三千二百一拾萬元，期終的執行率則約為百分之二十四點八。

現時投資計劃內約百分之三十點四的金額是撥往“經濟服務”功能上，包括各項與運輸、基本整頓及填海之基建工程。此項目在九月尾時的撥款為五億六千二百一拾萬元。實際執行率為百分之四十點三，較整項投資計劃的平均率為高。（表X及XI）

表 X
投資計劃 — 按功能分類

功能	最初撥款	現時撥款	已入賬金額	已支付金額
一般服務	85.9	192.3	38.6	81.5
公共	70.2	66.3	30.9	16.9
教育	64.2	121.6	62.2	54.9
衛生	63.0	103.2	56.7	32.7
社會福利	27.2	27.8	3.6	6.1
住屋	13.5	13.2	8.9	2.4
其他服務	446.1	482.6	333.7	80.5
經濟服務	548.6	562.1	253.5	226.9
小結	1,318.7	1,569.1	788.1	501.9
備用撥款	152.3	157.5	0.0	0.0
同期撥款	29.0	122.5	0.0	0.0
總額	1,500.0	1,849.1	788.1	501.9

表 XI
執行率指標 — 按功能分類

功能	結構	F1	F2
一般服務	10.40	0.424	0.625
公共	3.59	0.255	0.721
教育	6.57	0.452	0.964
衛生	5.58	0.317	0.866
社會福利	1.50	0.218	0.349
住屋	0.71	0.186	0.862
其他服務	26.10	0.167	0.858
經濟服務	30.4	0.404	0.855
小結	84.85	0.320	0.822
備用撥款	8.52	0.000	0.000
同期撥款	6.63	0.000	0.000
總額	100.00	0.271	0.698

“其他集體及社會服務”在計劃的比重中佔第二位，金額現時為四億八千二百六拾萬元。在財政執行角度上，此項所錄得的實際執行率為百分之十六點七。已入賬的項目金額達四億一千四百萬元，佔總數約百分之八十五點八。“一般性服務”佔一億九千二百萬元，約為PIDDA的百分之十點四，而其中只有百分之四十二點四得以執行。另外，“公安”、“衛生”、“住屋”、“社會福利”及“教育”分別佔投資計劃總額的百分之三點六、五點六、零點七、一點五及六點六。

撥款的金額高低方面，涉及超過二千萬元的项目共佔去計劃總額的百分之五十四點五，即約十億零七億九拾萬元，經本年度之增撥後，其追加撥款約為期初已撥款金額的百分之一百零六點五。在首三季的執行情況比較理想之項目，實際執行率為百分之三十五點八。（表XII及XIII）

表 XII
投資計劃 — 按撥款金額分類

（百萬元）

撥款金額	最初撥款	現時撥款	已入賬金額	已支付金額
金額<1百萬	377.0	47.9	10.5	12.7
1百萬≤金額<5百萬	207.6	204.4	61.4	53.4
5百萬≤金額<1千萬	141.1	142.3	57.6	35.5
1千萬≤金額<2千萬	104.9	166.6	86.8	39.1
2千萬≤金額	488.1	1,007.9	571.8	361.2
小結	1,318.7	1,569.1	788.1	501.9
備用撥款	152.3	157.5	0.0	0.0
同期撥款	29.1	122.5	0.0	0.0
總額	1,500.0	1,849.1	788.1	501.9

表 XIII
執行率指標 — 按撥款金額分類

撥款金額	結構	F1	F2
金額<1百萬	2.59	0.266	0.483
1百萬≤金額<5百萬	11.06	0.261	0.562
5百萬≤金額<1千萬	7.70	0.250	0.655
1千萬≤金額<2千萬	9.00	0.235	0.757
2千萬≤金額	54.50	0.358	0.926
小結	84.85	0.320	0.822
備用撥款	8.52	0.000	0.000
同期撥款	6.63	0.000	0.000
總額	100.00	0.271	0.698

最後，以經濟分類，值得注意的是包括總值七億五千五百萬元投資計劃的“樓宇”，約佔公共投資之百分之四十點八。此一項目在年初時佔投資金額內最大比重，而年中亦有增撥一億八千零二拾萬元。此項的財政執行率比整項投資計劃的平均值略低，約為百分之二十四點四。“各類建設”一項現佔三億五千二百七拾萬元（比原先估計多三千零六拾萬元），約佔計劃總數的百分之十九點一。財政執行率則為百分之三十二點六。

“其他投資”較期初撥款低二億三千拾萬元，現約達一億七千九百一拾萬元，佔總投資的百分之九點七。實際執行率較整項投資計劃的平均率為高（百分之六十一點三）。“機械及設備”方面約佔二億零六百四拾萬元，執行率較十二項投資計劃的平均數略高。（表XIV及表XV）

表 XIV

投資計劃－按經濟分類

經濟分類	(百萬元)			
	最初撥款	現時撥款	已入賬金額	已支付金額
土地	0.0	0.0	0.0	0.0
房屋	11.6	16.5	9.5	2.5
樓宇	574.8	755.0	453.0	184.2
街道及橋樑	74.1	50.0	27.4	20.9
港口	0.4	11.2	7.5	3.6
各類建設	322.1	352.7	184.3	115.0
土地改良	0.0	0.0	0.0	0.0
種植	0.0	0.0	0.0	0.0
運輸物品	1.0	1.0	1.1	1.0
機械及設備	153.3	206.4	74.6	64.9
動物	0.0	0.0	0.0	0.0
其他投資	181.4	179.1	31.7	109.8
小結	1,318.7	1,569.1	788.1	501.9
備用撥款	152.3	157.5	0.0	0.0
同期撥款	29.0	122.5	0.0	0.0
總額	1,500.0	1,849.1	788.1	501.9

表 XV

執行率指標－按經濟分類

經濟分類	結構	F1	F2
土地	0.00	0.000	0.000
房屋	0.89	0.184	0.891
樓宇	40.83	0.244	0.844
街道及橋樑	2.70	0.419	0.967
港口	0.61	0.321	1.000
各類建設	19.07	0.326	0.848
運輸物品	0.05	0.979	0.979
機械及設備	11.16	0.315	0.676
其他投資	9.68	0.613	0.790
小結	84.85	0.320	0.822
備用撥款	8.52	0.000	0.000
同期撥款	6.63	0.000	0.000
總額	100.00	0.271	0.698